

EDITAL

----- MÁRIO CONSTANTINO ARAÚJO LEITE DA SILVA LOPES, Dr., PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE BARCELOS:-----

----- TORNA PÚBLICO que este órgão executivo, em reunião realizada no dia 16 de junho de 2025, em cumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 22.º da Lei de Bases da Habitação (Lei n.º 83/2019, de 3 de setembro) e nos termos o no n.º 1 do artigo 101.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, deliberou submeter a consulta pública, para recolha de sugestões, a **Carta Municipal de Habitação**, a qual se anexa ao presente edital e dele faz parte integrante.-----

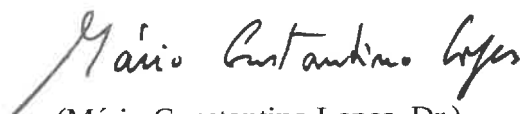
----- O período de consulta pública decorre pelo prazo de 30 dias a contar da data da publicação do presente edital nos suportes abaixo indicados, a fazer simultaneamente em todos eles.-----

----- As sugestões dos interessados devem ser dirigidas por escrito ao presidente da Câmara Municipal de Barcelos, com indicação do nome completo, número de identificação fiscal, morada ou sede e endereço eletrónico. Conforme a opção dos interessados, tanto poderão ser apresentadas eletronicamente, através do endereço geral@cm-barcelos, pela via postal, sob aviso de receção, ou ainda presencialmente, no Balcão Único do Município, em todos os casos dentro daquele prazo.-----

----- Para constar se lavrou o presente edital e outros de igual teor que vão ser afixados nos lugares de estilo e publicados na página e no boletim eletrónicos do Município, nos termos dos n.ºs 1 e 2 do artigo 56.º do regime jurídico das autarquias locais, aprovado em anexo à Lei n.º 75/2023, de 12 de setembro, e do citado n.º 1 do artigo 101.º do CPA.-----

----- Paços do Concelho de Barcelos, 24 de junho de 2025.-----

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL,


(Mário Constantino Lopes, Dr.)

CARTA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE BARCELOS



BARCELOS
MUNICÍPIO

LISTA DE ABREVIATURAS, ACRÓNIMOS E SIGLAS

ARU – Áreas de Reabilitação Urbana

CLH – Conselho Local de Habitação

CMH – Carta Municipal de Habitação

ELH – Estratégia Local de Habitação

ENH – Estratégia Nacional de Habitação

INE – Instituto Nacional de Estatística

LBH – Lei de Bases da Habitação

NGPH – Nova Geração de Políticas de Habitação

PDM – Plano Diretor Municipal

RMH – Relatório Municipal de Habitação

UOPG – Unidades Operativas de Planeamento e Gestão

UF – União das Freguesias

RJEU – Regime Jurídico da Urbanização e Edificação

PP – Plano Pormenor

PU – Plano Urbanização

ÍNDICE

1. Introdução

1.1. Enquadramento

1.2. Objetivos do trabalho

1.3. Metodologia

2. Diagnóstico

2.1. Enquadramento

2.2. Objetivos

2.3. Processo metodológico

2.4. Caracterização do município

2.5. Análise demográfica

2.5.1. População residente

2.5.1.1. Evolução da população (2011-2023)

2.5.2. Densidade populacional

2.5.2.1. Comparação com médias regionais e nacionais

2.5.3. Índices demográficos

2.5.3.1. Índice de dependência

2.5.3.2. Índice de renovação da população ativa

2.5.3.3. Índice de envelhecimento da população

2.5.4. Cenário prospetivo da evolução da população

2.5.4.1. Cenário baixo

2.5.4.2. Cenário central

2.5.4.3. Cenário alto

2.6. Educação

2.6.1. Nível de escolaridade da população

2.6.2. Taxa de analfabetismo

2.6.3. Taxa de escolarização

2.6.3.1. Comparação com os concelhos limítrofes

2.6.4. Infraestrutura educacional

2.6.5. Projeções educativas

2.7. Rendimento e economia

2.7.1. Análise do rendimento médio mensal da população

2.7.2. Emprego e desemprego

2.7.2.1. Taxas de emprego e desemprego

2.7.3. Setores económicos

2.7.3.1. Principais setores de atividade económica

2.7.4. Projeções económicas

2.8. Habitação

2.8.1. Parque habitacional

2.8.1.1. Estado atual do parque habitacional

2.8.1.2. Alojamento familiar clássico

2.8.1.2.1. Edifícios concluídos em construções novas para habitação familiar	100	2.8.3.1.3. Disponibilidade de habitação para venda por freguesia	120
2.8.1.2.1.1. Edifícios concluídos para habitação familiar por tipo de obra	101	2.8.3.1.4. Disponibilidade de habitação para venda por tipologia	122
2.8.1.2.2. Fogos concluídos em construções novas para habitação familiar	103	2.8.3.1.5. Disponibilidade de habitação para arrendamento por freguesia	123
2.8.1.3. Alojamento familiar clássico de residência habitual	106	2.8.3.1.6. Disponibilidade de habitação para arrendamento por tipologia	125
2.8.1.4. Composição média do agregado familiar por tipo de núcleo familiar	107	2.8.3.2. Procura habitacional	127
2.8.2. Habitação social do município	110	2.8.3.2.1. Fatores da procura habitacional	127
2.8.2.1. Distribuição e estados das habitações sociais	110	2.8.3.2.2. Taxa de esforço para compra/arrendamento por tipo de agregado	138
2.8.2.1.1. Fogos de habitação social por freguesia	110	2.8.3.3. Oferta e procura – uma perspetiva local	140
2.8.2.1.2. Habitação social por tipologia	112	2.8.3.4. Novos Projetos Habitacionais	144
2.8.2.1.3. Habitação social por regime de ocupação	113	2.8.3.4.1. Planeamento de novos projetos e reabilitação	144
2.8.2.2. Famílias sinalizadas em situação de carência habitacional	113	2.9. Análise crítica de diagnóstico	146
2.8.2.2.1. Distribuição das famílias em situação de carência habitacional por freguesia	113	3. Recursos habitacionais e potencialidades locais	148
2.8.3. Oferta e procura habitacional	115	3.1. Identificação dos recursos habitacionais e das potencialidades locais em solo urbanizado, edifícios e fogos expectantes	149
2.8.3.1. Procura habitacional	116	3.2. Levantamento de necessidades de solo urbanizado e de reabilitação do edificado de resposta às carências habitacionais	154
2.8.3.1.1. Valor mediano de venda por m²	116		
2.8.3.1.2. Valor mediano de renda por m²	118		

4. Planeamento e Ordenamento prospetivo da habitação no Município de Barcelos	162	5.5.1. Metodologia	195
4.1. Identificação e Planeamento dos desafios e necessidades resultantes da instalação e desenvolvimento de novas atividades económicas	163	5.5.1.1. Territórios sobre pressão e territórios em depressão	197
4.2. Instrumentos de política de habitação do Município e potenciais linhas de financiamento	164	5.5.1.2. Critérios	197
5. Planeamento síntese de ordenamento prospetivo de habitação	168	6. Modelo de governança	202
5.1. Carta de Princípios de Habitação de Barcelos	169	6.1. Critérios de cooperação numa perspetiva evolutiva e dinâmica	203
5.2. Objetivos estratégicos, metas, plano de intervenção, introdução e metodologia	170	6.1.1. Metodologia para identificação de agentes e parceiros de intervenção	204
5.2.1. Metodologia	172	6.1.2. Metodologia para identificação de agentes e parceiros de intervenção	205
5.3. Modelo novo <i>habitat</i> Barcelos	181	6.1.3. Seleção e aplicação dos critérios de cooperação	206
5.3.1. Preâmbulo	181	6.1.3.1. Seleção de critérios	206
5.3.2. Enquadramento – Definição de objetivos programáticos	181	6.1.3.2. Aplicação dos critérios de cooperação	207
5.3.3. Futuro quadro regulamentar de requisitos e incentivos - Proposta	183	6.2. Modelo de acompanhamento, monitorização e avaliação da CMH	207
5.3.4. Requisitos	183	6.2.1. Metodologia	208
5.3.5. Incentivos	190	6.2.2. Indicadores de referência	208
5.3.6. Novo <i>Habitat</i> de Barcelos	193	6.2.3. Meios	209
5.4. Cronograma	195	6.2.4. Periodicidade	210
5.5. Plano síntese de ordenamento prospetivo da habitação	195	6.2.5. Modelo de apresentação	210

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - População residente, por sexo (2023)	22
Gráfico 2 - Evolução populacional de Barcelos (2011 a 2023)	23
Gráfico 3 - Evolução populacional de Barcelos e concelhos limítrofes (2011-2023)	24
Gráfico 4 - População estrangeira com estatuto legal de residente (Nº) em Barcelos e concelhos limítrofes, 2021	27
Gráfico 5 - Densidade populacional de Barcelos (2011-2023)	31
Gráfico 6 - Densidade populacional em Barcelos e concelhos limítrofes (2023)	32
Gráfico 7 - População de Barcelos, por grupo etário (2023)	35
Gráfico 8 - Índices de dependência em Barcelos (2023)	36
Gráfico 9 - Índice de renovação da população em idade ativa em Barcelos (2011-2023)	40
Gráfico 10 - Índice de renovação da população ativa em Barcelos e concelhos limítrofes (2023)	41
Gráfico 11 - Índice de envelhecimento da população de Barcelos (2011-2023)	42
Gráfico 12 - Índice de envelhecimento da população de Barcelos e concelhos limítrofes (2011 e 2023)	43
Gráfico 13 - Provável evolução da população residente de Barcelos (2021-2036) - Cenário baixo	48

Gráfico 14 - Pirâmide etária do concelho de Barcelos (2021,2026 e 2031) - Cenário baixo	49
Gráfico 15 - Provável variação da população residente, por grupos etários (2026-2031) - Cenário baixo	50
Gráfico 16 - Provável evolução da população residente (2021 - 2036) - Cenário central	53
Gráfico 17 - Pirâmide etária do concelho de Barcelos (2021,2026 e 2031) - Cenário central	54
Gráfico 18 - Provável variação da população residente, por grupos etários (2026-2031) - Cenário central	55
Gráfico 19 - Provável evolução da população residente de Barcelos (2021-2036) - Cenário alto	58
Gráfico 20 - Pirâmide etária do concelho de Barcelos (2021, 2026 e 2031) - Cenário alto	59
Gráfico 21 - Provável variação da população residente, por grupos etários (2026-2031) - Cenário alto	60
Gráfico 22 - Nível de escolaridade completo mais elevado (%) da população de Barcelos com 15 e mais anos, 2021	64
Gráfico 23 - Nível de escolaridade completo mais elevado (%) da população de Barcelos e concelhos limítrofes com 15 e mais anos, 2021.	65
Gráfico 24 - Taxa de analfabetismo (%) em Barcelos e concelhos limítrofes, 2021	66

Gráfico 25 - Taxas de escolarização em Barcelos (2022/2023)	67	Gráfico 37 - Edifícios concluídos em construções novas para habitação familiar em Barcelos (2011-2023)	100
Gráfico 26 - Taxas de escolarização em Barcelos e concelhos limítrofes (2022/2023)	68	Gráfico 38 - Edifícios concluídos em construções novas para habitação familiar em Barcelos e concelhos limítrofes (2011 e 2023)	101
Gráfico 27 - Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem em Barcelos (2011 a 2021)	80	Gráfico 39 - Edifícios concluídos para habitação familiar, por tipo de obra (Ampliações, Alterações e Reconstruções) em Barcelos (2011-2023)	102
Gráfico 28 - Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem em Barcelos e concelhos limítrofes (2011 e 2021)	81	Gráfico 40 - Edifícios concluídos para habitação familiar, por tipo de obra (Ampliações, Alterações e Reconstruções) em Barcelos e concelhos limítrofes (2011 e 2023)	103
Gráfico 29 - População empregada, total e por setor de atividade económica em Barcelos, 2021	83	Gráfico 41 - Fogos concluídos em construções novas para habitação familiar em Barcelos (2011-2023)	104
Gráfico 30 - Ganho médio mensal por setor de atividade económica (2013 e 2021)	84	Gráfico 42 - Fogos concluídos em construções novas para habitação familiar em Barcelos e concelhos limítrofes (2011 e 2023)	105
Gráfico 31 - Evolução populacional do concelho de Barcelos (1960-2023)	90	Gráfico 43 - Alojamentos familiares clássicos de residência habitual em Barcelos, por tipo de ocupação	107
Gráfico 32 - Evolução do número de alojamentos em Barcelos (1960-2021)	91	Gráfico 44 - Dimensão média das Famílias em Barcelos e concelhos limítrofes (2011 e 2021)	108
Gráfico 33 - Modo de ocupação dos alojamentos em Barcelos (1960-2021)	92	Gráfico 45 - Núcleos familiares em Barcelos, por tipologia (2011 e 2021)	109
Gráfico 34 - Estado de conservação dos edifícios em Barcelos (2011 e 2021)	93	Gráfico 46 - Fogos de habitação social ocupados e vagos, por Freguesia	111
Gráfico 35 - Evolução do número de alojamentos familiares clássicos de Barcelos (2011-2021)	94	Gráfico 47 - Valor mediano das vendas por m ² de alojamentos familiares em Barcelos	116
Gráfico 36 - Evolução do número de alojamentos familiares clássicos de Barcelos e concelhos limítrofes (2011 e 2021)	95		

Gráfico 48 - Valor mediano das vendas por m ² de alojamentos familiares em Barcelos e concelhos limítrofes (2º Trimestre de 2023)	117	Gráfico 60 - Saldo migratório em Barcelos (2011 a 2023)	133
Gráfico 49 - Valor mediano das rendas por m ² de novos contratos de arrendamento de alojamentos familiares em Barcelos (2017-2023)	118	Gráfico 61 - Saldo migratório de Barcelos e concelhos limítrofes (2011 e 2023)	134
Gráfico 50 - Valor mediano das rendas por m ² de novos contratos de arrendamento de alojamentos familiares em Barcelos e concelhos limítrofes (2º Semestre 2023)	119	Gráfico 62 - Saldo natural em Barcelos (2011 a 2023)	135
Gráfico 51 - Disponibilidade de habitação para venda, por tipologia	122	Gráfico 63 - Saldo natural em Barcelos e concelhos limítrofes (2011 e 2023)	136
Gráfico 52 - Disponibilidade de habitação para arrendamento, por freguesia	124	Gráfico 64 - Casamentos dissolvidos por divórcios em Barcelos (2011 a 2022)	137
Gráfico 53 - Preço médio de arrendamento por m ² , por Freguesia	125	Gráfico 65 - Casamentos dissolvidos por divórcio em Barcelos e concelhos limítrofes (2011 e 2022)	138
Gráfico 54 - Disponibilidade de habitação para arrendamento, por tipologia	126		
Gráfico 55 - Taxa de variação da população residente em Barcelos, por grupo etário (2011-2023)	128		
Gráfico 56 - Taxa de variação da população residente em Barcelos e concelhos limítrofes (2011-2023)	129		
Gráfico 57 - Taxa de variação da população residente de Barcelos e concelhos limítrofes, por grupo etário (2011-2023)	130		
Gráfico 58 - Evolução da população jovem entre os 20 e os 34 anos, em Barcelos (2011 a 2023)	131		
Gráfico 59 - Evolução da população jovem entre os 20 e os 34 anos em Barcelos e concelhos limítrofes (2011 e 2023)	132		

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 - Etapas Metodológicas	16
Tabela 2 - População residente e taxa de variação por Freguesia do concelho de Barcelos (2011-2021)	25
Tabela 3 - Nacionalidades da população estrangeira em Barcelos, 2021	28
Tabela 4 - População estrangeira com estatuto legal de residente, por freguesia do concelho de Barcelos, 2021	29
Tabela 5 - Taxa de variação da densidade populacional no concelho de Barcelos e concelhos limítrofes (2011-2023)	33

Tabela 6 - Índices de dependência das freguesias do concelho de Barcelos (2021)	37	Tabela 20 - Alojamentos familiares clássicos, por Freguesia e modo de ocupação, 2021	96
Tabela 7 - Índices de dependência no concelho de Barcelos e concelhos limítrofes	39	Tabela 21 - Proporção de alojamentos clássicos vagos por Freguesia, 2021	98
Tabela 8 - Índice de envelhecimento (2011-2021), por freguesia	44	Tabela 22 - Fogos concluídos para habitação familiar em Barcelos, por tipologia (2011-2023)	106
Tabela 9 - Projeções de População Total - Cenário baixo	51	Tabela 23 - Parque de habitação social, por tipologia	112
Tabela 10 - Projeções de População Total - Cenário central	56	Tabela 24 - Distribuição das famílias sinalizadas, por freguesia	114
Tabela 11 - Projeções de população total - Cenário alto	61	Tabela 25 - Disponibilidade de habitação para venda, por freguesia	120
Tabela 12 - Rede de creches existente no concelho de Barcelos	70	Tabela 26 - Oferta habitacional por tipologia e preço médio das habitações para venda no concelho de Barcelos	123
Tabela 13 - Agrupamentos de escolas existentes no concelho de Barcelos	71	Tabela 27 - Acesso à habitação por compra/arrendamento, por tipo de agregado familiar em Barcelos (2023)	140
Tabela 14 - Constituição dos Agrupamentos de Escolas do concelho de Barcelos	72	Tabela 28 - Candidaturas submetidas no âmbito da Estratégia Local de Habitação do Município de Barcelos	145
Tabela 15 - Estabelecimentos não agrupados no concelho de Barcelos	76	Tabela 29 - Recursos habitacionais e potencialidades locais do Município	152
Tabela 16 - População residente estimada, em idade escolar (3-17 anos), no concelho de Barcelos (2021 a 2033)	78		
Tabela 17 - Taxa de emprego e desemprego em Barcelos e concelhos limítrofes, 2021	81		
Tabela 18 - Empresas não financeiras, por setor de atividade, em Barcelos (2011 e 2022)	85		
Tabela 19 - Volume de negócios das empresas não financeiras em Barcelos, por setor de atividade (€) (2011 e 2022)	86		

Tabela 30 - Projeção das necessidades habitacionais em Barcelos, por freguesia	158
Tabela 31 - Síntese - Instrumentos de política de habitação do município de Barcelos	166
Tabela 32 - Potenciais linhas de financiamento	167
Tabela 33 - Notas auxiliares	172
Tabela 34 - Objetivos Estratégicos	173
Tabela 35 - Plano de Intervenção	175
Tabela 36 - Quadro síntese das medidas - programas a implementar	194

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Potencialidades da Carta Municipal de Habitação	14
---	----

1. INTRODUÇÃO



A Carta Municipal de Habitação (CMH) constitui-se como um instrumento de política pública de habitação, ao nível municipal, de planeamento e ordenamento territorial que pretende contribuir para o garante do Direito Constitucional à Habitação. A Lei de Bases da Habitação (LBH) - Lei n.º 83/2019, de 3 de setembro - preconiza no artigo 22º a construção deste novo instrumento que se deve articular com outros instrumentos de gestão do território e demais estratégias aprovadas ou previstas para o território de Barcelos, nomeadamente ao Plano Diretor Municipal (PDM).

A Carta Municipal de Habitação de Barcelos, alinhada com o paradigma da Nova Geração de Políticas de Habitação (NGPH), pretende promover o acesso universal a uma habitação digna e adequada. Este esforço foi iniciado com a elaboração da Estratégia Local de Habitação (ELH) do Município que permitiu desenvolver as respostas enquadradas no 1º Direito – Programa de Apoio ao Acesso à Habitação. Se o 1º Direito permite promover e financiar soluções habitacionais dirigidas às famílias em situação de carência financeira, a CMH pretende contribuir para a solução habitacional dos demais residentes no Município.

A CMH permite a aprovação, sob proposta da Câmara Municipal, da declaração fundamentada de carência habitacional, para a totalidade ou parte do Município, o que confere aos Municípios a prioridade no acesso a financiamento público destinado à habitação, reabilitação urbana e integração de comunidades desfavorecidas. Capacita ainda no recurso aos seguintes mecanismos:

- Reforço das áreas destinadas a uso habitacional no PDM;
- Condicionamento das operações urbanísticas privadas ao cumprimento das metas habitacionais do Município definidas na CMH para habitação permanente e a custos controlados;
- Exercício do direito de preferência, nos termos da LBH e demais legislação nacional aplicável.

1.1. ENQUADRAMENTO

O direito à habitação está consagrado no artigo 65º da Constituição da República Portuguesa, desde 1976, e define que: “Todos têm direito, para si e para a sua família, a uma habitação de dimensão adequada, em condições de higiene e conforto e que preserve a intimidade pessoal e a privacidade familiar”. Desde 2019 que está também presente na Lei de Bases da Habitação, que destaca o direito à habitação como um direito fundamental de todos os cidadãos e cidadãs.

A habitação é fundamental à sobrevivência quotidiana, uma necessidade básica, satisfazendo um conjunto de funções desde abrigo, reprodução

da família, sendo elemento fundamental de integração social e de socialização. Não obstante, o direito à habitação vai mais além do mero espaço físico da “casa” e abrange dimensões como a segurança, a paz e a dignidade Humana.

De realçar que para além da legislação nacional, o direito a uma habitação condigna está previsto em vários tratados de direitos humanos que Portugal assinou e ratificou, nomeadamente o Pacto Internacional sobre os Direitos Cívicos e Políticos, a Conservação Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, a Carta Social Europeia Revista e o Pacto Internacional dos Direitos Económicos, Sociais e Culturais.

O caminho percorrido até à data no âmbito da habitação em Portugal deixou problemas estruturais a descoberto, no que diz respeito ao acesso à habitação, equilíbrio entre a oferta habitacional, ao nível da qualificação do edificado e coesão sócio territorial, assim como na funcionalidade global do sistema.

Fruto de uma série de mudanças estruturais ocorridas nos últimos anos do ponto de vista financeiro, económico e social no país, urge a definição de uma visão estratégica ao nível da habitação que esteja adequada a essas alterações, tratando-se esta de um elemento-chave na estabilidade económica e social do país. Nesse sentido, surge a Estratégia Nacional de Habitação (ENH) aprovada através da Resolução de Conselho de Ministros n.º 48/2015 de 15 de julho que contempla um conjunto de linhas orientadoras prioritárias às quais será imperativo dar resposta até 2031.

1.2. OBJETIVOS DO TRABALHO

O presente documento pretende apresentar a CMH do Município de Barcelos, a partir de um diagnóstico das carências habitacionais presentes no Município. Paralelamente, pretende identificar os recursos habitacionais e das potencialidades locais, nomeadamente em solo urbanizado expectante, em urbanizações ou edifícios abandonados e em fogos devolutos, degradados ou abandonados. A CMH baseia-se, ainda, no planeamento e ordenamento prospetivo das carências resultantes da instalação e desenvolvimento de novas atividades económicas a instalar. Por fim, pretende contribuir para a definição estratégica dos objetivos, prioridades e metas a alcançar no prazo da sua vigência.

A CMH pretende definir:

- As necessidades de solo afeto à habitação e de edificado passível de ser reabilitado para dar resposta às carências habitacionais;
- As situações que exijam realojamento por degradação habitacional, a nível social ou urbanístico, do aglomerado ou do edificado;

- A identificação dos agregados familiares em situação de manifesta carência de meios para acesso à habitação;
- As intervenções a desenvolver para inverter situações de perda populacional e processos de gentrificação;
- A identificação dos agentes, públicos ou privados, a quem compete a concretização das intervenções a desenvolver;
- A identificação dos agentes do setor cooperativo, da rede social e das associações ou comissões de moradores, chamados a cooperar para a concretização das intervenções a desenvolver;
- O modelo de acompanhamento, monitorização e avaliação da CMH.

Desta forma, a CMH permite englobar diferentes segmentos da população não abrangidos noutros documentos, nomeadamente a ELH que assenta na resposta a condições habitacionais indignas, tal como definidas no Decreto-Lei n.º 37/2018.

Ao mesmo tempo, permite desenvolver diagnósticos futuros, antecipando as tendências e as necessidades no contexto do Município. Desta forma, este trabalho culmina com um conjunto de orientações que permitem propor alterações ao PDM e a outros instrumentos estratégicos e territoriais. Em suma, é possível determinar objetivos, linhas de intervenção, metas, modelos de implementação e monitorização, nomeadamente através da constituição de um Conselho Local de Habitação (CLH) que se constitui como órgão consultivo ao qual caberá a emissão de pareceres sobre a CMH e sobre o Relatório Municipal de Habitação (RMH), tal como propor medidas e apresentar sugestões.

Figura 1 - Potencialidades da Carta Municipal de Habitação



Fonte: ValeConsultores

A CMH do Município de Barcelos organiza-se nas seguintes fases:

1. O diagnóstico;
2. A identificação dos recursos habitacionais e das potencialidades locais;
3. O planeamento e ordenamento prospetivo das carências resultantes da instalação e desenvolvimento de novas atividades económicas;
4. A definição estratégica dos objetivos, prioridades e metas a alcançar;
5. Modelo de governança, com definição de critérios de cooperação e modelo de acompanhamento e monitorização.

Graças a uma profusa definição de uma apropriada CMH, o Município de Barcelos, sob a liderança de uma gestão progressista e comprometida com o bem-estar social, demonstra o seu compromisso e interesse na resolução dos problemas habitacionais da sua população. Este enfoque estratégico atende, não só às necessidades imediatas da habitação, mas promove também o desenvolvimento social, económico e turístico do concelho, refletindo uma política inclusiva e sustentável. A conjugação destas duas dimensões resulta num município mais capacitado para fixar recursos e investimento, fortalecendo a coesão social e económica do seu território.

1.3. METODOLOGIA

O trabalho desenvolvido foi realizado em estreita articulação com a Câmara Municipal, bem como com as Juntas de Freguesia. Desta forma, inclui os vários setores num processo de concertação e cooperação, que garante a transparência, qualidade e potencial de implementação ao longo dos próximos anos. A elaboração técnica da CMH de Barcelos obedeceu às seguintes fases e etapas de desenvolvimento:

Tabela 1 - Etapas Metodológicas

Fase	Descrição	Atividades	Análise enquadrada da CMH
Fase 1	Diagnóstico das carências habitacionais	• Pesquisa de dados estatísticos e documentação on-line sobre as necessidades habitacionais do município; • Realização de um questionário aos Presidentes de Junta de Freguesia, previamente validado; • Elaboração do cenário prospetivo da população; • Tratamento estatístico e análise de dados.	Diagnóstico global
Fase 2	Identificação dos recursos habitacionais e das potencialidades locais	• Levantamento dos recursos habitacionais; • Definição de metodologia de levantamento dos recursos habitacionais; • Cruzamento da informação com os cenários demográficos.	Quadro dos recursos habitacionais potenciais
Fase 3	Identificação e planeamento dos desafios e necessidades resultantes da instalação e desenvolvimento de novas atividades económicas	• Levantamento de atividades económicas atuais e futuras e respetivo impacto no emprego.	Identificação de fatores socioeconómicos de transformação do território
Fase 4	Definição da estratégia inerente à Carta Municipal de Habitação	• Planeamento das intervenções a desenvolver para inverter as situações de perda populacional e/ou processos de gentrificação; • Definição da estratégia dos objetivos prioridades e metas da Carta Municipal de Habitação com cronograma; • Proposta Carta de Princípios da Habitação de Barcelos (património território-economia-sociedade).	Definição dos princípios orientadores e estratégia para a habitação no Município de Barcelos; Plano de intervenção da CMH e cronograma
Fase 5	Instrumentos de Política de Habitação do Município	• Compilar medidas no plano de intervenção; • Identificação das medidas existentes e em curso.	Identificação políticas e condicionantes regulamentares com impacto na habitação

Fonte: ValeConsultores

Em linha com os princípios da CMH foram efetuados diversos momentos de participação, dos quais destacamos as Juntas de Freguesias, um dos principais cooperantes da programação da política local no âmbito da habitação, na medida em que, devido à sua proximidade às populações, conseguem proceder à identificação de carências habitacionais, fogos disponíveis e potenciais entraves de alguns dos instrumentos municipais de planeamento e ordenamento territorial.

Os principais recursos utilizados para o desenvolvimento do presente documento foram obtidos através de documentos municipais, Instituto Nacional de Estatística, Website da Câmara Municipal e questionários a responsáveis de entidades públicas (Juntas de Freguesia). Acrescenta-se a realização de reuniões de trabalho que contaram com a presença do executivo municipal e representantes de diferentes departamentos, o que garantiu uma abordagem multidisciplinar e colaborativa.

O conjunto destes dados e a sua análise como um todo, a par do contacto e a disponibilidade da equipa da Câmara Municipal permitiu enriquecer a robustez dos dados e da pesquisa efetuada.

2. DIAGNÓSTICO



2.1. ENQUADRAMENTO

A elaboração de uma Carta Municipal de Habitação afigura-se como um passo crucial para qualquer Município que procura promover o desenvolvimento sustentável e inclusivo do seu território. Neste contexto, a realização de um Diagnóstico detalhado assume uma importância fundamental, servindo como uma base sólida para a definição de estratégias e políticas habitacionais eficazes. O Diagnóstico permite compreender as necessidades habitacionais, elaborar um planeamento eficiente de recursos e identificar problemas e desafios. Neste sentido, o Diagnóstico que se apresenta proporciona uma compreensão clara e detalhada da realidade concelhia e das condições habitacionais, permitindo dessa forma orientar o trabalho de forma interventiva.

O presente capítulo visa proporcionar uma visão abrangente e detalhada sobre as características e dinâmicas que moldam o território de Barcelos, dividido em 4 subcapítulos:

O primeiro subcapítulo diz respeito à análise demográfica e contempla a análise da evolução populacional e das suas implicações socioeconómicas. Aborda ainda a distribuição etária, a densidade populacional, os índices de estrutura demográfica, entre os quais o índice de envelhecimento, e as tendências migratórias, oferecendo uma perspetiva sobre o crescimento e os desafios que Barcelos enfrenta. Além disto, o capítulo de Diagnóstico inclui ainda projeções futuras que antecipam as possíveis evoluções demográficas e económicas do concelho. Estas projeções são essenciais na formulação de políticas e estratégias que visem o desenvolvimento do território.

O segundo subcapítulo, de âmbito educacional, oferece uma visão detalhada sobre a rede escolar do município e são apresentados dados sobre a distribuição das instituições de ensino, os níveis de escolaridade e projeções futuras do número de alunos a frequentar os diferentes níveis de ensino até 2033.

O terceiro subcapítulo direcionado para o rendimento e economia aborda questões relacionadas para o emprego e desemprego, principais setores de atividade económica do concelho e análise do rendimento da população ao longo dos anos. Expõe ainda projeções futuras no âmbito de novos investimentos que poderão vir a desenvolver-se no território que terão impacto na vida económica dos residentes.

Por fim, o quarto subcapítulo, debruça-se sobre a questão habitacional. Desenvolvem-se análises ao parque habitacional do concelho de Barcelos e à habitação social. Destaca-se neste subcapítulo a questão da oferta e da procura habitacional que permitirá, numa fase posterior, desenvolver um plano estratégico de intervenção.

2.2. OBJETIVOS

- Enquadramento territorial do Município de Barcelos
- Diagnóstico estratégico das dinâmicas sociodemográficas e socioeconómicas
- Caracterização do Parque Habitacional
- Projeções de desenvolvimento
- Análise crítica do diagnóstico

2.3. PROCESSO METODOLÓGICO

A elaboração do Diagnóstico para a CMH caracteriza-se por ser um processo complexo que requer uma abordagem metodológica rigorosa. Neste sentido, a combinação de pesquisa e tratamento de dados estatísticos, a elaboração de cenários prospetivos, a consulta de documentos municipais, como a Carta Educativa, Carta Social, PDM e ELH e a auscultação no terreno, através da aplicação de um questionário aos Presidentes de Junta, garante a obtenção de um diagnóstico robusto e bem fundamentado.

Assim, o processo metodológico para a elaboração do Diagnóstico passou pelas seguintes etapas:

Pesquisa e tratamento de dados estatísticos – fase crucial para compreender as características demográficas, socioeconómicas e habitacionais do município;

Consulta de Documentos Municipais – a integração de documentos municipais permite uma abordagem holística e integrada, garantindo que a CMH reflète uma visão abrangente e estratégica das necessidades habitacionais do município;

Elaboração do Cenário Prospetivo da População – fundamental para projetar cenários futuros da evolução populacional e das necessidades habitacionais do município;

Realização de questionário aos Presidentes de Junta como fonte de auscultação no terreno – os Presidentes de Junta desempenham um papel fundamental na gestão local e possuem um conhecimento aprofundado das realidades e necessidades específicas das suas freguesias. Este método

de auscultação no terreno garante que o diagnóstico reflete não apenas dados estatísticos, mas também as experiências e percepções dos atores sociais diretamente envolvidos.

2.4. CARATERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

O concelho de Barcelos, que pertence ao distrito de Braga, região do Norte e sub-região do Cávado, abrange uma área de 378,9km² e encontra-se limitado por sete concelhos: Braga, Vila Nova de Famalicão, Póvoa de Varzim, Esposende, Viana do Castelo, Ponte de Lima e Vila Verde.

Com 117 005 habitantes, Barcelos é um dos concelhos mais populosos da região Norte e do Cávado (Estimativas Anuais da População Residente, INE, 2023) com uma densidade populacional de 308,8 hab./km².

O concelho beneficia de grande proximidade aos centros urbanos de Braga (18km), Viana do Castelo (aproximadamente 30km) e Porto (50km).

Ao nível das acessibilidades, a rede viária que percorre o concelho permite uma deslocação cómoda, rápida e fácil, nomeadamente através da A3, A11 e A28, bem como à Galiza. O concelho é ainda atravessado pela linha férrea, que estabelece ligações com o Porto e Galiza. De destacar a proximidade ao litoral (15km) que proporciona um acesso facilitado às zonas costeiras, potenciando o desenvolvimento turístico e económico.

Do ponto de vista físico importa salientar, por um lado, o rio Cávado que é considerado um elemento dominante no território do concelho, uma vez que o atravessa dividindo-o sensivelmente a meio. E, por outro lado, o vale do Cávado, limitado a norte e a sul por um conjunto de colinas que atingem os seus pontos mais altos, a norte, no Monte de S. Gonçalo (492m) e Monte do Facho (324m) e, a sul, no Monte de Airó (413m) e Monte da Franqueira (303m).

Economicamente, o concelho é marcado por uma elevada dinâmica industrial, com destaque para o peso do setor têxtil, tendo sido lançada recentemente a estratégia para a concretização da Cidade Têxtil e da Moda em Barcelos.

A sua evolução populacional nas décadas de 70 até ao ano 2000 denota a atratividade do concelho na fixação de mão-de-obra. Contrariamente, a crise registada na década de 90 no setor têxtil contribuiu para o retrocesso populacional registado nos anos subsequentes.

Apesar do crescimento inequívoco dos serviços, a indústria continua a ser o setor dominante na estrutura económica do concelho, o que terá reflexo nos rendimentos da população, nas aspirações dos jovens e na capacidade de atração e fixação de residentes e consequentemente no seu perfil socioeconómico.

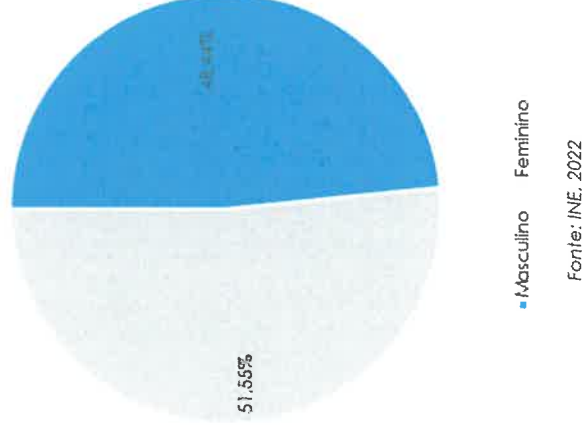
A habitação assume-se assim e no paradigma atual ainda mais, uma variável determinante para a coesão social e desenvolvimento económico dos territórios, o que confere a este instrumento de planeamento estratégico uma importância ímpar para o Município.

2.5. ANÁLISE DEMOGRÁFICA

2.5.1. População residente

O concelho de Barcelos soma no ano de 2023, um total de 117 005 residentes, dos quais 60 322 do sexo feminino (51,55%) e 56 683 do sexo masculino (48,44%), segundo o Instituto Nacional de Estatística – INE. A população de Barcelos representa, assim, 27,22% da população residente do Cávado (429 833) e 1,09% da população residente do País (10 639 726 pessoas).

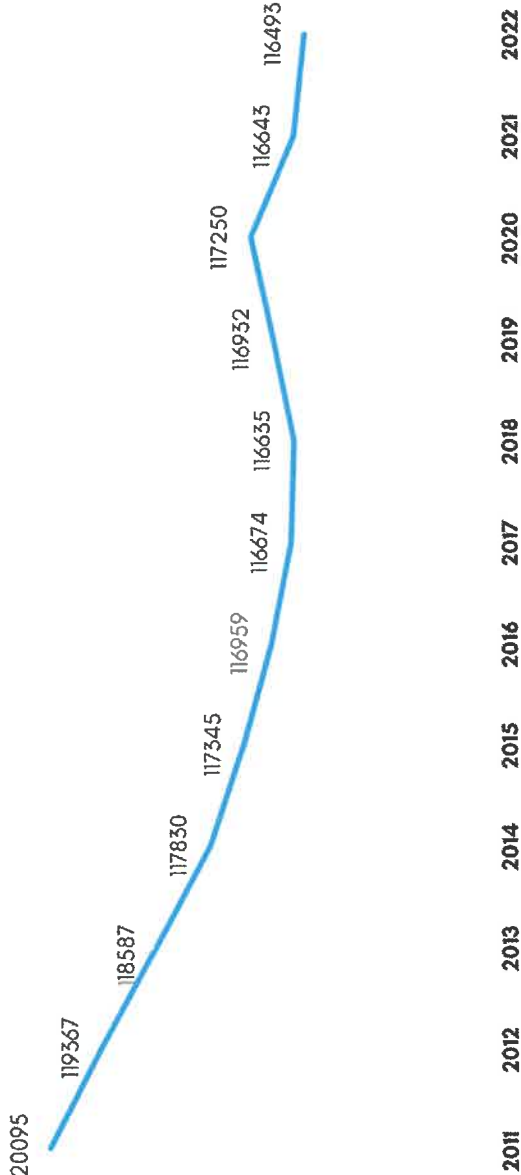
Gráfico 1 - População residente, por sexo (2023)



Apesar de Barcelos ser um dos concelhos com maior número de residentes da Região do Cávado, verifica-se uma diminuição de aproximadamente 3% no período entre 2011 e 2023. Esta descida pode ser considerada constante à exceção do ano 2020 e 2023, em que se assiste a um aumento correspondente a mais 318 e mais 512 residentes, respetivamente. Atendendo ao aumento dos residentes no ano em que a pandemia assolou o país, pode ser motivo justificativo para este aumento, dado que indivíduos que trabalhavam fora do concelho e, por conseguinte, habitavam noutra local, podem ter regressado ao concelho. No caso do ano 2023 o motivo de crescimento da população residente poderá ser justificado pela entrada de imigrantes no concelho de Barcelos.

2.5.1.1. Evolução da população (2011-2023)

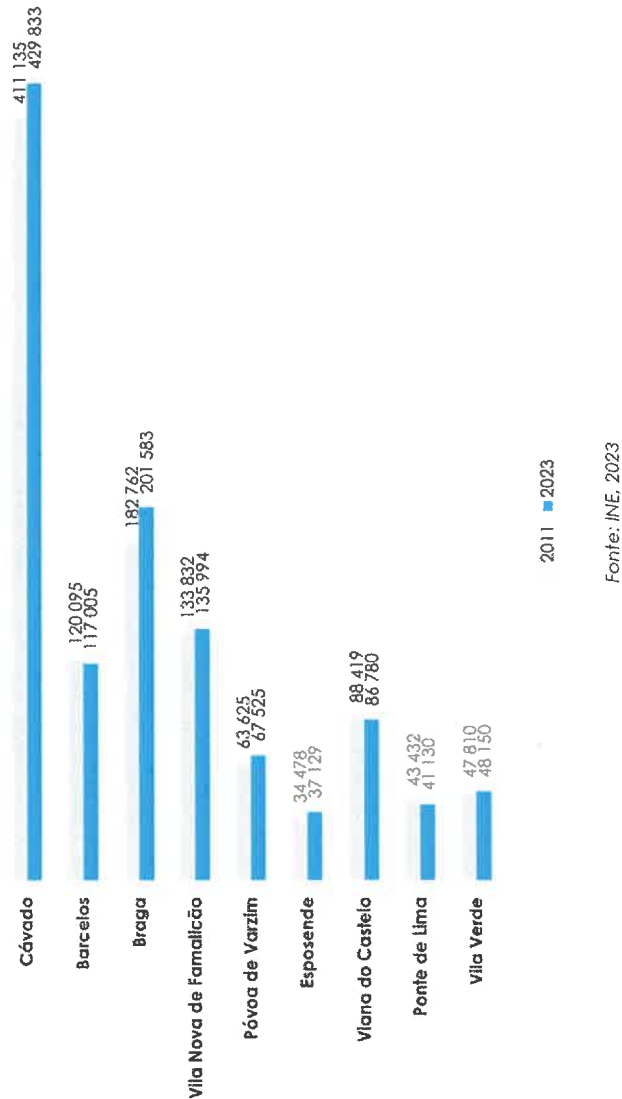
Gráfico 2 - Evolução populacional de Barcelos (2011 a 2023)



Fonte: INE, 2023

A evolução populacional de Barcelos e dos concelhos limítrofes no período entre 2011 e 2023, por um lado, o aumento da população em Braga (+10,28%), Vila Nova de Famalicão (+1,61%), Póvoa de Varzim (+6,13%), Esposende (+7,69%) e Vila Verde (+0,71%) e, por outro lado, a diminuição da população em Barcelos (-2,57%), Viana do Castelo (-1,85%) e Ponte de Lima (-5,30%).

Gráfico 3 - Evolução populacional de Barcelos e concelhos limítrofes (2011-2023)



Refletindo a análise nas atuais 61 Freguesias do concelho, nota-se que a maioria das Freguesias de Barcelos perdeu população nos últimos 10 anos (tabela 2)¹, com a exceção de Areias (+1,18%), Barcelinhos (+4,94%), Carvalhas (+0,14%), Lijó (+5,16%), Manhente (+0,12%), Rio Covo (Santa Eugénia) (+4,92%), UF de Alvito (S. Pedro e S. Martinho) e Couto (+0,56%), UF de Barcelos, Vila Boa e Vila Frescainha (S. Martinho e S. Pedro) (+2,17%) e Várzea (+1,58%), onde a população variou positivamente. As Freguesias com perda populacional mais notória dizem respeito a Marlim e Aldreu, com -13,64% e -12,06%, respetivamente. No que diz respeito à Freguesia de Fomelos não se verifica uma alteração da população residente.

¹ Dados mais recentes, por Freguesia, disponíveis para o ano 2021.

Tabela 2 - População residente e taxa de variação por freguesia do concelho de Barcelos (2011-2021)

Unidade Territorial	População Residente (Nº)		Taxa de Variação (%)
	2011	2021	
Abade de Neiva	2 024	2 009	-0,74
Aborim	891	827	-7,18
Adães	790	755	-4,43
Airó	913	883	-3,29
Aldreu	904	795	-12,06
Alvelos	2 145	2 010	-6,29
Arcoselo	12 840	12 824	-0,12
Arelas	1 014	1 026	1,18
Balugães	841	787	-6,42
Barcelinhos	1 781	1 869	4,94
Barqueiros	1 957	1 916	-2,10
Cambeses	1 300	1 236	-4,92
Carapeços	2 277	2 168	-4,79
Carvalhal	1 391	1 233	-11,36
Carvalhas	691	692	0,14
Cossourado	825	758	-8,12
Cristelo	1 875	1 657	-11,63
Fornelos	803	803	0,00
Fragoso	2 193	2 069	-5,65
Gallegos (Santa Maria)	2 987	2 848	-4,65

Unidade Territorial	População Residente (Nº)		Taxa de Variação (%)
	2011	2021	
Gallegos (S. Martinho)	1 930	1 842	-4,56
Gilmonde	1 516	1 497	-1,25
Lama	1 271	1 164	-8,42
Lijó	2 306	2 425	5,16
Macieira de Rates	2 083	1 907	-8,45
Manhente	1 703	1 705	0,12
Marfim	2 375	2 051	-13,64
Moure	925	921	-0,43
Oliveira	1 004	986	-1,79
Palme	1 073	1 045	-2,61
Panque	680	631	-7,21
Paradela	850	789	-7,18
Pereira	1 318	1 241	-5,84
Perelhal	1 749	1 700	-2,80
Pousa	2 272	2 218	-2,38
Remelhe	1 309	1 280	-2,22
Rio Covo (Santa Eugénia)	1 483	1 556	4,92
Roriz	2 152	2 021	-6,09
Silva	913	900	-1,42
Tamel (S. Veríssimo)	3 025	2 915	-3,64

Legenda:

Taxa de variação
mais positiva

Taxa de variação
mais negativa

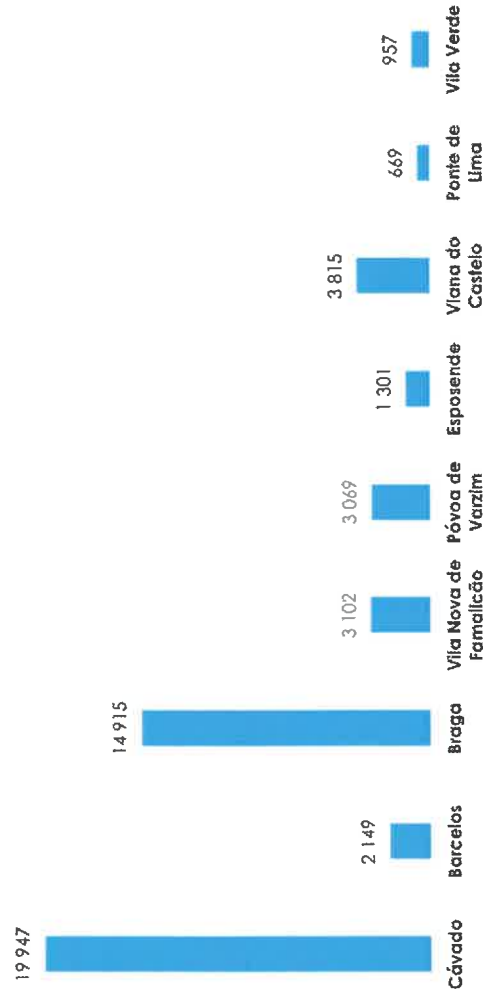
Unidade Territorial	População Residente (Nº)		Taxa de Variação (%)
	2011	2021	
Ucha	1 420	1 416	- 0,28
UF de Alheira e Igreja Nova	1 456	1 347	- 7,49
UF de Alvito (S. Pedro e S. Martinho) e Couto	1 438	1 446	0,56
UF de Areias de Vilar e Encourados	1 879	1 740	- 7,40
UF de Barcelos, Vila Boa e Vila Frescainha (S. Martinho e S. Pedro)	11 108	11 349	2,17
UF de Campo e Tamel (S. Pedro Fins)	1 521	1 509	- 0,79
UF de Carreira e Fonte Coberla	2 033	2 022	- 0,54
UF de Chorente, Góios, Courel, Pedra Furada e Gual	2 568	2 454	- 4,44
UF de Creixomil e Mariz	1 208	1 112	- 7,95
UF de Durrães e Tregosa	1 409	1 379	- 2,13
UF de Gamil e Midões	1 386	1 377	- 0,65

Unidade Territorial	População Residente (Nº)		Taxa de Variação (%)
	2011	2021	
UF de Milhazes, Vilar de Figos e Faria	2 066	1 993	- 3,53
UF de Negreiros e Chavão	2 364	2 203	- 6,81
UF de Quintiães e Aguiar	1 190	1 080	- 9,24
UF de Sequeade e Bastuço (S. João e Santo Estevão)	1 916	1 808	- 5,64
UF de Silveiros e Rio Covo (Santa Eulália)	2 151	2 098	- 2,46
UF de Tamel (Santa Leocádia) e Vilar do Monte	1 420	1 269	- 10,63
UF de Viatodos, Grimancelos, Minhotães e Monte de Fralães	3 814	3 744	- 1,84
UF de Vila Cova e Feitos	2 564	2 449	- 4,49
Várzea	1 904	1 934	1,58
Vila Seca	1 197	1 064	- 11,11

Fonte: Censos 2011 e Censos 2021, INE

No que se refere à população estrangeira observa-se que o concelho de Braga se destaca com o maior número de população migrante ao registar 14 915 migrantes no ano 2021. Barcelos apresenta um número significativamente menos, com 2 148 migrantes, posicionando-se atrás dos concelhos de Braga, Vila Nova de Famalicão, Póvoa de Varzim e Viana do Castelo. Apesar da sua atratividade, o Barcelos pode não oferecer o mesmo nível de oportunidades de emprego em comparação a Braga que é uma capital de distrito e um centro urbano com maior diversificação de serviços e indústrias.

Gráfico 4 - População estrangeira com estatuto legal de residente (Nº) em Barcelos e concelhos limítrofes, 2021



Fonte: INE, 2021

No que diz respeito à diversidade de nacionalidades em Barcelos, a comunidade migrante é bastante diversificada, sendo a maioria composta por brasileiros, que representam 53,33% da população migrante, possivelmente devido a laços históricos e linguísticos. Outras nacionalidades significativas incluem imigrantes de Cabo Verde e Ucrânia (4%), Angola com 5% e Romênia com 1%. Além disso, verifica-se a presença de migrantes da Guiné-Bissau, China e outros países africanos como São Tomé e Príncipe.

Tabela 3 - Nacionalidades da população estrangeira em Barcelos, 2021

Países	Nº
Brasil	1 146
Ucrânia	84
Cabo Verde	88
Roménia	23
Angola	112
Guiné-Bissau	14
Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda	12
República da Moldávia	1
China	60
São Tomé e Príncipe	11
Outros países	598

Fonte: INE, 2021

Afunilando a análise para as Freguesias do concelho de Barcelos, o maior número de população estrangeira verifica-se na Freguesia de Arcozelo (590), seguida da UF de Barcelos, Vila Boa e Vila Frescainha (308). Em contraste, a Freguesia de Airó regista apenas 1 residente estrangeiro, o menor número entre todas as Freguesias.

É possível constatar que a distribuição da população estrangeira em Barcelos é desigual e nota-se uma maior concentração em Freguesias maiores e mais urbanizadas, em que a presença de serviços e equipamentos é mais significativa.

Tabela 4 - População estrangeira com estatuto legal de residente, por Freguesia do concelho de Barcelos, 2021

Unidade Territorial	População residente total (Nº)	População residente estrangeira (Nº)
	2021	2021
Abade de Neiva	2 009	38
Aborim	827	17
Adães	755	21
Airó	883	1
Aldreu	795	10
Alvelos	2 010	27
Arcozelo	12 824	590
Areias	1 026	23
Balugães	787	19
Barcelinhos	1 869	47
Barqueiros	1 916	23
Cambeses	1 236	17
Carapeços	2 168	29
Carvalhal	1 233	12
Carvalhas	692	10
Cossourado	758	21
Cristelo	1 657	7
Fornelos	803	14
Fragoso	2 069	16
Galegos (Santa Maria)	2 848	32

Unidade Territorial	População residente total (Nº)	População residente estrangeira (Nº)
	2021	2021
Galegos (S. Martinho)	1 842	23
Gilmonde	1 497	21
Lama	1 164	18
Lijó	2 425	40
Macieira de Rates	1 907	44
Manhente	1 705	18
Martim	2 051	40
Moure	921	16
Oliveira	986	16
Palme	1 045	15
Panque	631	3
Paradela	789	8
Pereira	1 241	11
Perelhal	1 700	14
Pousa	2 218	11
Remelhe	1 280	21
Rio Covo (Santa Eugénia)	1 556	20
Roriz	2 021	20
Silva	900	11
Tamel (S. Veríssimo)	2 915	50

Unidade Territorial	População residente total (Nº)	População residente estrangeira (Nº)
	2021	2021
Ucha	1 416	42
UF de Alheira e Igreja Nova	1 347	11
UF de Alvito (S. Pedro e S. Martinho) e Couto	1 446	19
UF de Areias de Vilar e Encourados	1 740	29
UF de Barcelos, Vila Boa e Vila Frescainha (S. Martinho e S. Pedro)	11 349	308
UF de Campo e Tamel (S. Pedro Fins)	1 509	21
UF de Carreira e Fonte Coberta	2 022	18
UF de Chorrente, Góios, Courel, Pedra Furada e Gual	2 454	21
UF de Creixomil e Mariz	1 112	6
UF de Durrães e Tregosa	1 379	35

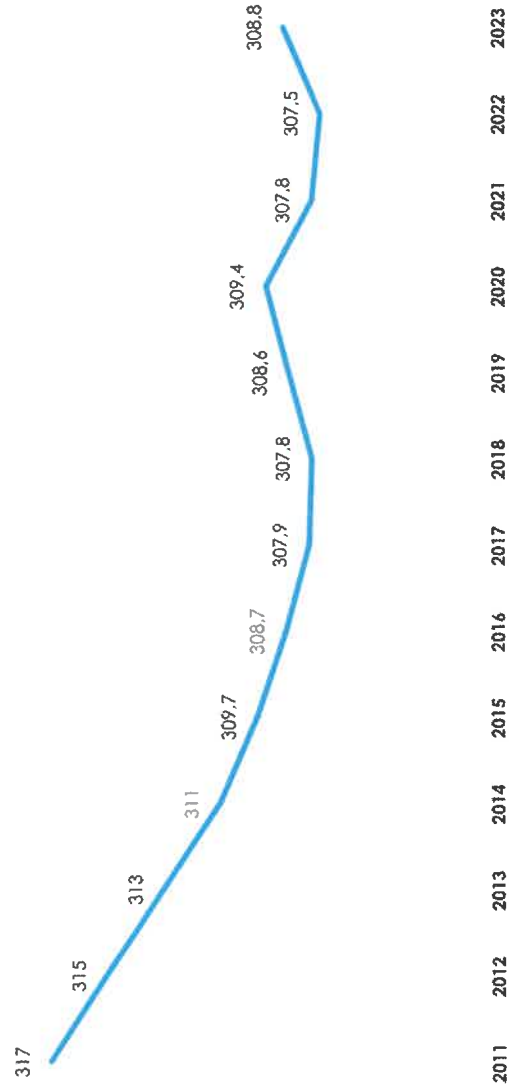
Unidade Territorial	População residente total (Nº)	População residente estrangeira (Nº)
	2021	2021
UF de Gamil e Midões	1 377	6
UF de Milhazes, Vilar de Figos e Faria	1 993	9
UF de Negreiros e Chavão	2 203	26
UF de Quintiães e Aguiar	1 080	11
UF de Sequeade e Bastuço (S. João e Santo Estevão)	1 808	27
UF de Silveiros e Rio Covo (Santa Eulália)	2 098	38
UF de Tamel (Santa Leocádia) e Vilar do Monte	1 269	30
UF de Viatodos, Grímancelos, Minhoães e Monte de Fraiães	3 744	41
UF de Vila Cova e Feitos	2 449	34
Várzea	1 934	63
Vila Seca	1 064	9

Fonte: INE, 2021

2.5.2. Densidade populacional

A corroborar os dados anteriores face à evolução populacional, a densidade populacional do concelho de Barcelos em 2023 (308,8 hab/km²), é superior à média nacional (115,4 hab/km²), mas inferior à da Região do Cávado (345,0 hab/km²) e quando comparada com o ano 2011 (317,0 hab/km²). Ao analisar a evolução da densidade populacional entre 2011 e 2023 regista-se uma diminuição constante, à exceção dos anos 2019, 2020 e 2023.

Gráfico 5 - Densidade populacional de Barcelos (2011-2023)



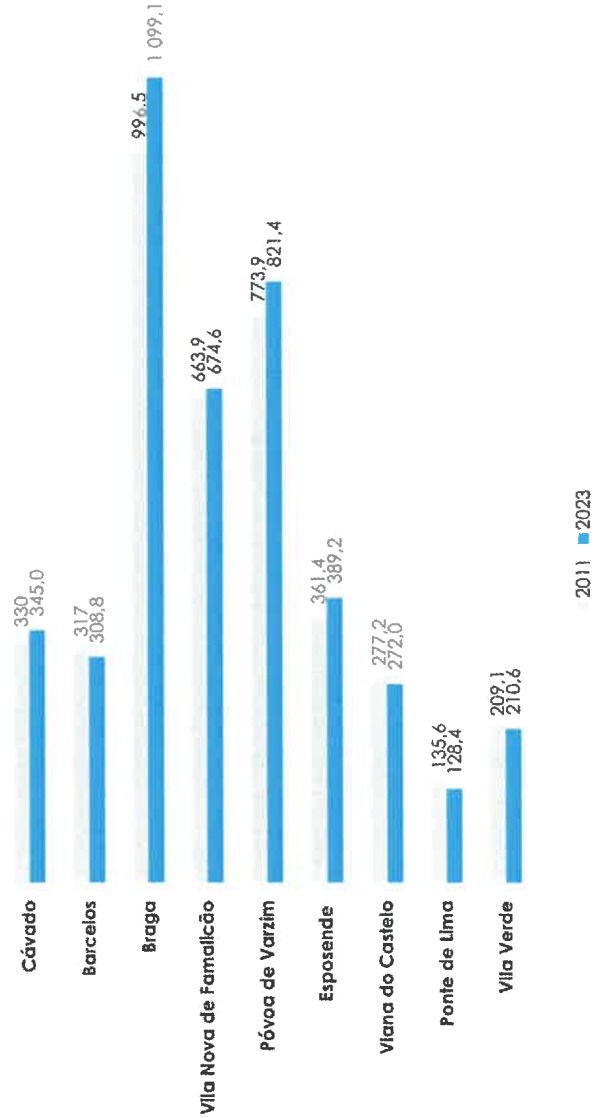
Fonte: INE, 2023

2.5.2.1. Comparação com médias regionais e nacionais

Na comparação com os concelhos limítrofes, assiste-se a uma densidade populacional destacada do concelho de Braga em relação com os demais (1 099,1 habitantes por km²). Barcelos destaca-se com a quinta maior densidade, antecedido dos concelhos da Póvoa de Varzim (821,4 hab./km²), Vila Nova de Famalicão (674,6 hab./km²) e Esposende (389,2 hab./km²).

Numa análise à globalidade dos concelhos limítrofes, comparando com a Região do Cávado que apresenta uma densidade populacional de 345,0 hab./km², constata-se que Barcelos revela uma menor densidade, com 308,8 hab./km², assim como os concelhos de Viana do Castelo (272,0 hab./km²), Vila Verde (210,6 hab./km²) e Ponte de Lima (128,4 hab./km²).

Gráfico 6 - Densidade populacional em Barcelos e concelhos limítrofes (2023)



Fonte: INE, 2023

A análise entre o período de 2011 e 2023 permite observar que a taxa de variação da densidade populacional é de diminuição para quatro dos concelhos em estudo: Barcelos (-2,57%), Viana do Castelo (-1,87%), Ponte de Lima (-5,30%) e Vila Verde (-0,71%). Já nos concelhos de Braga, Esposende, Póvoa de Varzim e Vila Nova de Famalicão e Esposende a taxa de variação é positiva com um acréscimo de +10,28%, 7,69%, +6,13% e +1,61%, respetivamente (tabela 5).

A densidade populacional do concelho de Barcelos face aos concelhos limítrofes é reflexo da extensão do seu território. Encontra-se acima da dimensão média dos municípios do Noroeste, do seu padrão de ocupação territorial disperso, que é testemunho da sua multipolaridade cultural, social e económica, e da qual emergem as 61 freguesias. Esta ocupação é ainda testemunho da sua posição como território de transição, em que a cintura industrial que rodeia a grande aglomeração urbana em torno do Porto se mescla com uma paisagem em que o setor primário ainda tem um peso significativo.

Tabela 5 - Taxa de variação da densidade populacional no concelho de Barcelos e concelhos limítrofes (2011-2023)

Unidade Territorial	Densidade Populacional (hab./km²)		Variação Relativa (%)
	2011	2023	
Cávado	330	345	+ 4,54%
Barcelos	317	308,8	- 2,57%
Braga	996,5	1 099,1	+ 10,28%
Vila Nova de Famalicão	663,9	674,6	+ 1,61%

Legenda:

Variação mais positiva

Variação mais negativa

Unidade Territorial	Densidade Populacional (hab./km²)		Variação Relativa (%)
	2011	2023	
Póvoa de Varzim	773,9	821,4	+ 6,13%
Esposende	361,4	389,2	+ 7,69%
Viana do Castelo	277,2	272	- 1,87%
Ponte de Lima	135,6	128,4	- 5,30%
Vila Verde	209,1	210,6	- 0,71%

Fonte: INE, 2023

2.5.3. Índices demográficos

2.5.3.1. Índice de dependência

Este indicador permite-nos compreender a relação entre a população jovem e idosa, considerada população dependente, e a população em idade ativa. Assim, o índice de dependência é analisado em três grupos:

- Dependência total;
- Dependência de idosos;
- Dependência de jovens.

Para o cálculo dos índices de dependência o INE delimita três grupos etários:

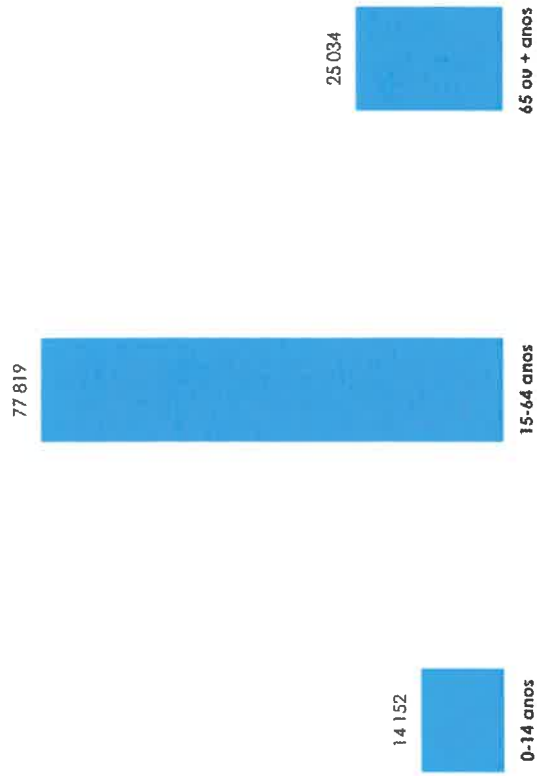
- A população jovem é composta pelas pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos;
- A população em idade ativa é composta pelas pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos;
- A população idosa é composta pelas pessoas com 65 ou mais anos.

No ano de 2023, Barcelos apresenta 12,09% da sua população jovem, 66,51% em idade ativa e 21,40% de população idosa.

Para composição dos índices de dependência o INE define que:

- O índice de dependência total é a "relação entre a população jovem e idosa e a população em idade ativa";
- O índice de dependência jovem é a "relação entre a população jovem e a população em idade ativa";
- O índice de dependência de idosos é a "relação entre a população idosa e a população em idade ativa".

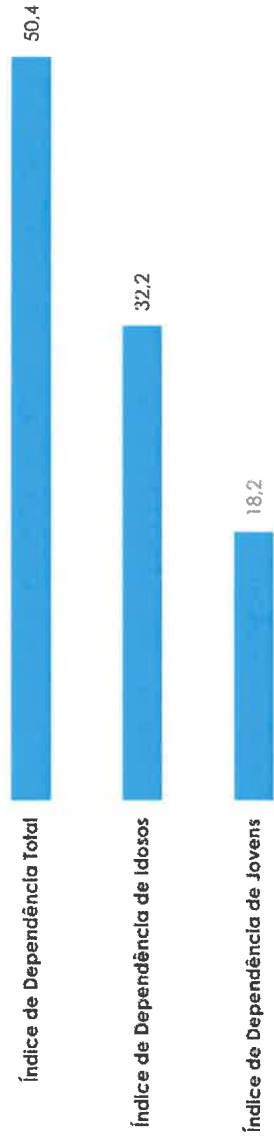
Gráfico 7 - População de Barcelos, por grupo etário (2023)



Fonte: INE, 2023

Ao analisar os índices de dependência em Barcelos, conforme mostra o gráfico 8, observa-se que o índice de dependência total (jovens e idosos por cada 100 pessoas em idade ativa) em 2023 é de 50,4, o índice de dependência de idosos (idosos por cada 100 pessoas em idade ativa) é de 32,2 e o índice de dependência de jovens (jovens por cada 100 pessoas em idade ativa) é de 18,2.

Gráfico 8 - Índices de dependência em Barcelos (2023)



Fonte: INE, 2023

A comparação dos Índices de Dependência das Freguesias ao momento da atual análise, apenas é possível de elaborar para o ano 2021, sendo o ano mais recente com informação disponível. Assim, no que respeita ao índice de dependência total observa-se que o valor mais elevado está presente nas UF de Alheira e Igreja Nova (67,3), Freguesia de Barqueiros (59,80), UF de Durrães e Tregosa (57,78) e Freguesia de Vila Seca (56,24). Por sua vez, as Freguesias que apresentam um Índice de Dependência Total inferior são as Freguesias de Marfim (34,32), Arcozelo (39,95) e Palme (40,84). Importa destacar que a respeito do índice de dependência de idosos, a UF de Alheira e Igreja Nova apresenta o valor mais elevado comparado com as restantes Freguesias (45,47), surgindo em segundo lugar a Freguesia de Carvalhal com (40,38), em terceiro lugar a UF de Durrães e Tregosa (39,93) e logo de seguida a Freguesia de Barqueiros com 39,12. Com valores bastante inferiores e, portanto, com um índice de dependência de idosos mais reduzido em primeiro lugar surge a Freguesia de Marfim (18,86), posteriormente a Freguesia de Palme (22,10) e a Freguesia de Arcozelo (22,51).

A Freguesia de Barqueiros apresenta um índice de dependência de jovens significativamente mais elevado quando comparada às restantes Freguesias (60,68), o que significa que neste contexto territorial 60 em cada 100 jovens não geram o seu próprio rendimento. Em segundo lugar, mas com um valor bastante inferior (22,72) surge a Freguesia de Várzea. Do lado oposto, a Freguesia que apresenta um índice de dependência de jovens mais baixo é o da UF de Creixomil e Mariz, com 13,27, seguida da Freguesia de Carvalhal (13,75), UF de Areias de Vilar e Encourados (14,44) e Freguesia de Marfim (15,46).

Tabela 6 - Índices de dependência das Freguesias do concelho de Barcelos (2021)

Unidade Territorial	Índice de dependência total (Nº)	Índice de dependência de jovens (Nº)	Índice de dependência de idosos (Nº)
Abade de Neiva	45,47	20,13	25,34
Aborim	51,47	19,41	32,05
Adães	52,83	20,04	32,79
Airó	45,71	18,48	27,23
Aldreu	54,97	19,10	35,87
Alvelos	48,23	17,70	30,53
Arcozelo	39,95	17,44	22,51
Areias	51,33	20,06	31,27
Balugães	49,05	17,80	31,25
Barcelinhos	53,70	21,38	32,32
Barqueiros	59,80	60,68	39,12
Cambeses	47,14	16,55	30,60
Carapeços	44,24	18,96	25,28
Carvalhal	54,13	13,75	40,38
Carvalhas	42,68	16,70	25,98
Cossourado	52,52	18,31	34,21
Cristelo	45,48	15,72	29,76
Fornelos	50,09	20,56	29,53
Fragoso	50,80	20,19	30,61
Galegos (Santa Maria)	44,64	19,50	25,14
Galegos (S. Martinho)	48,43	20,31	28,12
Gilmonde	50,91	19,96	30,95
Lama	51,96	18,02	33,94
Lijó	45,21	20,90	24,31
Macleira de Rates	49,10	20,17	28,93
Manhente	46,48	19,07	27,41
Maritim	34,32	15,46	18,86
Moure	42,35	18,86	23,49
Oliveira	49,17	18,91	30,26
Palme	40,84	18,73	22,10
Panque	47,09	17,95	29,14
Paradela	43,72	18,40	25,32
Pereira	42,64	18,62	24,02
Pereihal	50,84	20,94	29,90
Pousa	43,19	19,30	23,89
Remelhe	44,14	15,88	28,27
Rio Covo (Santa Eugénia)	44,34	19,11	25,23
Rofiz	44,87	16,85	28,03
Silva	53,85	16,75	37,09
Tamel (S. Veríssimo)	52,30	16,88	35,42

Unidade Territorial	Índice de dependência total (Nº)	Índice de dependência de jovens (Nº)	Índice de dependência de idosos (Nº)
Ucha	47,81	22,03	25,78
UF de Alheira e Igreja Nova	67,33	21,86	45,47
UF de Campo e Tamel (S. Pedro Fins)	49,11	17,00	32,11
UF de Carreira e Fonte Coberta	45,26	18,03	27,23
UF de Chorente, Góios, Courel, Pedra Furada e Gueral	51,29	18,56	32,74
UF de Creixomil e Mariz	46,12	13,27	32,85
UF de Durrães e Tregosa	57,78	17,85	39,93
UF de Gamil e Midões	43,59	19,19	24,40
UF de Milhazes, Vilar de Figos e Faria	50,64	19,20	31,44
UF de Negreiros e Chavão	49,76	19,58	30,18

Unidade Territorial	Índice de dependência total (Nº)	Índice de dependência de jovens (Nº)	Índice de dependência de idosos (Nº)
UF de Quintiães e Aguiar	52,11	19,15	32,96
UF de Sequeade e Bastuço (S. João e Santo Estevão)	42,59	16,64	25,95
UF de Silveiros e Rio Covo (Santa Eulália)	48,16	19,28	28,88
UF de Tamel (Santa Leocádia) e Vilar do Monte	41,00	15,44	25,56
UF de Viatodos, Grimancelos, Minhoães e Monte de Frialães	51,15	18,73	32,42
UF de Vila Cova e Feitos	51,55	20,67	30,88
Várzea	46,96	22,72	24,24
Vila Seca	56,24	19,24	37,00

Fonte: INE, 2021

Ao comparar com os concelhos limítrofes (tabela 7), Barcelos apresenta o segundo menor índice de dependência total (50,4) antecedido de Braga (49,6). Viana do Castelo é o concelho com um índice de dependência total superior, com um valor correspondente a 62,2.

Quanto ao índice de dependência de idosos, Barcelos apresenta o terceiro menor índice com o valor de 31,2. Braga, é uma vez mais, o concelho que apresenta o valor mais baixo com 29,4 e, Viana do Castelo o valor mais elevado, com 43. No que concerne ao índice de dependência de jovens, Barcelos é novamente o segundo concelho com o valor mais baixo, apresentando um valor de 18,2 antecedido por Ponte de Lima (18). O concelho que revela o valor mais elevado é Esposende, com 20,5.

Numa análise com a Sub-Região do Cávado, observa-se uma ligeira inferioridade do número de idosos por cada 100 “ativos” no concelho de Barcelos. Ou seja, apresenta 31,2 idosos por cada 100 pessoas em idade ativa enquanto a média da Sub-Região do Cávado está nos 31,5 idosos por cada 100 pessoas em idade ativa. Ao analisar a dependência dos jovens, Barcelos apresenta para 100 pessoas em idade ativa, aproximadamente 18,2 jovens dependentes, ficando abaixo da Sub-Região do Cávado que, para 100 pessoas em idade ativa, apresenta 19,5 jovens dependentes.

Tabela 7 - Índices de dependência no concelho de Barcelos e concelhos limítrofes

Concelho	Índice de dependência total (Nº)	Índice de dependência de idosos (Nº)	Índice de dependência de jovens (Nº)
Cávado	51,0	31,5	19,5
Barcelos	50,4	32,2	18,2
Braga	49,6	29,4	20,2
Vila Nova de Famalicão	51,3	32,3	19,0
Póvoa de Varzim	52,4	32,8	19,6
Esposende	52,4	31,9	20,5
Viana do Castelo	62,2	43,0	19,2
Ponte de Lima	57,7	39,6	18,0
Vila Verde	54,6	34,7	19,9

Fonte: INE, 2023

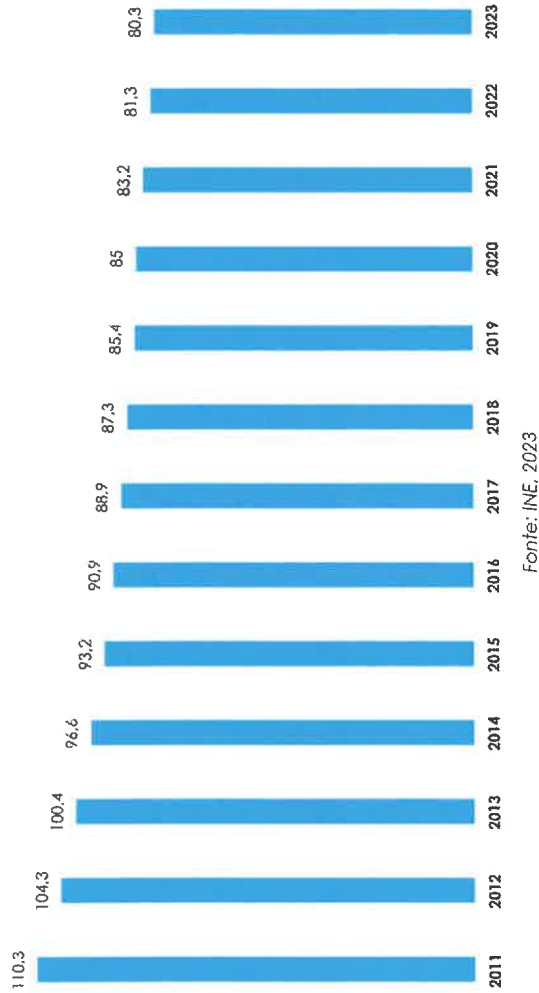
A pertinência do índice de dependência no contexto do presente diagnóstico prende-se com a compreensão da proporção da população em idade ativa e a relação desta com as faixas etárias que, em princípio, estão dependentes dos rendimentos gerados pela população ativa do concelho. Neste sentido, revela-se crucial o incremento de população jovem no contexto local, de modo a tornar o concelho de Barcelos mais equilibrado do ponto de vista sociodemográficos e consequentemente produtivo, promovendo uma resposta concreta face à diminuição de população ativa no futuro. Assim, a adoção de políticas que visem o aumento do número de nascimentos e a fixação de jovens torna-se um pilar

fundamental para a sustentabilidade do concelho. Este entendimento ajuda a compor o quadro que ilustra o potencial socioeconómico agregado ao território e as respetivas relações de interdependência, fundamentais para a sua coesão social.

2.5.3.2. Índice de renovação da população ativa²

Durante o período entre 2011 e 2023, Barcelos apresenta uma tendência negativa no que, concerne ao índice de renovação da população ativa, dado que este revela que por cada 100 pessoas que se reformam, em 2023, apenas 80 entram no mercado de trabalho, enquanto em 2011 por cada 100 pessoas que se reformavam, 110 entravam no mercado de trabalho (gráfico 9).

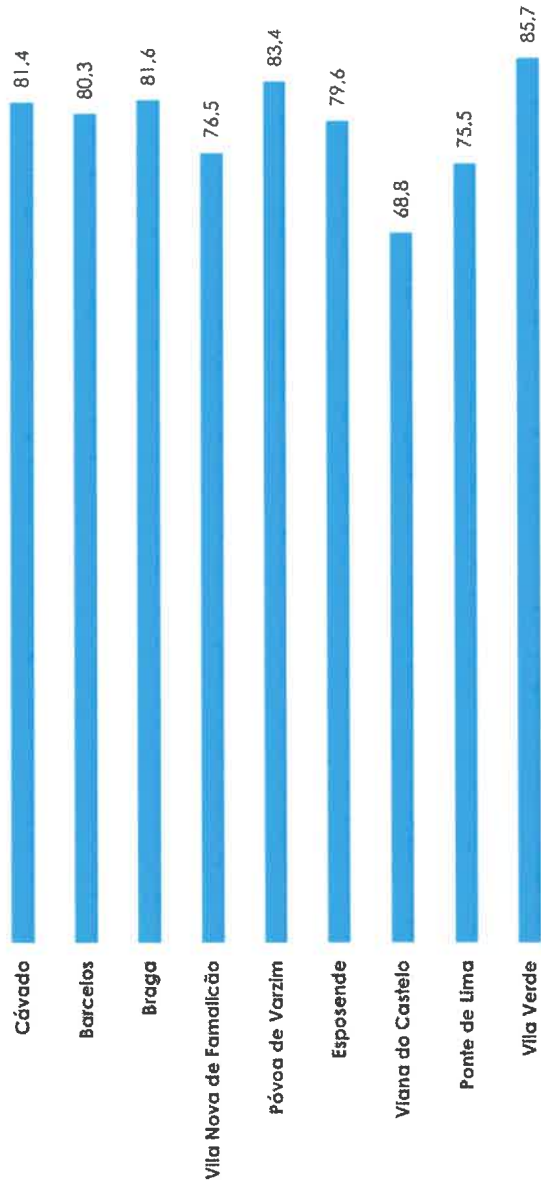
Gráfico 9 - Índice de renovação da população em idade ativa em Barcelos (2011 -2023)



² O índice de renovação da população ativa é calculado pela "relação entre a população que potencialmente está a entrar no mercado de trabalho, entre os 20 e 29 anos, e a que está a sair, com idades entre os 55 e os 64 anos" (INE).

No entanto, no contexto de comparação com os concelhos limítrofes, ocupa a quarta posição no que diz respeito ao maior número de pessoas que entram no mercado de trabalho por cada 100 que se reformam. Tal como é possível observar no gráfico 10, o concelho que apresenta o maior índice de renovação é o de Vila Verde, com um valor de 85 pessoas que entram no mercado de trabalho (por cada 100 que se reforma), seguido de Braga com o valor de 82 pessoas. Em lado oposto, com o menor número de pessoas a entrar para o mercado de trabalho em comparação com as 100 que se reformam, surge Viana do Castelo com 68 pessoas.

Gráfico 10 - Índice de renovação da população ativa em Barcelos e concelhos limítrofes (2023)

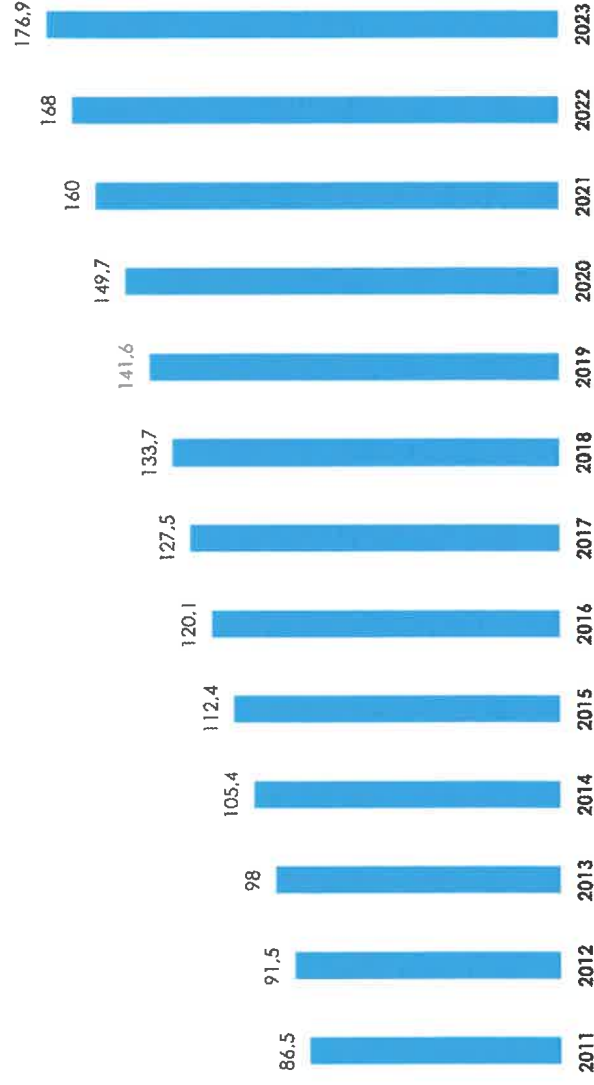


Fonte: INE, 2023

2.5.3.3. Índice de envelhecimento da população³

As alterações da estrutura etária da população residente na região verificadas nos últimos anos, refletem-se num aumento do Índice de envelhecimento. Em 2011, a relação entre idosos e jovens em Barcelos era a segunda mais baixa em comparação com os restantes concelhos limítrofes (gráfico 10). No entanto, em 2023 revela-se o terceiro concelho com o índice de envelhecimento mais elevado, atingindo um máximo de 176,9 idosos por cada 100 jovens, tendo a sua taxa de variação sido fixada em +104,51% face a 2011 (gráfico 11).

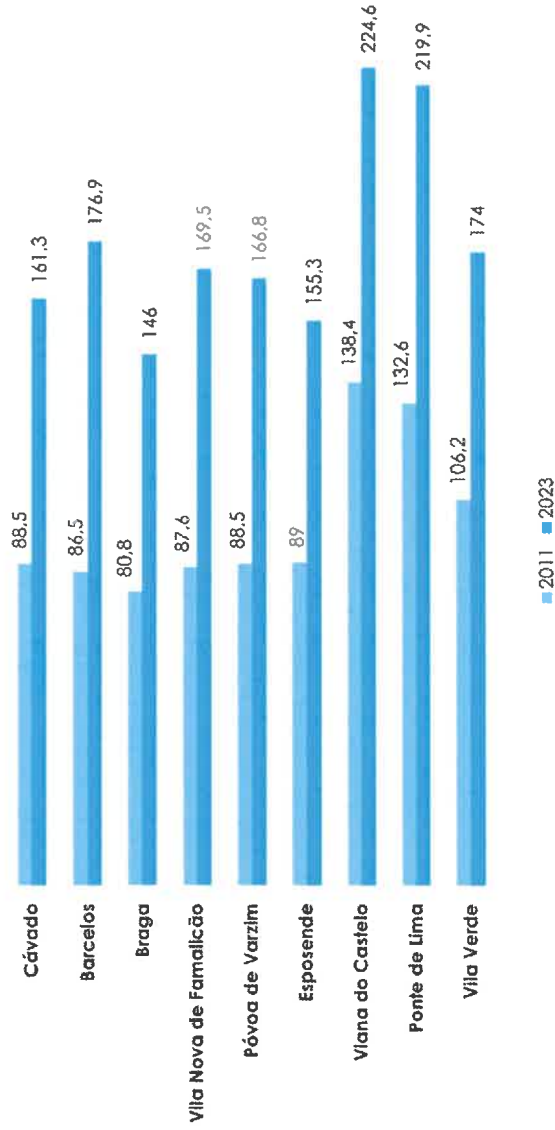
Gráfico 11 - Índice de envelhecimento da população de Barcelos (2011-2023)



Fonte: INE, 2022

³ O Índice de envelhecimento da população é calculado através da "relação entre a população idosa, composta pelas pessoas com 65 anos ou mais e a população jovem, composta pelas pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos" (INE).

Gráfico 12 - Índice de envelhecimento da população de Barcelos e concelhos limítrofes (2011 e 2023)



Fonte: INE, 2022

No que concerne à análise por Freguesias, no período intercensitário (2011-2021), tabela 8, importa referir que o índice de envelhecimento mostra um aumento em todas as Freguesias do concelho, sendo que a Freguesia de Remelhe é a que apresenta uma taxa de variação mais significativa e, por esse motivo, um aumento do número de idosos em relação ao número de jovens (no ano de 2011 existiam 61,64 idosos para cada 100 jovens e, no ano 2021, 178,0 idosos para cada 100 jovens, resultando assim, numa taxa de variação igual a 188,77%). De destacar que, apesar de não apresentar a taxa de variação mais elevada, a Freguesia de Carvalhal é a que, no ano 2021, possui o índice de envelhecimento mais elevado, com 293,64 idosos para cada 100 jovens. Já a Freguesia que apresenta uma taxa de variação menor do índice de envelhecimento é a de Barcelinhos (6,46%), sendo que no ano 2011 para cada 100 jovens existiam 141,98 idosos e, no ano 2021, 151,15 idosos. A este respeito, apesar de não possuir a taxa de variação menor, a Freguesia de Várzea, apresenta o menor número de idosos (106,69) por cada 100 jovens.

Tabela 8 - Índice de envelhecimento (2011-2021), por Freguesia

Unidade Territorial	Índice de envelhecimento (Nº)		Taxa de Variação (%)
	2011	2021	
Abade de Neiva	71,64	125,90	75,74%
Aborim	106,06	165,09	55,66%
Adães	95,69	163,64	71,01%
Airó	77,85	147,32	89,23%
Aldreu	83,87	187,76	123,87%
Alvelos	79,94	172,50	115,79%
Arcozelo	58,02	129,10	122,51%
Arelas	77,51	155,88	101,11%
Balugães	94,20	175,53	86,34%
Barcelinhos	141,98	151,15	6,46%
Barqueiros	96,92	189,11	95,12%
Cambeses	87,21	184,89	112,01%
Carapeços	65,66	133,33	103,06%
Carvalhal	144,44	293,64	103,29%
Carvalhas	75,00	155,56	107,41%
Cossourado	118,94	186,81	57,06%
Cristelo	79,26	189,39	138,95%
Fornelos	60,78	143,64	136,33%
Fragoso	77,53	151,62	95,56%
Galegos (Santa Maria)	62,33	128,91	106,82%

Unidade Territorial	Índice de envelhecimento (Nº)		Taxa de Variação (%)
	2011	2021	
Galegos (S. Martinho)	75,76	138,49	82,80%
Gilmonde	98,18	155,05	57,92%
Lama	85,10	188,41	121,39%
Lijó	72,61	116,33	60,21%
Macieira de Rates	65,01	143,41	120,59%
Manhente	64,24	143,69	123,68%
Martim	47,26	122,03	158,21%
Moure	72,05	124,59	72,91%
Oliveira	85,16	160,00	87,88%
Palme	89,77	117,99	31,43%
Panque	92,52	162,34	75,46%
Paradela	77,42	137,62	77,76%
Pereira	67,77	129,01	90,36%
Perelhal	64,89	142,80	120,06%
Pousa	62,04	123,75	99,47%
Remelhe	61,64	178,0	188,77%
Rio Covo (Santa Eugénia)	77,96	132,04	69,37%
Roriz	63,84	166,38	160,62%
Silva	136,28	221,43	62,48%
Tamel (S. Veríssimo)	101,97	209,91	105,85%

Legenda:

Taxa de variação mais positiva

Taxa de variação mais negativa

Unidade Territorial	Índice de Envelhecimento (Nº)		Taxa de Variação (%)
	2011	2021	
Ucha	68,65	117,06	70,52%
UF de Alheira e Igreja Nova	168,12	207,95	23,69%
UF de Alvíto (S. Pedro e S. Martinho) e Couto	72,18	142,51	97,47%
UF de Areias de Vilar e Encourados	112,12	225,15	100,81%
UF de Barcelos, Vila Boa e Vila Frescainha (S. Martinho e S. Pedro)	110,88	176,45	59,14%
UF de Campo e Tamel (S. Pedro Fins)	88,45	188,95	113,62%
UF de Carreira e Fonte Coberta	77,68	151,00	94,39%
UF de Charente, Góios, Courel, Pedra Furada e Gual	92,68	176,41	90,34%
UF de Creixomil e Mariz	108,00	247,52	129,18%
UF de Durrães e Tregosa	100,41	223,72	122,81%
UF de Gamil e Midões	80,42	127,17	58,13%

Fonte: INE, 2021

Unidade Territorial	Índice de Envelhecimento (Nº)		Taxa de Variação (%)
	2011	2021	
UF de Milhazes, Vilar de Figos e Faria	102,68	163,78	59,50%
UF de Negreiros e Chavão	66,67	154,17	131,24%
UF de Quintiães e Aguiar	92,63	172,06	85,75%
UF de Sequeade e Bastuço (S. João e Santo Estevão)	79,28	155,92	96,67%
UF de Silveiros e Rio Covo (Santa Eulália)	79,16	149,82	89,26%
UF de Tamel (Santa Leocádia) e Vilar do Monte	71,49	165,47	131,46%
UF de Viadodos, Grimancelos, Minhoitães e Monte de Fralães	110,15	173,06	57,11%
UF de Vila Cova e Feitos	88,26	149,40	69,27%
Várzea	67,95	106,69	57,01%
Vila Seca	124,32	192,37	54,73%

2.5.4. Cenário prospetivo da evolução da população

Atendendo aos objetivos inerentes à programação da Carta Municipal de Habitação, enquanto instrumento de planeamento da rede habitacional, revela-se fundamental proceder a um exercício de projeção da população residente, numa tentativa de prever a evolução demográfica no concelho, a curto e médio prazo. Neste sentido e tendo em linha de conta a população residente em 2021 (período censitário mais recente) foi possível identificar tendências a nível demográfico que nos permitem retirar algumas conclusões sobre a adequação das infraestruturas e das atividades no território, permitindo assegurar a igualdade de oportunidades dentro dos diferentes territórios do concelho e realizar os devidos ajustamentos em articulação com outros instrumentos municipais, nomeadamente o Plano Diretor Municipal (PDM). Para o efeito, procedeu-se à construção de um modelo de análise sustentado na estimativa da estrutura etária da população, os coeficientes de mortalidade e fecundidade, bem como foi considerada a média móvel do saldo migratório (dados entre 2017-2021). Desta forma, foram realizadas projeções demográficas a cinco anos (2026), dez anos (2031) e quinze anos (2036), considerando-se a evolução temporal da população.

Do ponto de vista metodológico, na projeção demográfica foram analisadas as diferentes Freguesias do concelho, considerando-se a evolução da população por grandes grupos etários nos últimos Censos de 2021. Esta opção, assumida no presente exercício projeivo pretende ter em atenção três fatores marcantes:

- Os resultados dos Censos 2021;
- Os diferentes padrões de comportamento da fecundidade e da mortalidade;
- A média do saldo migratório entre 2017 e 2021, uma vez que se pretendia atenuar os efeitos da pandemia nos movimentos migratórios.

Os resultados desta projeção permitem aferir acerca da composição populacional em momentos futuros, de acordo com o sexo e a idade, mas não permitem apurar o impacto de acontecimentos de outra natureza, nomeadamente catástrofes, guerras ou epidemias.

Desta maneira, os resultados para os três tipos de cenário (baixo, central e alto) devem ser interpretados como possíveis tendências de evolução da população tendo em conta variáveis específicas (fecundidade, mortalidade e saldo migratório) no período prospetivo.

Para a análise prospetiva de evolução da população do concelho de Barcelos foram projetados três cenários: cenário baixo, cenário central e cenário alto.

2.5.4.1. Cenário baixo

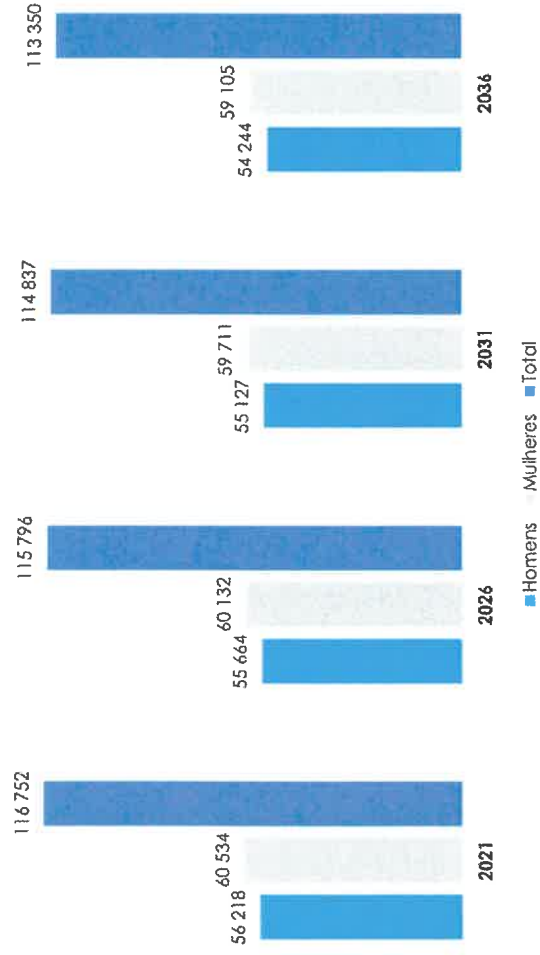
Em primeiro lugar, a análise incide no cenário baixo, sendo necessário ter em consideração os seguintes pressupostos:

- Considerou-se a população residente em 2021 como população de partida para o exercício de projeção (dados dos Censos de 2021);
- Foram consideradas e incluídas as projeções do INE (coeficiente de mortalidade e de fecundidade) para a região norte, cenário baixo;
- Foi considerada a média do saldo migratório do concelho entre 2017-2021.

A análise realizada evidencia uma diminuição da população do concelho de Barcelos até 2036, correspondente a -956 habitantes em 2026, -1 915 habitantes em 2031 e de -3 402 habitantes em 2036, em relação à população residente nos últimos censos (2021), tal como se pode observar no gráfico seguinte.

Em 2031 prevê-se que a população residente no concelho ronde os 114 837 habitantes dos quais 55 127 são homens e 59 711 mulheres, o que reflete a tendência de predomínio do sexo feminino. Essa tendência pode ser explicada pela esperança média de vida mais elevada no sexo feminino (menos coeficientes de mortalidade). Em relação às projeções para 2036, estima-se que a população seja de 113 350 habitantes, constituindo-se por 54 244 homens e 59 105 mulheres, com a manutenção da predominância do sexo feminino.

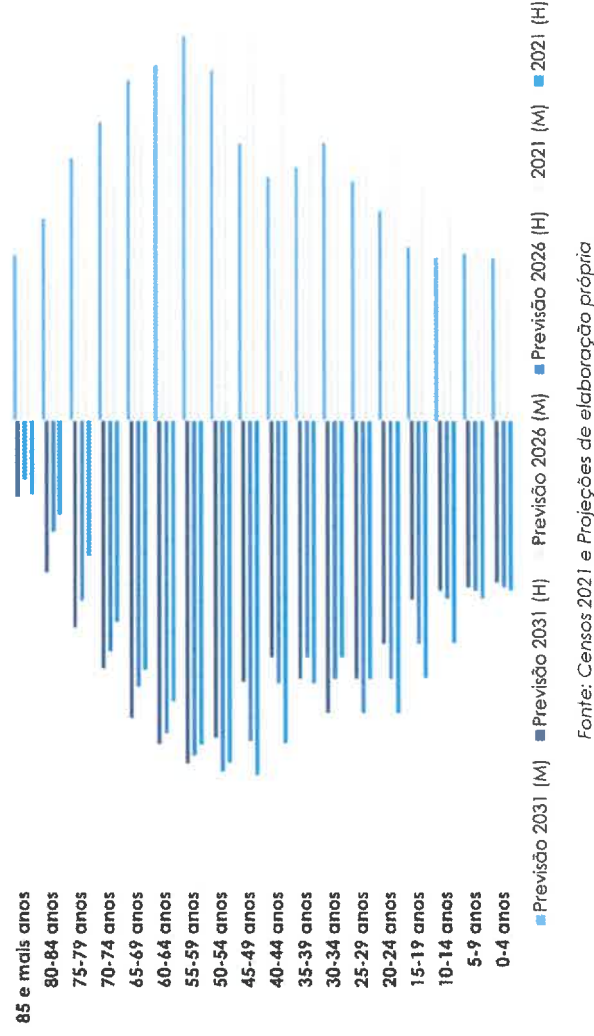
Gráfico 13 - Provável evolução da população residente de Barcelos (2021-2036) - Cenário baixo



Fonte: Censos 2021 e Projeções de elaboração própria

Através da análise do gráfico 14 é possível compreender a evolução da população por sexo e grupos etários, entre 2026 e 2031, representada sob a forma de pirâmide etária. Atenda-se à tendência para o crescimento do envelhecimento da população evidenciado sobretudo a partir da população com 50-54 anos. Não obstante, é de realçar um pequeno aumento da população entre os 30-34 anos e 35-39 anos que poderá ter impacto na natalidade, bem como da população empregada e que contribui para a economia do concelho.

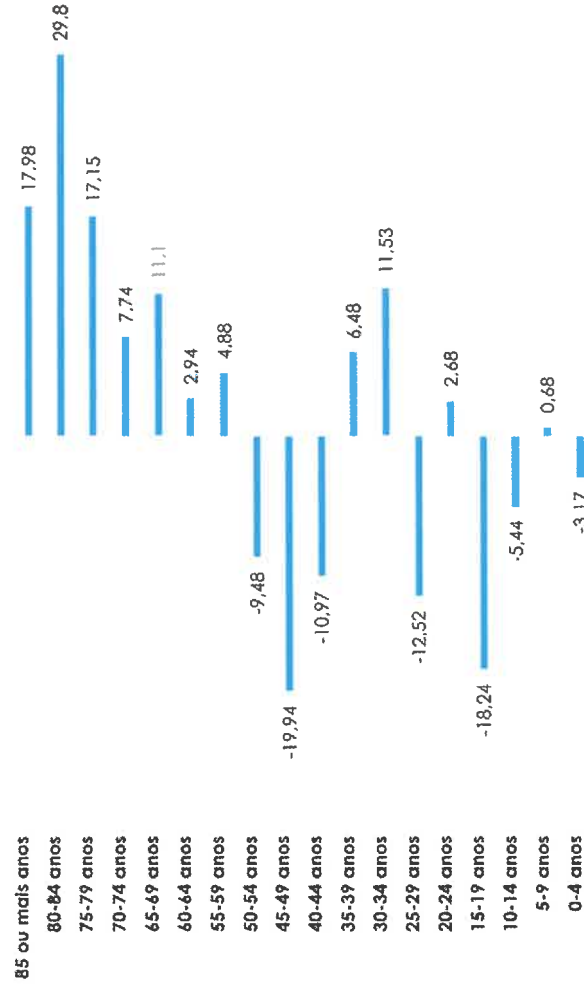
Gráfico 14 - Pirâmide etária do concelho de Barcelos (2021,2026 e 2031) - Cenário baixo



A análise com maior detalhe através das taxas de variação nos diferentes grupos etários permite confirmar as quebras mais significativas nos grupos etários mais jovens, nomeadamente dos 0-4 anos (-3,17%), 10-14 anos (-5,44%), 25-29 anos (-12,52%). De realçar, no entanto, o aumento de população na faixa etária dos 5-9 anos (+0,68%) e dos 20-24 anos (+2,68%).

A quebra nas faixas etárias dos 40-44 anos (-10,97%), 45-49 anos (-19,94%) e 50-54 anos (-9,48%) são, igualmente, expressivas. A partir desta faixa etária e, como referido, verifica-se um aumento relevante nos grupos etários referentes à população mais velha. Destaca-se, com um aumento significativo, o grupo etário dos 75-79 anos (+29,80%).

Gráfico 15 - Provável variação da população residente, por grupos etários (2026-2031) - Cenário baixo



Fonte: Censos 2021 e Projeções de elaboração própria

De modo a realizar uma análise mais complexa da evolução da população do município de Barcelos nos próximos anos, procedeu-se ao cálculo das projeções no cenário baixo da população por Freguesias.

As projeções estimam uma diminuição da população em todas as Freguesias, à exceção das Freguesias de Arcozelo e Marfim. Por sua vez, a Freguesia de Arcozelo registou, em 2021, 12 824 residentes e as projeções apontam para um aumento progressivo da população em que em 2026 aumentará para 12 928, em 2031 para 12 988 e em 2036 para 12 945 residentes. No que concerne à evolução da população residente na Freguesia de Marfim, observa-se um aumento da população já que em 2021 recensearam-se 2 051 residentes e estima-se que em 2026, 2031 e 2036 este valor aumente para 2 068, 2 093 e 2 106 residentes, respetivamente. Importa, no entanto, realçar que apesar de não ser um aumento linear algumas Freguesias veem os seus valores oscilarem. Em Carapeços observa-se um aumento da população entre 2026 e 2031, passando o número de

residentes de 2 163 para 2 168, no entanto, em 2036 o valor volta a diminuir. O mesmo se verifica na Freguesia de Lijó (2026 – 2 440, 2031 – 2 459, 2036 – 2 453 residentes), na Freguesia de Moure (2026 – 934, 2031 – 941, 2036 – 939 residentes), na Freguesia de Palme (2026 – 1047, 2031 – 1 051, 2036 – 1045 residentes), na Freguesia de Pereira (2026 – 1 250, 2031 – 1 255, 2036 – 1 246 residentes) e na Freguesia de Várzea (2026 – 1 944, 2031 – 1 945, 2036 – 1 932).

As projeções das restantes Freguesias preveem uma diminuição da população ao longo do período em análise.

Tabela 9 - Projeções de População Total - Cenário baixo

Unidade Territorial	Censos 2021	Projeções		
		2023	2031	2036
Abade de Neiva	2 009	2 012	1 996	1 977
Aborim	827	820	806	792
Adães	755	749	740	727
Airó	883	881	875	862
Aldreu	795	775	761	741
Alvelos	2 010	1 987	1 963	1 941
Arcozelo	12 824	12 928	12 988	12 945
Areias	1 026	1 018	1 010	997
Balugães	787	769	760	751
Barcelinhos	1 869	1 859	1 824	1 776
Barqueiros	1 916	1 870	1 834	1 791
Cambeses	1 236	1 216	1 206	1 192
Carapeços	2 168	2 163	2 168	2 166
Carvalhal	1 233	1 195	1 166	1 123
Carvalhas	692	688	684	673

Unidade Territorial	Censos 2021	Projeções		
		2023	2031	2036
Cossourado	758	734	719	705
Cristelo	1 657	1 638	1 626	1 600
Fornelos	803	803	798	790
Fragoso	2 069	2 040	2 014	1 988
Galegos (Santa Maria)	2 848	2 851	2 841	2 820
Galegos (S. Martinho)	1 842	1 838	1 830	1 798
Gilmonde	1 497	1 487	1 468	1 441
Lama	1 164	1 146	1 130	1 105
Lijó	2 425	2 440	2 459	2 453
Macleira de Rates	1 907	1 887	1 882	1 873
Manhente	1 705	1 688	1 667	1 646
Martim	2 051	2 068	2 093	2 106
Moure	921	934	941	939
Oliveira	986	967	954	940
Palme	1 045	1 047	1 051	1 045

Unidade Territorial	Censos 2021	Projeções		
		2023	2031	2036
Panque	631	615	607	596
Paradela	789	783	776	770
Pereira	1 241	1 250	1 255	1 246
Pereihal	1 700	1 699	1 689	1 662
Pousa	2 218	2 212	2 207	2 205
Remelhe	1 280	1 268	1 252	1 237
Rio Covo (Santa Eugénia)	1 556	1 545	1 547	1 542
Roriz	2 021	1 982	1 965	1 956
Silva	900	883	859	835
Tamel (S. Veríssimo)	2 915	2 856	2 802	2 740
Ucha	1 416	1 422	1 421	1 413
UF de Alheira e Igreja Nova	1 347	1 302	1 257	1 219
UF de Alvito (S. Pedro e S. Martinho) e Couto	1 446	1 419	1 403	1 388
UF de Areias de Vilar e Encourados	1 740	1 706	1 678	1 641
UF de Barcelos, Vila Boa e Vila Frescainha (S. Martinho e S. Pedro)	11 349	11 186	11 004	10 772
UF de Campo e Tamel (S. Pedro Fins)	1 509	1 488	1 472	1 454
UF de Carreira e Fonte Coberta	2 022	2 019	2 009	1 983

Fonte: Censos 2021 e Projeções de elaboração própria

Unidade Territorial	Censos 2021	Projeções		
		2023	2031	2036
UF de Chorente, Góios, Courel, Pedra Furada e Gueiral	2 454	2 420	2 380	2 332
UF de Creixomil e Mariz	1 112	1 087	1 067	1 040
UF de Durrães e Tregosa	1 379	1 314	1 283	1 255
UF de Gamil e Midões	1 377	1 370	1 362	1 350
UF de Milhazes, Vilar de Figos e Faria	1 993	1 989	1 979	1 949
UF de Negreiros e Chavão	2 203	2 179	2 160	2 132
UF de Quintiães e Aguiar	1 080	1 070	1 051	1 036
UF de Sequeade e Bastuço (S. João e Santo Estevão)	1 808	1 800	1 790	1 775
UF de Silveiros e Rio Covo (Santa Eulália)	2 098	2 070	2 051	2 022
UF de Tamel (Santa Leocádia) e Vilar do Monte	1 269	1 262	1 259	1 246
UF de Viatodos, Grimancelos, Minhotães e Monte de Fraiães	3 744	3 693	3 636	3 553
UF de Vila Cova e Feitos	2 449	2 421	2 392	2 360
Várzea	1 934	1 944	1 945	1 932
Vila Seca	1 064	1 044	1 026	1 000
Total	116 752	115 796	114 837	113 350

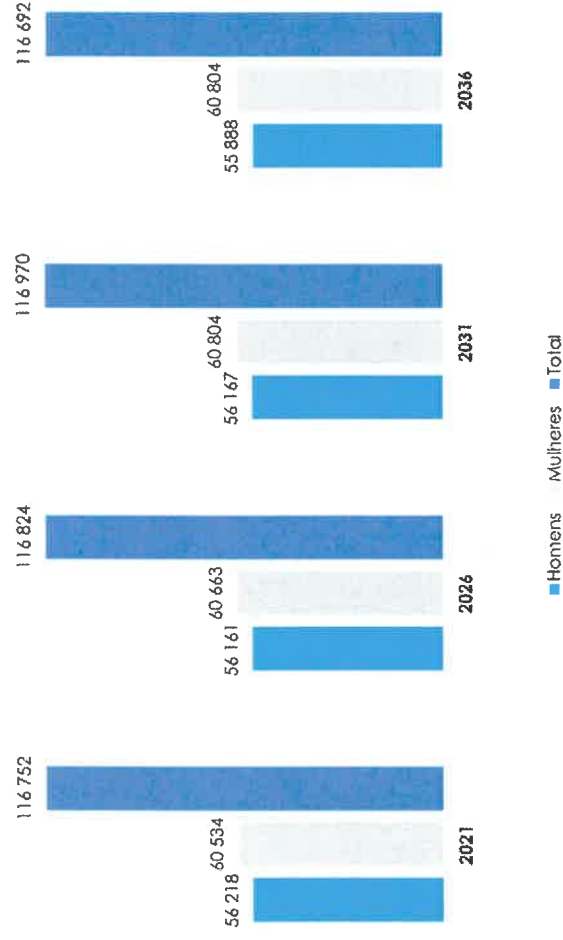
2.5.4.2. Cenário central

Em segundo lugar, a análise incide no cenário central, sendo necessário ter em consideração os seguintes pressupostos:

- Considerou-se a população residente em 2021 como população de partida para o exercício de projeção (dados dos Censos de 2021);
- Foram consideradas e incluídas as projeções do INE (coeficiente de mortalidade e de fecundidade) para a região norte, cenário central;
- Foi considerada a média do saldo migratório do concelho entre 2017-2021.

A partir da análise dos dados disponíveis para este cenário observa-se um ligeiro crescimento da população do concelho até 2031, traduzida em +218 residentes face à população residente nos últimos Censos. Já em 2036 prevê-se uma diminuição da população correspondente a -60 residentes em comparação a 2021 (gráfico 16).

Gráfico 16 - Provável evolução da população residente (2021 - 2036) - Cenário central

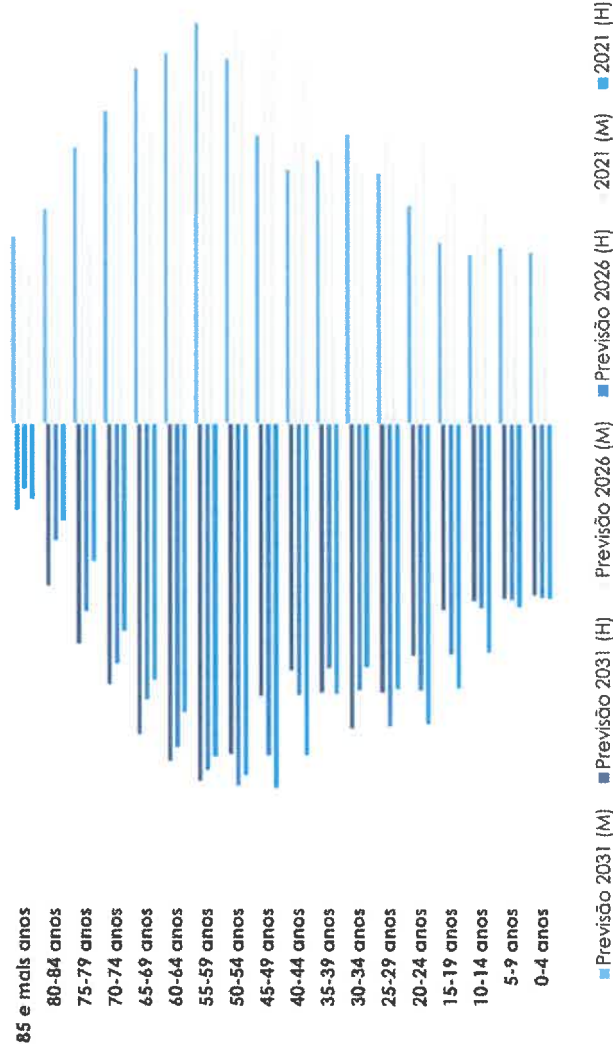


Fonte: Censos 2021 e Projeções de elaboração própria.

Em 2036 estima-se que a população residente no concelho se fixe nos 116 692 habitantes, dos quais 55 888 homens e 60 804 mulheres, verificando-se a tendência da prevalência do sexo feminino decorrente da maior esperança média de vida associada às mulheres.

Através da análise da pirâmide etária referente ao cenário central, é possível observar a previsão de aumento das camadas mais envelhecidas da população, nomeadamente, a partir dos 55-59 anos. No entanto, apesar do aumento da população mais jovem dos 5-9 anos, 10-14 anos e dos adultos 30-34 anos e 35-39 anos, este não é suficiente para fazer face ao aumento exponencial das faixas etárias com mais de 60 anos de idade.

Gráfico 17 - Pirâmide etária do concelho de Barcelos (2021,2026 e 2031) - Cenário central



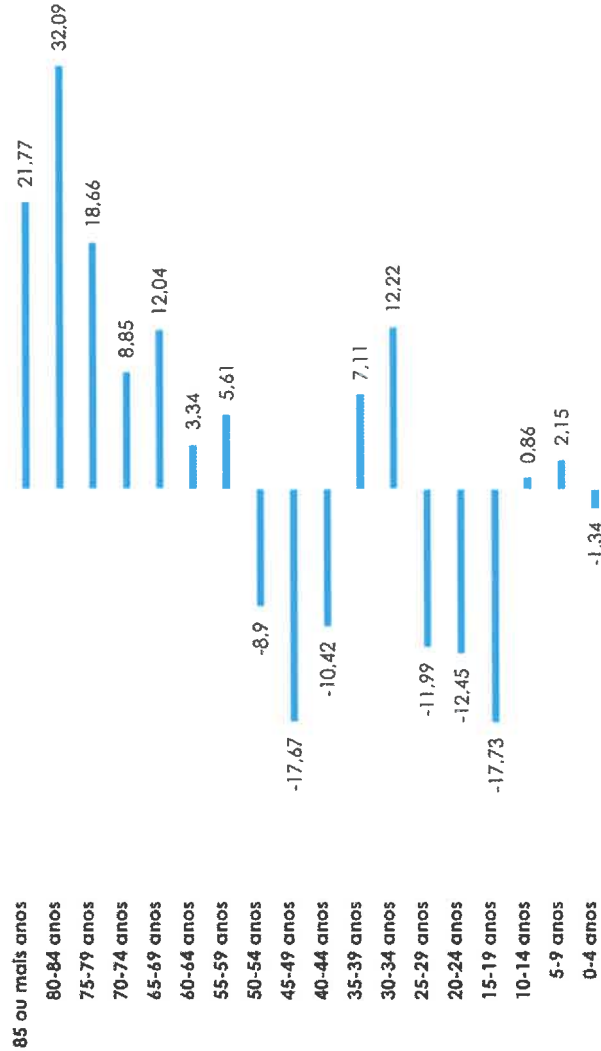
Fonte: Censos 2021 e Projeções de elaboração própria

Ao analisarmos a provável variação da população residente por grupos etários entre 2026 e 2031 no cenário central, é possível observar que existem quebras nos grupos etários mais jovens, ou seja, dos 0-4 anos (-1,34%) e dos 15-19 anos (-17,73%). Em contrapartida, o grupo etário dos 5-9 anos prevê um aumento de +2,15%, assim como o dos 10-14 anos (+0,86%).

No grupo dos adultos prevê-se um aumento da população apenas nas faixas etárias entre os 30-34 anos (+12,22%) e 35-39 anos (+7,11%), sendo que para as restantes se estima uma diminuição.

Prevê-se um aumento da população linear a partir dos 55-59 anos, sendo de destacar com uma taxa de variação mais significativa o grupo etário dos 80-84 anos (+32,09%) e dos 85+ (21,77%).

Gráfico 18 - Provável variação da população residente, por grupos etários (2026-2031) - Cenário central



Fonte: Censos 2021 e Projeções de elaboração própria.

No que diz respeito às projeções da população no cenário central por Freguesias, observa-se que das 61 Freguesias que constituem o concelho, prevê-se o aumento da população em 27, durante o período em análise. De destacar a Freguesia de Maritim com um aumento na ordem dos 5,95% correspondente a mais 122 pessoas e da Freguesia de Moure com um aumento de 43 pessoas (4,67%).

No sentido inverso, e com uma descida do número de residentes destaca-se a UF de Alheira e Igreja Nova com -7,20% dos residentes, correspondente a menos 97 pessoas e a UF de Durrães e Tregosa com menos 6,82% dos residentes (94 pessoas).

Tabela 10 - Projeções de População Total - Cenário central

Unidade Territorial	Censos 2021	Projeções		
		2023	2031	2036
Abade de Neiva	2 009	2 033	2 039	2 043
Aborim	827	823	817	811
Adães	755	757	756	750
Airó	883	888	891	891
Aldreu	795	783	776	765
Alvelos	2 010	2 009	2 006	2 009
Arcozelo	12 824	13 032	13 212	13 304
Areias	1 026	1 026	1 027	1 024
Balugães	787	777	776	775
Barcelinhos	1 869	1 875	1 857	1 826
Barqueiros	1 916	1 886	1 868	1 844
Cambeses	1 236	1 225	1 224	1 221
Carapeços	2 168	2 185	2 212	2 235

Unidade Territorial	Censos 2021	Projeções		
		2023	2031	2036
Carvalhal	1 233	1 204	1 186	1 154
Carvalhas	692	694	698	696
Cossourado	758	742	734	728
Cristelo	1 657	1 653	1 657	1 649
Farnelos	803	805	808	809
Fragoso	2 069	2 062	2 058	2 056
Galegos (Santa Maria)	2 848	2 874	2 889	2 896
Galegos (S. Martinho)	1 842	1 854	1 862	1 849
Gilmonde	1 497	1 502	1 498	1 487
Lama	1 164	1 155	1 148	1 134
Lijó	2 425	2 457	2 499	2 520
Macieira de Rates	1 907	1 903	1 915	1 924
Manhente	1 705	1 703	1 698	1 694

Unidade Territorial	Censos 2021	Projeções		
		2023	2031	2036
Martim	2 051	2 088	2 135	2 173
Moure	921	941	957	964
Oliveira	986	976	971	965
Palme	1 045	1 054	1 068	1 071
Panque	631	622	621	617
Paradela	789	791	791	794
Pereira	1 241	1 259	1 273	1 275
Pereihal	1 700	1 714	1 720	1 711
Pousa	2 218	2 233	2 251	2 274
Remelhe	1 280	1 278	1 271	1 266
Rio Covo (Santa Eugénia)	1 556	1 560	1 577	1 589
Roriz	2 021	2 004	2 008	2 023
Silva	900	891	876	866
Tamel (s. Veríssimo)	2 915	2 881	2 854	2 819
Ucha	1 416	1 431	1 441	1 444
UF de Alheira e Igreja Nova	1 347	1 313	1 278	1 250
UF de Alvito (S. Pedro e S. Martinho) e Coufo	1 446	1 434	1 432	1 433
UF de Areias de Vilar e Encourados	1 740	1 721	1 710	1 691
UF de Barcelos, Vila Boa e Vila Frescainha (S. Martinho e S. Pedro)	11 349	11 290	11 215	11 099

Unidade Territorial	Censos 2021	Projeções		
		2023	2031	2036
UF de Campo e Tamel (S. Pedro Fins)	1 509	1 503	1 502	1 501
UF de Carreira e Fonte Coberta	2 022	2 040	2 052	2 050
UF de Charente, Góios, Courel, Pedra Furada e Gueiral	2 454	2 438	2 422	2 400
UF de Creixomil e Mariz	1 112	1 096	1 085	1 068
UF de Durrães e Tregosa	1 379	1 325	1 302	1 285
UF de Gamil e Midões	1 377	1 379	1 381	1 380
UF de Milhazes, Vilar de Figos e Faria	1 993	2 005	2 013	2 002
UF de Negreiros e Chavão	2 203	2 201	2 204	2 201
UF de Quintiães e Aguiar	1 080	1 079	1 069	1 064
UF de Sequeade e Bastuço (S. João e Santo Estevão)	1 808	1 815	1 822	1 824
UF de Silveiros e Rio Covo (Santa Eulália)	2 098	2 092	2 095	2 090
UF de Tamel (Santa Leocádia) e Vilar do Monte	1 269	1 271	1 277	1 275
UF de Viatodos, Grimancelos, Minhotães e Monte de Fralães	3 744	3 731	3 712	3 670
UF de Vila Cova e Feitos	2 449	2 439	2 434	2 427
Várzea	1 934	1 959	1 977	1 982
Vila Seca	1 064	1 053	1 044	1 027
Total	116 752	116 824	116 970	116 692

Fonte: Censos 2021 e Projeções de elaboração própria

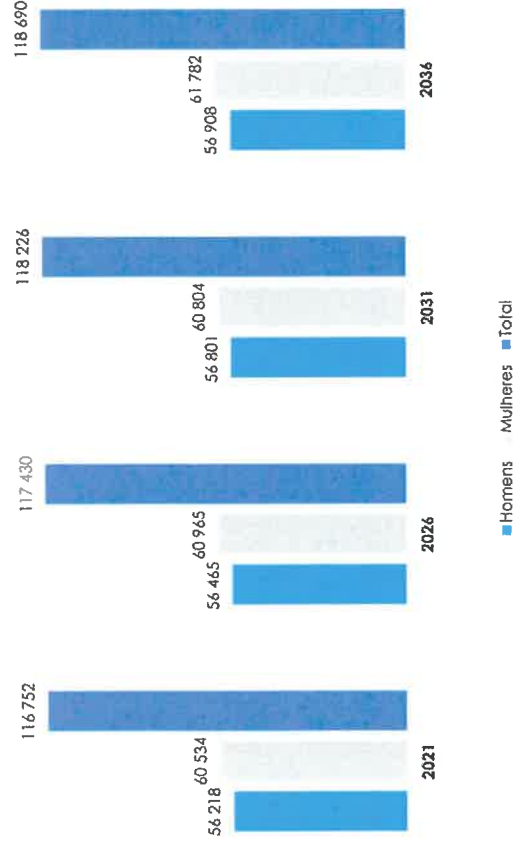
2.5.4.3. Cenário alto

Em terceiro lugar, a análise incide no cenário central, sendo necessário ter em consideração os seguintes pressupostos:

- Considerou-se a população residente em 2021 como população de partida para o exercício de projeção (dados dos Censos de 2021);
- Foram consideradas e incluídas as projeções do INE (coeficiente de mortalidade e de fecundidade) para a região norte, cenário alto;
- Foi considerada a média do saldo migratório do concelho entre 2017-2021.

No cenário alto estima-se um aumento da população residente em Barcelos, traduzido num acréscimo de +678 residentes em 2026, +1 474 residentes em 2031 e +1 938 residentes em 2036 face ao ano de 2021 (gráfico 19).

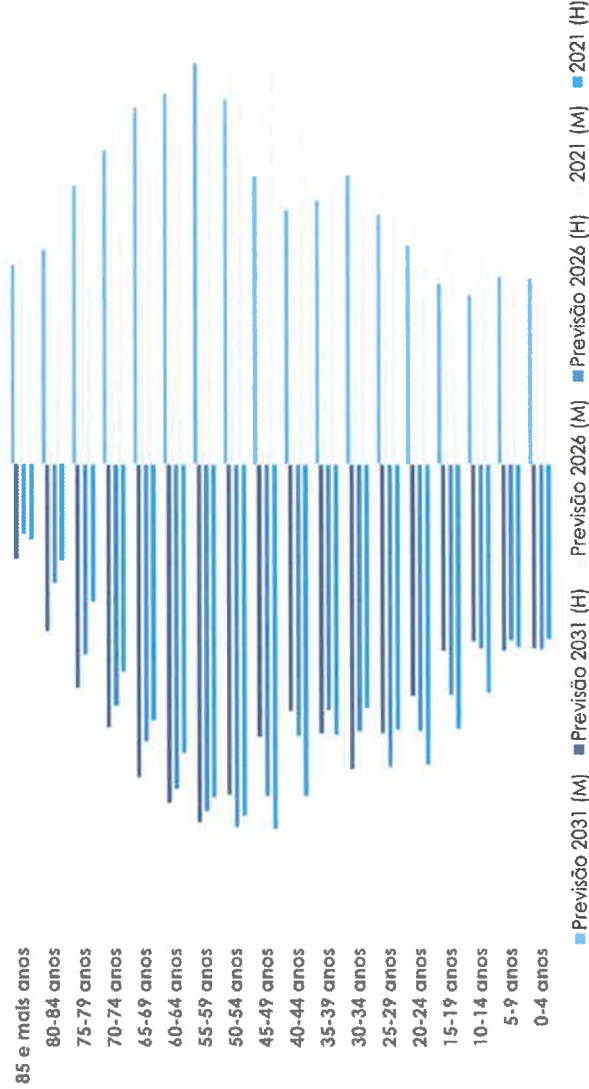
Gráfico 19 - Provável evolução da população residente de Barcelos (2021-2036) - Cenário alto



Fonte: Censos 2021 e Projeções de elaboração própria

Na análise da evolução da população por sexo e faixas etárias entre 2021 e 2031, o cenário alto representa um envelhecimento gradual da população. No entanto, assiste-se a aumento residual de residentes das faixas etárias dos 0-4 anos e 5-9 anos. Apesar deste aumento das camadas mais jovens o aumento previsto dos grupos etários a partir dos 55-59 anos é mais expressivo.

Gráfico 20 - Pirâmide etária do concelho de Barcelos (2021, 2026 e 2031) - Cenário alto

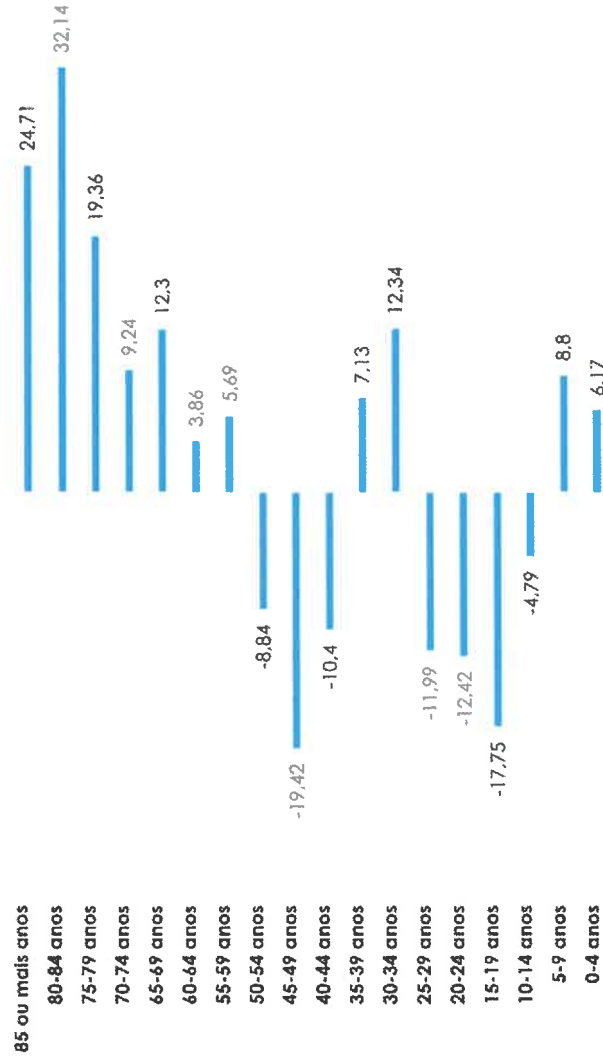


Fonte: Censos 2021 e Projeções de elaboração própria

A análise à provável variação da população residente no concelho de Barcelos por grupos etários permite constatar que, no Cenário Alto, apesar de se prever quebras significativas nos grupos etários mais jovens, o grupo dos 0-4 anos e dos 5-9 anos vislumbram uma evolução positiva, com um aumento de 6,17% correspondente a mais 276 residentes e 8,80% correspondente a mais 389 residentes, respetivamente. As faixas etárias seguintes,

que engloba os jovens e os jovens adultos até aos 29 anos estimam uma descida. Volta a observar-se um aumento nas faixas etárias dos 30-34 anos (+12,34%) e dos 35-39 anos (7,13%). A partir deste grupo etário e até aos 55-59 anos a perspetiva é, uma vez mais, de diminuição da população. Daqui em diante, as projeções transmitem um aumento da população nas camadas mais envelhecidas da pirâmide etária, sendo de destacar a faixa dos 80-84 anos que prevê um aumento de +32,14% e dos 85+ anos (24,71%).

Gráfico 21 - Provável variação da população residente, por grupos etários (2026-2031) - Cenário alto



Fonte: Censos 2021 e Projeções de elaboração própria.

No que concerne às projeções do cenário alto da população total por Freguesias e concelho, estas indicam que a população aumentará entre 2021 e 2036 em 42 das 61 Freguesias de Barcelos.

Destacam-se, tal como no cenário central, as Freguesias de Martim e Moure com a maior evolução positiva. Assim, Martim apresenta um aumento de 7,65% correspondente a +157 pessoas e a Freguesia de Moure um aumento de 6,41% correspondente a +59 pessoas.

De igual modo, as Freguesias que se destacam por uma diminuição da população seguem em concordância com o cenário central. Desta forma, a UF de Alheira e Igreja Nova prevê uma diminuição de -5,42% dos residentes, correspondente a menos 73 pessoas e a UF de Durrães e Tregosa com menos 5,15% dos residentes (71 pessoas).

Tabela 11 - Projeções de população total - Cenário alto

Unidade Territorial	Censos 2021	Projeções		
		2023	2031	2036
Abade de Neiva	2 009	2 043	2 060	2 077
Aborim	827	829	827	825
Adães	755	761	765	764
Airó	883	892	900	906
Aldreu	795	787	784	778
Alvelos	2 010	2 019	2 027	2 043
Arcozelo	12 824	13 094	13 347	13 524
Areias	1 026	1 032	1 038	1 041
Balugães	787	781	784	788
Barcelinhos	1 869	1 885	1 878	1 859
Barqueiros	1 916	1 897	1 888	1 876
Cambeses	1 236	1 231	1 237	1 242
Carapeços	2 168	2 196	2 235	2 272
Carvalhal	1 233	1 211	1 199	1 176
Carvalhas	692	698	705	708

Unidade Territorial	Censos 2021	Projeções		
		2023	2031	2036
Cossourado	758	746	743	741
Cristelo	1 657	1 661	1 674	1 677
Fornelos	803	809	817	823
Fragoso	2 069	2 073	2 080	2 091
Galegos (Santa Maria)	2 848	2 887	2 919	2 944
Galegos (S. Martinho)	1 842	1 863	1 882	1 880
Gilmonde	1 497	1 510	1 515	1 513
Lama	1 164	1 161	1 161	1 154
Lijó	2 425	2 470	2 526	2 563
Maceira de Rates	1 907	1 913	1 936	1 957
Manhente	1 705	1 711	1 716	1 722
Martim	2 051	2 098	2 156	2 208
Moure	921	946	967	980
Oliveira	986	981	981	981
Palme	1 045	1 060	1 078	1 088

Unidade Territorial	Censos 2021	Projeções		
		2023	2031	2036
Panque	631	626	628	628
Paradela	789	795	800	807
Pereira	1 241	1 266	1 287	1 297
Perelhal	1 700	1 722	1 738	1 740
Pousa	2 218	2 244	2 274	2 311
Remelhe	1 280	1 284	1 285	1 288
Rio Covo (Santa Eugénia)	1 556	1 568	1 593	1 616
Roriz	2 021	2 015	2 029	2 056
Silva	900	896	887	882
Tamel (S. Veríssimo)	2 915	2 897	2 886	2 870
Ucha	1 416	1 438	1 456	1 469
UF de Alheira e Igreja Nova	1 347	1 321	1 293	1 274
UF de Alvíto (S. Pedro e S. Martinho) e Couto	1 446	1 442	1 447	1 456
UF de Areias de Vilar e Encourados	1 740	1 730	1 727	1 720
UF de Barcelos, Vila Boa e Vila Frescainha (S. Martinho e S. Pedro)	11 349	11 353	11 343	11 299
UF de Campo e Tamel (S. Pedro Fins)	1 509	1 510	1 518	1 526
UF de Carreira e Fonte Coberta	2 022	2 050	2 073	2 085

Fonte: Censos 2021 e Projeções de elaboração própria

Unidade Territorial	Censos 2021	Projeções		
		2023	2031	2036
UF de Charente, Góios, Courel, Pedra Furada e Gueiral	2 454	2 451	2 448	2 441
UF de Creixomil e Mariz	1 112	1 102	1 097	1 087
UF de Durrães e Tregosa	1 379	1 334	1 318	1 308
UF de Gamil e Midões	1 377	1 386	1 395	1 402
UF de Milhazes, Vilar de Figos e Faria	1 993	2 016	2 036	2 039
UF de Negreiros e Chavão	2 203	2 213	2 228	2 238
UF de Quintiães e Aguiar	1 080	1 084	1 081	1 083
UF de Sequeade e Bastuço (S. João e Santo Estevão)	1 808	1 824	1 841	1 854
UF de Silveiros e Rio Covo (Santa Eulália)	2 098	2 102	2 117	2 124
UF de Tamel (Santa Leocádia) e Vilar do Monte	1 269	1 277	1 291	1 296
UF de Viatodos, Grimancelos, Minhotães e Monte de Fralães	3 744	3 751	3 753	3 735
UF de Vila Cova e Feitos	2 449	2 453	2 461	2 470
Várzea	1 934	1 969	1 977	2 014
Vila Seca	1 064	1 058	1 056	1 046
Total	116 752	117 430	118 226	118 690

A análise comparativa entre os três diferentes cenários (cenário baixo, cenário central e cenário alto) revela que no que diz respeito à evolução populacional, no cenário baixo prevê-se uma quebra significativa do número de residentes, apresentando uma evolução negativa de -2,91%, entre 2021 e 2036.

Por sua vez, no cenário central, apesar de uma boa parte das Freguesias (27 de 61) apresentarem um aumento populacional quando se analisa a evolução entre 2021 e 2036 constata-se que esta é negativa correspondente a menos 60 residentes (-0,05%). No entanto, se diminuirmos o período de comparação para 2021 e 2031 observa-se que a evolução da população é positiva (+218 residentes, correspondente a +0,19%).

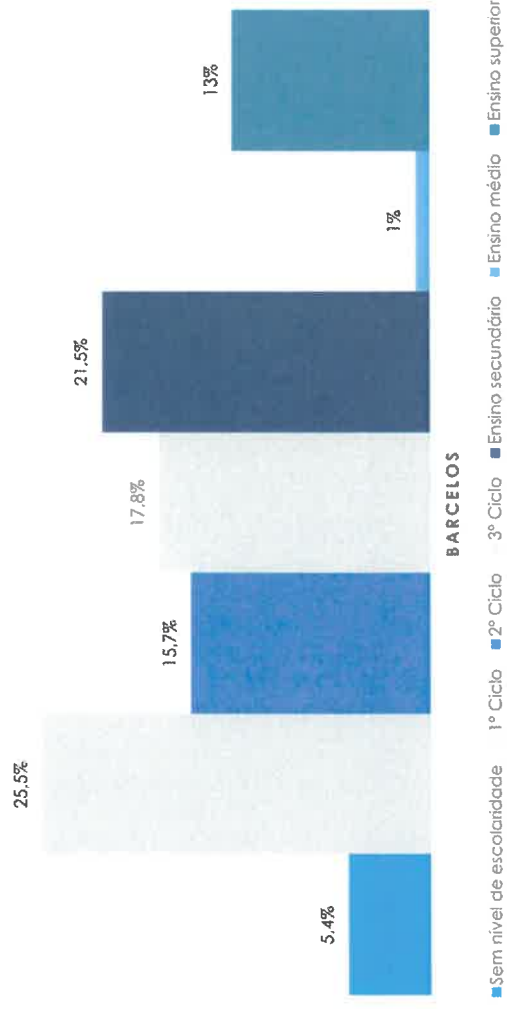
Por fim, e num cenário mais otimista, o cenário alto apresenta uma evolução positiva correspondente a +1 938 habitantes (+1,66%), prevê-se que haja um aumento da população em mais de metade das Freguesias do concelho (42 de 61).

2.6. EDUCAÇÃO

2.6.1. Nível de escolaridade da população

Ao analisar a população residente em Barcelos com 15 ou mais anos, de acordo com o nível de escolaridade completo mais elevado, conforme os dados dos Censos verifica-se que a maior parte da população completou o 1º ciclo do ensino básico, representando 26% do total. Em seguida, observa-se uma distribuição significativa nos níveis de ensino básico subsequentes, com aproximadamente 17% da população tendo concluído o 2º ciclo e cerca de 18% o 3º ciclo. O ensino secundário é o nível de escolaridade completo mais elevado para 22% da população, evidenciando um progresso educacional considerável e uma base sólida para qualificações mais elevadas. No que respeita ao ensino superior, este representa 14% do nível de escolaridade completo mais elevado, o que indica que ainda há espaço para melhorias no acesso e conclusão deste nível de escolaridade. É importante realçar que 5% da população não possui qualquer nível de escolaridade.

Gráfico 22 - Nível de escolaridade completo mais elevado (%) da população de Barcelos com 15 e mais anos, 2021



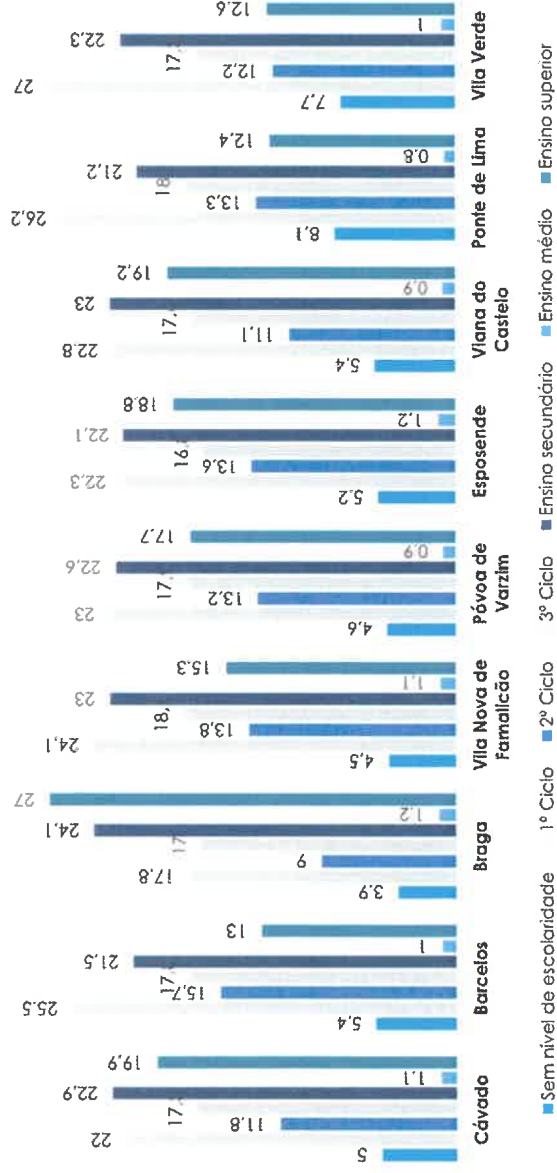
Fonte: Pordata, 2021

A análise comparativa dos concelhos, baseada na população residente com 15 anos ou mais, segundo os censos e classificada pelo nível de escolaridade completo mais elevado, revela disparidades notáveis. Barcelos, por exemplo, destaca-se com um alto valor percentual de indivíduos que concluíram apenas o 1º ciclo, representando 26,2% da população. Este valor é um dos mais elevados entre os concelhos em análise, superando a média regional do Cávado que é de 22%. Em contraste, Braga com 9% e Vila Nova de Famalicão, com 4,5%, apresentam menos indivíduos com apenas o 1º ciclo concluído, indicando, portanto, um nível de educação mais elevado.

O concelho de Braga sobressai devido à percentagem maior de população com o ensino superior concluído, atingindo os 27%.

A análise permite entender que Braga e Vila Nova de Famalicão são os concelhos com níveis de escolaridade mais elevados, nomeadamente em termos de ensino superior, enquanto Barcelos e outros concelhos apresentam uma maior concentração de população com escolaridade básica, particularmente no 1º ciclo.

Gráfico 23 - Nível de escolaridade completo mais elevado (%) da população de Barcelos e concelhos limítrofes com 15 e mais anos, 2021



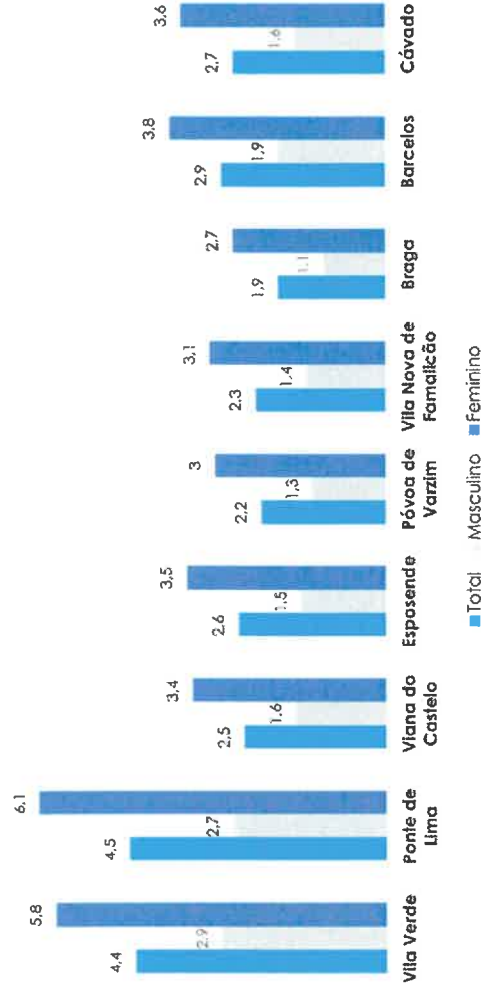
Fonte: Pordata, 2021

2.6.2. Taxa de analfabetismo

A análise do gráfico 24 revela dados significativos sobre a taxa de analfabetismo em Barcelos e concelhos limítrofes. Barcelos destaca-se como um dos concelhos com as taxas mais elevadas, atingindo 3,8% em 2021, superado apenas por Ponte de Lima (6,1%) e Vila Verde (5,8%). Contrariamente, os concelhos de Braga e Vila Nova de Famalicão apresentam as taxas mais baixas, com 2,7% e 3,1%, respetivamente.

Além disso, uma tendência comum observada em todos os concelhos é a prevalência de taxas de analfabetismo mais elevadas nos homens comparativamente às mulheres. Essa diferença de género é especialmente acentuada em concelhos como Ponte de Lima e Vila Verde, onde a disparidade é mais marcante.

Gráfico 24 - Taxa de analfabetismo (%) em Barcelos e concelhos limítrofes, 2021



Fonte: Pordata, 2021

2.6.3. Taxa de escolarização

A importância deste indicador (Taxa Bruta de Escolarização)⁴ prende-se com a possibilidade de elaborar uma análise mais fina, dada a existência de informação para os diferentes níveis de ensino a nível concelhio e, posteriormente, elaborar uma análise comparativa com os concelhos limítrofes. Assim, é possível analisar tendências como: a oferta formativa no concelho, a perceção dos habitantes acerca dessa oferta, os motivos para os resultados apresentados, que podem estar relacionados com o local de trabalho dos Encarregados de Educação, ou com o reflexo de enquadramento socioeconómicos específicos de cada território que podem indicar diferentes taxas de (in)sucesso escolar. A ligação da Educação com indicadores de Coesão Social é fulcral para a fixação de habitantes e fluxo de pessoas, sendo, portanto, um fator chave para a definição de estratégias para a área da Habitação do Município.

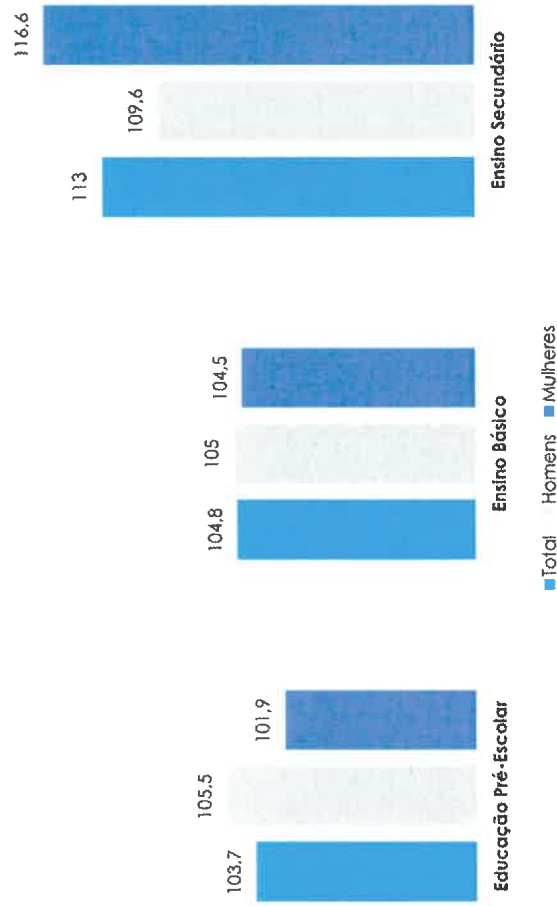
Ao considerar o período letivo de 2022/2023, em Barcelos, os valores da taxa de escolarização por sexo (gráfico 25), evidenciam que a mesma é

⁴ A taxa bruta de escolarização diz respeito "à proporção da população residente que está a frequentar um grau de ensino, relativamente ao total da população residente do grupo etário correspondente às idades normais de frequência desse grau de ensino" (INE).

ligeiramente superior no caso do sexo masculino em todos os ciclos de estudo.

De realçar que todos os ciclos de estudo em análise apresentam uma taxa de escolaridade superior a 100% o que indica que crianças/jovens com residência noutros concelhos estudam nas escolas de Barcelos.

Gráfico 25 - Taxas de escolarização em Barcelos (2022/2023)



Fonte: INE, 2023

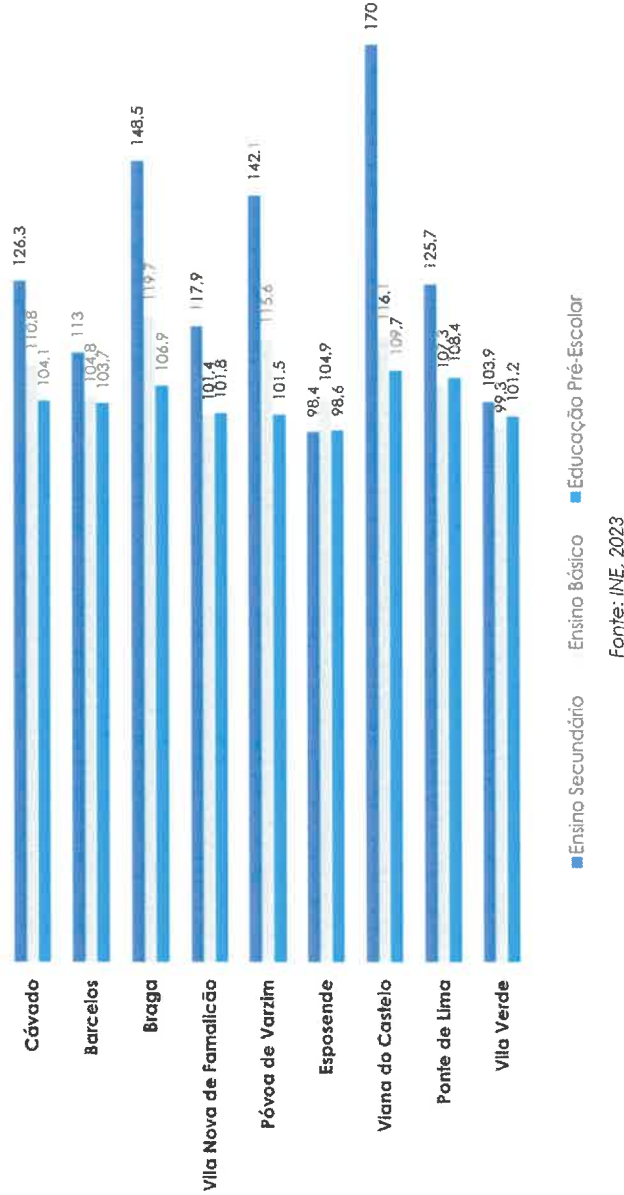
2.6.3.1. Comparação com os concelhos limítrofes

Na comparação com os concelhos limítrofes (gráfico 26), Viana do Castelo destaca-se por possuir as taxas de escolaridade mais elevadas da educação pré-escolar (109,7%) e do ensino secundário (170%). Braga apresenta uma taxa de escolaridade de 119,7% no ensino básico, destacando-

se assim dos restantes concelhos. Já o concelho de Esposende apresenta as taxas de escolaridades mais baixas na educação pré-escolar (98,6%) e do ensino secundário (98,4%). No caso do ensino básico é Vila Verde que possui a menor taxa com 99,3%.

Ao confrontar a posição de Barcelos com os restantes concelhos verifica-se que, no caso da educação pré-escolar apresenta a quarta taxa maior (103,7%). No que diz respeito ao ensino básico, com 104,8%, Barcelos ocupa o sexto lugar, sendo que Vila Nova de Famalicão e Vila Verde são os concelhos que ocupam as posições finais com as taxas mais baixas (100,4% e 99,3%, respetivamente). Por fim, quanto ao ensino secundário, ocupa a sexta posição, com uma taxa de 113%, seguido de Vila Verde (103,9%) e Esposende (98,4%).

Gráfico 26 - Taxas de escolarização em Barcelos e concelhos limítrofes (2022/2023)



Embora as taxas de escolarização no ensino pré-escolar e básico se afigurem positivas seja numa análise absoluta ou comparativa, a significativa menor taxa de escolarização, comparativamente a municípios comparáveis em termos de peso populacional e económico traduz-se num indicador

do perfil socioeconómico do concelho relevante, com impacto no desenho das políticas habitacionais.

2.6.4. Infraestrutura educacional

O presente subcapítulo tem por base a análise da oferta educativa existente no concelho e permite aferir um conhecimento robusto da realidade do concelho a nível de estabelecimentos existentes.

2.6.4.1. Análise das escolas e instituições de ensino

O concelho de Barcelos é constituído por 26 creches, 9 agrupamentos de escolas (88 estabelecimentos de educação e ensino de natureza pública), 1 escola não agrupada, 20 estabelecimentos de educação e ensino de natureza privada e pelo Instituto Politécnico do Cávado e do Ave (IPCA).

De seguida, encontra-se a descrição pormenorizada da constituição da rede escolar de Barcelos.

Rede de creches

No que diz respeito às creches, a nível concelhio são contabilizados 26 estabelecimentos, distribuídos pelas diferentes freguesias do concelho (Tabela 12).

Tabela 12 - Rede de creches existente no concelho de Barcelos

Rede de creches		Rede de creches	
Designação	Freguesia	Designação	Freguesia
Centro Paroquial de Barcelinhos	Barcelinhos	Centro Social, Cultural e Recreativo Abel Varzim	Cristelo
Creche As Famílias – Santa Casa da Misericórdia de Barcelos	Arcozelo	Centro Social e Paroquial de Gilmonde	Gilmonde
Obra Social das Franciscanas Missionárias de Maria	Arcozelo	CASP – Centro de Apoio e Solidariedade de Pousa	Pousa
Centro Social e Paroquial de Fragoso	Fragoso	Creche e ATL do Centro Social de Durrães	UF de Durrães e Tregosa
Venerável Ordem Terceira de São Francisco – Casa do Menino de Deus	UF de Barcelos, Vila Boa e Vila Frescainha (S. Martinho e S. Pedro)	Centro Social e Paroquial Imaculado Coração de Maria	UF de Vila Cova e Feitos
Centro Social Comendadora Maria Eva Nunes Corêa – Santa Casa da Misericórdia de Barcelos	UF de Silveiros e Rio Covo (Santa Eulália)	Associação Social, Cultural e Recreativa de Charente	UF de Charente, Góios, Courel, Pedra Furada e Guerdi
Casa do Povo de Alvito	UF de Alvito (S. Pedro e S. Martinho) e Couto	Centro Social e Paroquial de Areias de Vilar	UF de Areias de Vilar e Encourados
Centro Social e Paroquial de Arcozelo	Arcozelo	Centro de Bem Estar Social de Alheira	UF de Alheira e Igreja Nova
Creche Centro Humanitário da Cruz Vermelha Portuguesa de Macieira de Rates	Macieira de Rates	Associação Social, Cultural e Recreativa de Alheira	UF de Alheira e Igreja Nova
Centro de Bem-Estar Social Barqueiros – Creches e Jardim de Infância	Barqueiros	Infantário de Santa Maria da Fonte de Baixo	UF de Barcelos, Vila Boa e Vila Frescainha (S. Martinho e S. Pedro)
Centro Social de Cultura e Recreio da Silva	Silva	Centro de Solidariedade Social de S. Veríssimo	Tamel (S. Veríssimo)
Infantário Rainha Santa Isabel – Santa Casa da Misericórdia de Barcelos	UF de Barcelos, Vila Boa e Vila Frescainha (S. Martinho e S. Pedro)	Centro Social de Remelhe – D. António Barroso	Remelhe
Centro Infantil de Barcelos	UF de Barcelos, Vila Boa e Vila Frescainha (S. Martinho e S. Pedro)	Associação Social de Pereira	Pereira

Fonte: Carta Social (2022), in Carta Educativa, 2023

Rede pública

No concelho de Barcelos existem 9 agrupamentos de escolas, totalizando 88 estabelecimentos, conforme é possível observar na tabela seguinte.

Tabela 13 - Agrupamentos de escolas existentes no concelho de Barcelos

Agrupamentos de Escolas do Concelho de Barcelos		
Designação	Nº de estabelecimentos	Escola Sede
AE Alcaides de Faria, Barcelos	10	Escola Secundária Alcaides de Faria, Barcelos
AE de Barcelos	8	Escola Secundária de Barcelos
AE de Braga Oeste	6	Escola Básica de Braga Oeste, Cabreiros, Braga ⁵
AE de Fragoso, Barcelos	6	Escola Básica de Fragoso, Barcelos
AE de Vale d'Este, Barcelos	11	Escola Básica e Secundária Vale d'Este, Viatodos, Barcelos
AE de Vale do Tamel, Barcelos	15	Escola Básica e Secundária de Vale do Tamel, Lijó, Barcelos
AE de Vila Cova, Barcelos	4	Escola Básica e Secundária de Vila Cova, Barcelos
AE Gonçalo Nunes, Barcelos	10	Escola Básica Gonçalo Nunes, Arcozelo, Barcelos
AE Rosa Ramalho, Barcelos	18	Escola Básica Rosa Ramalho, Barcelinhos, Barcelos

Fonte: Instituto de Gestão Financeira da Educação, I.P. (2022); Município de Barcelos (2022), in 1ª Revisão da Carta Educativa do Município de Barcelos, 2023

⁵ Estabelecimento localizado no Município de Braga (agrupamento de escolas supramunicipal)

A tabela seguinte apresenta, de forma desagregada, a constituição dos diferentes Agrupamentos Escolares no concelho de Barcelos, bem como os níveis de ensino ministrados e a respetiva freguesia onde estão localizados.

Tabela 14 - Constituição dos Agrupamentos de Escolas do concelho de Barcelos

Agrupamentos de Escolas do Concelho de Barcelos		
Estabelecimento	Ensinos	Freguesia
Agrupamento de Escolas Alcaldes de Faria		
Escola Secundária Alcaldes de Faria	3º Ciclo; Ensino secundário; Ensino profissional	Arcozelo
Escola Básica de Areias	Educação pré-escolar; 1º Ciclo	Areias
Escola Básica de Caminhos	1º Ciclo	Lama
Escola Básica de Galegos – Santa Maria	Educação pré-escolar; 1º Ciclo	Galegos (Santa Maria)
Escola Básica de Galegos – S. Martinho	Educação pré-escolar; 1º Ciclo	Galegos (S. Martinho)
Escola Básica de Manhente	1º Ciclo; 2º Ciclo; 3º Ciclo	Manhente
Escola Básica de Oliveira	1º Ciclo	Oliveira
Escola Básica de Ucha	Educação pré-escolar; 1º Ciclo	Ucha
Jardim de Infância de Igreja	Educação pré-escolar	Manhente
Jardim de Infância de Oliveira	Educação pré-escolar	Oliveira

Agrupamentos de Escolas do Concelho de Barcelos		
Estabelecimento	Ensinos	Freguesia
Agrupamento de Escolas de Barcelos		
Escola Secundária de Barcelos	3º Ciclo; Ensino secundário; Ensino profissional	UF de Barcelos, Vila Boa e Vila Frescainha (S. Martinho e S. Pedro)
Escola Básica Abel Varzim	2º Ciclo; 3º Ciclo	Vila Seca
Escola Básica de Barqueiros	Educação pré-escolar; 1º Ciclo	Barqueiros
Escola Básica de Gilmonde	Educação pré-escolar; 1º Ciclo	Gilmonde
Escola Básica de Igreja – Cristelo	1º Ciclo	Cristelo
Escola Básica de Milhazes	Educação pré-escolar; 1º Ciclo	UF de Milhazes, Vilar de Figos e Faria
Escola Básica de Paradela	Educação pré-escolar; 1º Ciclo	Paradela
Jardim de Infância de Ferreiros	Educação pré-escolar	Cristelo

Agrupamentos de Escolas do Concelho de Barcelos		
Estabelecimento	Ensinos	Freguesia
Agrupamento de Escolas de Braga Oeste		
Jardim de Infância de Bastuço	Educação pré-escolar	UF de Sequeade e Bastuço (S. João e Santo Estevão)
Escola Básica de Bastuço	1º Ciclo	UF de Sequeade e Bastuço (S. João e Santo Estevão)
Escola Básica de Maritim	1º Ciclo	Maritim
Escola Básica de Pousa	Educação pré-escolar; 1º Ciclo	Pousa
Jardim de Infância de Encourados	Educação pré-escolar	UF de Areias de Vilar e Encourados
Jardim de Infância de Maritim	Educação pré-escolar	Maritim
Agrupamento de Escolas de Fragoso		
Escola Básica de Fragoso	Educação pré-escolar; 1º Ciclo; 2º Ciclo; 3º Ciclo	Fragoso
Escola Básica de Aldreu	1º Ciclo	Aldreu
Escola Básica de Balugães	Educação pré-escolar; 1º Ciclo	Balugães
Escola Básica de Durrães	Educação pré-escolar; 1º Ciclo	UF de Durrães e Tregosa
Escola Básica de Palme	Educação pré-escolar; 1º Ciclo	Palme
Jardim de Infância de Boavista	Educação pré-escolar	Aldreu

Agrupamentos de Escolas do Concelho de Barcelos		
Estabelecimento	Ensinos	Freguesia
Agrupamento de Escolas de Vale D'Este		
Escola Básica e Secundária Vale d'Este	2º Ciclo; 3º Ciclo; Ensino secundário; Ensino profissional	UF de Viatodos, Grimancelos, Minhoães e Monte de Fralães
Escola Básica de Cambeses	Educação pré-escolar; 1º Ciclo	Cambeses
Escola Básica de Carreira	1º Ciclo	UF de Carreira e Fonte Coberta
Escola Básica de Chavão	Educação pré-escolar; 1º Ciclo	UF de Negreiros e Chavão
Jardim de Infância de Fonte Coberta	Educação pré-escolar	UF de Carreira e Fonte Coberta
Escola Básica de Negreiros	Educação pré-escolar; 1º Ciclo	UF de Negreiros e Chavão
Escola Básica de Rio Covo – Santa Eulália	Educação pré-escolar; 1º Ciclo	UF de Silveiros e Rio Covo (Santa Eulália)
Escola Básica de Viatodos	Educação pré-escolar; 1º Ciclo	UF de Viatodos, Grimancelos, Minhoães e Monte de Fralães
Jardim de Infância do Lugar de Assento	Educação pré-escolar	UF de Chorente, Góios, Courel, Pedra Furada e Gueiral
Jardim de Infância do Lugar de Reimonde	Educação pré-escolar	UF de Carreira e Fonte Coberta

Agrupamentos de Escolas do Concelho de Barcelos		
Estabelecimento	Ensinos	Freguesia
Agrupamento de Escolas Vale do Tamel		
Escola Básica e Secundária de Vale do Tamel	Educação pré-escolar; 1º Ciclo; 2º Ciclo; 3º Ciclo; Ensino secundário	Lijó
Escola Básica de Aborim	Educação pré-escolar; 1º Ciclo	Aborim
Escola Básica de Alheira	Educação pré-escolar; 1º Ciclo	UF de Alheira e Igreja Nova
Escola Básica de Alvito	Educação pré-escolar; 1º Ciclo	UF de Alvito (S. Pedro e S. Martinho) e Couto
Escola Básica de Bário	Educação pré-escolar; 1º Ciclo	Roriz
Escola Básica de Carapeços	Educação pré-escolar; 1º Ciclo	Carapeços
Escola Básica Cossourado	Educação pré-escolar; 1º Ciclo	Cossourado
Escola Básica de Fraião	Educação pré-escolar; 1º Ciclo	Tamel (S. Veríssimo)
Escola Básica de Silva	1º Ciclo	Silva
Escola Básica de Tamel	1º Ciclo	UF de Tamel (Santa Leocádia) e Vilar do Monte
Jardim de Infância de Igreja – Aguiar	Educação pré-escolar	UF de Quintiães e Aguiar
Jardim de Infância de Igreja – Campo	Educação pré-escolar	UF de Campo e Tamel (S. Pedro Fins)
Jardim de Infância de Panque	Educação pré-escolar	Panque
Jardim de Infância de Sobrado	Educação pré-escolar	UF de Tamel (Santa Leocádia) e Vilar do Monte
Jardim de Infância de Trás do Prado	Educação pré-escolar	Silva

Agrupamentos de Escolas do Concelho de Barcelos		
Estabelecimento	Ensinos	Freguesia
Agrupamento de Escolas de Vila Cova		
Escola Básica e Secundária de Vila Cova	1º Ciclo; 2º Ciclo; 3º Ciclo; Ensino secundário	UF de Vila Cova e Feitos
Escola Básica de Creixomil	Educação pré-escolar; 1º Ciclo	UF de Creixomil e Mariz
Escola Básica de Peralhal	Educação pré-escolar; 1º Ciclo	Peralhal
Jardim de Infância de Sarno	Educação pré-escolar	UF de Vila Cova e Feitos
Agrupamento de Escolas Gonçalves Nunes		
Escola Básica Gonçalves Nunes	2º Ciclo; 3º Ciclo	Arcozelo
Escola Básica António Fogaça	Educação pré-escolar; 1º Ciclo	UF de Barcelos, Vila Boa e Vila Frescainha (S. Martinho e S. Pedro)
Escola Básica de Abade de Neiva	Educação pré-escolar; 1º Ciclo	Abade de Neiva
Escola Básica de Aldão	Educação pré-escolar; 1º Ciclo	UF de Barcelos, Vila Boa e Vila Frescainha (S. Martinho e S. Pedro)
Escola Básica de Arcozelo	Educação pré-escolar; 1º Ciclo	Arcozelo
Escola Básica de Pontes	Educação pré-escolar; 1º Ciclo	Tamel (São Veríssimo)
Escola Básica de Vila Boa	Educação pré-escolar; 1º Ciclo	UF de Barcelos, Vila Boa e Vila Frescainha (S. Martinho e S. Pedro)
Escola Básica de Vila Frescainha	Educação pré-escolar; 1º Ciclo	UF de Barcelos, Vila Boa e Vila Frescainha (S. Martinho e S. Pedro)
Jardim de Infância da Avenida João Duarte	Educação pré-escolar	Arcozelo
Jardim de Infância de Calçadas	Educação pré-escolar	Arcozelo

Agrupamentos de Escolas do Concelho de Barcelos		
Estabelecimento	Ensinos	Freguesia
Agrupamento de Escolas Rosa Ramalho		
Escola Básica Rosa Ramalho	2º Ciclo; 3º Ciclo	Barcelinhos
Escola Básica de Airó	Educação pré-escolar; 1º Ciclo	Airó
Escola Básica de Alvelos	Educação pré-escolar; 1º Ciclo	Alvelos
Escola Básica de Areias de Vilar	Educação pré-escolar; 1º Ciclo	UF de Areias de Vilar e Encourados
Escola Básica de Carvalhal	Educação pré-escolar; 1º Ciclo	Carvalhal
Escola Básica de Gamil	1º Ciclo	UF de Gamil e Midões
Escola Básica de Gual	Educação pré-escolar; 1º Ciclo	UF de Charente, Góios, Courel, Pedra Furada e Gual
Escola Básica de Macieira de Rates	1º Ciclo	Macieira de Rates
Escola Básica de Moure	Educação pré-escolar; 1º Ciclo	Moure

Fonte: Instituto de Gestão Financeira da Educação, I.P. (2022); Município de Barcelos (2022); Município de Barcelos (2022); Município de Barcelos (2022)

Dos 88 estabelecimentos de educação e ensino do concelho de Barcelos, 66 oferecem educação pré-escolar, 59 o 1º Ciclo, 8 o 2º Ciclo, 10 o 3º Ciclo, 5 o ensino secundário e 3 disponibilizam o ensino profissional.

Ainda no que concerne à rede escolar pública, além dos estabelecimentos agrupamentos mencionados, Barcelos conta ainda com uma escola não agrupada, concretamente, a Escola Secundária de Barcelinhos.

Agrupamentos de Escolas do Concelho de Barcelos		
Estabelecimento	Ensinos	Freguesia
Agrupamento de Escolas Rosa Ramalho		
Escola Básica de Pereira	Educação pré-escolar; 1º Ciclo	Pereira
Escola Básica de Remelhe	Educação pré-escolar; 1º Ciclo	Remelhe
Escola Básica de Rio Covo – Santa Eugénia	Educação pré-escolar; 1º Ciclo	Rio Covo (Santa Eugénia)
Escola Básica de São Brás	1º Ciclo	Barcelinhos
Escola Básica de Várzea	Educação pré-escolar; 1º Ciclo	Várzea
Jardim de Infância Alcaldes de Faria	Educação pré-escolar	Barcelinhos
Jardim de Infância de Covelo	Educação pré-escolar	Adães
Jardim de Infância de Cruzeiro	Educação pré-escolar	Courel
Jardim de Infância de Gamil	Educação pré-escolar	UF de Gamil e Midões

Rede privada e solidária

No território concelhio existem 20 estabelecimentos de educação e ensino de natureza privada e solidária (Tabela 15). Destes, 11 oferecem educação pré-escolar, 2 o 1º Ciclo, 3 o 2º Ciclo, 6 o 3º Ciclo, 3 o ensino secundário, 3 o ensino artístico, 3 o ensino profissional e 1 o ensino especial.

Tabela 15 - Estabelecimentos não agrupados no concelho de Barcelos

Escolas da Rede Privada e Solidária			Escolas da Rede Privada e Solidária		
Estabelecimento	Ensinos	Freguesia	Estabelecimento	Ensinos	Freguesia
Jardim de Infância da Santa Casa da Misericórdia de Barcelos – Centro Social de Silveiros	Educação pré-escolar	UF de Silveiros e Rio Covo (Santa Eulália)	Colégio da Casa do Menino Deus – Escola Particular e Cooperativa de 1º Ciclo	1º Ciclo	UF de Barcelos, Vila Boa e Vila Frescainha (S. Martinho e S. Pedro)
Jardim Infantil da Venerável Ordem Terceira de S. Francisco	Educação pré-escolar	UF de Barcelos, Vila Boa e Vila Frescainha (S. Martinho e S. Pedro)	Colégio "La Salle"	2º Ciclo; 3º Ciclo; Ensino secundário	UF de Barcelos, Vila Boa e Vila Frescainha (S. Martinho e S. Pedro)
Centro Infantil de Barcelos	Educação pré-escolar	UF de Barcelos, Vila Boa e Vila Frescainha (S. Martinho e S. Pedro)	Colégio Didávi	1º Ciclo; 2º Ciclo; 3º Ciclo; Ensino secundário; Ensino artístico	UF de Alvito (S. Pedro e S. Martinho) e Couto
Jardim de Infância da Obra Social das Franciscanas Missionárias de Maria	Educação pré-escolar	UF de Barcelos, Vila Boa e Vila Frescainha (S. Martinho e S. Pedro)	Conservatório de Música de Barcelos	2º Ciclo; 3º Ciclo; Ensino secundário; Ensino artístico	Tamel (S. Veríssimo)
Jardim Infantil da Cruz Vermelha Portuguesa	Educação pré-escolar	Macieira de Rates	Academia de Música de Viatodos	Ensino artístico	UF de Viatodos, Grimalcelos, Minhotães e Monte de Fralães
Jardim de Infância do Centro Social Paroquial de Barcelinhos	Educação pré-escolar	UF de Barcelos, Vila Boa e Vila Frescainha (São Martinho e S. Pedro)	Escola Profissional Profitecla (Delegação)	3º Ciclo; Ensino profissional	UF de Barcelos, Vila Boa e Vila Frescainha (S. Martinho e S. Pedro)
Creche e Jardim Rainha Santa Isabel – Santa Casa da Misericórdia de Barcelos	Educação pré-escolar	UF de Barcelos, Vila Boa e Vila Frescainha (São Martinho e S. Pedro)	Escola Profissional de Tecnologia e Gestão de Barcelos	3º Ciclo; Ensino profissional	Abade de Neiva
Jardim de Infância do Centro Social Paroquial de Gilmonde	Educação pré-escolar	Gilmonde	Escola Profissional de Barcelos	3º Ciclo; Ensino profissional	UF de Barcelos, Vila Boa e Vila Frescainha (S. Martinho e S. Pedro)
Centro Social Cultural e Recreativo Abel Varzim	Educação pré-escolar	Cristelo	APACI – Centro de Ensino Especial	Ensino especial	Lijó
Centro de Bem-Estar Social de Barqueiros	Educação pré-escolar	Barqueiros			
Casa do Povo de Alvito	Educação pré-escolar	UF de Alvito (S. Pedro e S. Martinho) e Couto			

Fonte: Instituto de Gestão Financeira da Educação, I.P. (2022); Município de Barcelos (2022), in 1ª Revisão da Carta Educativa do Município de Barcelos, 2023

De acordo com os resultados (ano 2021) explanados na Carta Educativa do Município de Barcelos (1ª Revisão), é possível constatar uma correlação significativa entre a distribuição dos estudantes e a localização dos estabelecimentos de ensino nas Freguesias.

Relativamente à população que frequentava a educação pré-escolar (dos 3 aos 5 anos), foram contabilizadas 2 704 crianças, com a maioria concentrada na Freguesia de Arcozelo (294) e na UF de Barcelos, Vila Boa e Vila Frescainha (S. Martinho e S. Pedro) (284).

No grupo etário dos 6 aos 9 anos, que totalizava 3 735 crianças, a tendência persiste: a Freguesia de Arcozelo acolhia 407 crianças e a UF de Barcelos, Vila Boa e Vila Frescainha (S. Martinho e S. Pedro) 390.

A faixa etária dos 10 e 11 anos, com um total de 2 223 crianças, também refletia esta distribuição. O maior número de crianças continuava a concentrar-se na Freguesia de Arcozelo (235) e na UF de Barcelos, Vila Boa e Vila Frescainha (S. Martinho e S. Pedro) (199).

No 3º Ciclo (12-14 anos) contabilizavam-se 3 465 crianças, das quais 377 residiam na Freguesia de Arcozelo e 296 na UF de Barcelos, Vila Boa e Vila Frescainha (S. Martinho e S. Pedro).

Por fim, os jovens com idades entre os 15 e os 17 anos, correspondentes à faixa de ensino secundário, totalizavam 3 838. Novamente, a distribuição evidenciava uma concentração maior na Freguesia de Arcozelo (449) e na UF de Barcelos, Vila Boa e Vila Frescainha (S. Martinho e S. Pedro) (337).

Esta concentração da população escolar é particularmente relevante quando se considera a distribuição dos estabelecimentos de ensino. A Freguesia de Arcozelo possui 8 estabelecimentos de ensino, enquanto a UF de Barcelos, Vila Boa e Vila Frescainha (S. Martinho e S. Pedro) possui 18 estabelecimentos. Este facto sublinha a estreita ligação entre o número de estudantes e a presença de instituições educativas nas referidas freguesias.

Ensino superior

No concelho de Barcelos, o Ensino Superior é disponibilizado através do Instituto Politécnico do Cávado e do Ave (IPCA), cuja oferta formativa contempla Licenciaturas, Mestrados, Pós-Graduações e Cursos Técnicos Superiores Profissionais (CTSeP) que garantem um diploma de técnico superior profissional.

2.6.5. Projeções educativas

O exercício prospetivo realizado no âmbito da elaboração da Carta Educativa do Município de Barcelos, permite estimar que no horizonte temporal compreendido entre 2021 e 2033, a população em idade escolar venha a diminuir no concelho (-3 061 indivíduos com idades entre os 3 e os 17 anos). A diminuição projetada será transversal a todas as faixas etárias que, potencialmente, frequentarão os diferentes níveis de educação e ensino.

Tabela 16 - População residente estimada, em idade escolar (3-17 anos), no concelho de Barcelos (2021 a 2033)

Anos	Pré-Escolar		1º Ciclo		2º Ciclo		3º Ciclo		Secundário		Total	
	3-5 anos		6-9 anos		10-11 anos		12-14 anos		15-17 anos		3-17 anos	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
2021	2 704	16,9	3 735	23,4	2 223	13,9	3 465	21,7	3 838	24,0	15 965	13,7
2025	2 590	18,3	3 540	25,0	1 727	12,2	2 969	20,9	3 350	23,6	14 175	12,3
2029	2 824	21,3	3 477	26,2	1 729	13,0	2 559	19,3	2 661	20,1	13 250	11,7
2033	2 582	20,0	3 630	28,1	1 889	14,6	2 343	18,2	2 460	19,1	12 904	11,6

Fonte: XVI Recenseamento Geral da População e Habitação, INE (2023); Projeções da população residente, INE (2023), in Carta Educativa do Município de Barcelos, 2023

Afunilando a análise para cada nível de ensino (tabela 16) é possível observar que a educação pré-escolar poderá vir a perder 122 crianças entre 2021 e 2033. Já o ciclo de estudo seguinte (1º Ciclo) poderá assistir a uma quebra de 105 alunos. Por sua vez, os decréscimos estimados para os 2º e 3º ciclos são de 334 e 1 122 alunos, respetivamente. Por fim, o ensino secundário apresenta a maior perda de alunos, correspondente a -1 378.

Dado o panorama demográfico delineado anteriormente, especialmente no que respeita às projeções dos cenários central e alto que preveem um crescimento populacional, torna-se imperativo desenvolver e implementar políticas eficazes de fixação da população no concelho de Barcelos.

Estas políticas são cruciais para contrariar a tendência de diminuição da população em idade escolar e para assegurar a sustentabilidade social e económica do território. É essencial, portanto, adotar medidas que incentivem a permanência e a atração de novos residentes, garantindo assim um desenvolvimento equilibrado da região.

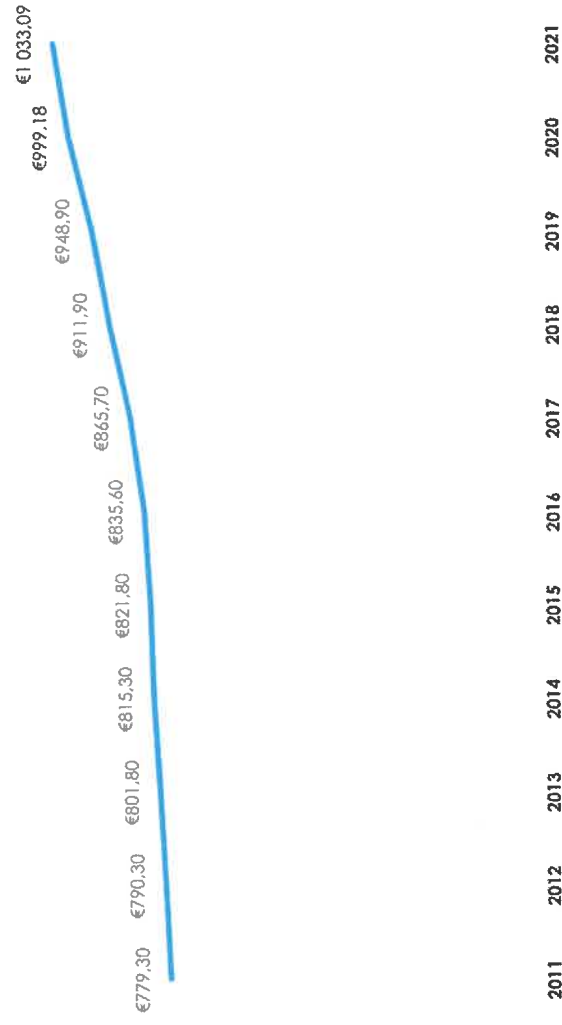
2.7. RENDIMENTO E ECONOMIA

O presente subcapítulo explora as dinâmicas económicas em Barcelos e concelhos limítrofes. Os aspetos relacionados com o rendimento e a economia local são fundamentais para a definição das condições de vida da população, uma vez que o rendimento médio das famílias e o estado da economia local influenciam diretamente o acesso à habitação e a serviços essenciais.

2.7.1. Análise do rendimento médio mensal da população

Durante o período de 2011 a 2021, Barcelos apresenta um aumento constante do rendimento médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem (gráfico 27). Este aumento, em termos percentuais aponta para os 32,57%, sendo o valor médio mensal de 779,30€, em 2011, e no último ano com informação disponível (2021) de 1 033,09€. No entanto, apesar desta evolução positiva, é importante realçar que o ganho médio mensal de Barcelos é consideravelmente inferior à média nacional (1 294,11€) e à média da Sub-Região do Cávado (1 134,32€).

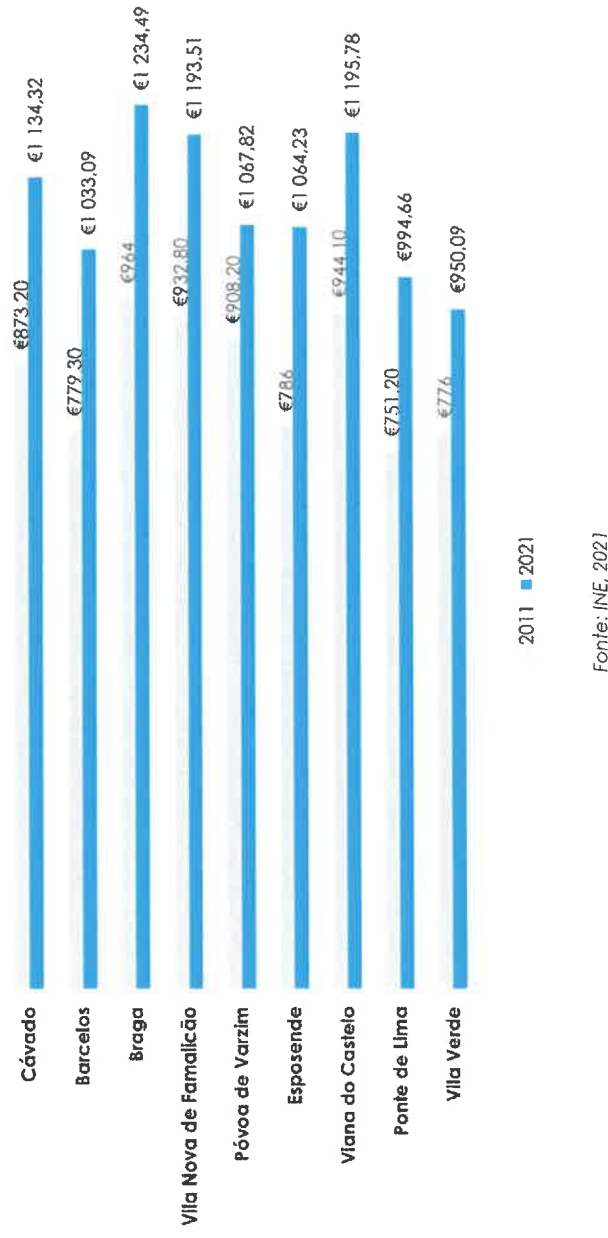
Gráfico 27 - Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem em Barcelos (2011 a 2021)



Fonte: INE, 2021

No gráfico 28 é possível observar o ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem em Barcelos e concelhos limítrofes. Em todos os concelhos é possível afirmar que houve um aumento significativo do valor médio mensal entre o ano 2011 e 2021. Em termos percentuais, assiste-se a um maior aumento do ganho médio mensal nos concelhos de Esposende (35,39%) e Barcelos (32,53%), com um menor aumento apresentam-se os concelhos da Póvoa de Varzim (17,57%) e Vila Verde (22,43%). De realçar que, à exceção de Ponte de Lima e Vila Verde, todos os concelhos apresentam um rendimento médio mensal superior a 1 000€, no entanto, apenas nos concelhos de Braga, Vila Nova de Famalicão e Viana do Castelo se observa um valor superior à Sub-Região do Cávado. Já comparativamente à média nacional, nenhum concelho em análise ultrapassa o valor mensal de 1 294,11€. O valor do ganho médio mensal no território será também um reflexo da taxa de escolarização no secundário mais baixa e do peso das indústrias transformadoras que exploraremos de seguida.

Gráfico 28 - Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem em Barcelos e concelhos limítrofes (2011 e 2021)



2.7.2. Emprego e desemprego

2.7.2.1. Taxas de emprego e desemprego

No que diz respeito à taxa de emprego, é possível observar que o concelho de Braga lidera com 64,34%, seguido de Esposende (54,17%) e Barcelos (54,09%). Em contrapartida, as taxas de emprego inferiores encontram-se em Ponte de Lima, com 48,37% e Vila Verde com 48,76%.

Em relação à taxa de desemprego, a mais baixa regista-se em Esposende, onde apenas 5,17% da população ativa se encontra sem emprego. Barcelos também apresenta uma taxa de desemprego baixa, de 5,31%, o que juntado com a elevada taxa de emprego, aponta para uma

economia local relativamente robusta. Contrariamente, a Póvoa de Varzim destaca-se negativamente, com uma taxa de desemprego de 8,26%, a mais alta entre os concelhos em análise.

Tabela 17 - Taxa de emprego e desemprego em Barcelos e concelhos limítrofes, 2021

Unidade Territorial	Taxa de Emprego (%)	Taxa de Desemprego (%)
Cávado	53,21	6,65
Barcelos	54,09	5,31
Braga	54,34	7,61
Vila Nova de Famalicão	53,95	6,99
Póvoa de Varzim	50,91	8,26

Unidade Territorial	Taxa de Emprego (%)	Taxa de Desemprego (%)
Esposende	54,17	5,17
Viana do Castelo	49,06	6,14
Ponte de Lima	48,37	5,19
Vila Verde	48,76	6,72

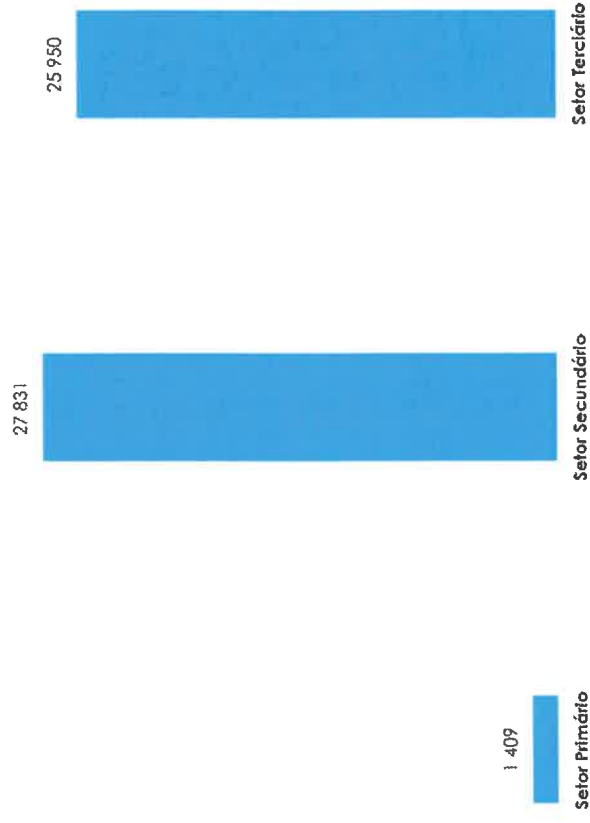
Fonte: INE, 2021

2.7.3. Setores económicos

2.7.3.1. Principais setores de atividade económica

No que diz respeito ao setor de atividade em que a população empregada de Barcelos se insere (T = 55 190 pessoas), é possível aferir que 50% da população ocupa cargos profissionais no setor secundário, seguido do setor terciário (47%) e, por fim, no setor primário, com um valor percentual menos significativo (3%).

Gráfico 29 - População empregada, total e por setor de atividade económica em Barcelos, 2021



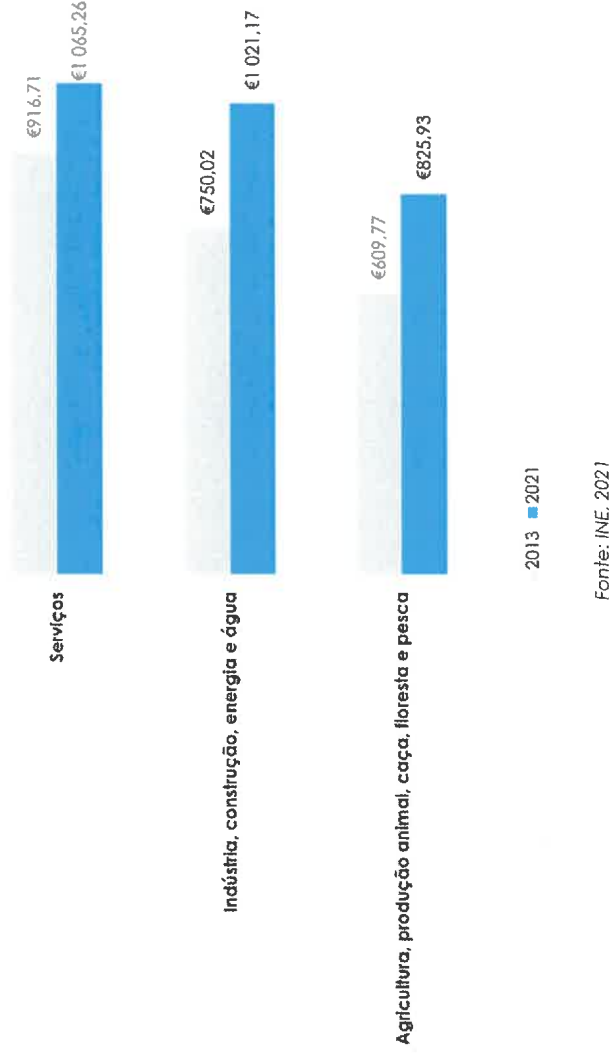
Fonte: Pordata, 2021

A realização da comparação entre o ganho médio mensal dos trabalhadores de Barcelos por setor de atividade económica entre 2013 e 2021 (gráfico 30) permite concluir que, em todos os setores de atividade, se assiste a um aumento salarial.

Por conseguinte, o setor dos serviços é o que apresenta o valor salarial mais elevado quando, comparado com os restantes setores. No entanto, quando se comparam os aumentos percentuais é possível aferir que os setores da indústria, construção, energia e água são os que apresentam um aumento mais elevado, correspondente a 36,15%.

Os setores da agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca apresentam o segundo aumento percentual mais elevado (35,45%).

Gráfico 30 - Ganho médio mensal por setor de atividade económica (2013 e 2021)



Para além da análise do ganho médio mensal dos trabalhadores de Barcelos, tomase pertinente analisar o panorama das empresas não financeiras existentes, por setor de atividade económica, entre 2011 e 2021 (tabela 18). É possível afirmar que durante este período se assiste a um aumento do

número de empresas não financeiras, à exceção do setor das indústrias extrativas, indústrias transformadoras, alojamento, restauração e similares e setor da educação.

Os setores que apresentam um maior número de empresas são o comércio por grosso e a retalho (3 030), indústrias transformadoras, apesar do seu decréscimo (2 531), atividades administrativas e dos serviços de apoio (1 463) e atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares (1 210). No sentido oposto, os setores que apresentam menos empresas não financeiras são os setores das indústrias extrativas (4), captação, tratamento e distribuição de água (12), eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio (98) e o setor das atividades de informação e comunicação (125).

Tabela 18 - Empresas não financeiras, por setor de atividade, em Barcelos (2011 e 2022)

Sector de atividade económica	2011	2022
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	740	1 219
Indústrias extrativas	8	4
Indústrias transformadoras	2 551	2 531
Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	11	98
Captação, tratamento e distribuição de água	10	12
Construção	1 115	1 398
Comércio por grosso e a retalho	2 979	3 030
Transporte e armazenagem	127	147
Alojamento, restauração e similares	676	676
Atividade de informação e comunicação	44	125

Fonte: INE, 2022

Sector de atividade económica	2011	2022
Atividades imobiliárias	259	488
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	782	1 210
Atividades administrativas e dos serviços de apoio	954	1 463
Educação	468	488
Atividades de saúde humana e apoio social	579	967
Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	136	284
Outras atividades de serviços	388	703
Total	11 827	13 745

No que se refere à relevante análise do volume de negócios das empresas não financeiras em Barcelos, por setor de atividade, em 2011 e 2022, destaca-se com maior volume de negócios o setor das indústrias transformadoras (2 215 102 752€) Outro setor que se destaca é o do comércio por grosso e retalho com um volume de 1 504 576 801€ (tabela 19).

Em termos percentuais, o setor de atividade económica, que assiste a um aumento mais acentuado é o das atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas (+799,77%), seguido das atividades de informação e comunicação (+363,76%) e das atividades imobiliárias (+274,72%). No sentido inverso, os setores que se deparam com uma evolução negativa são o da captação, tratamento e distribuição de água (-64,06%) e da eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio (-12,19%). Os restantes setores assistem a uma evolução positiva, mas com valores mais moderados, entre os 15,98% (indústrias extrativas) e os 260,82% (atividades administrativas e dos serviços de apoio).

Em consonância com o volume de negócio, o peso da indústria volta a destacar-se na estrutura do emprego da população residente, concentrando o setor da indústria, construção, energia e água, 67% da população empregada no concelho, reforçado pela análise da população empregada por profissão, onde volta a concentrar a maioria da população empregada em trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices e operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem com 48% do total. Conclui-se assim, com base na análise sobre o perfil da indústria em Barcelos - que se insere num país e continente profundamente terciarizado - impactos notórios nos rendimentos, que devem assumir um papel central no desenho das políticas habitacionais.

Tabela 19 - Volume de negócios das empresas não financeiras em Barcelos, por setor de atividade (€) (2011 e 2022)

Setor de atividade económica	2011 (€)	2022 (€)	Taxa de variação (%)
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	65 530 052€	116 769 724€	+78,19%
Indústrias extrativas	1 299 847€	1 507 570€	+15,98%
Indústrias transformadoras	1 215 997 778€	2 215 102 752€	+82,16%
Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	12 133 158€	10 654 430€	-12,19%
Captação, tratamento e distribuição de água	53 464 343€	19 216 570€	-64,06%
Construção	270 425 578€	474 495 327€	+75,46%
Comércio por grosso e a retalho	912 126 561€	1 504 576 801€	+64,95%
Transporte e armazenagem	32 934 115€	49 615 487€	+50,65%

Legenda:

Taxa de variação mais positiva

Taxa de variação mais negativa

Setor de atividade económica	2011 (€)	2022 (€)	Taxa de variação (%)
Alojamento, restauração e similares	44 778 309€	79 511 181€	+77,56%
Atividade de Informação e comunicação	2 984 825€	13 842 571€	+363,76%
Atividades imobiliárias	19 533 455€	73 196 520€	+274,72%
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	22 826 531€	65 968 672€	+188,99%
Atividades administrativas e dos serviços de apoio	18 515 241€	66 807 576€	+260,82%
Educação	5 045 674€	6 454 714€	+27,92%
Atividades de saúde humana e apoio social	20 432 557€	39 458 151€	+93,11%
Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	2 608 521€	23 470 775€	+799,77%
Outras atividades de serviços	6 387 575€	12 238 726€	+91,60%
Total	2 707 024 120€	4 772 887 547€	

Legenda:

Taxa de variação mais positiva

Taxa de variação mais negativa

Fonte: INE, 2022

2.7.4. Projeções económicas

As projeções futuras a nível económico para o concelho de Barcelos são promissoras, sustentadas pelos novos investimentos em áreas industriais estrategicamente localizadas.

A expansão da Área de Atividades Económicas Nível II (AEII) em Fragoso, com continuidade no concelho de Viana do Castelo, sinaliza um fortalecimento do tecido industrial da região norte, beneficiando de sinergias com o parque existente. Noutra sentida, a concretização do Parque Industrial de Palme, que dispõe de 45 hectares programáveis e cuja viabilidade está diretamente ligada à construção da via prevista no concelho de Esposende entre a EN103 em Forjães e a A28 no nó de Antas, representa um aumento significativo da capacidade industrial, preparando o concelho para atrair investimentos de grande escala e fomentar o crescimento económico. Paralelamente, o Parque Industrial de Vila Cova e Perelhal, com uma área programável de 15 hectares e continuidade com a área de atividades económicas já existente em Perelhal, está bem posicionado para aproveitar a infraestrutura industrial atual, facilitando a integração de novos projetos industriais.

A criação do Parque Industrial de Barqueiros, localizado estrategicamente junto à A28 e à A11 no nó da Apúlia em Esposende, oferece 16 hectares a norte e 62,5 hectares a sul da Estrada da Praia, com potencial de expansão adicional para sul conforme as necessidades do mercado. Esta localização privilegiada irá certamente atrair empresas que necessitam de acessos rápidos a vias de transporte. Da mesma forma, o Parque Industrial de Barqueiros/Laúndos no nó de Laúndos na A28, com 50 hectares programáveis e possibilidade de expansão para norte, visa dar continuidade e expansão ao Parque Industrial existente no concelho da Póvoa de Varzim, fortalecendo a interconexão regional e a competitividade industrial de Barcelos.

A área de atividades económicas Nível II existente nas freguesias de Macieira de Rates e Negreiros, atravessada pela estrada nacional N206 e contígua à área programada para atividades económicas na freguesia de Balazar no concelho da Póvoa de Varzim, representa mais uma oportunidade para o desenvolvimento de um corredor industrial estratégico, aumentando a atratividade para empresas que procuram localizações com excelente conectividade.

O Parque Industrial de Viatodos, com uma área de 38 hectares disponíveis, oferece uma nova frente de expansão para atividades industriais no concelho. O Parque Industrial da Pousa será significativamente ampliado através de três Unidades Operativas de Planeamento e Gestão (UOPGs), cuja execução depende da construção da via de acesso direto ao nó da A3 com a A11, criando um dos mais robustos centros industriais do concelho, com 39 hectares disponíveis a norte da A3 e outras duas UOPGs a sul que unem a área industrial existente e a sede da empresa ABB, com

6,5 hectares, além de uma segunda expansão com 9 hectares.

Por fim, o Parque Industrial de Alheira, com 28 hectares de área disponível, será desenvolvido condicionalmente à execução do nó previsto com a A3, consolidando-se como um ponto de atração para novos investimentos.

Estes desenvolvimentos expandem não só a capacidade industrial de Barcelos, mas também posicionam o concelho como um centro estratégico de inovação e produção industrial, com infraestrutura de primeira linha, o que atrairá investimentos, fomentando a criação de empregos, o aumento da competitividade económica e o fortalecimento da economia regional nos próximos anos.

2.8. HABITAÇÃO

No presente subcapítulo será explorado o parque habitacional do concelho de Barcelos, bem como as respetivas condições de habitação, através de uma comparação do contexto regional e nacional. Torna-se relevante compreender a situação atual e a evolução ao longo dos anos, sendo esta análise essencial para definir a política de habitação concelhia. Desta forma, procedeu-se a uma análise da documentação municipal, nomeadamente Estratégia Local de Habitação, Plano Diretor Municipal (PDM – em fase de revisão, à data do presente estudo), ARU's e similares.

2.8.1. Parque habitacional

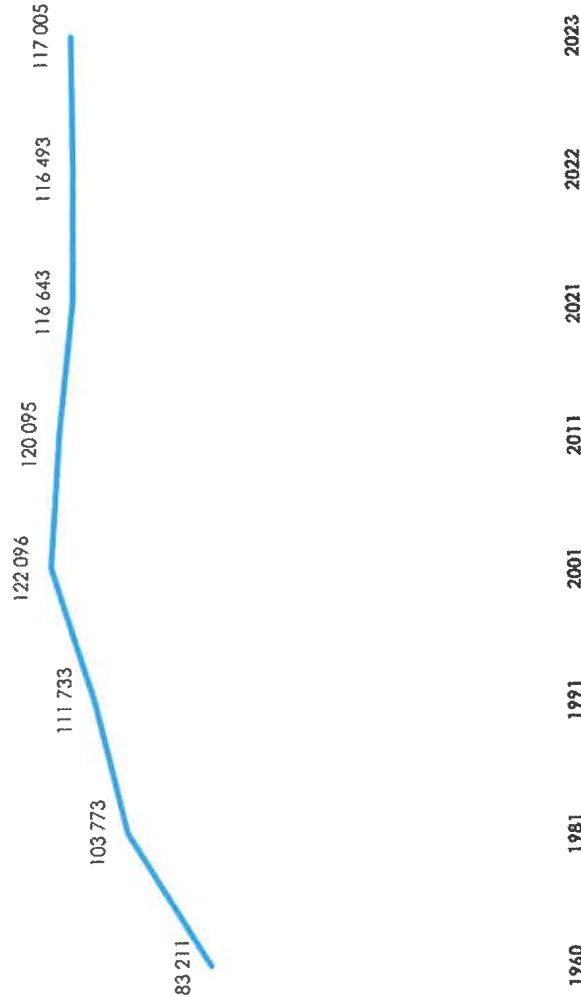
Ao longo dos últimos anos, Portugal sofreu alterações na estrutura económica e demográfica, o que teve como consequência a diminuição da população residente, e Barcelos não fugiu a esta realidade. No entanto, tal como é visível no gráfico 31, a tendência de decréscimo não foi constante, tendo existido um forte aumento populacional até 2001. A partir desse ano, é possível constatar uma tendência generalizada de diminuição populacional.

No período entre 1960 e 1981 assiste-se à primeira expansão populacional, passando de 83 211 para 103 773 habitantes (+20 562), correspondente a um aumento de 24,71%. O mesmo cenário de crescimento sucede entre 1981 e 1991 com um aumento de 7 960 habitantes, correspondente a +7,67%. Entre 1991 e 2001 observa-se um contínuo crescimento populacional, de 9,27%. Este aumento populacional deve-se "para além das razões

ético-religiosas (...) ao retorno de emigrantes e à retenção de imigrantes, ao aumento da população escolar no ensino superior e inclusive a um certo dinamismo empresarial, nomeadamente nos setores têxtil, do calçado e da cerâmica." (Cardoso, 2020, p. 138).

A partir do ano 2001 assiste-se a uma tendência de perda de população, com menos 2 001 habitantes (-1,64%) entre 2001 e 2011, e entre 2011 e 2023 menos 3 090 habitantes (-2,57%). A perda populacional estará associada ao reflexo da reconfiguração das famílias tendencialmente compostas por cada vez menos elementos, descidas da natalidade, fenómenos de urbanização, litoralização, metropolização da ocupação do território e ainda a conjunturas económicas que abalaram sobretudo setores industriais muito relevantes para a economia local, como o têxtil. De realçar, no entanto, que entre 2022 e 2023 se observa um aumento da população na ordem dos +0,44%, correspondente a +512 residentes.

Gráfico 31 - Evolução populacional do concelho de Barcelos (1960-2023)

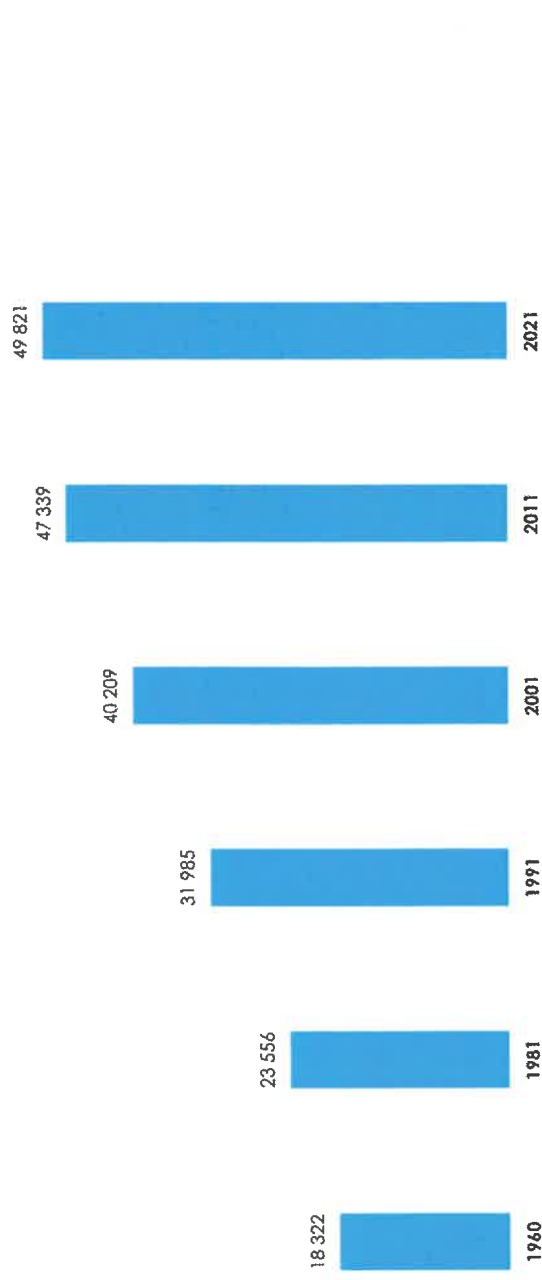


Fonte: INE, 2023

2.8.1.1. Estado atual do parque habitacional

A análise da evolução do número de alojamentos total no concelho de Barcelos, entre 1960 e 2021, permite observar um aumento exponencial ao longo dos anos, sendo de destacar que entre 1991 e 2001 se assiste ao aumento mais significativo de mais 8 224 alojamentos (+26%). Entre 2011 e 2021 o número de alojamentos aumentou, igualmente de forma significativa, com mais 7 130 alojamentos (+18%). Entre 2011 e 2021 o número de alojamentos, apesar de aumentar, apresenta o aumento menos significativo do período em análise com um aumento de 2 482 alojamentos familiares (+5%), denotando o abrandamento do setor da construção e do contexto de crise económica no período.

Gráfico 32 - Evolução do número de alojamentos em Barcelos (1960-2021)



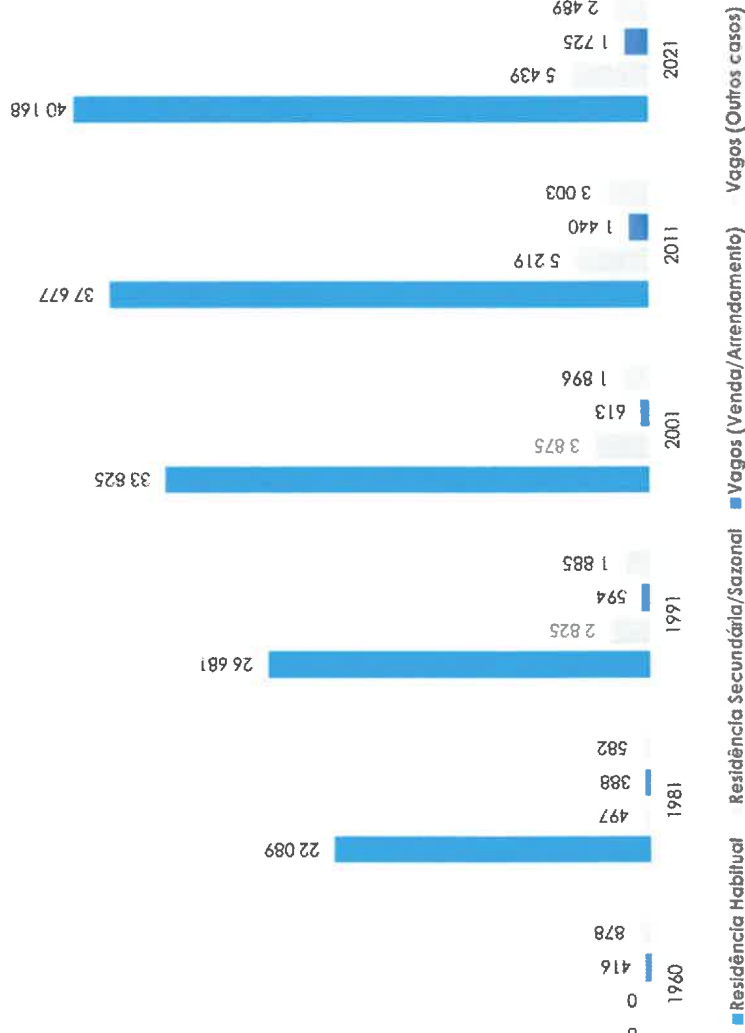
Fonte: Pordata, 2021

Na caracterização destes alojamentos, torna-se importante destacar um número significativo corresponde a alojamentos de residência habitual (gráfico 33)⁶. Em 1981 este modo de ocupação representa 97,83% do total dos alojamentos, em 1991 83,41%, em 2001 84,12%, em 2011 79,59% e, por

⁶ Importa salientar que durante a realização do presente documento a informação referente aos valores de Residência Habitual e Residência Secundária/Sazonal para o ano 1960 não se encontrava disponível.

fim, em 2021 80,62%. De salientar ainda o crescimento contínuo das residências secundárias/sazonais ao longo do período em análise, apresentando um aumento percentual de 9,94%. O crescimento significativo das residências secundárias, em particular entre 2001 e 2011, deve ser alvo de análise sobre se, por um lado, estamos perante um fenómeno de emigração num período de crise ou se, por outro lado, estará associado à atração do território para esse fim. Deve destacar-se ainda a redução significativa dos fogos vagos entre 2011 e 2021 que, a par da desaceleração da construção, contribui para uma diminuição do stock habitacional disponível em Barcelos.

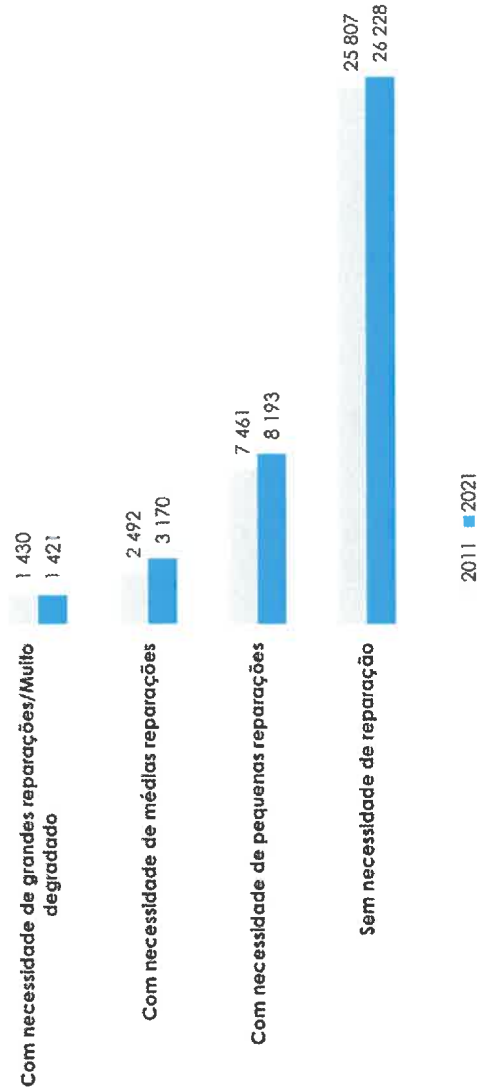
Gráfico 33 - Modo de ocupação dos alojamentos em Barcelos (1960-2021)



Fonte: Pordata, 2021

A análise ao estado de conservação dos edifícios no concelho de Barcelos permite concluir que, no que se refere à necessidade de grandes reparações e, consequentemente, aos edifícios que se encontram muito degradados o valor percentual, entre 2011 e 2021, diminuiu (-0,63%). No entanto, no que se refere às restantes necessidades do estado de conservação é possível observar que os valores entre o período temporal selecionado aumentaram. No caso dos edifícios com necessidade de reparações médias assiste-se a um aumento de 27,21% e os edifícios com necessidade de pequenas reparações 9,81%. De destacar ainda a evolução positiva no que respeita aos edifícios sem qualquer necessidade de reparação. No ano 2011, 25 807 edifícios não apresentavam necessidade de intervenção e, no ano 2021, 26 228 edifícios, perfazendo um aumento percentual de 1,63% (gráfico 34).

Gráfico 34 - Estado de conservação dos edifícios em Barcelos (2011 e 2021)

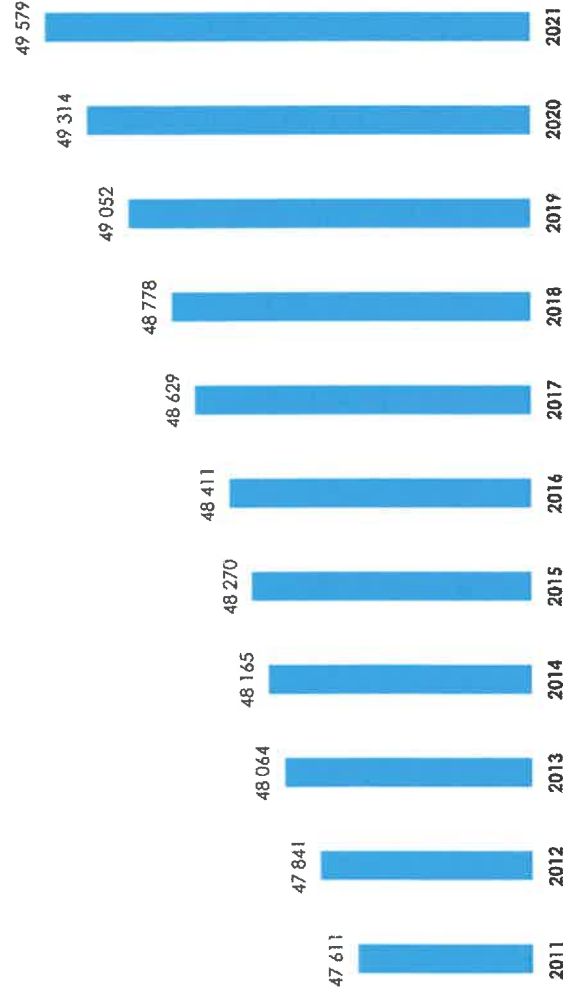


Fonte: Pordata, 2021

2.8.1.2. Alojamento familiar clássico⁷

No decorrer dos anos em análise, 2011-2021, assiste-se a um aumento constante do número de alojamentos familiares clássicos no concelho de Barcelos (gráfico 35). Enquanto no ano 2011 Barcelos apresenta um total de 47 611 alojamentos familiares clássicos, no ano 2021, conta com mais 1 968 alojamentos, totalizando os 49 579, que resulta numa variação percentual de +4,13%.

Gráfico 35 - Evolução do número de alojamentos familiares clássicos de Barcelos (2011-2021)

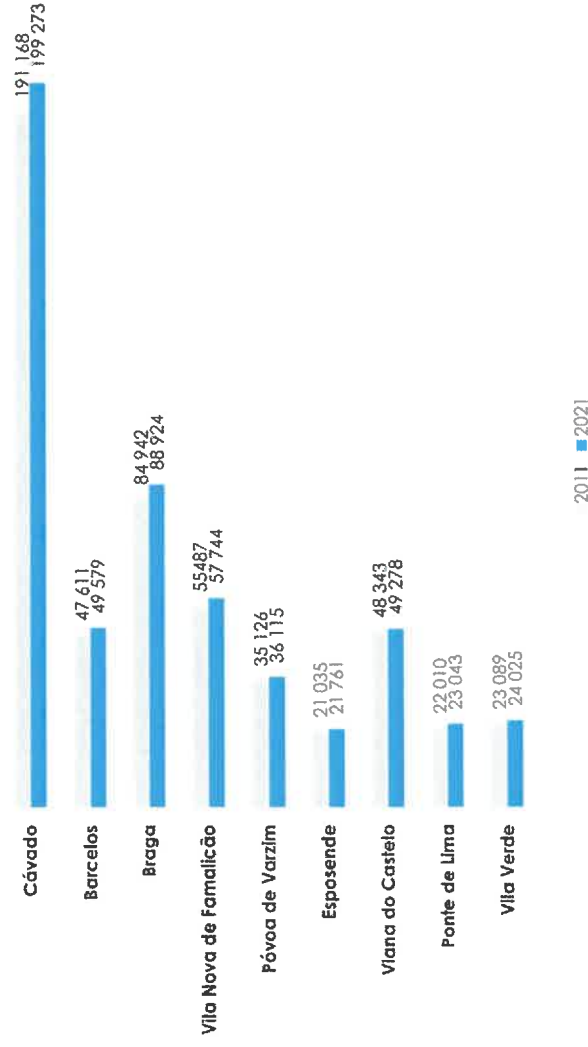


Fonte: Pordata, 2021

Na análise comparativa com os concelhos limítrofes, Barcelos apresenta o terceiro maior crescimento percentual de alojamentos familiares clássicos, igual a 4,13%, antecedido de Ponte de Lima (4,69%) e Braga (4,68%). Já Viana do Castelo é o concelho que regista o menor crescimento percentual, com um aumento de 1,93%.

⁷ Alojamento familiar clássico: "Local distinto e independente, constituído por uma divisão ou conjunto de divisões e seus anexos, num edifício de carácter permanente, ou numa parte distinta do edifício (do ponto de vista estrutural), que considerando o manêlo como foi constituído, reconstruído, ampliado ou transformado se destina a servir de habitação, normalmente, apenas de uma família/agregado doméstico privado. Deve ter uma entrada independente que dê acesso (quer directamente, quer através de um jardim ou um terreno) a uma via ou a uma passagem comum no interior do edifício (escada, corredor ou galeria, etc.). As divisões isoladas, manifestamente construídas, ampliadas ou transformadas para fazer parte do alojamento familiar clássico/fogo são consideradas como parte integrante do mesmo." (INE).

Gráfico 36 - Evolução do número de alojamentos familiares clássicos de Barcelos e concelhos limítrofes (2011 e 2021)



Fonte: Pordata, 201

Ao analisar o modo de ocupação dos alojamentos familiares clássicos⁸ por Freguesia, no ano 2021, é notável a presença de um maior número de residências habituais quando comparado com os restantes modos. As residências habituais apresentam um valor de 40 168, correspondendo a 81% da oferta total (49 821). Já no que diz respeito à residência secundária esta ocupa 11% do total, correspondendo a 5 439 habitações. Por fim, no que se refere a alojamentos familiares clássicos vagos, o concelho de Barcelos dispõe de um total de 4 214 (8% em 2021).

⁸ Residência habitual: "Alojamento é ocupado por uma ou mais pessoas que formam um agregado doméstico e que residem ali a maior parte do tempo";
Residência secundária: "Alojamento utilizado ocasionalmente ou temporariamente por um agregado doméstico que possui outra residência considerada habitual";

Alojamentos vagos: "Alojamentos que estão desocupados no momento do recenseamento. Podem estar disponíveis para venda, alugar ou podem estar desocupados sem uma função específica imediata. Inclui imóveis que não são ocupados como residência habitual ou secundária". (INE)

Tabela 20 - Alojamentos familiares clássicos, por Freguesia e modo de ocupação, 2021

Unidade Territorial	Residência habitual	Residência secundária	Vagos
Abade de Neiva	667	72	72
Aborim	299	59	29
Adães	242	23	52
Airó	281	41	22
Aldreu	281	58	49
Alvelos	670	51	82
Arcozelo	4 960	443	354
Areias	353	52	19
Balugães	267	77	32
Barcelinhos	694	56	173
Barqueiros	634	169	94
Cambeses	436	45	69
Carapeços	682	52	68
Carvalhal	425	17	89
Carvalhas	230	46	19
Cossourado	274	118	11
Cristelo	545	129	34
Fornelos	248	35	30
Fragoso	699	138	78
Galegos (Santa Maria)	967	95	92
Galegos (S. Martinho)	659	88	45

Unidade Territorial	Residência habitual	Residência secundária	Vagos
Galegos (S. Martinho)	659	88	45
Gilmonde	512	60	50
Lama	390	47	37
Lijó	831	68	79
Macieira de Rates	658	56	54
Manhente	573	64	32
Martim	689	106	82
Moure	321	29	49
Oliveira	332	78	11
Palme	341	43	44
Panque	214	85	7
Paradela	252	27	27
Pereira	399	25	33
Pereihal	590	93	59
Pousa	667	86	44
Remelhe	411	65	40
Rio Covo (Santa Eugénia)	549	72	53
Roriz	632	64	68
Silva	294	47	9
Tamel (S. Veríssimo)	1 015	99	131
Ucha	476	74	25

Unidade Territorial	Residência habitual	Residência secundária	Vagos
Ucha	476	74	25
UF de Alheira e Igreja Nova	455	190	88
UF de Alvito (S. Pedro e S. Martinho) e Couto	434	54	20
UF de Areias de Vilar e Encourados	515	95	40
UF de Barcelos, Vila Boa e Vila Frescainha (S. Martinho e S. Pedro)	4 166	448	497
UF de Campo e Tamel (S. Pedro Fins)	527	47	53
UF de Carreira e Fonte Coberta	709	56	75
UF de Charente, Góias, Courel, Pedra Furada e Gualal	797	148	96
UF de Creixomil e Mariz	373	44	49
UF de Durrães e Tregosa	482	129	73
UF de Gamil e Midões	460	85	36

Fonte: INE, 2021

Unidade Territorial	Residência habitual	Residência secundária	Vagos
UF de Milhazes, Vilar de Figos e Faria	645	121	75
UF de Negreiros e Chavão	700	86	124
UF de Quintiães e Aguiar	363	82	25
UF de Sequeade e Bastuço (S. João e Santo Estevão)	603	89	87
UF de Silveiros e Rio Covo (Santa Eulália)	703	90	78
UF de Tamel (Santa Leocádia) e Vilar do Monte	430	74	18
UF de Viadodos, Grimancelos, Minhoães e Monte de Fralães	1 309	165	105
UF de Vila Cova e Feitos	807	158	98
Várzea	685	87	63
Vila Seca	346	39	67
Total	40 168	5 439	4 214

No que se refere à proporção de alojamentos clássicos vagos por Freguesia importa destacar que a Freguesia de Barcelinhos é a que apresenta um valor percentual maior (18,7%), seguida da Freguesia de Carvalhal (16,8%) e Adães (16,4%). Em contrapartida, as Freguesias que apresentam um menor número de alojamentos vagos são Panque (2,3%), Oliveira e Silva, igualmente com 2,6%, e Cossourado (2,7%).

Tabela 21 - Proporção de alojamentos clássicos vagos por Freguesia, 2021

Unidade Territorial	Alojamentos familiares clássicos vagos (%)
Abade de Neiva	8,9
Aboim	7,5
Adães	16,4
Airó	6,4
Aldreu	12,6
Alvelos	10,2
Arcozelo	6,1
Arelas	4,5
Balugães	8,5
Barcelinhos	18,7
Barqueiros	10,5
Cambeses	12,5
Carapeços	8,5
Carvalhal	16,8
Carvalhas	6,4
Cossourado	2,7
Cristelo	4,8
Fornelos	9,6
Fragosa	8,5
Galegos (Santa Maria)	8,0
Galegos (S. Martinho)	5,7

Unidade Territorial	Alojamentos familiares clássicos vagos (%)
Gilmonde	8,0
Lama	7,8
Lijó	8,1
Macieira de Rates	7,0
Manhente	4,8
Marim	9,4
Moure	12,3
Oliveira	2,6
Palme	10,3
Panque	2,3
Paradela	8,8
Pereira	7,2
Perelhal	8,0
Pousa	5,5
Remelhe	7,8
Rio Covo (Santa Eugénia)	7,9
Roriz	8,9
Silva	2,6
Tamel (S. Veríssimo)	10,5
Ucha	4,3
UF de Alheira e Igreja Nova	12,0

Unidade Territorial	Alojamentos familiares clássicos vagos (%)
UF de Alheira e Igreja Nova	12,0
UF de Alvito (S. Pedro e S. Martinho) e Couto	3,9
UF de Areias de Vilar e Encourados	6,2
UF de Barcelos, Vila Boa e Vila Frescainha (S. Martinho e S. Pedro)	9,7
UF de Campo e Tamel (S. Pedro Fins)	8,5
UF de Carreira e Fonte Coberta	8,9
UF de Charente, Góios, Courrel, Pedra Furada e Gual	9,2
UF de Creixomil e Mariz	10,5
UF de Durrães e Tregosa	10,7
UF de Gamil e Midões	6,2

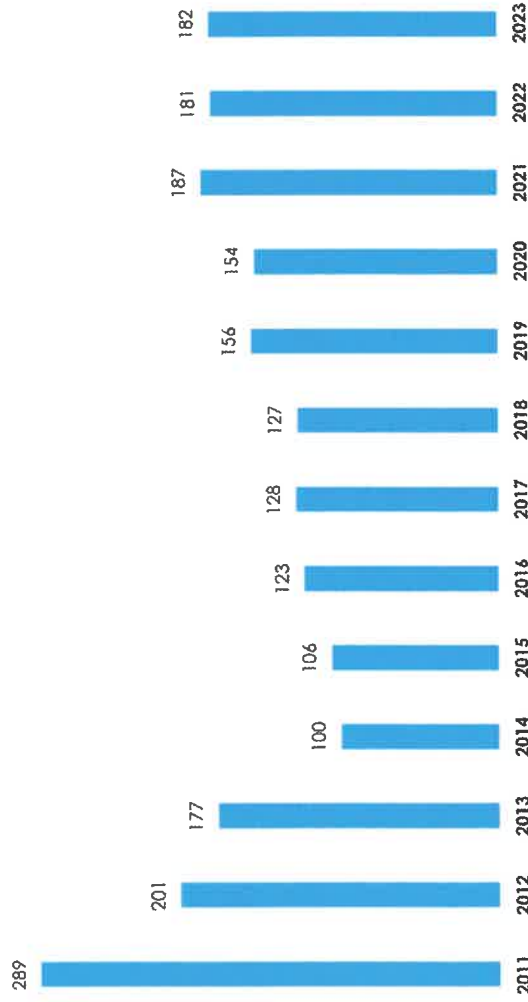
Unidade Territorial	Alojamentos familiares clássicos vagos (%)
UF de Milhazes, Vilar de Figos e Faria	8,9
UF de Negreiros e Chavão	13,6
UF de Quintiães e Aguiar	5,3
UF de Sequeade e Bastuço (S. João e Santo Estevão)	11,2
UF de Silveiros e Rio Covo (Santa Eulália)	9,0
UF de Tamel (Santa Leocádia) e Vilar do Monte	3,4
UF de Viadodos, Grimancelos, Minhotães e Monte de Fraiães	6,6
UF de Vila Cova e Feitos	9,2
Várzea	7,5
Vila Seca	14,8

Fonte: INE, 2021

2.8.1.2.1. Edifícios concluídos em construções novas para habitação familiar

O número de edifícios concluídos em construções novas para habitação familiar, no concelho de Barcelos não é constante, isto é, ao longo do período em análise estes valores sofreram oscilações. No entanto, é evidente o decréscimo de -37,02% no que corresponde à conclusão de edifícios entre 2011 e 2023. O ano em que se observa um maior número de edifícios concluídos é o de 2011 (289) e, no sentido oposto, com o menor número apresenta-se o ano de 2014, com 100 edifícios concluídos destinados a habitação familiar (gráfico 37).

Gráfico 37 - Edifícios concluídos em construções novas para habitação familiar em Barcelos (2011-2023)

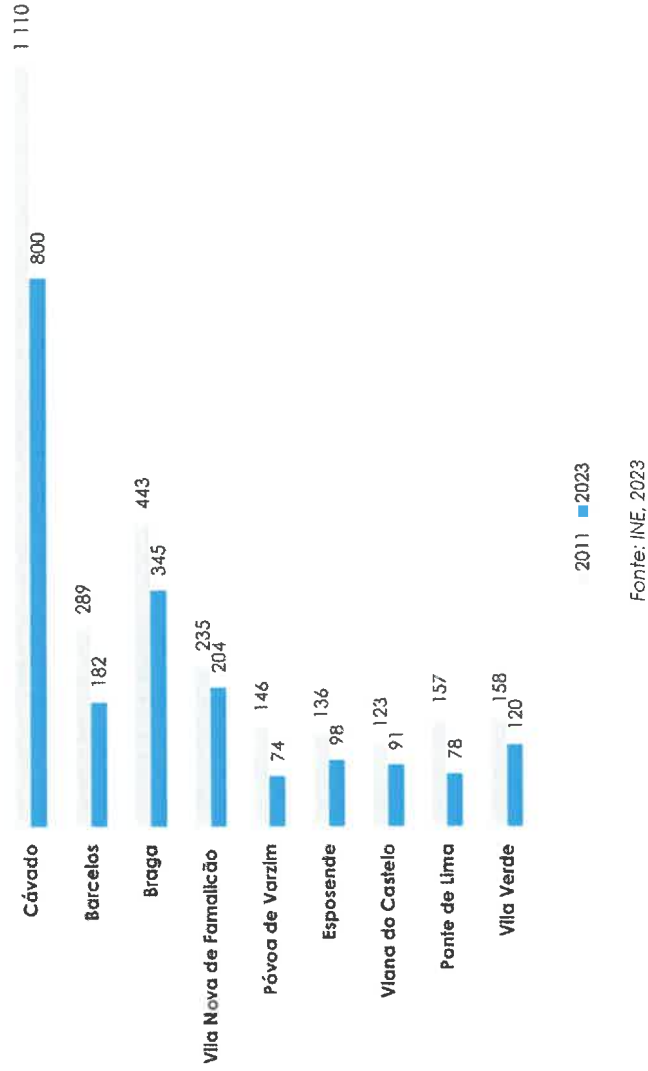


Fonte: INE, 2023

A comparação com os concelhos limítrofes permite apurar, por um lado, que Braga é o concelho com maior número de edifícios concluídos em construções novas para habitação familiar, contando com 345 edifícios concluídos em 2023. Por outro, Póvoa de Varzim é o concelho que identifica

o menor número de edifícios, contabilizando 74 no total. De realçar que todos os concelhos apresentam um menor número de edifícios concluídos em 2023 quando comparados com o ano 2011 (gráfico 38).

Gráfico 38 - Edifícios concluídos em construções novas para habitação familiar em Barcelos e concelhos limítrofes (2011 e 2023)



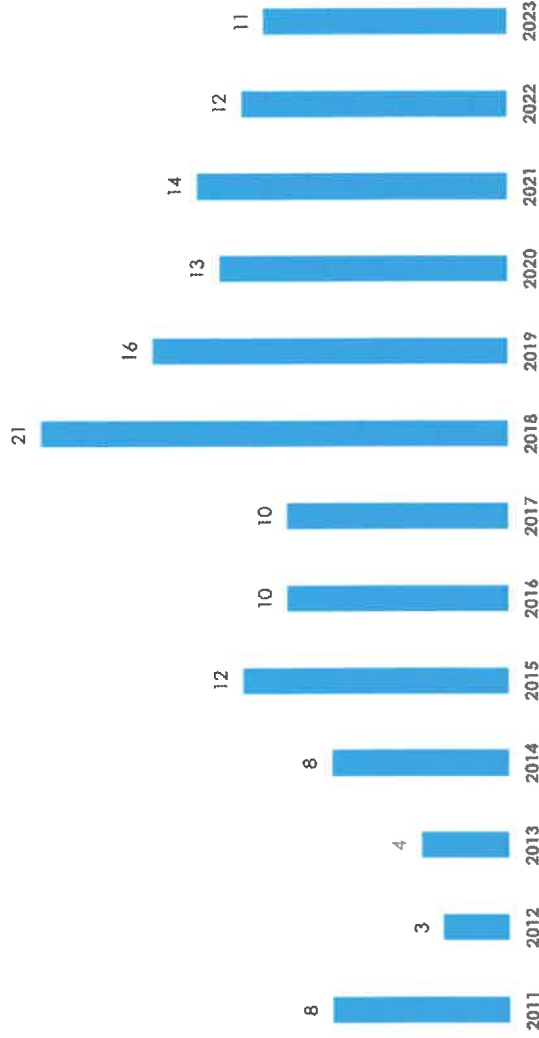
2.8.1.2.1.1. Edifícios concluídos para habitação familiar por tipo de obra (ampliação, alteração, reconstrução)

Ao incidir a análise dos edifícios concluídos para habitação por tipo de obra, nomeadamente ampliações, alterações e reconstruções¹, nota-se que Barcelos apresenta valores inconstantes ao longo do período em análise. O ano que apresenta um maior número de edifícios concluídos é o de 2018, com 21 edifícios, destacando-se significativamente dos restantes anos. Os anos 2012 e 2013 são os que apresentam valores mais baixos, com 3 e 4 edifícios destinados a habitação familiar por estes tipos de obra (ampliação, alteração e reconstrução), respetivamente. Tendo em conta o

¹ Conceitos do INE distintos dos conceitos do RJEU

número de fogos concluídos em construções novas face aos edifícios concluídos por obras de ampliação, alteração e reconstrução, pode concluir-se sobre a pouca tendência de reabilitação, não obstante um número de obras poderem não ser contabilizadas por se enquadrarem em escassa relevância urbanística.

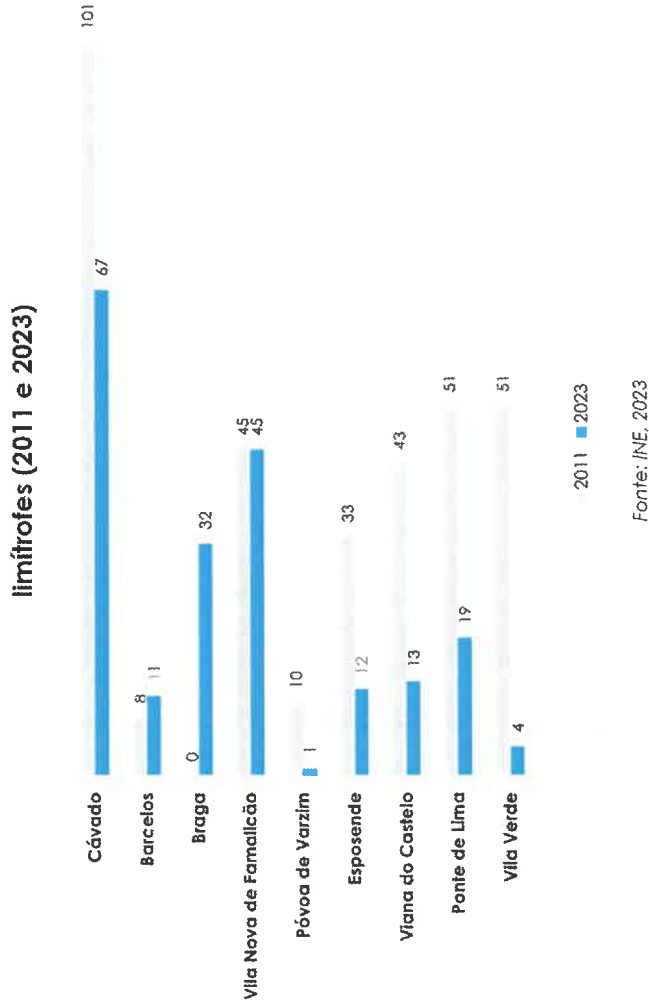
Gráfico 39 - Edifícios concluídos para habitação familiar, por tipo de obra (Ampliações, Alterações e Reconstruções) em Barcelos (2011-2023)



Fonte: INE, 2023

Ao comparar com os concelhos limítrofes, no ano de 2023, é possível observar que Barcelos, é o terceiro concelho com menos edifícios concluídos, sendo que na Póvoa de Varzim há registo apenas de 1 edifício concluído. Vila Nova de Famalicão apresenta o valor mais elevado (45), seguido de Braga (32). Estes valores, no geral, sublinham o pouco peso relativo das intervenções em edificado existente, seja ampliação, alteração ou reconstrução, para fins de habitação familiar nestes territórios.

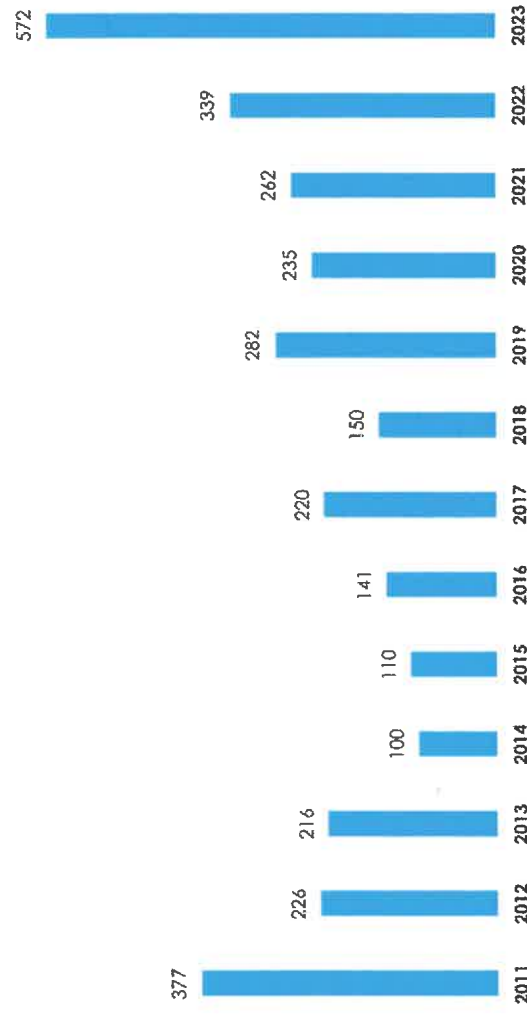
Gráfico 40 - Edifícios concluídos para habitação familiar, por tipo de obra (Ampliações, Alterações e Reconstruções) em Barcelos e concelhos limítrofes (2011 e 2023)



2.8.1.2.2. Fogos concluídos em construções novas para habitação familiar

A observação ao número de fogos concluídos em construções novas para habitação familiar em Barcelos, no período entre 2011 e 2023, permite verificar que os anos 2014, 2015, 2016 e 2018 registam os valores mais baixos do período, com 100, 110, 141 e 150 fogos concluídos, respetivamente. O ano de 2023 apresenta o maior número de fogos concluídos (572). É de destacar assim, o aumento do número de fogos concluídos em 2023 face aos anos anteriores. Tendo em conta a conclusão de 572 fogos em 182 edifícios, conclui-se sobre a preponderância de edifícios multifamiliares no concelho.

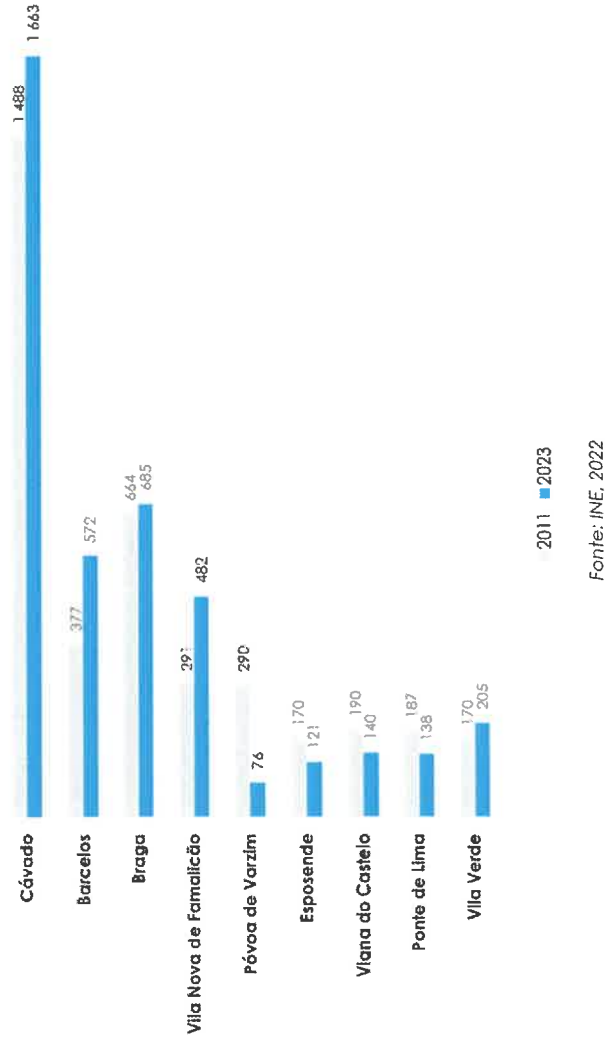
Gráfico 41 - Fogos concluídos em construções novas para habitação familiar em Barcelos (2011-2023)



Fonte: INE, 2022

Quando se inclui na análise os concelhos limítrofes, é possível verificar que Barcelos, no ano 2023, apresenta o segundo maior número de fogos concluídos em construções novas para habitação familiar (572), antecedido de Braga (685). Além destes concelhos que viram o número de fogos aumentar, os concelhos de Vila Nova de Famalicão e Vila Verde também seguiram a mesma tendência. Contrariamente, os concelhos da Póvoa de Varzim, Esposende, Viana do Castelo e Ponte de Lima assistiram a uma diminuição do número de fogos concluídos em construções novas para habitação familiar no período em análise, na ordem dos -73,79%; -28,82%; -26,31% e -26,20%, respetivamente.

Gráfico 42 - Fogos concluídos em construções novas para habitação familiar em Barcelos e concelhos limítrofes (2011 e 2023)



A tabela 22 permite analisar a tipologia dos fogos concluídos para habitação familiar no concelho de Barcelos no período entre 2011 e 2023. Neste sentido, a tipologia T3 destaca-se das restantes, com 2 226 fogos concluídos ao longo dos anos, correspondente a 68,92% do total. De seguida, surge a tipologia T4 ou mais com 458 fogos (14,17%), a tipologia T2 com 395 fogos (12,22%) e, por fim, a tipologia T0 ou T1 com 151 fogos e um valor percentual de 4,67%. Por um lado, apesar da dimensão média dos agregados ser de 2,9 pessoas, a conclusão de fogos construídos recaí sobretudo nas tipologias T3 e T4. Ainda que o preço por m² destas tipologias possa ser inferior, reflete-se em preços mais elevados por habitação. Por outro lado, pode assumir-se que há uma procura preferencial por tipologias superiores à necessidade do núcleo familiar.

Tabela 22 - Fogos concluídos para habitação familiar em Barcelos, por tipologia (2011-2023)

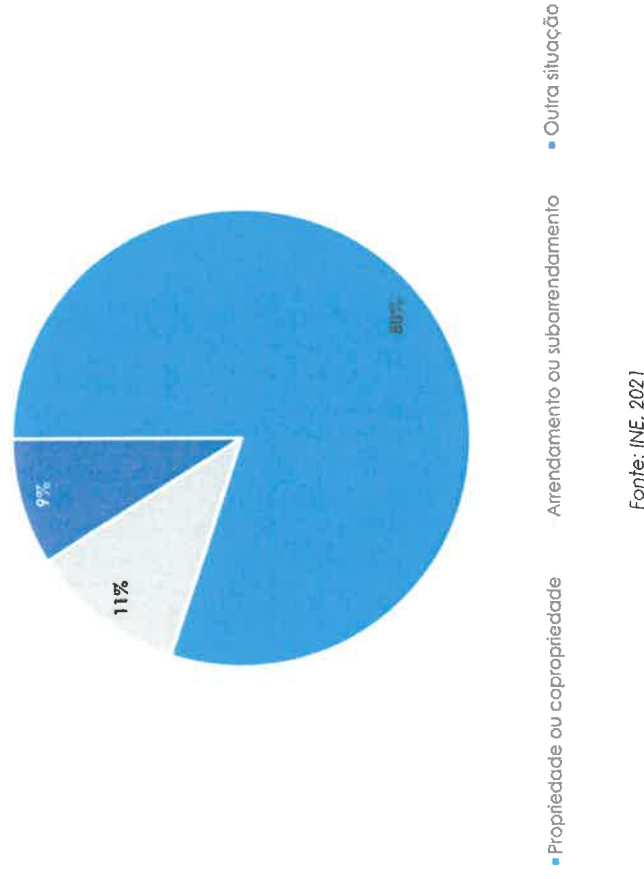
Ano	Tipologia			
	T0-T1	T2	T3	T4 ou mais
2011	10	22	262	83
2012	1	13	162	50
2013	2	17	159	38
2014	0	3	73	24
2015	2	4	77	27
2016	0	5	110	26
2017	28	28	137	27

Ano	Tipologia			
	T0-T1	T2	T3	T4 ou mais
2018	4	10	107	29
2019	12	39	204	27
2020	1	32	190	12
2021	10	36	193	23
2022	20	57	229	33
2023	61	129	323	59
Total	151	395	2 226	458

2.8.1.3. Alojamento familiar clássico de residência habitual

Quanto aos alojamentos familiares clássicos, de residência habitual, no ano de 2021, contabilizaram-se 40 168 alojamentos em Barcelos. Ao analisar o tipo de ocupação, observa-se que a maioria dos alojamentos (80%) estão ocupados por proprietários ou coproprietários, correspondendo a um total de 31 954 alojamentos. Com um valor percentual inferior (11%) os alojamentos são arrendados ou subarrendados e correspondem a um total de 4 508, e 9% inserem-se em outras situações (= 3 706 alojamentos), conforme representado no gráfico 43.

Gráfico 43 - Alojamentos familiares clássicos de residência habitual em Barcelos, por tipo de ocupação



Estes valores sublinham o peso reduzido do mercado de arrendamento como solução para a questão habitacional no concelho de Barcelos.

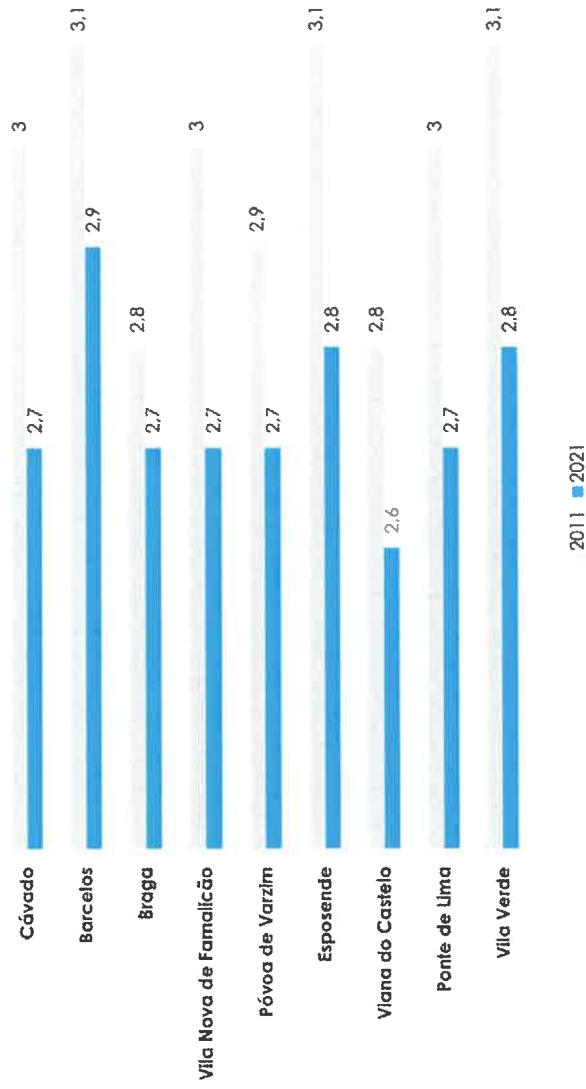
2.8.1.4. Composição média do agregado familiar por tipo de núcleo familiar⁹

O concelho de Barcelos apresenta uma dimensão média do agregado familiar de 2,9 pessoas. Na comparação com os restantes concelhos limítrofes observa-se que Barcelos apresenta a maior dimensão média de agregado familiar. No entanto, importa ressaltar que os valores dos concelhos limítrofes não são muito diferentes entre si, variando entre as 2,9 pessoas (Barcelos) e as 2,6 pessoas (Viana do Castelo). Os restantes concelhos apresentam uma dimensão média de 2,8 pessoas (Esposende e Vila Verde) e de 2,7 pessoas (Braga, Vila Nova de Famalicão, Póvoa de Varzim e Ponte de Lima). De forma geral, na comparação entre o ano 2011 e 2021 é possível observar uma evolução decrescente no número médio

⁹ A composição média do agregado familiar é delimitada pela relação entre o número de indivíduos residentes em famílias clássicas e o total de famílias clássicas "o conjunto de pessoas que residem no mesmo alojamento e que têm relações de parentesco (de direito ou de facto) entre si, podendo ocupar a totalidade ou parte do alojamento. Considera-se também como família clássica qualquer pessoa independente que ocupe uma parte ou totalidade de uma unidade de alojamento." (INE).

de pessoas que compõem os agregados familiares em todos os concelhos em análise (gráfico 44).

Gráfico 44 - Dimensão média das Famílias em Barcelos e concelhos limítrofes (2011 e 2021)



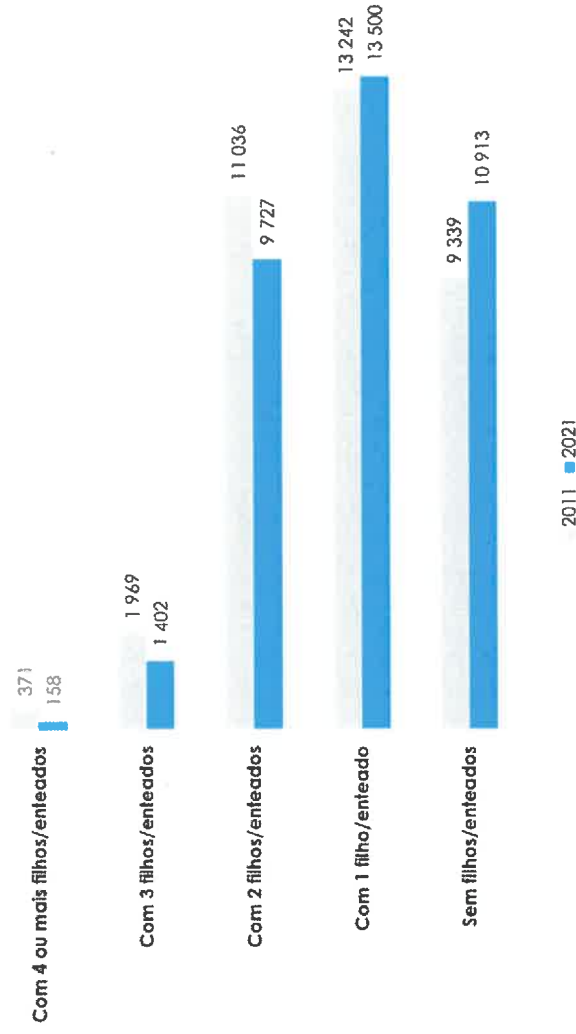
Fonte: Pordata, 2021

Ao analisar os núcleos familiares de Barcelos, adotaram-se como critérios os seguintes tipos de família:

- Agregado familiar sem filhos;
- Agregado familiar com 1 filho;
- Agregado familiar com 2 filhos;

- Agregado familiar com 3 filhos;
- Agregado familiar com 4 ou mais filhos.

Gráfico 45 - Núcleos familiares em Barcelos, por tipologia (2011 e 2021)



A análise do gráfico 45 permite compreender que, de forma geral, o número de agregados diminuiu entre o período 2011 e 2021. Num primeiro momento, ao analisar a evolução entre o ano 2011 e 2021 torna-se importante destacar o aumento considerável dos núcleos familiares sem filhos/enteados (+16,85%) e dos núcleos familiares com um filho/enteado (1,95%). No que concerne aos núcleos familiares com dois, três, quatro ou mais filhos/enteados assiste-se a uma diminuição significativa, correspondente a -11,86%, -28,77% e -57,41%, respetivamente.

Num segundo momento, ao afunilar a análise para o ano 2021 a tendência de representatividade dos núcleos familiares com um filho/enteado permanece, correspondendo a 37,81% do total dos núcleos, seguido dos núcleos sem filhos/enteados (30,57%). No concelho de Barcelos, 27,25% dos núcleos familiares possui dois filhos/enteados, 3,93% três filhos e 0,44% quatro ou mais filhos/enteados.

O impacto da progressiva redução da dimensão dos núcleos familiares no parque habitacional tem como consequência a necessidade de reconfigurar o parque habitacional, de forma a adequar o número de alojamentos e tipologias e um contexto social e familiar mais atomizado.

2.8.2. Habitação social¹⁰ do Município

Pretende-se, no âmbito deste capítulo, proceder à análise da dimensão da oferta e da procura no concelho de Barcelos no que diz respeito à habitação social. O Município de Barcelos reconhece a importância da habitação na promoção da coesão e da inclusão social, da integração e da igualdade de oportunidades para as diferentes comunidades que constituem o Município, a refletir nas ações da autarquia.

Além da resolução de carências habitacionais, foi desenvolvido também um trabalho social de inclusão e de capacitação das pessoas mais vulneráveis fundamental no sucesso dos realojamentos realizados e da integração social das famílias que residem no parque de habitação do município.

2.8.2.1. Distribuição e estados das habitações sociais

2.8.2.1.1. Fogos de habitação social por Freguesia

Ao realizarmos uma análise dos fogos de habitação social em Barcelos (ocupados e vagos) observamos que o parque de habitação social é constituído por 217 fogos, dos quais 192 se encontram ocupados e 25 vagos. No que concerne aos fogos ocupados percebemos que estão distribuídos por quatro freguesias do concelho de Barcelos, nomeadamente Arcozelo, que contabiliza 76% dos fogos, UF de Barcelos, Vila Boa, Vila Frescainha (S. Martinho e S. Pedro) com 13% dos fogos e UF de Viatodos, Grimancelos, Minhotães e Monte de Fralães com 11%. O mesmo acontece

¹⁰ Habitação Social: "Habitação que se destina a venda ou a arrendamento a agregados familiares de baixos recursos económicos. Incluem-se os imóveis adquiridos ou promovidos pelo Estado, seus organismos autónomos e institutos públicos, municípios e iniciativa privada, com o apoio financeiro do Estado." (INE)".

com os fogos vagos que se encontram distribuídos nas Freguesias mencionadas, no entanto, na Freguesia de Arcozelo encontram-se 22 fogos vagos e na UF de Barcelos, Vila Boa, Vila Frescainha (S. Martinho e S. Pedro) apenas 3. Já a UF de Viatodos, Grimalcelos, Minhotães e Monte de Fralães não dispõe de fogos vagos, conforme gráfico 46.

Gráfico 46 - Fogos de habitação social ocupados e vagos, por Freguesia



Fonte: Câmara Municipal de Barcelos

Importa destacar que os 192 fogos ocupados anteriormente mencionados pertencem a diferentes entidades, nomeadamente o Município de Barcelos (20), Santa Casa da Misericórdia (25), Associação Mário Correia (22) e IHRU, I.P – Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana (125).

2.8.2.1.2. Habitação social por tipologia

Ao analisarmos a oferta de habitação social por tipologia em Barcelos é possível compreender que a maioria dos fogos disponíveis são de tipologia T3, correspondendo a 79% da oferta, seguido da tipologia T2 (32%) e tipologia T4 (21%). Já a oferta de tipologia T0 e T1 é inexistente.

Tabela 23 - Parque de habitação social, por tipologia

Entidade	Nº habitações sociais	Tipologia				Entidade	Nº habitações sociais	Tipologia			
Município de Barcelos	20	T1	0			Associação Mário Correia	22	T1	0		
		T2	9					T2	0		
		T3	11					T3	22		
		T4	0					T4	0		
Santa Casa da Misericórdia	25	T1	0			IHRU	125	T1	0		
		T2	11					T2	40		
		T3	13					T3	45		
		T4	0					T4	40		

Fonte: Câmara Municipal de Barcelos

No que concerne a outras respostas habitacionais existentes no concelho de Barcelos, importa também destacar o Programa Municipal de apoio ao arrendamento habitacional que abrange 340 famílias, com um investimento mensal do Município na ordem dos 43.000€ (novembro, 2023). O Projeto

um *teito para todos* e o *Programa Housing First* que dizem respeito a projetos sociais de integração de pessoas em situação de sem abrigo, com a disponibilização de 8 habitações (3 – T1; 1 – T2; 1 – T3 e 3 – T4).

2.8.2.1.3. Habitação social por regime de ocupação

Todas as habitações sociais referenciadas estão em regime de arrendamento. 145 agregados familiares encontram-se com regime de arrendamento apoiado, 47 com renda social e 340 são acompanhados pelo Programa de Apoio à Habitação do Município de Barcelos.

2.8.2.2. Famílias sinalizadas em situação de carência habitacional

2.8.2.2.1. Distribuição das famílias em situação de carência habitacional¹¹ por Freguesia

Na distribuição das famílias sinalizadas por Freguesia verifica-se que 23% se encontra na Freguesia de Barqueiros, 22% na Freguesia de Arcozelo e 14% na UF de Barcelos, Vila Boa e Vila Frescainha (S. Martinho e S. Pedro), correspondendo, no total, a 157 famílias. As restantes famílias sinalizadas, encontram-se distribuídas pelas restantes Freguesias, à exceção de 23 Freguesias que não sinalizam nenhum agregado, conforme tabela abaixo:

11 Entende-se por “situações de carência habitacional” agregados que vivam nas seguintes condições indígnas:

- Precariedade (i.e., situações de pessoas sem-abrigo, situações de violência doméstica);
- Insalubridade e insegurança (nos casos em que a pessoa ou o agregado vive em local, construído ou não, destituído de condições básicas de salubridade, segurança estrutural, estanquidade e higiene ou por ser uma edificação sem condições mínimas de habitabilidade);

- Sobrelocação (quando, da relação entre a composição do agregado e o número de divisões da habitação, esta constitui um espaço de habitação insuficiente);
- Inadequação (por incompatibilidade das condições da habitação com características específicas de pessoas que nela habitam, como nos casos de pessoas com incapacidade ou deficiência).

Tabela 24 - Distribuição das famílias sinalizadas, por Freguesia

Unidade Territorial	Nº de agregados
Abade de Neiva	2
Aborim	1
Adões	-
Airó	-
Aldreu	-
Alvelos	3
Arcozelo	58
Areias	1
Balugães	-
Barcelinhos	3
Barqueiros	61
Cambeses	-
Carapeços	4
Carvalhal	-
Carvalhas	3
Cossourado	-
Cristelo	4
Fornelos	-
Fragoso	3
Galegos (Santa Maria)	3
Galegos (S. Martinho)	3
Gilmonde	1

Unidade Territorial	Nº de agregados
Lama	1
Lijó	1
Macieira de Rates	1
Manhente	1
Martim	6
Moure	2
Oliveira	2
Palme	-
Panque	-
Paradela	-
Pereira	1
Pereihal	10
Pousa	6
Remelhe	4
Rio Covo (Santa Eugénia)	9
Roriz	-
Silva	3
Tamel (S. Veríssimo)	-
Ucha	2
UF de Alheira e Igreja Nova	-
UF de Alvito (S. Pedro e S. Martinho) e Couto	1

Unidade Territorial	Nº de agregados
UF de Areias de Vilar e Encourados	-
UF de Barcelos, Vila Boa e Vila Frescainha (S. Martinho e S. Pedro)	38
UF de Campo e Tamel (S. Pedro Fins)	1
UF de Carreira e Fonte Cobreira	-
UF de Charente, Góios, Courel, Pedra Furada e Gualal	-
UF de Creixomil e Mariz	-
UF de Durrães e Tregosa	-
UF de Gamil e Midões	3
UF de Milhazes, Vilar de Figs e Faria	1
UF de Negreiros e Chavão	-

Fonte: Município de Barcelos

Unidade Territorial	Nº de agregados
UF de Quintiães e Aguiar	1
UF de Sequeade e Bastuço (S. João e Santo Estevão)	4
UF de Silveiros e Rio Covo (Santa Eulália)	1
UF de Tamel (Santa Leocádia) e Vilar do Monte	-
UF de Viatodos, Grimancelos, Minhoães e Monte de Fraíães	1
UF de Vila Cova e Feitos	10
Várzea	3
Vila Seca	-
Total	263

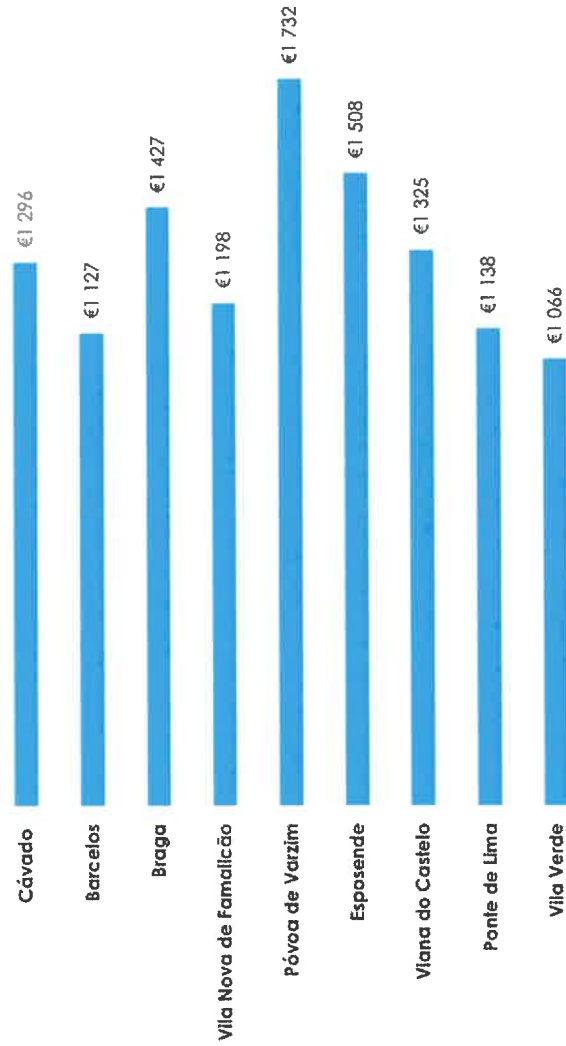
A análise à habitação social permite compreender que existe uma interligação entre o aumento das situações de carência habitacional e as dificuldades de acesso à habitação, evidenciando assim um ciclo complexo de desafios socioeconómicos. Nos próximos subcapítulos pretende-se explorar mais profundamente estas questões através da análise da oferta e procura habitacional.

2.8.3. Oferta e procura habitacional

Pretende-se no presente subcapítulo proceder à análise da dimensão da oferta e da procura no concelho de Barcelos. Em termos de oferta, o objetivo é dar conta da evolução da oferta nos últimos anos, do número de fogos vagos, número de edifícios com licenciamento, tipologia dos fogos, preços de venda expectáveis, número de edifícios para venda/arrendamento e localização. Ao nível da procura, pretende-se uma análise do crescimento populacional, movimentos migratórios, taxas de esforço e tipologias necessárias.

A análise dos valores medianos das vendas por m² em Barcelos e concelhos limítrofes (gráfico 48) permite aferir que o concelho da Póvoa de Varzim, no 2º trimestre de 2023, apresenta o valor mais elevado, correspondente a 1 732€/m². No que respeita ao valor mais baixo, Barcelos apresenta-se na segunda posição (1 127€/m²), seguido de Vila Verde que apresenta o valor mais baixo de todos os concelhos em análise (1 066€/m²).

Gráfico 48 - Valor mediano das vendas por m² de alojamentos familiares em Barcelos e concelhos limítrofes (2º Trimestre de 2023)

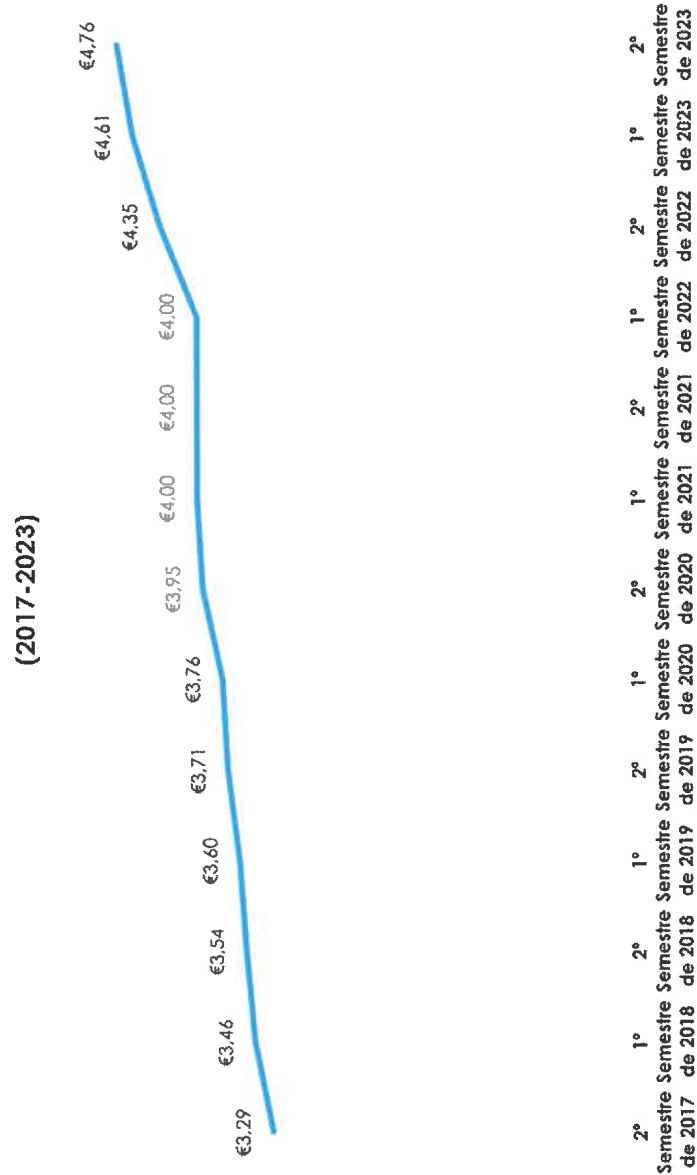


Fonte: INE, 2023

2.8.3.1.2. Valor mediano de renda por m²

O valor mediano das rendas nos alojamentos familiares por m², entre o 2º semestre de 2017 e o 2º semestre de 2023, aumentou 44,68%, registando o valor máximo de 4,76€ nos últimos seis meses de 2023 (gráfico 49).

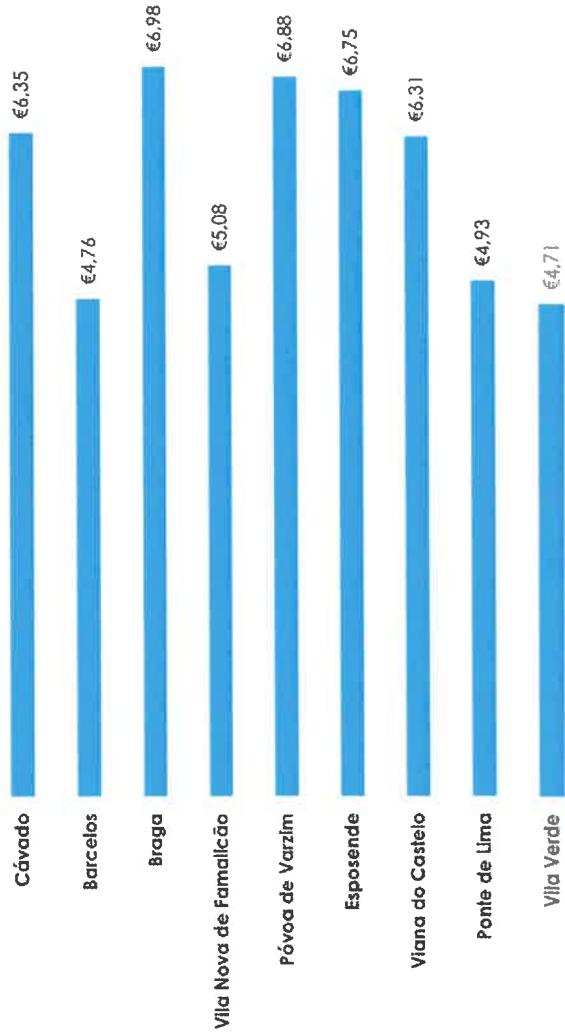
Gráfico 49 - Valor mediano das rendas por m² de novos contratos de arrendamento de alojamentos familiares em Barcelos



Na análise ao ano 2023, é possível constatar que os concelhos que praticam os valores medianos de renda por m² mais elevados são Braga e Póvoa de Varzim, correspondente a 6,98€/m² e 6,88€/m², respetivamente. Barcelos é o segundo concelho com os valores mais baixos, apresentando um valor mediano de 4,76€/m², antecedido por Vila Verde (4,71€/m²), tal como se pode observar no gráfico 50.

O efeito de proximidade a grandes centros urbanos, como o Porto e Braga, que potenciam relações de comunicação e oferta de oportunidades no mercado de trabalho e acesso a serviços, poderão estar na justificação para os valores mais elevados apresentados. Os valores registados em concelhos como Esposende e Póvoa de Varzim refletem o seu perfil balnear, de segunda habitação, e de procura por habitantes de outros concelhos. Se nos focarmos no preço como fator diferenciador tendo por base a dimensão populacional, Barcelos compete entre os limítrofes com Vila Nova de Famalicão, apesar dos rendimentos em Barcelos serem significativamente mais baixos (-15,5%).

Gráfico 50 - Valor mediano das rendas por m² de novos contratos de arrendamento de alojamentos familiares em Barcelos e concelhos limítrofes (2º Semestre 2023)



Fonte: INE, 2023

2.8.3.1.3. Disponibilidade de habitação para venda por Freguesia

Ao analisar o portal de imóveis Idealista, observa-se a existência, em novembro de 2023, de 675 habitações para venda no concelho de Barcelos. A Freguesia de Barcelinhos é a que apresenta o maior número de habitações (95), correspondente a 14,07% do total da oferta. No sentido inverso, as Freguesias de Airó e Aldreu, à data de recolha de informação, não regista qualquer habitação para venda.

No que se refere ao preço médio registado por m², destaca-se a UF de Quintiães e Aguiar com o valor médio mais elevado (1 527€/m²) e a Freguesia de Marlim com o valor mais baixo (1 015€/m²).

Tabela 25 - Disponibilidade de habitação para venda, por Freguesia

Unidade Territorial	Nº de habitações	Preço médio registado
Abade de Neiva	19	1 246€/m²
Aborim	5	1 089€/m²
Adães	8	1 156€/m²
Airó	0	-
Aldreu	0	-
Alvelos	2	1 079€/m²
Arcozelo	91	1 352€/m²
Areias	5	1 065€/m²
Balugães	5	1 086€/m²
Barcelinhos	95	1 339€/m²
Barqueiros	15	1 176€/m²
Cambeses	3	1 217€/m²
Carapeços	4	1 188€/m²

Unidade Territorial	Nº de habitações	Preço médio registado
Carvalhal	3	1 241€/m²
Carvalhos	1	1 227€/m²
Cossourado	13	1 354€/m²
Cristelo	3	1 229€/m²
Fornelos	2	1 200€/m²
Fragoso	9	1 335€/m²
Galegos (Santa Maria)	11	1 350€/m²
Galegos (S. Martinho)	14	1 240€/m²
Gilmonde	6	1 232€/m²
Lama	3	1 180€/m²
Lijó	6	1 221€/m²
Macieira de Rates	3	1 181€/m²
Manhente	4	1 099€/m²

Unidade Territorial	Nº de habitações	Preço médio registado
Manhente	4	1 099€/m²
Martim	3	1 015€/m²
Moure	1	1 184€/m²
Oliveira	1	1 340€/m²
Palme	3	1 160€/m²
Panque	7	1 203€/m²
Paradela	1	1 211€/m²
Pereira	6	1 180€/m²
Perelhal	6	1 168€/m²
Pousa	5	1 258€/m²
Remelhe	7	1 173€/m²
Rio Cova (Santa Eugénia)	16	1 167€/m²
Roriz	1	1 240€/m²
Silva	3	1 188€/m²
Tamel (S. Veríssimo)	29	1 179€/m²
Ucha	5	1 240€/m²
UF de Alheira e Igreja Nova	5	1 227€/m²
UF de Alvito (S. Pedro e S. Martinho) e Couto	6	1 352€/m²
UF de Areias de Vilar e Encourados	8	1 225€/m²
UF de Barcelos, Vila Boa e Vila Frescainha (S. Martinho e S. Pedro)	83	1 345€/m²

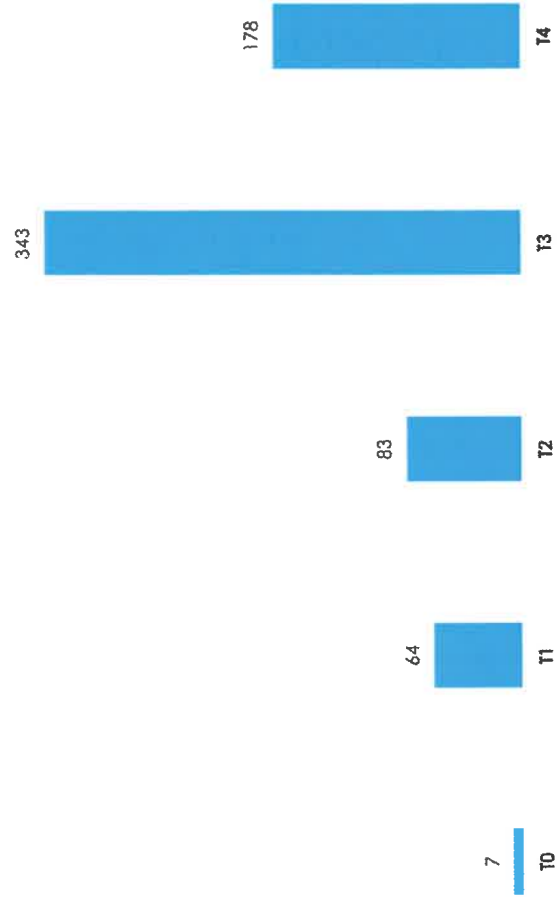
Unidade Territorial	Nº de habitações	Preço médio registado
UF de Campo e Tamel (S. Pedro Fins)	7	1 173€/m²
UF de Carreira e Fonte Coberta	6	1 285€/m²
UF de Chorente, Góios, Courel, Pedra Furada e Gueiral	6	1 162€/m²
UF de Creixomil e Mariz	8	1 189€/m²
UF de Durrães e Tregosa	2	1 282€/m²
UF de Gamil e Midões	13	1 203€/m²
UF de Milhazes, Vilar de Figos e Faria	9	1 315€/m²
UF de Negreiros e Chavão	8	1 148€/m²
UF de Quintiães e Aguiar	5	1 527€/m²
UF de Sequeade e Bastuço (S. João e Santo Estevão)	5	1 203€/m²
UF de Silveiros e Rio Covo (Santa Eulália)	15	1 208€/m²
UF de Tamel (Santa Leocádia) e Vilar do Monte	10	1 141€/m²
UF de Viatodos, Grimancelos, Minhotães e Monte de Fralães	14	1 206€/m²
UF de Vila Cova e Feitos	12	1 174€/m²
Várzea	26	1 218€/m²
Vila Seca	4	1 175€/m²

Fonte: Portal Idealista, novembro de 2023

2.8.3.1.4. Disponibilidade de habitação para venda por tipologia

No que se refere à tipologia das habitações para venda (gráfico 51), observa-se que a tipologia T3 é a que concentra maior oferta, representando 50,81% do total. De seguida, destaca-se a tipologia T4+ com 26,37% da oferta. A tipologia T2 representa 12,30% da oferta e a T1 9,48%. Por fim, surge a tipologia T0, com uma oferta mais reduzida, correspondente a 1,04%.

Gráfico 51 - Disponibilidade de habitação para venda, por tipologia



Fonte: Portal Idealista, novembro de 2023

No que se refere ao preço médio por tipologia é possível observar que a tipologia T1 é a que apresenta o valor mais elevado correspondente a 2 362€/m². A tipologia que apresenta um valor mais baixo é a T4, correspondente a 1 188€/m², sendo a segunda tipologia que apresenta o maior número de oferta. A análise aos preços reflete o desencontro entre a oferta necessária face ao perfil dos agregados e a oferta em termos de

tipologia que impera, o que reforça a necessidade de ajustar a oferta e consequente preço final à dimensão dos agregados e respetivo rendimento.

Tabela 26 - Oferta habitacional por tipologia e preço médio das habitações para venda no concelho de Barcelos

Tipologia	Nº	Preço médio
T0	7	2 072€/m²
T1	64	2 362€/m²
T2	83	1 508€/m²
T3	343	1 216€/m²
T4	178	1 188€/m²

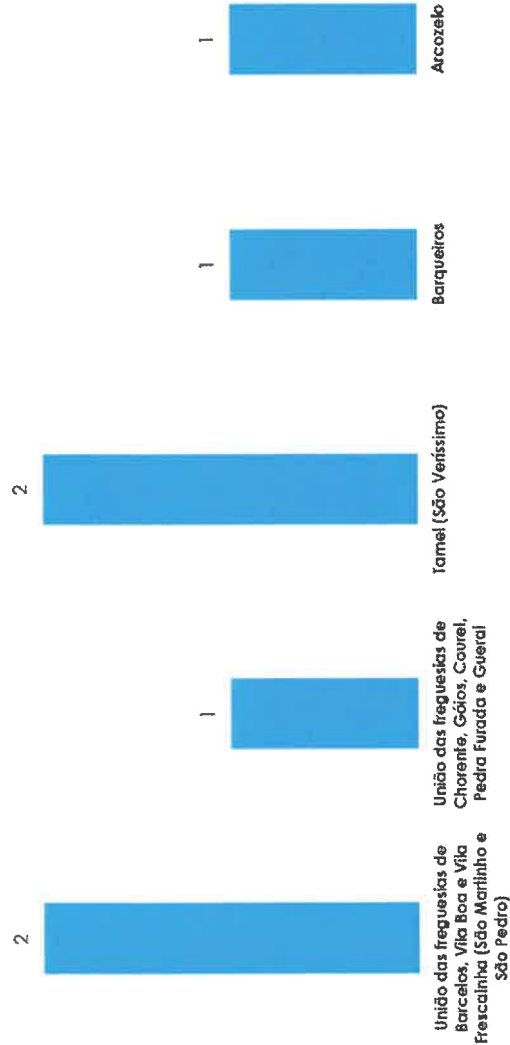
Fonte: Portal Idealista, novembro de 2023

Confrontando com as imobiliárias locais, verifica-se que os valores praticados são significativamente superiores aos disponibilizados no portal de habitação Idealista, à exceção da tipologia T1. Na tipologia T2 o preço médio para o concelho de Barcelos é de 1 562,50 €/m², o que representa uma diferença face ao valor apresentado no portal de anúncios imobiliários Idealista (1 508€/m²). O mesmo cenário se verifica no preço médio por T3 (1 342,50€/m²) que é superior ao valor disponibilizado pelo Idealista (1 276€/m²). Em contrapartida, o preço médio da tipologia T1 praticado pelas imobiliárias locais (1 737,50€/m²) é significativamente inferior aos preços médios disponibilizados pelo Idealista (2 362€/m²).

2.8.3.1.5. Disponibilidade de habitação para arrendamento por Freguesia

No que concerne à disponibilidade de habitação para arrendamento, por Freguesia (gráfico 52), apenas cinco Freguesias do concelho de Barcelos, em novembro de 2023, registam oferta. O total da oferta regista sete habitações para arrendar, distribuídas pela União das Freguesias de Barcelos, Vila Boa e Vila Frescainha (S. Martinho e S. Pedro), União das Freguesias de Chorente, Góios, Courel, Pedra Furada e Gual, Tamel (S. Veríssimo), Barqueiros e Arcozelo.

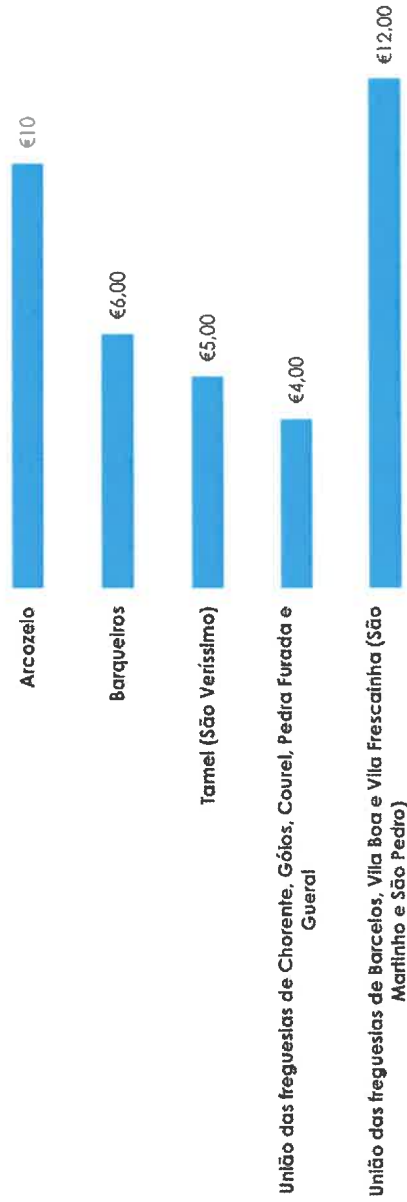
Gráfico 52 - Disponibilidade de habitação para arrendamento, por Freguesia



Fonte: Portal Idealista, novembro de 2023

Analisando o preço médio de arrendamento por m², como é possível observar no gráfico 53, a União das Freguesias de Barcelos, Vila Boa e Vila Frescainha (S. Martinho e S. Pedro) apresenta o valor mais elevado (12€/m²) e a União das Freguesias de Chorente, Góios, Courel, Pedra Furada e Gual o valor mais baixo (4€/m²). Os valores absolutos das unidades contabilizadas para arrendamento, apesar de poderem estar subestimadas por questões intrínsecas ao mercado e alguma informalidade, espelham a inexistência de um mercado de arrendamento capaz de absorver as flutuações inerentes aos rendimentos, a novos fluxos de pessoas (imigrantes) e de alteração da composição dos agregados.

Gráfico 53 - Preço médio de arrendamento por m², por Freguesia

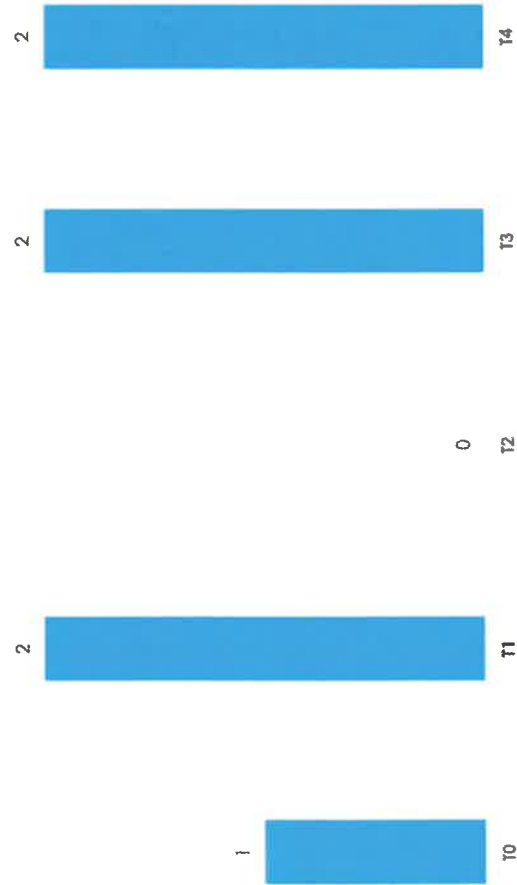


Fonte: Portal Idealista, novembro 2023

2.8.3.1.6. Disponibilidade de habitação para arrendamento por tipologia

Na análise por tipologia à disponibilidade de habitação para arrendamento, as tipologias T1, T3 e T4+ apresentam igual número de oferta, correspondendo, cada tipologia, a 28,57%. A tipologia T0 representa 14,29% da oferta total. No que concerne à tipologia T2, tal como podemos observar pelo gráfico seguinte, a oferta é inexistente.

Gráfico 54 - Disponibilidade de habitação para arrendamento, por tipologia



Fonte: Portal Idealista, novembro 2023

Ao comparar em valores absolutos a disponibilidade de habitação para arrendamento e para venda, verifica-se que a oferta para arrendamento é, significativamente, menor. Esta situação acaba por limitar a escolha da população, podendo traduzir-se em consequências diretas na condição habitacional das pessoas, especialmente daquelas que não conseguem aceder ao mercado de aquisição. No entanto, importa destacar que uma parte significativa dos anúncios relativos a habitações para arrendamento no contexto concelhio não passe por portais *online*, mas por contactos e conversas informais. A reduzida oferta de habitação, os preços praticados e o tipo de oferta para arrendamento poderão conduzir à procura de habitação noutros locais. Além desta questão, importa referir o desfasamento entre as tipologias existentes para venda e a constituição das famílias do concelho de Barcelos. Como mencionado, a tipologia T3 apresenta o maior número de habitações para venda, em contrapartida os núcleos familiares constituídos por um casal com um filho ou um casal sem filhos representam o valor percentual mais elevado, o que significa que a resposta mais adequada para esta composição familiar diz respeito a T2, no caso dos casais com um filho, e T0 ou T1 para casais sem filhos. No entanto, estas tipologias são as que apresentam a menor oferta.

2.8.3.2. Procura habitacional

Para melhor compreender o fenómeno da procura habitacional em Barcelos torna-se crucial analisar características gerais da população, somadas à evolução da população residente que, como observado anteriormente, no período entre 2011 e 2023 diminuiu 3%.

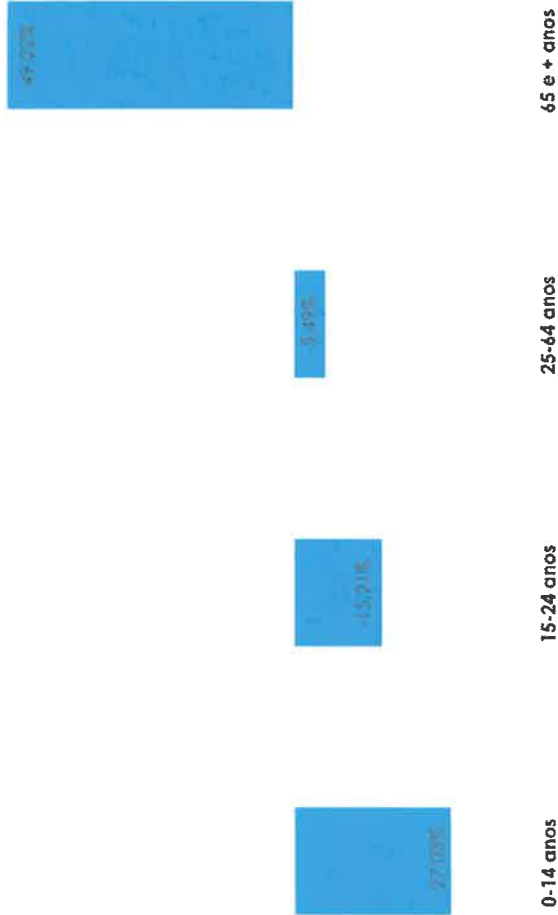
Assim, a análise de indicadores como o crescimento populacional, os movimentos migratórios, as taxas de esforço e as tipologias para dar resposta às necessidades da população de Barcelos permitem a caracterização e compreensão da procura habitacional no concelho.

2.8.3.2.1. Fatores da procura habitacional

[Variação populacional por grupo etário](#)

Afundilando a análise para os grupos etários, verifica-se que todas as faixas apresentam uma variação negativa, à exceção dos 65 e mais anos, o que indica um aumento da população idosa e uma diminuição da população das faixas etárias mais jovens (gráfico 55). De realçar que a faixa dos 0 aos 14 anos é a que apresenta uma taxa de variação negativa mais significativa (-27,03%) o que se explica pela diminuição da taxa de natalidade (2011 = 8,9% e 2023 = 7,2%). Esta tendência negativa também pode ser explicada pelo aumento da esperança de vida à nascença. No entanto, os valores disponibilizados pelo INE dizem respeito à Sub-Região do Cávado, onde se insere Barcelos (2011-2013 = 80,80 anos e 2020-2022 = 82,26 anos).

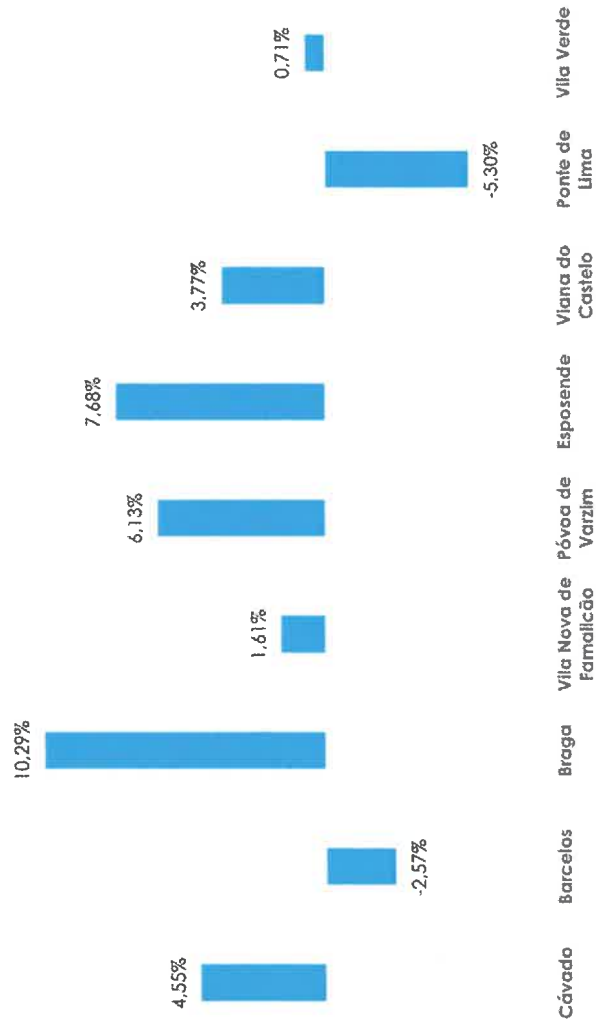
Gráfico 55 - Taxa de variação da população residente em Barcelos, por grupo etário (2011 -2023)



Fonte: INE, 2023

Ao estender a análise aos concelhos limítrofes (gráfico 56), Barcelos apresenta a menor taxa de variação populacional negativa, antecedido pelo concelho de Ponte de Lima (-5,30%). Braga é o concelho que apresenta o maior aumento populacional (10,29%), seguido de Esposende (7,68%), Póvoa de Varzim (6,13%), Vila Nova de Famalicão (1,61%) e Vila Verde (0,71%).

Gráfico 56 - Taxa de variação da população residente em Barcelos e concelhos limítrofes (2011-2023)



Fonte: INE, 2023

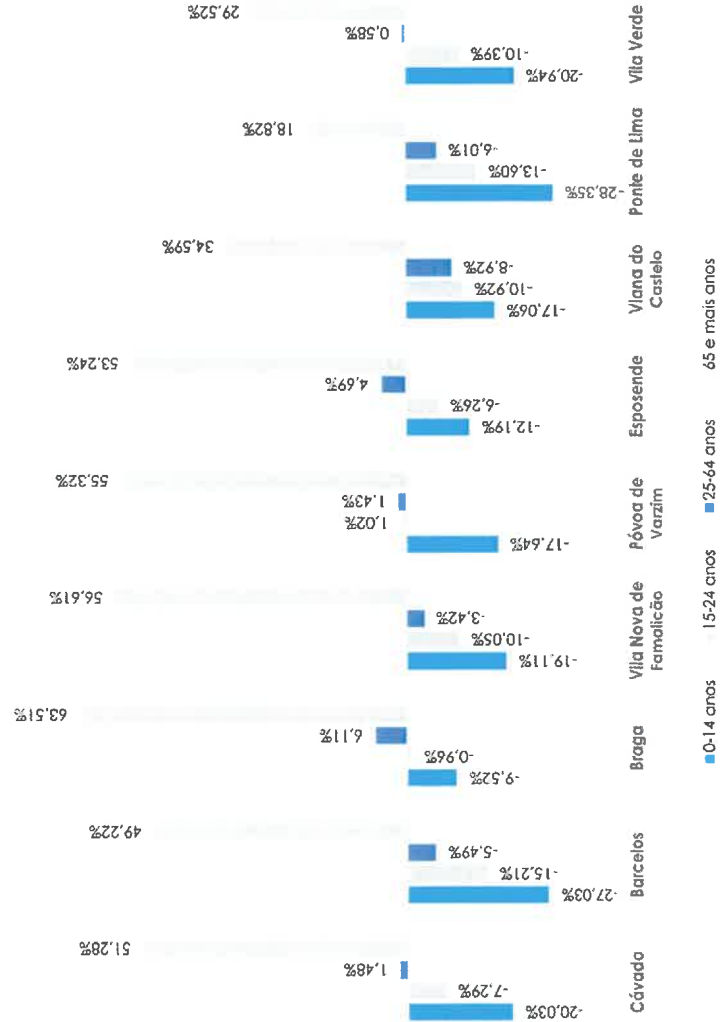
Na análise da taxa de variação da população residente por grupo etário em comparação com os concelhos limítrofes, denota-se que a maior taxa de variação positiva corresponde a 63,51% no concelho de Braga referente ao grupo etário da população com 65 e mais anos, sendo esta uma tendência que se verifica nos restantes concelhos, igualmente, com uma variação positiva e significativamente alta.

Em termos de variação positiva, importa destacar o caso de Braga (6,11%), Esposende (4,69%), Póvoa de Varzim (1,43%) e Vila Verde (0,58%) no grupo etário entre os 25 e os 64 anos. No que se refere aos restantes concelhos em análise, a taxa de variação é negativa neste grupo etário, sendo que o valor mais acentuado se encontra em Viana do Castelo (-8,92%).

No que diz respeito à população entre os 15 e os 24 anos é possível observar que, ao longo dos anos tem diminuído na maioria dos concelhos, apresentando uma taxa de variação negativa. De destacar que o valor negativo mais elevado corresponde ao concelho de Ponte de Lima (-13,60%). Apenas no concelho da Póvoa de Varzim se assiste a uma taxa de variação positiva, correspondente a +1,02%.

Em contrapartida, o grupo etário dos 0 aos 14 anos é o que assiste a uma maior diminuição nos últimos anos, sendo que Ponte de Lima apresenta o valor mais negativamente mais alto (-28,35%), seguido de Barcelos (-27,03%), seguido de Barcelos (-27,03%). Esta relação de aumento da população idosa e diminuição da população mais jovem permite afirmar que estamos diante de uma realidade com uma população cada vez mais envelhecida e em idade não ativa.

Gráfico 57 - Taxa de variação da população residente de Barcelos e concelhos limítrofes, por grupo etário (2011-2023)

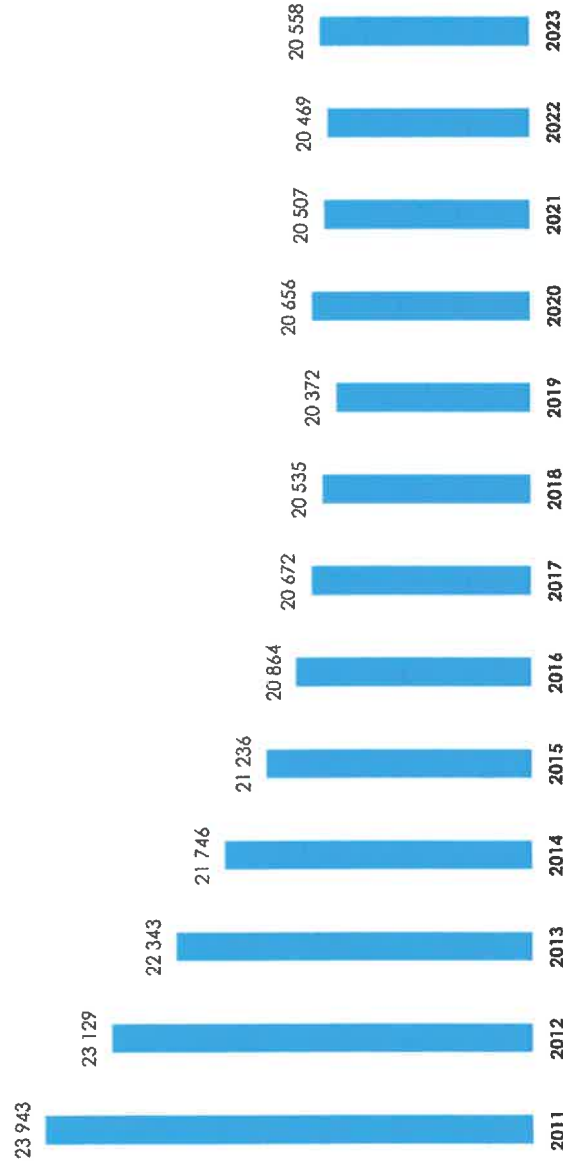


Fonte: INE, 2023

População jovem (20 aos 34 anos)

Na análise relativa à população jovem residente, que compreende o grupo etário entre os 20 e os 34 anos, observa-se no período entre 2011 e 2023, um decréscimo de -14,14%, conforme mostra o gráfico seguinte.

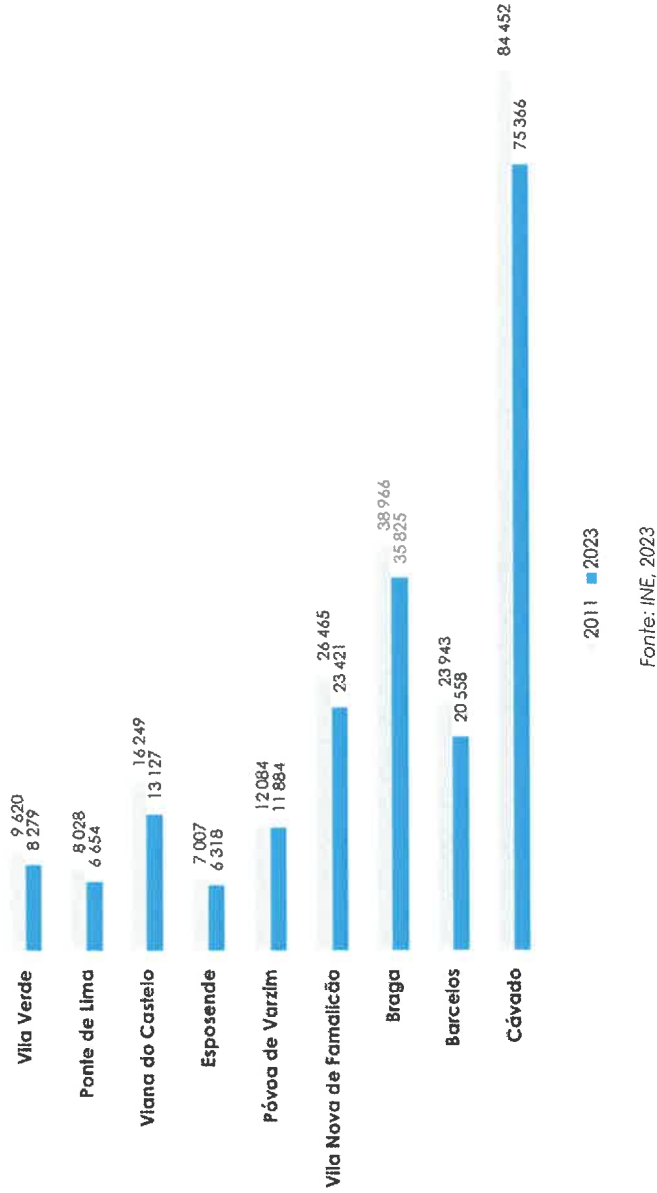
Gráfico 58 - Evolução da população jovem entre os 20 e os 34 anos, em Barcelos (2011 a 2023)



Fonte: INE, 2023

A análise comparativa da evolução da população jovem dos concelhos limítrofes (gráfico 59) permite compreender uma tendência igualitária a Barcelos, uma vez que se assiste a uma diminuição constante da população residente. O concelho de Viana do Castelo é o que apresenta uma taxa de variação negativa mais elevada (-19,21%) e, no sentido oposto, mas igualmente negativa o concelho da Póvoa do Varzim (-1,65%).

Gráfico 59 - Evolução da população jovem entre os 20 e os 34 anos em Barcelos e concelhos limítrofes (2011 e 2023)

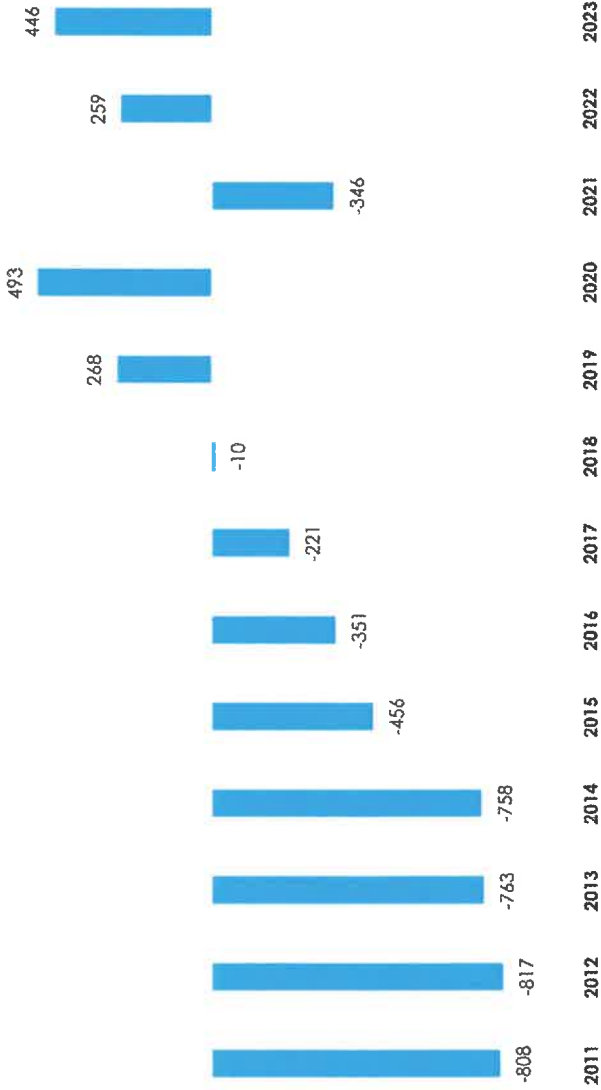


Saldo migratório e natural¹²

Ao analisar o saldo migratório no concelho de Barcelos é perceptível que na maioria dos anos houve um decréscimo de pessoas, sendo o período que apresenta um número mais significativo o de 2012 (-817). No ano 2020 o concelho alcançou o maior saldo migratório do período, com um acréscimo de 493 pessoas (gráfico 60), no entanto, no ano seguinte voltou a assistir-se a uma queda (-346) e, nos últimos dois anos disponíveis assiste-se a um aumento (2022 – 259; 2023 – 446). Esta análise, permite concluir que Barcelos ao longo dos anos tem vindo a deparar-se com uma maior tendência de emigração do que de imigração, especialmente nos momentos de crise socioeconómica. Quando o saldo migratório se apresenta positivo um dos motivos justificativos podem ser os programas de apoio de regresso de emigrantes ao local de origem como o programa “Regressar”, que tem como objetivo o apoio a famílias portuguesas.

¹² O saldo migratório diz respeito à “diferença entre o número de entradas e saídas por migração, internacional ou interna, para um determinado país ou região, num dado período” (INE). O saldo natural diz respeito à “diferença entre o número de nados vivos e o número de óbitos, num dado período” (INE).

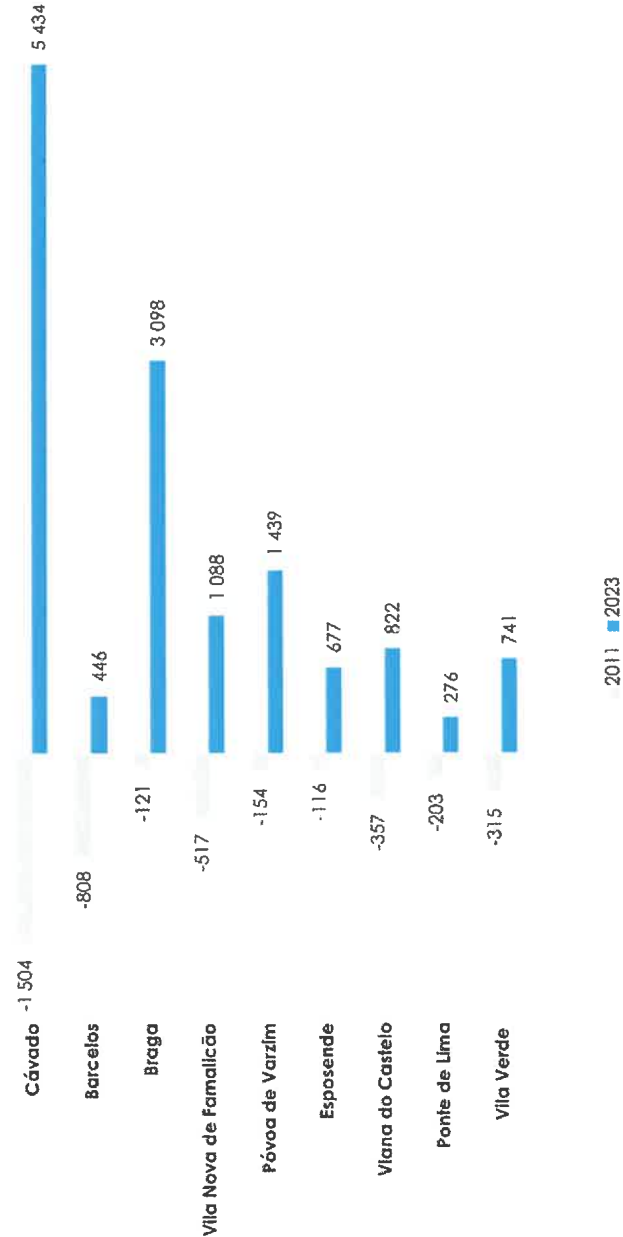
Gráfico 60 - Saldo migratório em Barcelos (2011 a 2023)



Fonte: INE, 2023

No que diz respeito à comparação com os concelhos limítrofes, importa destacar que no ano 2011 todos os concelhos apresentam um saldo migratório negativo o que significa que mais população portuguesa sentiu necessidade de emigrar de modo a encontrar melhores condições de vida. De realçar que, neste período, Barcelos apresentou o saldo migratório negativo mais elevado (-808 pessoas). O que acontece no ano 2023 é exatamente o contrário. Assiste-se, em todos os concelhos, a um saldo migratório positivo e torna-se relevante realçar o número de pessoas que entraram em Braga (3 098), sendo este o concelho que apresenta um saldo migratório mais elevado (gráfico 61).

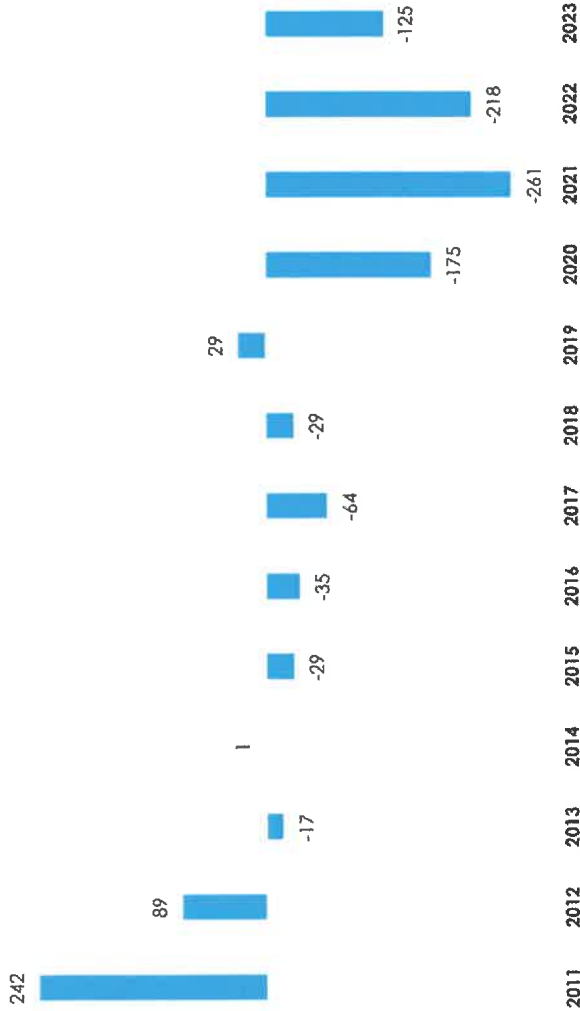
Gráfico 61 - Saldo migratório de Barcelos e concelhos limítrofes (2011 e 2023)



Fonte: INE, 2023

No que diz respeito ao saldo natural, o concelho de Barcelos tem assistido a uma degradação dos indicadores, que decresceram de um valor positivo de 242 pessoas, em 2011, para um saldo negativo, e o quarto mais expressivo dos últimos anos, de -125 pessoas em 2023, conforme aponta o gráfico 62. De referir que o ano que apresenta um valor mais expressivo de saldo negativo é o de 2021 com -261 pessoas. Numa época de elevada imigração em Portugal, os valores registados em Barcelos, comparados com os restantes concelhos, denotam uma menor atratividade.

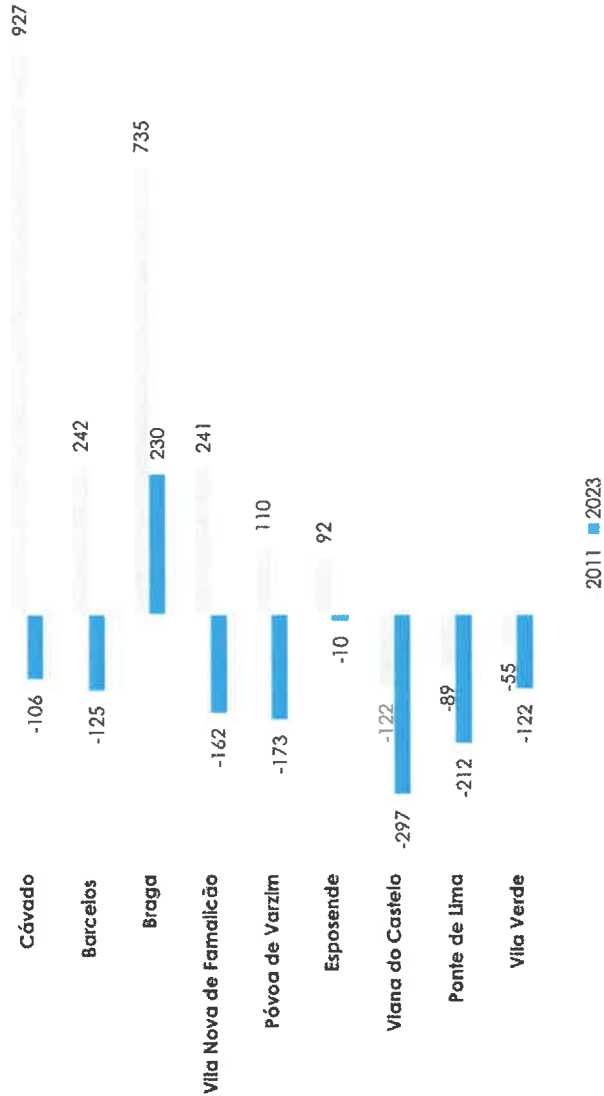
Gráfico 62 - Saldo natural em Barcelos (2011 a 2023)



Fonte: INE, 2023

Na comparação com os concelhos limítrofes, importa destacar que em 2011 cinco concelhos apresentam um saldo natural positivo, sendo Braga o que se destaca com um maior valor (+735 pessoas), os restantes concelhos são Barcelos (+242 pessoas), Vila Nova de Famalicão (+241 pessoas), Póvoa de Varzim (+110 pessoas) e Esposende (+92 pessoas). Os restantes concelhos apresentam um saldo natural negativo (Viana do Castelo -122 pessoas; Ponte de Lima -89 pessoas e Vila Verde -55 pessoas). De realçar que estes últimos três concelhos, no ano 2023, apresentam igualmente um saldo natural negativo, ainda que com valores mais elevados. No caso de Viana do Castelo -297 pessoas, Ponte de Lima -212 pessoas e Vila Verde -112. A estes, acrescentam-se ainda o concelho de Barcelos com -125 pessoas em 2023, Vila Nova de Famalicão com -162, Póvoa de Varzim com -173 e Esposende com -10. O saldo natural é positivo, novamente, em Braga (+230 pessoas).

Gráfico 63 - Saldo natural em Barcelos e concelhos limítrofes (2011 e 2023)

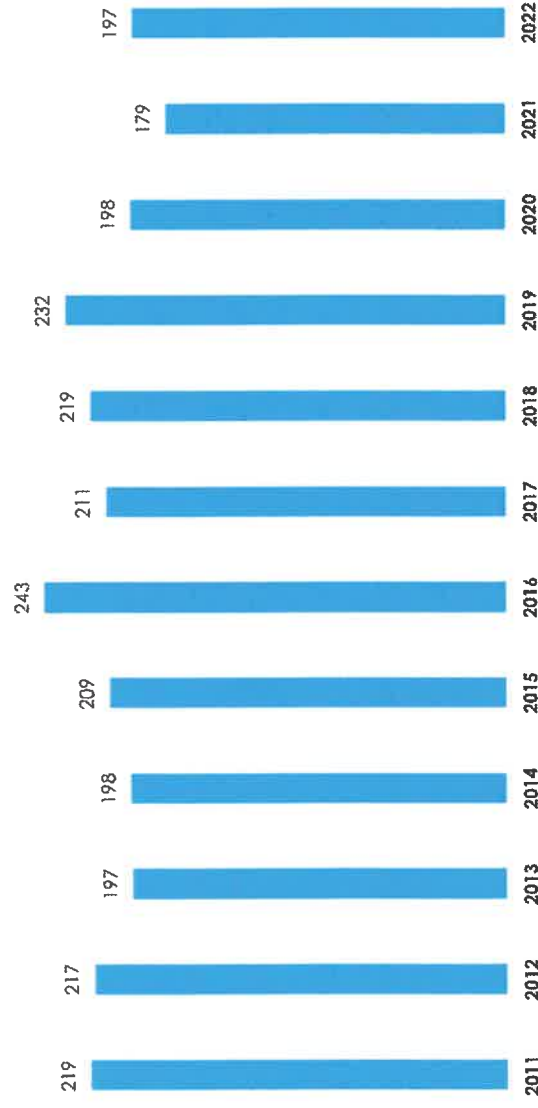


Fonte: INE, 2023

Número de divórcios

A análise ao número de casamentos dissolvidos por divórcio no concelho de Barcelos entre 2011 e 2022 permite identificar uma oscilação constante ao longo dos anos (gráfico 64). O ano 2016 é aquele em que o número de divórcios é mais elevado (243) e 2021 o ano em que é mais baixo (179). Em termos de variação, ao longo deste período assiste-se a uma descida de -10,04%, apresentando em 2022 um total de 197 divórcios.

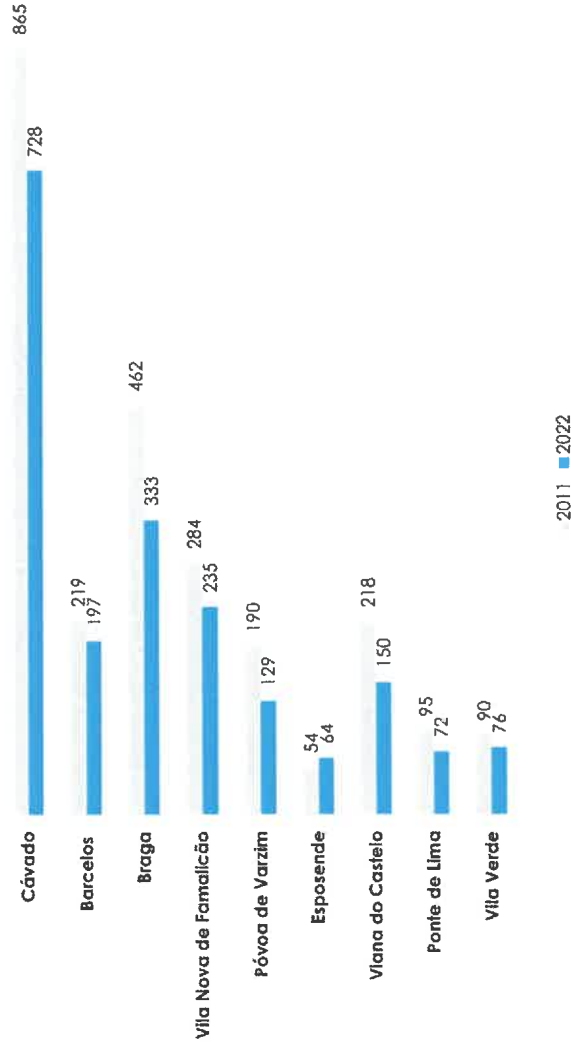
Gráfico 64 - Casamentos dissolvidos por divórcios em Barcelos (2011 a 2022)



Fonte: INE, 2022

Na análise entre Barcelos e os concelhos limítrofes é possível observar que todos os concelhos seguem a linha de tendência de diminuição do número de casamentos dissolvidos por divórcio quando comparados os anos 2011 e 2022. Neste sentido, importa referir que o concelho que apresenta uma diminuição mais significativa é Viana do Castelo (-31, 19%).

Gráfico 65 - Casamentos dissolvidos por divórcio em Barcelos e concelhos limítrofes (2011 e 2022)



Fonte: INE, 2022

2.8.3.2.2. Taxa de esforço para compra/arrendamento por tipo de agregado

No sentido de aferir o custo mensal para um agregado familiar que opte por comprar uma habitação em Barcelos, através de financiamento a 90%, a novembro de 2023, procedeu-se à simulação de crédito habitação para 30 anos. De acordo com a oferta disponível, é possível concluir que atualmente a mediana de preços de um T0 de 99 000€ representa um custo mensal de 517,98€, um T1 de 148 000€, representa um custo de 774,36€ por mês, um T2 de 165 000€, representa um custo mensal de 863,31€, um T3 de 235 000€ representa 1 229,56€ mensais e um T4+, cuja mediana de preços corresponde a 320 000€, representa um custo de 1 674,29€ por mês.

Usando como referencial o rendimento bruto declarado mediano deduzido do IRS liquidado por sujeito passivo para o concelho de Barcelos, cujo valor mediano anual corresponde a 9 390,00€ (INE, 2021), e tendo por base os 12 meses de vencimento, constata-se que os trabalhadores do concelho auferem um rendimento mediano mensal de 782,50€. Partindo da taxa de esforço praticada pela banca cujo pagamento de habitação não deve exceder os 30% do rendimento mensal do agregado, pode verificar-se que, de acordo com os preços praticados atualmente nas casas disponíveis para compra, os agregados compostos por um adulto cujo rendimento corresponda ao rendimento bruto declarado mediano deduzido do IRS liquidado por sujeito passivo no concelho não conseguem aceder a empréstimo bancário a 30 anos com uma taxa de esforço inferior a 30% em nenhuma das tipologias.

Os agregados compostos por dois adultos cujo rendimento médio mensal corresponda ao rendimento bruto declarado mediano deduzido do IRS liquidado por sujeito passivo no concelho, também não conseguem aceder a empréstimo bancário a 30 anos com uma taxa de esforço inferior a 30% para nenhuma tipologia.

Quanto ao mercado de arrendamento, para as tipologias com oferta disponível no concelho é possível concluir que tanto os agregados compostos por um adulto como os agregados compostos por dois adultos não conseguem aceder ao mercado a uma taxa de esforço adequada em nenhuma das tipologias.

A presente análise reforça a exclusão do acesso à habitação no concelho, face à elevada taxa de esforço registada, muito acima da taxa de referência, à exceção da aquisição de habitação de tipologia T0 relativa ao casal sem filhos.

Tabela 27 - Acesso à habitação por compra/arrendamento, por tipo de agregado familiar em Barcelos (2023)

Tipo de Agregado	Consegue aceder ao mercado de Aquisição	Taxa de Esforço - Aquisição	Consegue aceder ao mercado de Arrendamento	Taxa de Esforço - Arrendamento
Unipessoal	T0	66%	T0	64%
Monoparental	T1 T2	99% 110%	T1 T2 – à data não existem T2 disponíveis	86% -
Casal sem filhos	T0 T1 T2	33% 49% 55%	T0 T1 T2 – à data não existem T2 disponíveis	64% 43% -
Casal com 1 filho	T2	55%	T2 – à data não existem T2 disponíveis T3	- 75%
Casal com 2 filhos	T2 T3	55% 79%	T2 – à data não existem T2 disponíveis T3	- 75%
Casal com 3 filhos ou mais	T3 T4 ou +	79% 107%	T3 T4 ou +	75% 64%

Fonte: ValeConsultores, 2023

2.8.3.3. Oferta e procura - uma perspetiva local

Tendo em consideração a importância da auscultação local de modo a complementar a análise estatística, procedeu-se à aplicação de um breve questionário aos Presidentes da Junta do Município de Barcelos com o objetivo de apurar nuances, detalhes e aspetos que podem não estar presentes numa análise estatística. No que concerne, por exemplo, ao impacto das políticas públicas a análise estatística pode fornecer dados sobre indicadores económicos gerais, no entanto, a auscultação pode revelar informações cruciais sobre as diferentes perceções da comunidade em relação a essas políticas, as necessidades e os desafios.

Assim, foram colocadas cinco questões aos Presidentes de Junta direcionadas para o âmbito da oferta e procura no concelho de Barcelos e aspetos de cariz diferenciador entre as Freguesias do concelho:

1. Em que medida a oferta habitacional atual do concelho, influencia positiva ou negativamente a atração de novos residentes e atividade económica no concelho?
2. Que tipo de medidas considera que poderiam ter impacto na atração e fixação de população nas diferentes freguesias?
3. Qual considera que poderá ser o impacto do novo Pacote de Medidas para a Habitação do Governo?
4. Quais as principais diferenças entre as diferentes Freguesias do concelho?
5. Outras observações que considere relevantes.

Posteriormente, foi realizada uma síntese das respostas que expomos de seguida.

- Oferta habitacional no concelho

A disponibilidade e competitividade de habitações desempenham um papel fundamental no desenvolvimento económico e atração de residentes no concelho de Barcelos. Uma oferta habitacional acessível impulsiona a economia, atraindo residentes o que, consequentemente, aumenta o dinamismo social. No entanto, a escassez de habitações e os preços elevados das existentes, prejudicam a fixação de residentes e o desenvolvimento económico. Esta falta de investimento e escassez de habitações contribui para a especulação imobiliária o que resulta em preços inflacionados e na dificuldade de fixação das camadas mais jovens no concelho.

O facto de existir uma ligação entre o emprego e a habitação é fundamental para garantir a qualidade de vida, ou seja, se o local de emprego e o local de residência forem próximos acaba por facilitar o dia-a-dia das pessoas. No fundo, a questão habitacional desempenha um papel crucial no crescimento económico, fixação de residentes e combate à desertificação em Barcelos.

- **Atração e fixação da população no concelho de Barcelos**

Para promover a atração e fixação de população nas diferentes Freguesias, diversas medidas estratégias são sugeridas. A nível cultural e de lazer destaca-se uma maior oferta cultural, bem como a manutenção de espaços de lazer. No que se refere a infraestruturas e serviços destaca-se a melhoria das infraestruturas básicas, como é caso de estradas, transportes públicos, saneamento, saúde e educação, bem como incentivos fiscais para a criação de emprego e promoção de empreendedorismo social. A nível de habitação e urbanismo importa realçar a simplificação e agilização de projetos para habitação, a revisão do Plano Diretor Municipal (PDM) de modo a ampliar zonas de construção, o aumento de áreas industriais e a promoção da reabilitação urbana do Centro Histórico. A alteração do PDM é inúmeras vezes mencionada, de modo a aumentar os índices de construção favoráveis para uma rápida expansão. Ainda neste aspeto, realça-se a indicação da importância da desburocratização dos serviços municipais no âmbito da habitação, de modo a promover a eficiência, bem como a implementação de medidas de apoio aos jovens em início de carreira.

No que remeta para a igualdade entre Freguesias, observa-se a indicação do planeamento sustentável, do nivelamento das assimetrias e o aproveitamento dos recursos naturais locais.

De forma geral, como apoios à habitação realça-se o apoio nas rendas para jovens em início de carreira, o apoio às famílias com mais de dois filhos estudantes e a facilitação e aceleração dos processos de licenciamento.

Estas medidas visam abordar diferentes aspetos, desde infraestruturas básicas até políticas habitacionais, com o objetivo de tornar as Freguesias mais atrativas e propícias à fixação de população.

- **Impacto do novo Pacote de Medidas para a Habitação do Governo**

O novo Pacote de Medidas para a Habitação proposto pelo Governo tem como objetivo abordar diversos tópicos que resultem na melhoria da situação habitacional, como a redução de impostos, isenção de mais valias e facilitação do acesso à habitação a custos acessíveis que têm o potencial de facilitar a procura e reduzir as barreiras financeiras. A par disso, o aumento da oferta habitacional, através do incentivo da construção de novas habitações, visa reduzir os preços tanto na compra como no arrendamento, promovendo um acesso igualitário à habitação.

Há quem afirme que o pacto de medidas, de modo a combater a problemática de imóveis abandonados, propõe taxas sobre prédios rústicos desocupados e penalizações para imóveis devolutos e terrenos sem construção, o que pode levar à redução das rendas e à melhoria das condições

habitacionais.

Do lado menos positivo do impacto, importa realçar os prazos curtos estabelecidos que poderão comprometer a eficácia do pacote. Observa-se ainda a indicação de que a eficiência deste pacote pode ser limitada devido à falta de redução significativa da burocracia necessária.

No fundo, o impacto do novo Pacote de Medidas para a Habitação proposto pelo Governo depende da implementação eficaz e da capacidade de abordar de maneira mais alargada as complexidades existentes no mercado imobiliário e habitacional.

- Diferenças entre as Freguesias do concelho

As principais diferenças entre as Freguesias do concelho refletem uma diversidade significativa, nomeadamente no que concerne a questões de bairrismo e tradições, dado que as Freguesias mais afastadas dos centros urbanos se destacam pelo forte bairrismo e preservação das tradições locais. Quando se analisa o centro vs periferia denota-se que as Freguesias mais próximas do centro são, predominantemente, áreas residenciais, funcionando como “dormitórios urbanos”. As diferenças entre Freguesias são realçadas pela existência de infraestruturas essenciais, como centros de saúde, escolas, centros sociais, equipamentos sociais e desportivos e ATM em Freguesias mais centrais. As Freguesias mais distantes enfrentam restrições de construção significativas devido ao PDM, resultando na perda de áreas que permitam o desenvolvimento. A falta de transportes e acessibilidade também são características de distinção entre as Freguesias, nomeadamente, a sua ausência nas Freguesias mais remotas. De forma geral, as Freguesias do norte (zonas rurais) sofrem com a falta de oferta habitacional, com as restrições do PDM e com a carência de infraestruturas, resultando na perda de população. Já as Freguesias do sul (zonas urbanas) são extremamente desenvolvidas, com amplas áreas de construção e infraestruturas adequadas. A morfologia do território e o desajuste do PDM influenciam a dispersão da habitação e a criação desigual de infraestruturas.

Estas diferenças mais salientadas destacam a complexidade da geografia social e urbana do concelho, com variáveis como a localização, as infraestruturas e políticas urbanas que influenciam diretamente a qualidade de vida dos cidadãos, bem como a atratividade de cada Freguesia.

Outras observações mencionadas foram a necessidade contínua dos governantes em proporcionar condições confortáveis para toda a população, evitando a migração e a procura por uma vida melhor. Foram propostas ainda medidas como incentivos fiscais, isenção de licenças de reconstrução e estímulo ao arrendamento para reabilitar habitações abandonadas. É também mencionada a descentralização dos serviços essenciais para garantir o acesso equitativo a todas as Freguesias. A revisão do PDM é sugerida para permitir mais construção nas Freguesias e

reajustar as áreas de construção. Destaca-se também a importância de melhorar as infraestruturas em todas as Freguesias, de modo a facilitar a construção e promover a concentração populacional próxima a equipamentos, vias de transporte e postos de trabalho. É ainda proposto o investimento na manutenção de empresas locais, incluindo a criação de pequenas zonas industriais, para dinamizar as Freguesias. E sublinha-se a necessidade de consultar as Juntas de Freguesia na elaboração do PDM para um planeamento territorial mais eficaz. Estas propostas/observações extra visam criar um ambiente propício ao desenvolvimento e fixação da população em todas as regiões do concelho, promovendo igualdade de oportunidades e revitalizando as Freguesias de forma abrangente.

2.8.3.4. Novos Projetos Habitacionais

2.8.3.4.1. Planeamento de novos projetos e reabilitação

No âmbito da Estratégica Local de Habitação, o concelho de Barcelos apresenta uma série de novos projetos habitacionais programados, destinados a reforçar a oferta de habitação de forma estratégica.

Estes projetos abrangem diversas freguesias e incluem a construção de fogos em locais como Palme, Cambeses e Campo (tabela 28). A Rua dos Britões em Palme, por exemplo, verá a construção de 4 fogos, enquanto em Campo, na Rua Central, estão programados 40 fogos. Em Cambeses, na área do Monte do Pinhal, serão construídos 10 fogos. Estes projetos visam, por um lado, aumentar o número de habitações disponíveis e, por outro, contribuir para a regeneração urbana e a coesão social, promovendo a ocupação de áreas estratégicas e a oferta de habitação a preços acessíveis.

Muitos destes projetos já contam com candidaturas aprovadas, ou estão em processo de candidatura, ao Programa de Recuperação e Resiliência (PRR), o que garante o financiamento necessário para a sua concretização.

O investimento total previsto para estes projetos ascende a vários milhões de euros, sublinhando o compromisso do município de Barcelos em proporcionar habitação de qualidade para todos os seus cidadãos. Estes novos empreendimentos habitacionais são, assim, uma componente essencial da estratégia de desenvolvimento urbano do concelho, promovendo não só o crescimento populacional, mas também a sustentabilidade e a qualidade de vida dos seus residentes.

Tabela 28 - Candidaturas submetidas no âmbito da Estratégia Local de Habitação do Município de Barcelos

Designação da candidatura	Observações
Construção de 36 fogos - União Freguesias de Viatodos, Grímancelos, Minhotães e Monte de Fraiães (Carregal ou Lamela)	Candidatura Aprovada PRR
Construção de 4 fogos – Rua dos Biriões (Palme)	Candidatura Aprovada PRR
Construção de 34 fogos - Rua da Lagoa Negra, 4740-682-Barqueiros	Candidatura Aprovada PRR
Construção de 10 fogos - Monte do Pinhal, Cambeses	Candidatura Aprovada
Construção de 40 fogos - Rua Central - Campo	Candidatura Aprovada
Construção de construção de 14 fogos – Rua José Joaquim do Vale, 4750-797 – UF Vila Cova e Feitos	Candidatura submetida, ainda com possibilidades de aprovação no âmbito do PRR
Construção de 20 fogos - Rua da Estrada de Baixo - Arcozelo	Candidatura submetida, ainda com possibilidades de aprovação no âmbito do PRR
Aquisição de 44 fogos - Urbanização do Soufo - Arcozelo	Candidatura Submetida
Aquisição de 14 fogos - Avenida Central, 4750-721 (Lugar do Fraião)	Candidatura Submetida
Aquisição de 22 fogos - Rua do Grilo + Avenida Central (Tamel S. Veríssimo)	Candidatura Submetida
Aquisição de 30 fogos - Travessa do Cávado (Lugar das Barreiras) - Tamel S. Veríssimo	Candidatura Submetida
Construção de 14 fogos - Rua da Pena do Picoto, 4755-269, Macieira de Rates	Candidatura Submetida
Construção de 22 fogos - Rua das Andorinhas, 4740-683, Barqueiros	Candidatura Submetida

Fonte: Estratégia Local de Habitação do Município de Barcelos, 2024

2.9. ANÁLISE CRÍTICA DE DIAGNÓSTICO

O diagnóstico realizado evidencia um conjunto diversificado de forças, fraquezas, oportunidades e ameaças que influenciam o desenvolvimento do concelho de Barcelos.

Entre as principais **forças** destaca-se a localização estratégica de Barcelos, que se encontra próximo de importantes centros urbanos como Braga, Porto e Viana do Castelo, beneficiando de acessos facilitados pelas autoestradas A3, A11, A28, e pela linha férrea que liga o concelho ao Porto e à Galiza. A economia local revela-se robusta, sustentada pela significativa presença da indústria têxtil e pela recente iniciativa da criação da Cidade Têxtil e da Moda em Barcelos. A densidade populacional elevada, com 117 005 habitantes sugere uma base sólida de mão-de-obra disponível. No campo da educação, o concelho apresenta um progresso contínuo, com uma rede ampla de infraestruturas, que inclui 26 creches, 9 agrupamentos escolares com 88 estabelecimentos de ensino público, além de várias instituições privadas e o Instituto Politécnico do Cávado e do Ave (IPCA). As taxas de escolarização são elevadas em todos os ciclos de estudo, o que indica a atratividade das escolas de Barcelos para residentes de outros concelhos. O crescimento económico também é notável, com um aumento significativo do rendimento médio mensal dos trabalhadores entre 2011 e 2021, refletindo um ambiente económico positivo. A baixa taxa de desemprego, fixada em 5,31% e os planos substanciais para a expansão de parques industriais, reforçam o potencial de atração de novos investimentos e a consolidação da economia local. Por fim, a evolução positiva no crescimento populacional e habitacional até 2031, o aumento de residências secundárias e a melhoria na conservação dos edifícios evidenciam o desenvolvimento urbano do concelho.

No entanto, o concelho também enfrenta várias **fraquezas** que podem comprometer o seu desenvolvimento sustentável. A perda populacional, com uma diminuição de aproximadamente 3% entre 2011 e 2023, sugere desafios na retenção de residentes, especialmente os mais jovens. A forte dependência da economia local na indústria têxtil, pode representar um risco de diversificação económica limitada e vulnerabilidade a crises setoriais. A menor atratividade de Barcelos para migrantes, em comparação com concelhos como Braga, limita a diversidade cultural e a atração de novas competências. O analfabetismo continua a ser um desafio, com uma das taxas mais elevadas da região (38% em 2021), e apenas 14% da população que possui ensino superior completo, revela espaço para melhorias no acesso e conclusão do ensino superior. A existência de disparidades educacionais em comparação a concelhos vizinhos como Braga e Vila Nova de Famalicão, onde se verifica uma maior concentração de população com escolaridade básica, especialmente no 1º ciclo, também constitui um ponto fraco. Apesar do crescimento registado, o rendimento médio mensal em Barcelos, ainda permanece abaixo da média nacional, o que pode limitar o poder de compra da população. Outro

ponto fraco é a taxa de escolarização no ensino secundário, que é mais baixa, o que pode impactar a capacidade da população se adaptar a mudanças no mercado de trabalho. O setor da construção também tem evidenciado uma redução da atividade, com um abrandamento na construção de novos alojamentos entre 2011 e 2021 e uma baixa tendência para a reabilitação urbana, refletida no número reduzido de obras de ampliação, alteração e reconstrução.

As **oportunidades** identificadas para Barcelos são promissoras e podem catalisar o desenvolvimento local. O setor turístico, impulsionado pela proximidade ao litoral e pelos recursos naturais, como o rio Cávado, apresenta um potencial significativo de crescimento económico. A recente entrada de imigrantes apresenta uma oportunidade para revitalizar a economia local e o investimento na melhoria do acesso e conclusão do ensino superior pode elevar o nível educacional do concelho. Além disso, a criação de programas específicos para reduzir o analfabetismo, especialmente entre os homens, pode ser uma estratégia eficaz. Há também potencial para expandir a rede educacional existente, especialmente em áreas sub-representadas, e para fomentar a expansão industrial, que pode atrair novos investimentos e melhorar as oportunidades de emprego. A diversificação da economia através do crescimento em setores como atividades artísticas, desportivas e recreativas oferece uma oportunidade para ampliar a base económica do concelho. Melhorias nas infraestruturas de transporte e a promoção do turismo, impulsionada pelo aumento de residências secundárias, podem aumentar a atratividade de Barcelos para empresas e investidores. Por fim, incentivar a reabilitação de edifícios e infraestruturas pode criar um ambiente urbano mais atrativo e funcional.

Contudo, Barcelos também enfrenta **ameaças** que podem afetar negativamente o seu desenvolvimento. A competição com cidades vizinhas como Braga, que oferecem maior diversificação de serviços e indústrias, pode desviar investimentos e população de Barcelos. O envelhecimento populacional é uma preocupação, pois a diminuição contínua da população pode resultar numa demografia envelhecida, sobrecarregando os serviços sociais e diminuindo a vitalidade económica. A desigualdade no desenvolvimento das freguesias e as disparidades regionais em relação a concelhos vizinhos, que apresentam níveis educacionais mais elevados, podem dificultar o progresso educacional e económico de Barcelos. As baixas taxas de escolarização em certos níveis de ensino refletem um perfil socioeconómico desfavorável, que pode afetar negativamente o desenvolvimento de políticas habitacionais e de fixação de população. A concorrência regional, com concelhos vizinhos que têm rendimentos mais elevados, pode atrair mão-de-obra qualificada e investimentos que poderiam beneficiar o concelho de Barcelos. A evolução negativa em alguns setores, como a captação de água e eletricidade, pode sinalizar desafios futuros para a sustentabilidade de serviços essenciais. A persistente perda populacional, se continuar, poderá ter impactos significativos na economia local e na vitalidade urbana. Finalmente, a desaceleração no mercado imobiliário, refletida na redução do número de edifícios concluídos, pode afetar o crescimento e desenvolvimento do concelho.

3. RECURSOS HABITACIONAIS E POTENCIALIDADES LOCAIS



3.1. IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS HABITACIONAIS E DAS POTENCIALIDADES LOCAIS EM SOLO URBANIZADO, EDIFÍCIOS E FOGOS EXPECTANTES

No capítulo 3 da Carta Municipal de Habitação, a análise incide sobre os recursos habitacionais expectantes no concelho de Barcelos. Após o diagnóstico, que incidu sobre a caracterização social, económica e demográfica do concelho, do seu parque habitacional existente e das carências habitacionais atuais, a necessidade de quantificar os recursos habitacionais expectantes, impõe-se, para que se compreenda a amplitude destes, de forma a acomodar as necessidades dinâmicas futuras ao nível de habitação no concelho de Barcelos.

Compreendem-se como recursos habitacionais expectantes, solo com capacidade de edificação de habitação onde ainda não foram construídos alojamentos e edifícios existentes e fogos devolutos ou em estado de abandono, cuja ativação pela via da reabilitação possam diminuir constrangimentos no acesso à habitação.

A identificação destes recursos, que assinalam o potencial de fogos a adicionar ao parque habitacional, por via da nova construção ou por via da reabilitação, tem por base várias fontes, de dados estatísticos do INE e instrumentos de gestão territorial vigentes à data.

Quanto ao solo expectante, com capacidade edificatória afeta à habitação, os dados obtidos, resultaram do levantamento efetuado pelos serviços municipais do solo expectante disponível da versão mais recente da revisão do PDM (2ª proposta revisão-junho de 2024) e da leitura e posterior análise do respetivo Regulamento.

A opção acordada pela proposta mais recente de revisão do PDM em detrimento do PDM em vigor, considera que os eventuais ajustes finais que um documento desta natureza possa receber até à conclusão do processo de revisão, implicam uma margem de erro menor às previsões aqui efetuadas, comparativamente à alternativa de considerar o PDM atual, com categorias de solo urbano e urbanizável que iriam inflacionar e deturpar de forma significativa o potencial de fogos a edificar.

Decorrente da leitura da proposta de revisão de regulamento do PDM, foram identificadas 11 categorias de solo onde será possível edificar habitação no futuro e que perfazem 22588 ha, dos quais 24% estão classificados como solo urbano. O tipo de povoamento e organização territorial de Barcelos, complexo, policêntrico, disperso, dos quais as 61 freguesias são testemunha, significam que este território alberga dentro de si várias formas de habitar, diferentes morfologias que se sobrepõe e cujas fronteiras entre lugares, usos e atividades se esbatem. Essa especificidade e

variáveis do território de Barcelos e das freguesias que o compõem, vertidas na presente proposta de regulamento do PDM em critérios de edificação, foram associados ao levantamento quantitativo de áreas expectantes para se extrair o número de fogos possíveis de serem edificados.

Esta projeção de potenciais recursos habitacionais, obriga à utilização de critérios de ponderação, baseados na leitura integral da proposta de regulamento que mitiguem a ausência de um cadastro, as variáveis derivadas do desenho urbano e arquitetónico, dos interesses económicos e pessoais de cada potencial proprietário e promotor, das necessidades de espaços verdes e de espaços de utilização coletiva, diversidade de usos e das operações de edificação de habitação sujeitas à aprovação de entidades públicas, que não a Câmara Municipal de Barcelos.

Dessa análise dos recursos habitacionais, sujeita aos vários critérios de ponderação, adequados a cada categoria de solo e espírito subjacente à respetiva classificação, é possível notar que do total de fogos potenciais de serem edificados no futuro, 90% derivam de solo urbano.

Quanto ao levantamento do edificado e fogos expectantes, que reabilitados possam acomodar novos habitantes, foram tomados em consideração dados estatísticos do INE.

A consideração dos recursos habitacionais decorrentes da reabilitação/reconstrução de edificado e fogos muito degradados ou devolutos está sustentada de forma recorrente na Lei de Bases da Habitação, dadas as vantagens subjacentes, nomeadamente a otimização de recursos já edificados, integrados na malha urbana existente, evitando a ampliação de infraestruturas e uma potencial redução do investimento público para acomodar novos habitantes. É também expectável que a reabilitação e afeição à habitação destas edificações agora devolutas ou degradadas, possa ser uma solução não apenas racional do ponto de vista económico da questão habitacional, mas sirva de alavanca à regeneração do território, dos conjuntos urbanos, da cultura e da paisagem.

A aferição do potencial de fogos desta categoria de recursos habitacionais tem em conta as especificidades físicas, sociais e económicas deste território e respetivas dinâmicas. Com o entendimento que as residências secundárias (10,92% em 2021) estão fortemente associadas ao fenómeno da emigração associada à crise de 2011 e que é expectável e desejável que em determinado momento do percurso de vida destes agregados, alguns dos elementos que os compõem possam regressar de forma definitiva, foram considerados para a contabilização dos recursos habitacionais expectantes os alojamentos degradados e com grande necessidade de reparação e os alojamentos vagos. O valor que emana desta categoria de recursos habitacionais, leva em consideração o valor de referência de 7% de fogos vagos, por se encontrarem em processo de venda ou arrendamento num mercado habitacional saudável.

Desta identificação dos recursos habitacionais expectantes, é possível obter duas leituras, com implicações no desenho das medidas a implementar na fase de planeamento prospetivo da presente Carta. A primeira é o peso indiscutível dos recursos habitacionais expectantes que advêm da nova construção, que representam uma média concelhia de 97,41% do total dos recursos habitacionais expectantes. Este número é mais significativo quando se observa que das 61 freguesias, apenas a UF de Alvito (São Pedro e São Martinho) e Couto tem uma percentagem de fogos expectantes derivados da nova construção abaixo dos 90%. A preponderância deste segmento dos recursos habitacionais potenciais em todo o território indicia também que, mesmo considerando o peso ligeiramente mais elevado da oferta total do concelho nas freguesias de Gilmonde (5,72% do total) e da UF de Barcelos, Vila Boa e Vila Frescainha (São Martinho e São Pedro) com 6,18%, o potencial de novos fogos, considerando o caráter mais rural, urbano e periurbano de cada freguesia, está distribuído de forma relativamente homogénea pelo território, espelhando as suas características intrínsecas.

Tabela 29 - Recursos habitacionais e potencialidades locais do Município

Freguesia	Solo urbanizado expectante (A)		Fogos devolutos/ abandonados/ degradados (B)	(A+B)
	Solo afeto a habitação disponível (Ha)	Potencial fogos a habitação disponível (de acordo com proposta PDM - 2ª revisão_2024)		
Abade de Neiva	373,6	1852	35	1887
Aborim	164,2	568	17	585
Adães	200,8	625	14	639
Airó	178,7	614	15	629
Aldreu	314,6	826	17	843
Alvelos	263,4	1397	35	1432
Arcozelo	226,4	2776	248	3024
Arelas	197,2	982	18	1000
Balugães	162,5	549	16	565
Barcelinhos	159,6	1308	40	1348
Barqueiros	694,8	1834	39	1873
Cambeses	201,1	1025	24	1048
Carapeços	200,5	1627	35	1661
Carvalhal	182,6	968	23	991
Carvalhas	214,0	504	13	517
Cossourado	418,3	944	17	962
Cristelo	705,3	1348	31	1378
Fornelos	244,1	442	13	456
Fragoso	576,6	2006	39	2045
Galegos (Santa Maria)	325,7	1955	50	2005
Galegos (S. Martinho)	180,2	1210	34	1244

Freguesia	Solo urbanizado expectante (A)		Fogos devolutos/ abandonados/ degradados (B)	(A+B)
	Solo afeto a habitação disponível (Ha)	Potencial fogos a habitação disponível (de acordo com proposta PDM - 2ª revisão_2024)		
Gilmonde	300,6	4611	27	4638
Lama	253,6	839	20	860
Lijó	357,0	1312	42	1355
Macleira de Rates	711,7	1290	33	1323
Manhente	290,3	1378	29	1407
Martim	248,7	1341	38	1379
Moure	160,6	581	17	598
Oliveira	267,0	560	18	578
Palme	226,6	719	18	738
Panque	248,6	734	13	747
Paradela	708,5	743	13	756
Pereira	162,0	640	20	659
Pereihal	351,8	1439	32	1470
Pousa	318,0	1296	34	1331
Remelhe	464,3	971	22	993
Roriz	455,6	1171	29	1200
Rio Covo (Santa Eugénia)	239,1	889	33	922
Silva	180,6	696	15	711
Tamel (S. Veríssimo)	226,3	2235	54	2288
Ucha	354,4	1128	25	1153
Várzea	205,6	1095	32	1126

Freguesia	Solo urbanizado expectante (A)		Fogos devolutos/ abandonados/ degradados (B)	(A+B)
	Solo afeto a habitação disponível (Ha)	Potencial fogos a habitação disponível (de acordo com proposta PDM - 2ª revisão_2024)		
Vila Seca	365,1	759	22	781
UF de Alheira e Igreja Nova	443,4	1466	28	1494
UF de Alvito (S. Pedro e S. Martinho) e Couto	419,0	957	220	1178
UF de Areias de Vilar e Encourados	571,7	1229	27	1256
UF de Barcelos, Vila Boa e Vila Frescalinha (S. Mar- tinho e S. Pedro)	442,5	4987	36	5024
UF de Campo e Tamel (S. Pedro Fins)	344,6	1216	45	1261
UF de Carreira e Fonte Coberla	405,3	1307	20	1327
UF de Chorenite, Góios, Courel, Pedra Furada e Gueral	1243,8	1886	29	1915
UF de Creixomil e Mariz	324,1	920	25	945
UF de Durrães e Tregosa	334,3	1193	36	1229

Freguesia	Solo urbanizado expectante (A)		Fogos devolutos/ abandonados/ degradados (B)	(A+B)
	Solo afeto a habitação disponível (Ha)	Potencial fogos a habitação disponível (de acordo com proposta PDM - 2ª revisão_2024)		
UF de Gamil e Midões	312,9	988	39	1028
UF de Milhazes, Vilar de Figos e Faria	789,3	1437	20	1457
UF de Negreiros e Chavão	504,8	1771	34	1805
UF de Quintiães e Aguiar	367,9	954	38	992
UF de Sequeade e Bastuço (S. Jo- ão e Santo Este- vão)	358,1	1135	22	1157
UF de Silveiros e Rio Covo (Santa Eulália)	524,5	1265	68	1333
UF de Tamel (Santa Leocádia) e Vilar do Monte	273,2	1022	46	1068
UF de Viatodos, Grimancelos, Minhotães e Monte de Fralães	878,9	2783	36	2819
UF de Vila Cova e Feitos	769,5	2351	19	2370
Total				

Fonte: ValeConsultores

3.2. LEVANTAMENTO DE NECESSIDADES DE SOLO URBANIZADO E DE REABILITAÇÃO DO EDIFICADO DE RESPOSTA ÀS CARÊNCIAS HABITACIONAIS

Um dos fatores primordiais que molda as perspetivas e ações a desenvolver, no âmbito do planeamento prospetivo para a habitação em Barcelos, emana da compreensão da evolução demográfica deste território a médio prazo face aos recursos habitacionais expectantes e quantos destes recursos serão necessários ativar para dar resposta às necessidades habitacionais futuras, sejam estas induzidas pela dinâmica populacional, económica ou constrangimentos no acesso à habitação.

A presente análise às necessidades habitacionais futuras de Barcelos tem como base as projeções demográficas efetuadas para 2036 no âmbito da presente Carta Municipal de Habitação, tendo sido considerado o Cenário demográfico central. A escolha pelo ano de 2036 deve-se ao facto do período entre anos censitários já ter sido significativamente percorrido e com esta opção, ser possível traçar cenários plausíveis para um horizonte temporal mais adequado aos objetivos deste documento.

É sempre importante sublinhar que estão ausentes destes cenários, ciclos económicos e de acontecimentos políticos e sociais de difícil previsão. Acontecimentos impactos sociais e económicos de grande escala como a pandemia, a guerra na Ucrânia ou a crise de 2011, tiveram um grande impacto em Portugal e consequentemente no concelho de Barcelos, como se verifica em indicadores como o aumento de residências secundárias em 2011 e a queda abrupta de população jovem (20 a 34 anos) entre 2011 e 2016.

Para aferição dos novos fogos necessários para acomodar a diferença de população expectável entre o Cenário central para o ano de 2036 e a população residente em 2021, de acordo com os últimos Censos, foi considerada a dimensão média das famílias no concelho de Barcelos (INE 2021), que se situa nas 2,9 pessoas por agregado familiar, substancialmente superior à média nacional (2,5), integrando assim variáveis como a dimensão dos fogos e a tipologia, sempre sujeitas a circunstâncias futuras decorrentes da época de elaboração do projeto e construção das habitações.

A leitura do cenário demográfico central para o ano de 2036 deverá ser efetuada em duas dimensões. Na perspetiva concelhia, o que se obtém é um crescimento marginal (0,19%), uma estabilidade demográfica que poderia induzir a uma manutenção do *status quo*. No entanto, fruto da extensão do território barcelense, das suas múltiplas dinâmicas e identidades e o facto de ser um espaço de contacto e fronteira com sete

municípios e 5 sub-regiões, o que se observa é uma variedade de cenários intra-concelhos em termos demográficos.

Se na área central aparenta existir uma dicotomia entre freguesias em queda, como UF de Barcelos, Vila Boa e Vila Frescainha (-2,20%), Barcelinhos (-2,30%), ou Carvalhal (-6,41%) em oposição ao crescimento de Arozelo (+3,74%), Rio Covo-Santa Eugénia (+2,12%) ou Várzea (+2,48%), já nas zonas de fronteira, as realidades são profundamente díspares.

Enquanto nas freguesias a Norte, em contacto com Viana do Castelo, Ponte de Lima e Vila Verde (com exceção de Ucha) o cenário demográfico é de perda populacional muito significativa – com perda acumulada de 25% - na fronteira a Este, com Braga, o cenário é o oposto. Com a exceção da freguesia de Cambeses, é neste quadrante que se observa o crescimento mais significativo, em especial na freguesia de Martim (+5,95%), onde se espera registar o maior incremento populacional.

Nos restantes espaços de fronteira, é possível observar cenários mais heterogéneos, com freguesias alternadamente em crescimento e decréscimo. Se no contacto com o concelho de Esposende, marcado por uma orografia mais acidentada, observa-se uma perda em termos de conjunto, é possível, no entanto, verificar um eixo de crescimento contínuo que desemboca na freguesia de Palme e um arco de Parelhal a Paradela.

Já nas freguesias em contacto com as sub-regiões Área Metropolitana do Porto (Póvoa de Varzim) e Ave (Vila Nova de Famalicão), o saldo demográfico expectável é praticamente nulo.

Embora só 3 freguesias apresentem expectativas de crescimento demográfico, como Paradela, Macieira de Rates (Póvoa de Varzim) e a UF de Carreira e Fonte Coberta, esta circunscrições representam portas de entrada de zonas contínuas de crescimento demográfico.

O mais significativo é o eixo no sentido SE-NO, que inicia na UF de Carreira e Fonte Coberta, pois apesar de ladeado por 3 freguesias em perda populacional, confinantes com Vila Nova de Famalicão, é possível observar uma linha de continuidade de crescimento demográfico – com passagem pelo centro até à freguesia de Carapeços.

Estes dados, para além de sublinharem a diversidade territorial e demográfica, sugerem o reforço da área urbana como espaço de confluência dos eixos vindos de áreas de grande dinamismo económico como o Grande Porto e a sub-região do Ave e sinais do que pode indicar uma proto conurbação entre Barcelos e Braga, a qual poderá acelerar com a construção da nova estação de TGV no lado Oeste do concelho de Braga.

A conclusão parcial que surge após o cruzamento dos dados demográficos e de recursos habitacionais disponíveis, já com fatores de ponderação acima explanados, é que os recursos habitacionais expectantes no seu conjunto superam largamente as necessidades demográficas.

A taxa de cobertura de recursos habitacionais expectantes face aos fogos necessários para o cenário demográfico médio, potencialmente muito superior às necessidades, mesmo no caso das freguesias com incremento populacional. Importa referir que o peso dos recursos habitacionais expectantes de cada freguesia face ao total concelho está alinhado com o peso demográfico de cada freguesia na população do concelho, tanto em 2021 como em 2036. No entanto, importa referir a substancial diferença entre o potencial de fogos a disponibilizar e a capacidade de os edificar. Se o ritmo de edificação verificado entre 2011 e 2021, se mantiver o mesmo até ao final do período de referência dos cenários demográficos, em 2036 terão sido erigidos apenas 6,20% do total de fogos potenciais decorrentes de nova construção e reabilitação.

PREÇOS

Quanto ao acesso à habitação, se pelo lado dos recursos habitacionais expectantes existe uma aparente abundância para fazer face às necessidades habitacionais, do lado dos preços, o cenário é o de adversidade.

Se a capacidade de promoção e edificação de habitação própria permanente, sem medidas de incentivo, poderá ser um entrave no acesso à habitação, não obstante o vasto potencial de recursos habitacionais, a dimensão preço, a manter-se, poderá inviabilizar um mercado habitacional adequado aos atuais e futuros residentes de Barcelos.

Além do impacto de fatores decorrentes da decisão de entidades externas, como o crescimento dos custos do financiamento bancário verificado por força das políticas do BCE desde o final de 2022 e cujo retrocesso só começa a verificar-se na segunda metade de 2024, agudizando o custo da habitação, o que é extremamente relevante é o aumento muito significativo dos preços médios de venda e o valor das habitações atualmente no mercado.

O crescimento do valor mediano de venda, de 43% entre o primeiro trimestre de 2019 e o primeiro trimestre de 2023 (1151€/m²) e do valor mediano de arrendamento, superior a 40% entre o segundo trimestre de 2017 e primeiro semestre de 2023 (4,61€/m²), embora muito significativos, ainda representam, numa perspetiva regional, valores globais inferiores aos dos concelhos limítrofes, com exceção de Ponte de Lima no que diz respeito aos valores de venda e de Vila Verde, tanto nos valores de venda como de arrendamento.

No entanto, a leitura deverá ser feita no contexto concelhio e face ao perfil de rendimento da respetiva população. Dessa forma, e considerando como valor de referência os 30% de taxa de esforço, vislumbram-se grandes dificuldades no acesso à habitação por parte dos agregados familiares, independentemente da sua dimensão e composição. Com a exceção do cenário de aquisição de T0 por um casal sem filhos, com taxa de esforço

de 33%, aceitável apenas na perspetiva de aquisição para investimento, dados os constrangimentos espaciais decorrentes de um T0 para uma vida a dois, em todos os outros cenários o que se verifica é um desfasamento muito significativo entre rendimentos e custo da habitação.

Se para aquisição de habitação própria, com exceção do cenário acima indicado, a taxa de esforço varia entre os 43% e os 110 % (tabela 15 – CMH), na alternativa à aquisição de casa, o arrendamento, além de ter uma reduzida oferta no mercado formal (gráfico 39 –CMH), exige uma taxa de esforço entre os 43% e os 86%.

A dificuldade aguda no acesso à habitação por conta dos preços para aquisição e arrendamento de habitação própria permanente, comum a todo o território, independentemente das especificidades e dinâmicas internas das várias realidades que o compõem, permitem concluir que o concelho de Barcelos está no momento atual, prévio à implementação do plano de intervenção, numa situação de carência habitacional.

Tabela 30 - Projeção das necessidades habitacionais em Barcelos, por freguesia

Freguesia	Potencial habitacional disponível		Necessidades de solo urbanizado e reabilitação de resposta às carências			
	Fogos potenciais decorrentes nova construção (2024)	Fogos potenciais decorrentes reabilitação de edificado (2024)	População residente (2021)	População residente cenário central (2036)	Evolução demográfica 2021-2036 cenário central (%)	Fogos adicionais necessários cenário central #3 (2036)
Abade de Neiva	1852	35	2009	2043	1,69%	12
Aborim	568	17	827	811	-1,93%	-6
Adães	625	14	755	750	-0,66%	-2
Airó	614	15	883	891	0,91%	3
Aldreu	826	17	795	765	-3,77%	-10
Alvelos	1397	35	2010	2009	-0,05%	-0
Arcozelo	2776	248	12824	13304	3,74%	166
Areias	982	18	1026	1024	-0,19%	-1
Balugães	549	16	787	775	-1,52%	-4
Barcelinhos	1308	40	1869	1826	-2,30%	-15
Barqueiros	1834	39	1916	1844	-3,76%	-25
Cambeses	1025	24	1236	1221	-1,21%	-5
Carapeços	1627	35	2168	2235	3,09%	23
Carvalhal	968	23	1233	1154	-6,41%	-27
Carvalhas	504	13	692	696	0,58%	1
Cossourado	944	17	758	728	-3,96%	-10
Cristelo	1348	31	1657	1649	-0,48%	-3
Fornelos	442	13	803	809	0,75%	2
Fragoso	2006	39	2069	2056	-0,63%	-4
Galegos (Santa Maria)	1955	50	2848	2896	1,69%	17
Galegos (S. Martinho)	1210	34	1842	1849	0,38%	2

Freguesia	Potencial habitacional disponível			Necessidades de solo urbanizado e reabilitação de resposta às carências		
	Fogos potenciais decorrentes nova construção (2024)	Fogos potenciais decorrentes reabilitação de edificado (2024)	População residente (2021)	População residente cenário central (2036)	Evolução demográfica 2021-2036 cenário central (%)	Fogos adicionais necessários cenário central #3 (2036)
Gilmonde	4611	27	1497	1487	-0,67%	-3
Lama	839	20	1164	1134	-2,58%	-10
Lijó	1312	42	2425	2520	3,92%	33
Macieira de Rates	1290	33	1907	1924	0,89%	6
Manhente	1378	29	1705	1694	-0,65%	-4
Marfim	1341	38	2051	2173	5,95%	42
Moure	581	17	921	964	4,67%	15
Oliveira	560	18	986	965	-2,13%	-7
Palme	719	18	1045	1071	2,49%	9
Panque	734	13	631	617	-2,22%	-5
Paradela	743	13	789	794	0,63%	2
Pereira	640	20	1241	1275	2,74%	12
Perelhal	1439	32	1700	1711	0,65%	4
Pousa	1296	34	2218	2274	2,52%	19
Remelhe	971	22	1280	1266	-1,09%	-5
Roriz	1171	29	2021	2023	0,10%	1
Rio Covo (Santa Eugénia)	889	33	1556	1589	2,12%	11
Silva	696	15	900	866	-3,78%	-12
Tamel (S. Veríssimo)	2235	54	2915	2819	-3,29%	-33
Ucha	1128	25	1416	1444	1,98%	10
Várzea	1095	32	1934	1982	2,48%	17

Freguesia	Potencial habitacional disponível		Necessidades de solo urbanizado e reabilitação de resposta às carências			
	Fogos potenciais decorrentes nova construção (2024)	Fogos potenciais decorrentes reabilitação de edificado (2024)	População residente (2021)	População residente cenário central (2036)	Evolução demográfica 2021-2036 cenário central (%)	Fogos adicionais necessários cenário central #3 (2036)
Vila Seca	759	22	1064	1027	-3,48%	-13
UF de Alheira e Igreja Nova	1466	28	1347	1250	-7,20%	-33
UF de Alvito (S. Pedro e S. Martinho) e Couto	957	220	1446	1433	-0,90%	-4
UF de Areias de Vilar e Encourados	1229	27	1740	1691	-2,82%	-17
UF de Barcelos, Vila Boa e Vila Frescainha (S. Martinho e S. Pedro)	4987	36	11349	11099	-2,20%	-86
UF de Campo e Tamel (S. Pedro Fins)	1216	45	1509	1501	-0,53%	-3
UF de Carreira e Fonte Cobreira	1307	20	2022	2050	1,38%	10
UF de Chorente, Gaios, Courel, Pedra Furada e Gual	1886	29	2454	2400	-2,20%	-19
UF de Creixomil e Mariz	920	25	1112	1068	-3,96%	-15
UF de Durrães e Tregosa	1193	36	1379	1285	-6,82%	-32
UF de Gamil e Midões	988	39	1377	1380	0,22%	1
UF de Milhazes, Vilar de Figos e Faria	1437	20	1993	2002	0,45%	3
UF de Negreiros e Chavão	1771	34	2203	2201	-0,09%	-1
UF de Quintiães e Aguiar	954	38	1080	1064	-1,48%	-6
UF de Sequeade e Bastuço (S. João e Santo Estevão)	1135	22	1808	1824	0,88%	6

Freguesia	Potencial habitacional disponível		Necessidades de solo urbanizado e reabilitação de resposta às carências			
	Fogos potenciais decorrentes nova construção (2024)	Fogos potenciais decorrentes reabilitação de edificado (2024)	População residente (2021)	População residente cenário central (2036)	Evolução demográfica 2021-2036 cenário central (%)	Fogos adicionais necessários cenário central #3 (2036)
UF de Silveiros e Rio Covo (Santa Eulália)	1265	68	2098	2090	-0,38%	-3
UF de Tamel (Santa Leocádia) e Vilar do Monte	1022	46	1269	1275	0,47%	2
UF de Viatodos, Grimancelos, Minhotães e Monte de Fralães	2783	36	3744	3670	-1,98%	-26
UF de Vila Cova e Feitos	2351	19	2449	2427	-0,90%	-8

Fonte: ValeConsultores

4. PLANEAMENTO E ORDENAMENTO PROSPETIVO DA HABITAÇÃO NO MUNICÍPIO DE BARCELOS



4.1. IDENTIFICAÇÃO E PLANEAMENTO DOS DESAFIOS E NECESSIDADES RESULTANTES DA INSTALAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE NOVAS ATIVIDADES ECONÓMICAS

O crescimento económico de Barcelos influenciado pelas suas dinâmicas populacionais e sociais assentou em áreas estratégicas fundamentais para a transformação do território. O setor secundário, particularmente a indústria transformadora, apresenta uma relevância significativa, colocando o concelho na 12.ª posição nacional em termos de emprego neste setor. O setor têxtil, por sua vez, destaca-se pela sua dimensão e pela presença de empresas e marcas de referência, tanto a nível nacional como internacional.

A nível territorial, Barcelos beneficia de uma boa integração com eixos rodoviários de grande capacidade e de proximidade a importantes centros urbanos e logísticos, como a Área Metropolitana do Porto e a Galiza. Contudo, a proximidade geográfica a polos como Braga, Guimarães e Vila Nova de Famalicão, que já possuem uma oferta consolidada de instituições de base tecnológica, tem-se revelado um entrave à atração de entidades desta natureza no concelho.

A valorização dos recursos naturais e do património constitui outra área estratégica para o desenvolvimento económico, com destaque para a potencial dinamização de margens fluviais e terrenos envolventes, abrindo oportunidades para novas atividades nos domínios do recreio, lazer e turismo. Além disso, a progressão das qualificações da população, observada nos últimos anos, posiciona Barcelos como um território com potencial para atrair atividades empresariais mais intensivas em conhecimento, reforçado pela criação do “Digital Games Lab”, ligado ao IPCA, que contribui para o fortalecimento das indústrias culturais e criativas. A concretização de grandes projetos industriais, como a Área de Atividades Económicas Nível II (AEII) em Fragoso e os parques industriais em Palme, Perelhal, Barqueiros, Viatodos, Pousa e Alheira, reforça o papel estratégico do concelho em contexto industrial regional. Estas áreas, ligadas a uma rede robusta de infraestruturas rodoviárias, preparam Barcelos para atrair investimentos em grande escala, fomentando emprego e competitividade. No entanto, estas iniciativas colocam desafios significativos que exigem planeamento, com destaque para os problemas habitacionais. A instalação de novas atividades económicas e a atração de trabalhadores intensificam a pressão sobre o mercado imobiliário, já caracterizado por escassez de oferta de arrendamento e aumento generalizado do valor dos imóveis. Estes fatores dificultam o acesso à habitação, afastando potenciais residentes e comprometendo a fixação de trabalhadores e, consequentemente, o sucesso

dos investimentos industriais.

Barcelos regista vantagens em termos de sustentabilidade, nomeadamente através da integração em sistemas multimunicipais de águas e resíduos, que favorecem a inovação e as economias de escala e possui condições favoráveis para se afirmar como um destino turístico qualificado e sustentável, beneficiando da promoção do agroturismo, da criação de espaços de lazer e da valorização do património.

A introdução de transportes urbanos reforça também a mobilidade local, embora o transporte individual continue a ser amplamente utilizado, o que resulta em emissões significativas de gases com efeito de estufa. A localização dos novos polos industriais exige soluções de mobilidade sustentável, como o reforço do transporte público, redes de ciclovias e a melhoria das ligações entre áreas habitacionais e industriais.

Existem desafios ambientais e territoriais a considerar. A perda de espaços verdes e florestais devido aos incêndios, associada à pressão sobre o território decorrente da exploração de recursos geológicos, destaca-se como um dos principais riscos. A dispersão urbana, a ausência de medidas eficazes para promover métodos de produção sustentáveis e a falta de aproveitamento de infraestruturas estratégicas, como as Termas do Eirogo, representam ameaças à sustentabilidade e à competitividade do território. Além disso, as alterações climáticas impõem desafios crescentes, com impacto na segurança de edificações e na gestão de recursos hídricos, embora o concelho apresente níveis elevados de acesso a água segura e melhorias na qualidade das águas superficiais. Em paralelo, há uma necessidade de reforçar a identidade rural e de valorizar o comércio, os serviços, o lazer e o turismo como vetores de diversificação económica.

4.2. INSTRUMENTOS DE POLÍTICA DE HABITAÇÃO DO MUNICÍPIO E POTENCIAIS LINHAS DE FINANCIAMENTO

Em toda a Europa, a oferta habitacional no mercado está a revelar-se como um dos principais desafios sociais. A este fenómeno acresce, no contexto nacional, a deficitária taxa de cobertura pelo parque de habitação social, muito aquém de países como a Dinamarca, Suécia, Países Baixos e Áustria. Urge, desta forma, a necessidade de repensar os instrumentos de política de habitação dos municípios. Políticas assentes numa maior diversidade e flexibilidade para os quais é imprescindível uma maior complementaridade dos diferentes instrumentos municipais disponíveis na esfera do planeamento e ordenamento do território. A este nível, os municípios devem dar resposta a um conjunto de obrigações legais,

nomeadamente previstas na Lei de Bases da Política de Ordenamento do Território e de Urbanismo (Lei n.º 31/2014 de 30 de maio) e no RJIGT – Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (Decreto-Lei n.80/2015, de 14 maio). São assim analisados diferentes instrumentos de gestão territorial, nomeadamente:

1. ARU – Áreas de Reabilitação Urbana;
2. ELH – Estratégia Local de Habitação;
3. PDM – Plano Diretor Municipal;
4. PU – Planos de Urbanização
5. PP – Planos de Pormenor
6. REOT – Relatório do Estado de Ordenamento do Território

O Município de Barcelos aciona no âmbito da presente estratégia um conjunto de instrumentos específicos, como a revisão do PDM e as Áreas de Reabilitação Urbana (ARU). Estes instrumentos orientam o tipo de recursos a acionar para o território de acordo com as necessidades, os programas existentes e os atores locais que viabilizem o cumprimento dessas metas. Assim, as medidas propostas na seguinte tabela vão beber a estes instrumentos, visando novas respostas, nomeadamente, priorizar soluções que envolvam a reabilitação de edifícios existentes que estejam desocupados, mantendo o valor arquitetónico e patrimonial, promover a adequação das tipologias habitacionais à composição dos núcleos familiares, incentivar a criação de soluções de alojamento adequadas às novas necessidades de mobilidade e emprego e privilegiar a construção nova a custos controlados que crie ou consolide centralidades e se localize próximo a serviços e equipamentos ou tenha capacidade atrativa para a sua instalação.

Tabela 31 - Síntese - Instrumentos de política de habitação do município de Barcelos

Ref	Denominação	Descrição	Área territorial Implementação da medida	Beneficiários	Observações
M1	Reabilitação de frações ou de prédios habitacionais do município	Investimentos destinados à Estratégia Local de Habitação no valor estimado de 40 000,00€ para a reabilitação de frações ou de prédios habitacionais do município, ao abrigo do programa 1º Direto	Concelho	População residente em Barcelos em carência financeira e habitacional comprovada	ELH
M2	Construção de prédios ou de empreendimentos habitacionais no município	Investimentos destinados à Estratégia Local de Habitação no valor estimado de 13 594 366,80€ para a construção de prédios ou de empreendimentos habitacionais do município, ao abrigo do programa 1º Direto	Concelho	População residente em Barcelos em carência financeira e habitacional comprovada	ELH
M3	Aquisição de terrenos e construção de um empreendimento habitacional em regime de habitação de custos controlados	Investimentos destinados à Estratégia Local de Habitação no valor estimado de 111 040,00€ para aquisição de terrenos e de 3 016 623,68€ para a construção de um empreendimento habitacional, ao abrigo do programa 1º Direto.	Concelho	População residente em Barcelos em carência financeira e habitacional comprovada	ELH
M4	Regulamento Municipal de Apoio à Habitação Própria e Permanente	Definição de normas e procedimentos relativos ao apoio municipal à requalificação de habitação própria e permanente, com vista a colmatar as desigualdades sociais, a conferir dignidade, salubridade e conforto a habitações que se encontram em mau estado e sem cumprirem a sua efetiva função.	Concelho	População residente em Barcelos em carência financeira e habitacional comprovada	Ação Social – Regulamentos Sociais
M5	Regulamento de apoio ao arrendamento habitacional do Município de Barcelos	Definição de regras e procedimentos de Apoio ao Arrendamento Habitacional com vista a apoiar as famílias na satisfação das suas necessidades habitacionais.	Concelho	População residente em Barcelos em carência financeira e habitacional comprovada	Ação Social – Regulamentos Sociais
M6	ARU Centro Histórico	Plano Estratégico de Reabilitação Urbana que tem um conjunto de intervenções prioritárias e benefícios fiscais	Concelho	População residente em Barcelos	ARU
M7	ARU Barcelos Nascente Um	Plano Estratégico de Reabilitação Urbana que tem um conjunto de intervenções prioritárias e benefícios fiscais	Concelho	População residente em Barcelos	ARU
M8	ARU Barcelos Nascente Dois	Plano Estratégico de Reabilitação Urbana que tem um conjunto de intervenções prioritárias e benefícios fiscais	Concelho	População residente em Barcelos	ARU
M9	ARU Barcelinhos Poente	Plano Estratégico de Reabilitação Urbana que tem um conjunto de intervenções prioritárias e benefícios fiscais	Concelho	População residente em Barcelos	ARU

Fonte: ValeConsultores

A combinar com os diversos instrumentos de gestão territorial deve ser feita uma articulação, sempre que possível, com as linhas de financiamento disponíveis, seja no âmbito da Nova Geração de Políticas Habitacionais, seja ao abrigo do Plano de Avisos do Portugal 2030. Apresenta-se de seguida linhas de apoio existentes ou previstas das quais o município pode beneficiar com vista à concretização dos objetivos estratégicos e em complementaridade aos instrumentos descritos anteriormente.

Tabela 32 - Potenciais linhas de financiamento

Origem	Designação	Descrição
Nova Geração de Políticas Habitacionais	Arrendamento Acessível	Visa promover uma oferta alargada de habitação para arrendamento a preços compatíveis com os rendimentos das famílias.
	Porta 65 Jovem	Visa apoiar os jovens dos 18 aos 35 anos no arrendamento de habitação para residência permanente, atribuindo uma percentagem do valor da renda como subvenção mensal.
	Porta de Entrada	Aplica-se às situações de necessidade de alojamento urgente de pessoas que se vejam privadas, de forma temporária ou definitiva, da habitação ou do local onde mantinham a sua residência permanente ou que estejam em risco iminente de ficar nessa situação, em resultado de acontecimento imprevisível ou excecional.
	Chave na Mão – Programa de Mobilidade Habitacional para a Coesão Territorial	Facilita a mobilidade habitacional das famílias atualmente residentes em áreas de forte pressão urbana e que queiram fixar-se em territórios de baixa densidade.
	Taxas autónomas diferenciadas para os arrendamentos habitacionais com contratos de longa duração	Favorece-se, ao mesmo tempo, a oferta de habitação para arrendamento a custos acessíveis nas áreas de maior pressão da procura.
	Alterações legislativas no arrendamento urbano	Estabelecimento de taxas de IRS e reduzidas para contratos de arrendamento habitacional de longa duração, abrangendo novos contratos e renovações contratuais.
Mais Habitação	Porta 65+	Alterações legislativas destinadas a promover a estabilidade e segurança do arrendamento e a proteção dos arrendatários mais vulneráveis.
	Arrendar para Subarrendar	Apoio atribuído mediante a concessão de uma subvenção mensal, independentemente da idade dos candidatos destinada a: - Agregados com quebra de rendimentos superior a 20% face aos rendimentos dos três meses precedentes ou do mesmo período homólogo do ano anterior; - Agregados monoparentais.
	Programação da Eficiência Energética na Habitação Social	Promovido pelo IHRU, I.P. este programa destina-se a arrendar imóveis e posteriormente subarrendá-los às famílias a preços acessíveis.
Portugal 2030	Fundo Nacional de Reabilitação do Edificado (FNRE)	Melhoria da eficiência energética na habitação social com o intuito de combater a pobreza energética.
Fundo de Subfundos Fechado		Desenvolvimento e a concretização de projetos de reabilitação de imóveis para a promoção do arrendamento, em especial o habitacional, tendo em vista a regeneração urbana e o repovoamento dos centros urbanos, pretendendo alcançar, numa perspetiva de médio e longo prazo, uma valorização crescente do investimento.
Fundos Europeus Estruturais e de Investimento	IFRU	Instrumento financeiro destinado a apoiar investimentos em reabilitação urbana.

5. PLANEAMENTO SÍNTESE DE ORDENAMENTO PROSPETIVO DE HABITAÇÃO



5.1. CARTA DE PRINCÍPIOS DE HABITAÇÃO DE BARCELOS

A política operacional para a habitação deverá ser sustentada por conceitos enquadrados por princípios fundamentais orientadores das políticas e objetivos que norteiem uma visão para o município de Barcelos, em que o acesso a uma habitação digna se assume como um pilar fundamental para o presente e o futuro do concelho.

O município de Barcelos estabelece como princípios da habitação que:

1. As pessoas e famílias residentes em Barcelos têm direito a uma habitação digna;
2. A habitação e o seu acesso são elementos primordiais para a coesão social, igualdade de oportunidades e manutenção dos serviços vitais para a comunidade;
3. A política de Habitação deverá promover um território interclassista, de comunidades resilientes, que evite a segregação de pessoas e grupos por motivos de ordem económica e social;
4. O município promove um uso adequado das políticas públicas para garantir que todos os munícipes têm direito efetivo a uma habitação digna, acionando sempre que necessário, medidas de discriminação positiva;
5. O município promove uma ação concertada junto de atores locais públicos e privados na prossecução do objetivo de garantir a todos o direito a uma habitação digna;
6. O município promove respostas habitacionais que tenham como base critérios de sustentabilidade económica e ambiental e de salvaguarda paisagística;
7. O município promove políticas diferenciadas que garantam às pessoas idosas e às pessoas com deficiência, condições físicas de acesso às suas habitações;
8. O município apoia as iniciativas da comunidade local e da população que visem a promoção de respostas habitacionais dignas;
9. O município promove políticas habitacionais que contribuam para a sustentabilidade social, demográfica e económica de Barcelos;
10. O município promove soluções habitacionais assentes na valorização do território e do habitat

5.2. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS, METAS, PLANO DE INTERVENÇÃO, INTRODUÇÃO E METODOLOGIA

A complexidade e heterogeneidade inerente ao concelho de Barcelos, a nível territorial, económico e social, reflete-se no momento decisivo em que se encontra. Dentro das suas fronteiras, observam-se tendências díspares entre as suas 61 freguesias, já acima escalpelizadas, que não são apenas fruto de questões intraconcelhia, mas também das dinâmicas de cada um dos sete municípios e 4 sub-regiões que o rodeiam.

Este grande território de confluência e de chameira, entre várias realidades que é Barcelos, encontra-se numa posição em que a sua maior vantagem e contemporaneamente o seu maior fator de risco é à sua afirmação como local de escolha para a fixação de pessoas e atividades, num contexto regional de elevada competitividade.

Neste espaço municipal e intermunicipal, de grande fluidez e cruzamento de pessoas, bens e atividades económicas, o acesso à habitação assume um papel primordial no elenco de fatores estruturais que poderão influir na capacidade do concelho se tornar central neste contexto geográfico e de reforçar subsequentemente a sua coesão territorial interna.

O acesso à habitação em Barcelos está condicionado, como demonstrado nos capítulos anteriores, pelo custo da habitação, seja pelo lado do arrendamento ou aquisição, pelo reduzido mercado de arrendamento, pela oferta desajustada ao nível tipológico e dimensional e pelas externalidades negativas associadas à descontinuidade e dispersão territorial deste concelho.

A eficácia de uma estratégia habitacional para um território como Barcelos depende de uma abordagem que não se cinja meramente à providenciação de um teto, mas que contemple respostas adequadas à diversidade dos desafios acima citados e compreenda a habitação como um direito constitucional e uma ferramenta que alavanca o desenvolvimento social, económico e ambiental.

Tal desiderato implica que as medidas e programas que constam no Plano de Intervenção da presente CMH, tenham de responder a três premissas que guiem o seu desenho – Habitação, *Habitat* e Mobilidade.

Na questão da Habitação, o foco deverá incidir na disponibilização de habitação acessível, com medidas de incentivo que ultrapassem ou minimizem os fatores com impacto no preço final e na ampliação da oferta de arrendamento, eliminando entraves à fixação de novos residentes e atuais residentes e das diferentes necessidades habitacionais que surgem ao longo da vida, seja por força de questões económicas ou de alterações na configuração do agregado familiar.

A dimensão do *Habitat* tal como está explícito na Lei de Bases da Habitação, compreendido de forma genérica como proximidade a serviços, equipamentos, comércio e espaço público, assume-se como componente indissociável de uma oferta habitacional qualificada, que não repita

erros do passado, onde a não consideração deste fator aquando da edificação de complexos habitacionais, sejam de promoção pública ou privada, levou a territórios física e socialmente fragmentados e a custos de contexto elevados tanto para municípios como para munícipes. Os custos diretos associados ao negligenciar desta premissa, ou os posteriores, quando se tenta remediar com a construção de novos equipamentos e infraestruturas, obrigam a que o *Habitat* e as políticas que estimulem a sua valorização sejam contempladas no Plano de Intervenção se assumam como um critério preferencial nos Programas Especiais. Está sobretudo subjacente a compreensão que o impacto de um *Habitat* qualificado, que facilite o quotidiano dos residentes, é um fator de atração e valorização.

A terceira premissa, a Mobilidade, é a rede que irá sustentar as políticas ao nível da Habitação e *Habitat*, cerzindo um território disperso e extenso. As repercussões económicas, sociais e ambientais que a dependência do transporte privado, nomeadamente do automóvel têm no território e sobretudo nos residentes são progressivamente maiores e o maior ou menor grau de dependência inicia a ser um fator de distinção entre territórios. Assumindo o transporte público como espinha dorsal para a oferta nas deslocações de maior alcance e com a perceção clara que, além do elevado custo de investimento e de operação inerentes, a ampliação da oferta depende não apenas da vontade e recursos à escala municipal, as medidas previstas neste âmbito deverão convergir nos meios de locomoção suave. A rede de mobilidade suave, além de exigir um menor investimento, escalável, progressivo e de se apoiar no tecido existente, tem na presente estratégia um potencial de transformação elevado na oferta habitacional. Os benefícios sociais e económicos que derivam da possibilidade dos atuais e futuros residentes se poderem deslocar para as escolas, equipamentos desportivos, comércio e outros serviços, em segurança, sem os custos associados a um automóvel, sem depender de terceiros, em que os jovens ganham maior autonomia no seu quotidiano e os progenitores reduzem o número de deslocações diárias, são fatores que fazem balançar a opção aquando da escolha do local de residência.

Na presente estratégia habitacional, estas 3 premissas, que funcionam de forma articulada e interdependente, servem de sustento às medidas e programas que constam no Plano de Intervenção desta CMH, que por sua vez estão agrupadas em dois eixos de atuação: Consolidação e Diferenciação.

O Eixo de Consolidação agrupa as medidas que formam os programas LARrendar, LAR Acessível e Coesão, que respondem de forma coesa e transversal aos vários desafios elencados, numa lógica progressiva, balizada em objetivos claros e mensuráveis.

O Eixo de Diferenciação, plasmado no Programa Nova Habitação Barcelos, integrado no Plano de Intervenção e cuja proposta mais detalhada, segue em anexo nesta CMH, é a materialização do entendimento, que face à complexidade do problema do acesso à habitação no concelho e rodeado por um contexto regional de elevada competição de atração por residentes e consequente atividade, é urgente um programa dedicado à habitação distinto, cujo quadro de critérios e incentivos consistente, claro e atrativos, permita Barcelos distinguir-se dos restantes municípios.

5.2.1. Metodologia

Os quadros que estruturam o Planeamento Estratégico e de intervenção da presente Carta Municipal de Habitação de Barcelos pretendem sintetizar de forma clara e compreensível as diferentes fases, objetivos, metas e propostas. A sua sequência hierárquica é a seguinte: Objetivos Estratégicos > Metas > Proposta de Intervenção. Os objetivos estratégicos expostos, sustentados por fase de Diagnóstico e conceitualmente pela Carta de Princípios de Habitação de Barcelos, têm subjacente a multidimensionalidade associada ao fenómeno da habitação, que compreende território, sociedade e economia e que apenas uma resposta coordenada nas várias frentes poderá originar resultados relevantes. As metas, que balizam os objetivos estratégicos, e as respetivas propostas e intervenção são acionadas por um sistema de sinalização, indicadores de referência e graus de relevância cuja explanação, fundamental para a leitura do “Plano de Intervenção”, segue na tabela seguinte. É de sublinhar que as medidas propostas no Plano de Intervenção poderão implicar alterações de regulamentos e a alteração de instrumentos de gestão territorial, como PP ou PU ou alterações pontuais ao PDM.

Tabela 33 - Notas auxiliares

Localização	Designação	Descrição
OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	Indicadores de Referência	Indicadores mensuráveis cujo alcance permite aferir o cumprimento das metas ou a necessidade de ativar medidas de intervenção mais significativas ou a reavaliação das mesmas
	Relevância	Classificação do grau de pertinência da ação face ao cumprimento dos indicadores de referência
	Grau 1	Medidas de Intervenção a implementar expectáveis de cumprir as metas estabelecidas no objetivo estratégico a médio prazo e/ou de baixo nível de investimento
	Grau 2	Medidas de Intervenção a implementar caso as medidas de grau 1 se revelem insuficientes para o cumprimento das metas estabelecidas no objetivo estratégico a médio prazo e/ ou de elevado nível de investimento
PLANO DE INTERVENÇÃO	Grau 3	Medidas de Intervenção a implementar caso as medidas anteriores se revelem insuficientes para o cumprimento das metas estabelecidas no objetivo estratégico a médio prazo e/ ou motivadas por alterações significativas de indicadores, identificadas em - Problema Origem
	Problema Origem	Identificação da questão a resolver de base, ou alterações significativas de indicadores e contexto que podem despoletar outro género de medidas
PLANO DE INTERVENÇÃO	Fase	Identificação da fase em que se encontra a medida preconizada, aquando da elaboração do Plano de Intervenção
	A implementar	Medidas expectáveis de serem implementadas no período vigência da presente CMH
	Em Curso	Medidas cuja sua implantação já está em curso
	Expectante	Medidas expectantes, cuja implementação está dependente das alterações relevantes de contextos ou indicadores. Classificação que enquadra sobretudo as medidas de Grau 2 e 3.

Tabela 34 - Objetivos Estratégicos

Objetivos Estratégicos		Metas	Indicadores Referência
1	Assegurar o acesso a uma habitação adequada a todos os atuais e futuros munícipes de Barcelos	1.1 Promover o acesso a habitação condigna e acessível pela via do arrendamento com taxa de esforço sustentável	Média de taxa de esforço máximo de 30%
		1.2 Promover o acesso a habitação condigna e acessível pela via da Aquisição com taxa de esforço sustentável	Média de taxa de esforço máximo de 30%
2	Garantir a sustentabilidade e dinamismo demográfico, social e económico de Barcelos através das políticas habitacionais	2.1 Garantir a sustentabilidade social e demográfica do Município de Barcelos	Cumprimento do Cenário Central de evolução demográfica da população residente previsto para 2031 na CMH
		2.2 Manutenção da tendência de aumento demográfico	Evolução da população residente
3	Promover a resolução de todas as situações de carência habitacional grave	3.1 Resolução das situações identificadas de carência habitacional grave - precariedade, inadequação, insalubridade, sobrelocação	Diagnóstico atualizado de necessidades habitacionais ELH
		3.2 Qualificação do Parque de Habitação Social Municipal	90% fogos de habitação social com classificação estado de conservação Bom (segundo tabelas usadas no quadro no NRAU)
4	Promover políticas habitacionais que assegurem a Inclusão Social, a coesão Territorial	4.1 Promoção de comunidades e unidades de vizinhança socialmente coesas, interclassistas, por todo o território de Barcelos	Indicadores económicos e sociais (rendimento, escolaridade, apoios sociais, demográficos) por Unidade Territorial, com desvio máximo 20% da média concelha
		4.2 Garantia de acesso na proximidade a infraestruturas e equipamentos coletivos, serviços públicos essenciais, comércio de bens de primeira necessidade e às redes de transporte e comunicações – Habitat	Garantia de acesso a menos de 15 minutos de distância, por meios de locomoção suave a serviços de saúde; de apoio educativo e social; comércio e proximidade e a TP (indicador movimentos pendulares)
		4.3 Garantia às Pessoas de habitação adequada e adaptada às suas condições de saúde e mobilidade	Alinhar com média europeia de jovens adultos entre os 25-34 anos que vivem com os pais - Eurostat 80% de cidadãos com deficiência, sinalizados pelos Serviços de Ação Social, com condições de acessibilidade nas respetivas habitações

		Metas	Indicadores Referência
5	Promover políticas habitacionais que assegurem a sustentabilidade ambiental e económica	5.1 Implementação do Programa Piloto – Modelo Espaço Habitat	Nº de habitações novas enquadradas no Programa Modelo Espaço Habitat
		5.2 Eficiência Energética das Habitações / Resposta a Alterações Climáticas	Cumprimento de critérios com base em "Evaluating the Impact of Nature-based Solutions: A Handbook for Practitioners European Commission "
		5.3 Otimização das infraestruturas existentes - espaço público e redes	Critério Preferencial não quantificado
		5.4 Garantia de acesso na proximidade a redes de transportes públicos	Cobertura da rede de TP intraconcelhia em todas as freguesias
6	Fomentar uma política habitacional colaborativa, participada e avaliativa	6.1 Monitorização da evolução e atualização da Política Habitacional do Município de Barcelos	Implementação de Base de dados atualizada de apoio ao Modelo de Acompanhamento da CMH até 2030
		6.2 Implementação do Observatório local de habitação e reabilitação Urbana de Barcelos previsto na ELH	Observatório
		6.3 Colaboração do setor privado, cooperativo e social nas intervenções a desenvolver	Critério não quantificável
		6.4 Promoção de mecanismos de participação e discussão das políticas habitacionais abertas aos cidadãos, associações e comissões de moradores	Mínimo 1 evento público / ano

Fonte: ValeConsultores

Tabela 35 - Plano de Intervenção

Metas	Indicadores Referência	Proposta de Intervenção	Relevância	Problema Origem	Fase	Entidades Envolvidas
1.1	Promover o acesso a habitação condigna e acessível pela via do arrendamento com taxa de esforço sustentável	1 - A	Definição e divulgação de incentivo regulamentar a privados – que invistam na construção desde que afetem uma parte ao mercado de arrendamento acessível – Programa LARrendar	Grau 1	Expectante	CM Barcelos Estado Central
		1-B	Promoção de Incentivos através de benefícios fiscais e descontos nas taxas de reabilitação, com a expansão a territórios com densidade populacional inferior à média da sub-região do Quadro Normativo de benefícios fiscais das ARU/ORU e elaboração de quadro de benefícios fiscais para a nova construção	Grau 1	Expectante	CM Barcelos Estado, privados, setor cooperativo
		1-C	Arrendamento de habitação degradada a baixo custo para reabilitação por parte do Município para subarrendamento a preços acessíveis – Programa LARrendar	Grau 2	Expectante	CM Barcelos Estado Central
1.2	Promover o acesso a habitação condigna e acessível pela via da Aquisição com taxa de esforço sustentável	1-D	Promoção da reabilitação e reconversão do parque edificado existente (grandes dimensões) ajustado às tipologias dos agregados familiares para colocar no mercado (redução m² a refletir na redução do preço final de mercado) – LAR Acessível	Grau 2	A implementar	CM Barcelos Estado, privados, setor cooperativo
		1-E	Venda de lotes infraestruturados a preços reduzidos a investidores desde que o projeto preveja uma percentagem mínima de habitações para arrendamento acessível	Grau 2	Expectante	CM Barcelos Estado, privados, setor cooperativo

Metas	Indicadores Referência	Proposta de Intervenção	Relevância	Problema Origem	Fase	Entidades Envolvidas
2.1	Garantir a sustentabilidade social e demográfica do Município de Barcelos	2-A	Grau 3	Não concretização do cenário Central de evolução demográfica da população residente previsto para 2031 na CMH	Em curso	CM Barcelos Privados, setor cooperativo
				Evitar o aumento do índice de envelhecimento, por via da oferta de habitação acessível, de forma a garantir a sustentabilidade demográfica a médio prazo		
2.2	Manutenção da tendência de aumento demográfico	2-B	Grau 3		Expectante	CM Barcelos Estado Central
3.1	Resolução das situações identificadas de carência habitacional grave - precariedade, inadequação, insalubridade, sobrelotação	3-A	Grau 2	Diagnóstico ELH 2021	Em curso	CM Barcelos Estado Central, terceiro setor
		3-B	Grau 2	Diagnóstico ELH 2021	Em curso	CM Barcelos Estado Central
		3-C	Grau 2	Diagnóstico ELH 2021	Em curso	CM Barcelos Estado Central
3.2	Qualificação do Parque de Habitação Social Municipal	3-D	Grau 2	Maioria dos edifícios de habitação social com mais de 30 anos	Expectante	CM Barcelos Estado Central

Metas	Indicadores Referência	Proposta de Intervenção	Relevância	Problema Origem	Fase	Entidades Envolvidas
4.1	Indicadores económicos e sociais (rendimento, escolaridade, apoios sociais, demográficos) por Unidade Territorial, com desvio máximo 20% da média concelhia	4-A Majoração do índice de edificabilidade em operações urbanísticas, se destinarem pelo menos 25% da sua edificabilidade a habitação acessível por um prazo mínimo de 25 anos – via revisão do RMUE, Regulamento de Taxas, alteração do PDM ou elaboração de planos de outra ordem	Grau 1	Evitar a consolidação de unidades territoriais antagónicas em termos de rendimento e outros indicadores sociais relevantes, que possam originar um território fragmentado	Expectante	CM Barcelos Estado, privados, setor cooperativo
		4-B Promoção da construção de Habitação pelo setor cooperativo com a redução de encargos urbanísticos, a fixar em regulamento municipal				
4.2	Garantia de acesso na proximidade a infraestruturas e equipamentos coletivos, serviços públicos essenciais, comércio de bens de primeira necessidade e às redes de transportes e comunicações – Habitat	4-C Redução de encargos urbanístico em operações urbanísticas que promovam o comércio de rua e/ou ampliem as áreas de utilização pública e espaços verdes – via revisão do RMUE e Regulamento de Taxas	Grau 1	Evitar a existência de áreas habitacionais sem espaços de convivência e acesso à aquisição de bens de primeira necessidade por meios de locomoção suave	A implementar	CM Barcelos Estado central, privados, setor cooperativo
		4-D Estabelecimento de uma rede de mobilidade suave de conexão a equipamentos e serviços de referência				
4.3	Garantia às Pessoas de Habitação adequada e adaptada às suas condições de saúde e mobilidade	4-E Colmatação das situações identificadas de inadequação nas acessibilidades nas habitações de pessoas deficientes	Grau 2	Diagnóstico ELH 2021	Expectante Em curso	CM Barcelos Estado Central

Metas	Indicadores Referência	Proposta de Intervenção	Relevância	Problema Origem	Fase	Entidades Envolvidas
4.3	Garantia às Pessoas de habitação adequada e adaptada às suas condições de saúde e mobilidade	80% Pessoas Idosas e com deficiência sinalizadas pelos Serviços de Ação Social, com habitação adequada e adaptada às suas condições de saúde e mobilidade nas respetivas habitações	4-F	PIH – Programa Intervenção em Habitações de apoio para intervenções em habitações em situação de inadequação para pessoas idosas e/ou com deficiência	Grau 1	Para as situações Pós-Diagnóstico ELH 2021
					Em curso	CM Barcelos
						Estado central, IPSS
5.1	Implementação do Programa Piloto – Modelo Novo Habitat Barcelos	5-A	Quadro de critérios construtivos e de habitat e definição de benefícios para promotor e beneficiários	Grau 2	Desfasamento da oferta. Heterogeneidade da ocupação. Dispersão dos serviços e equipamentos. Forte dependência do transporte privado. % de Movimentos pendulares para fora do concelho	Expectante
		5-B	Divulgação e mobilização de investidores	Grau 2	Desfasamento da oferta. Heterogeneidade da ocupação. Dispersão dos serviços e equipamentos. Forte dependência do transporte privado. % de Movimentos pendulares para fora do concelho	Expectante
						Estado central, privados, setor cooperativo

Metas	Indicadores Referência	Proposta de Intervenção	Relevância	Problema Origem	Fase	Entidades Envolvidas
5.2	Eficiência Energética das Habitações / Resposta a Alterações Climáticas	5-C	Grau 1	Sustentabilidade ambiental e energética associada à gestão de água, resiliência climática e riscos climáticos	Expectante	CM Barcelos Estado Central
5.3	Otimização das infraestruturas existentes - espaço público e redes	5-D	Grau 1	Otimização das infraestruturas existentes e regeneração do tecido urbano	A implementar	CM Barcelos Privados, setor cooperativo
5.4	Garantia de acesso na proximidade a redes de transportes públicos	5-E	Grau 3	Risco de desigualdade de oportunidade e de coesão territorial	A implementar	CM Barcelos Estado Central, privados
6.1	Monitorização da evolução e atualização da Política Habitacional do Município de Barcelos	6-A	Grau 1	Garantir o cumprimento das metas da CMH e a sua adaptação a novas circunstâncias sociais, económicas ao longo da vigência da CMH	Em curso	CM Barcelos Estado Central
6.2	Implementação do Observatório Local de Habitação e Reabilitação Urbana de Barcelos	6-B	Grau 1	Garantir o cumprimento das metas da CMH com monitorização constante, com dados atualizados que permitam antecipar tendências e políticas	A implementar	CM Barcelos Estado Central

Metas	Indicadores Referência	Proposta de Intervenção	Relevância	Problema Origem	Fase	Entidades Envolvidas	
6.3	Colaboração do setor Privado, Cooperativo e Social nas intervenções a desenvolver	6-C	Criação de Lista Agentes e Parceiros Privados, Cooperativos e Sociais, com critérios Elaboração de critérios de cooperação numa perspetiva evolutiva e dinâmica	Grau 1	Diversificação de promotores e capital para a concretização das metas habitacionais da CMH	Em curso	Estado Central, privados, setor cooperativo e social CM Barcelos
6.4	Promoção de mecanismos de participação e discussão das políticas habitacionais abertas aos cidadãos, associações e comissões de moradores	6-D	Criação de Observatório Local de Habitação e Reabilitação Urbana de Barcelos	Grau 1	Envolvimento da população e das instituições no processo de decisão e discussão	Expectante	Estado Central, privados, setor cooperativo e social CM Barcelos

Fonte: ValeConsultores

5.3. MODELO NOVO *HABITAT* BARCELOS

5.3.1. Preâmbulo

No âmbito da elaboração da CMH, as especificidades de Barcelos, os seus desafios demográficos, sociais e económicos, o seu contexto geográfico e sobretudo a diversidade de realidade e dinâmicas internas sublinhou a necessidade de desenhar uma nova forma de promover a habitação acessível no município que fosse além do objetivo de proporcionar um teto para os seus munícipes.

O programa aqui apresentado, pretende também ser um incentivo à fixação de indivíduos e famílias, através de uma nova oferta habitacional acessível objetivamente do ponto de vista económico, integrada numa visão em que o contexto - o *habitat* - onde a residência se insere responda às necessidades dos seus habitantes, sejam uma mais valia no seu quotidiano tanto no plano social, como económico e promovam o reforço do tecido social e construído do concelho e a sua competitividade no contexto da região.

Tal desiderato só será possível alcançar com a definição de requisitos e incentivos que, por um lado, garantam que a oferta habitacional cumpra os objetivos de acessibilidade a nível económico, urbano e social e que o quadro de incentivos promova a participação e investimento do setor privado e cooperativo, em consonância com a estratégia delineada pelo município.

5.3.2. Enquadramento – Definição de objetivos programáticos

A definição dos objetivos materiais e imateriais deste programa e o subsequente quadro de requisitos e incentivos, pretendem responder diretamente a alguns dos problemas identificados relativos ao acesso à habitação nas fases 1 e 2 da presente CMH. Das várias questões identificadas e relacionadas com a Habitação no concelho de Barcelos, surge um conjunto de respostas articuladas, plasmadas em várias medidas do Plano de Intervenção desta CMH, do qual este Programa é parte integrante. As problemáticas a que se pretende especificamente dar resposta são:

- Custo de Habitação, pelo lado da aquisição e do arrendamento, fora do alcance dos recursos económicos de uma franja significativa da população;

- Oferta habitacional existente desajustada, a nível tipológico e dimensional, com impacto no custo final da habitação;
- Reduzida oferta habitacional ao nível do arrendamento, com impacto na mobilidade de atuais e futuros residentes e na atratividade económica;
- A dispersão territorial característica de Barcelos, por vezes com uma descontinuidade entre áreas habitacionais, equipamentos e serviços acentuada externalidades negativas, tais como:
 - custos económicos e sociais indiretos com a habitação, a dependência do transporte privado para aceder a equipamentos, comércio e serviços;
 - o tempo despendido nessas deslocações e o impacto nas famílias, dada a necessidade de supervisão e acompanhamento de um adulto nessas deslocações;
 - menor acesso a áreas de convívio comunitário e fruição e sem necessidade de consumir ou pagar, acesso de proximidade que promova a interação social em contraponto com o progressivo isolamento social reforçado pela dimensão tecnológica.
- Emergência de teletrabalho e outras atividades com novas exigências espaciais.

Enquadrados os desafios que este Modelo se propõe ultrapassar, importa definir os objetivos a que se propõe:

- Criação de oferta de habitação no conceito *Espaço Habitat* com taxas de esforço abaixo dos 35% e abaixo do preço médio de mercado;
- Oferta de habitação para aquisição no conceito *Espaço Habitat* com taxas de esforço adequadas 10% abaixo do preço médio de mercado;
- Ampliação da oferta habitacional para Arrendamento acessível com gestão municipal;
- Promoção de comunidades integradas no tecido urbano, com áreas públicas qualificadas;
- Promoção de espaços de interação comunitária, complementares, flexíveis, adaptados às novas formas de trabalhar;
- Redução dos custos indiretos económicos da habitação com a proximidade a serviços, equipamentos e transportes;
- Promoção de soluções de mobilidade suave para as deslocações quotidianas, com impactos positivos ao nível económico e na autonomia dos elementos do agregado familiar;
- Mais coesão Social e territorial.

5.3.3. Futuro quadro regulamentar de requisitos e incentivos - proposta

Definidos os objetivos programáticos deste Modelo, será explanada a proposta que servirá de base ao futuro quadro regulamentar de requisitos e incentivos com os quais se pretende materializar as metas traçadas e atrair investimento em habitação acessível no concelho. As medidas abaixo explanadas preveem a sua aplicação no âmbito do PDM, regulamentos municipais e restantes instrumentos de gestão territorial, nos quais as exceções ao regulamento do PDM e outros regulamentos previstos neste Modelo deverão ser posteriormente vertidos.

O **modelo NHB** rege-se por critérios quantitativos e qualitativos, adaptáveis à morfologia de cada lugar onde forem aplicados, em consonância com a diversidade do território barcelense, que incentiva à diversidade de soluções construtivas, formais e urbanísticas e à inovação como fator de diferenciação e competitividade.

A aplicação destas medidas obedece a uma estrutura de requisitos e incentivos, interdependentes para que uma operação urbanística possa beneficiar de vantagens regulamentares, fiscais e económicas deste modelo. O desenho destas medidas tem subjacente uma ideia de redução do peso de fatores que têm impacto no custo final da habitação, da minimização de constrangimentos processuais que estendem o tempo de implementação de nova habitação e decorrentes do investimento, e de incentivos económicos claros para os promotores destas operações urbanísticas, de forma a que se promova o investimento e que o racional económico associado a estas operações sustente uma oferta de habitação acessível, com escala, qualidade e com impacto positivo nas pessoas e território de Barcelos.

5.3.4. Requisitos

Os requisitos que definem os objetivos a alcançar, estão divididos em 2 subgrupos:

- Habitação;
- *Habitat*.

No subgrupo Habitação, estão compilados os requisitos que moldam a oferta no que diz respeito à operação em si, seja a edificação, sejam os espaços adjacentes. Tal como sublinhado anteriormente, nestes requisitos, a qualidade e o custo da habitação, a promoção de espaço exterior de uso público de qualidade, uma aposta no caráter multifuncional dos empreendimentos que sirvam os seus habitantes e do tecido urbano envolvente e soluções ambientais sustentáveis serão incentivados.

No subgrupo *Habitat* estão contemplados os requisitos onde estas operações poderão ocorrer. Com o entendimento de *Habitat* suportado pelos artigos 14º e 15º da Lei n.º 83/2019 de 3 de setembro Lei de Bases da Habitação, pretende-se estabelecer critérios que suportem a localização destes novos empreendimentos habitacionais em áreas servidas com equipamentos e serviços, adaptáveis à dispersão e multipolaridade do território de Barcelos.

Estes requisitos relacionados com o *Habitat*, que serão territorializados em cartografia anexa, têm um caráter objetivo, mensurável e dinâmico, pois a progressiva edificação e instalação de serviços e equipamentos poderá ampliar as áreas suscetíveis de receberem operações deste género.

Os requisitos em cada um dos dois subgrupos –Habitação e *Habitat* – poderão ter um caráter vinculativo ou não vinculativo.

Por carácter vinculativo, entende-se que o cumprimento deste requisito é condição obrigatória para o empreendimento ser integrado neste modelo e usufruir dos incentivos.

Os requisitos não vinculativos, embora não obrigatórios, serão considerados uma boa prática e poderão funcionar como critério de desempate perante propostas que disputem os mesmos recursos.

Tal como referenciado no ponto 5.3.3. os parâmetros aqui definidos poderão ser verificados em instrumentos de gestão territorial, tais como PP e PU ou outros instrumentos que se vejam adequados para o efeito.

REQUISITOS		HABITAÇÃO
Nome	REQ 01 -Habitação	Limites máximos de área bruta por fogo
Vinculativo		
Descrição		a) As áreas dos fogos deverão ter como limite máximo as áreas definidas no artigo 4º da portaria n.º 281/2021 de 3 de dezembro; b) Nestas áreas não são consideradas terraços, varandas, áreas técnicas para o índice de utilização do solo.
Observações:		- Pretende-se com estes limites conter a dimensão excessiva da oferta habitacional no concelho, com impacto direto no preço final da construção; - A exclusão das áreas exteriores, cobertas ou não, pretende incentivar a oferta de áreas exteriores de uso privado, de custo de edificação inferior.

Nome	REQ 02 - Habitação	Área Multifuncional - PARTILHA
	Vinculativo	
Descrição		a) Cada empreendimento habitacional deverá contemplar uma ou várias áreas multifuncionais, denominadas de PARTILHA, cuja área total seja igual ou superior a 10% da totalidade das áreas dos fogos, conforme definido em REQ 01; b) Esta área de PARTILHA, até ao limite definido na alínea a) não é contabilizada para o índice de utilização do solo até ao limite de área equivalente a 10% da totalidade das áreas dos fogos, conforme definido em REQ 01; c) Deverão ser acessíveis do exterior; d) A sua gestão será do condomínio e acessível a todos os condóminos; e) O espaço de PARTILHA poderá ser acessível a pessoas externas ao condomínio em parte ou na sua totalidade; f) A exploração de uma parte do espaço PARTILHA, a definir pelo condomínio, poderá ser efetuada por uma entidade externa; g) A(s) área(s) de PARTILHA deverão ser interiores, cobertas, infraestruturadas (luz, água e eletricidade).
	Observações:	- O espaço PARTILHA tem como objetivo ser um espaço multifuncional, onde se possam instalar por exemplo, áreas de <i>coworking</i> para os residentes, salas para eventos, aulas, convívio, ginásio etc. - A existência destes espaços complementares às residências, permite incluir funções adequadas às necessidades do contexto local, económico e social e incentiva a interação e a convivência entre residentes, cooperação, espaços de vizinhança e a coesão social.
Nome	REQ 03 - Habitação	Comércio
	Vinculativo	
Descrição		a) Cada empreendimento habitacional poderá contemplar áreas afetadas a Comércio, conforme definido em REQ 01; b) Se estas áreas de Comércio, totalizarem uma área que seja igual ou inferior a 10% da totalidade das áreas dos fogos até ao limite definido na alínea a) do REQ01, estas não serão contabilizadas para o índice de utilização do solo; c) Nestes empreendimentos, a área dedicada a comércio não pode exceder 30% da totalidade das áreas dos fogos; d) Deverão ser acessíveis do exterior, preferencialmente pelos arruamentos ou espaços de utilização coletiva; e) A exploração de uma parte do espaço Comércio, poderá ser efetuada por uma entidade externa.
	Observações:	- Pretende-se incentivar a construção de edifício multifuncional, que sirva os habitantes e o tecido urbano envolvente; - Incentivar o comércio de proximidade, de forma a evitar a necessidade de grandes deslocações ou o uso do automóvel para compras quotidianas; - Pretende-se possibilitar um maior equilíbrio financeiro aos promotores privados e cooperativos, que compense os requisitos ao nível de habitação, custo, espaço público e de partilha, ambientais e inserção urbana.

Nome	REQ 04 -Habitação	Dimensão Construtiva e Ambiental
	Vinculativo / Não Vinculativo	
Descrição		a) Nature Based Solutions (NBS) - de pelo menos duas soluções NBS, que cumpram com os critérios com base na publicação "Evaluating the Impact of Nature-based Solutions: A Handbook for Practitioners -European Commission"; b) Deverá ser implementada pelo menos uma solução NBS no edificado e outra no espaço de utilização coletiva; c) Priorizar as soluções de eficiência energética passiva através dos elementos passivos, (isolamento de paredes, coberturas e envidraçados) em detrimento dos sistemas ativos (equipamentos de AQS e climatização) - não vinculativa.
Observações:		- Incentivar maior sustentabilidade ambiental e energética associada à gestão de água, resiliência climática e riscos climáticos; - Incentivar soluções de maior qualidade e durabilidade em termos construtivos com maior enfoque na eficiência energética passiva, em detrimento das soluções passivas, que obrigam a elevado investimento económico, elevados custos de manutenção e a inevitável obsolescência destes equipamentos.

Nome	REQ 05 -Habitação	Parâmetros de Edificabilidade - Espaço Público
	Vinculativo	
Descrição		a) As áreas para espaços de utilização coletiva deverão totalizar as dimensões previstas no quadro I do Art.º 85 do regulamento do PDM, com alterações nas definições: Espaços de utilização coletiva – 28 m²/120m² a.t.c. Equipamentos de utilização coletiva – 35 m²/120m² a.t.c. b) Os espaços de utilização coletiva podem ou não ser verdes. c) O promotor pode negociar com a CM de Barcelos que o espaço coletivo não tenha de ter espaço para equipamento, sendo esta área integrada na categoria de Espaço de utilização coletiva. d) Os espaços de utilização coletiva, seja com rácio de 28 m²/120m² a.t.c. ou de 63m²/120m² a.t.c. (de acordo com a alínea c), deverão ser constituídos por espaços verdes em 50% da sua superfície.
Observações:		- Pretende-se com estes critérios criar espaços públicos com dimensão qualificada, como praças e jardins, que permitam a construção de praças e largos, onde as famílias e as pessoas se possam encontrar e as crianças brincar em segurança, numa estrutura urbana dominada por espaços públicos lineares, pela rua, pela estrada, sujeitas ao tráfego automóvel; - A alínea c permite à Câmara e promotores a possibilidade de, se for esse o entendimento, apostar em espaços públicos mais generosos, sem atravessamento automóvel, em locais onde não sejam necessários mais equipamentos (a proximidade aos equipamentos é um dos requisitos deste Modelo).

Nome	REQ 06 - Habitação	Estacionamento
	Não Vinculativo	
Descrição	a) Isenção dos critérios de estacionamento para estacionamento privado e público que constam no quadro ii do artº 88 do regulamento do PDM; b) Limite de 1 lugar/fogo; c) A Câmara Municipal pode aceitar soluções alternativas para o cumprimento dos critérios de estacionamento em uso habitacional, se num raio de 500 metros existir dotação de lugares suficientes para servir o empreendimento; d) A Câmara Municipal pode aceitar a não dotação de lugares de estacionamento ou um rácio inferior ao previsto na alínea b) se for demonstrado que o empreendimento é servido na sua proximidade por transportes públicos com oferta suficiente face ao acréscimo de habitantes, resultante do empreendimento habitacional. - Pretende-se com estes critérios reduzir custos de construção associados à dotação de estacionamento, seja em garagens ou à superfície; - Priorizar o espaço público dedicado a caminhos, praças e espaços verdes; - Priorizar o uso do Transporte Público e os meios de locomoção suave para as deslocações diárias, por motivos económicos e ambientais.	
Observações:		
Nome	REQ 07 - Habitação	Inserção Urbana
	Não Vinculativo	
Descrição	a) Os empreendimentos habitacionais deverão preferencialmente utilizar a infraestrutura urbana existente ao nível de arruamentos; b) As áreas de espaço público a criar, definidas no REQ05, deverão comunicar diretamente com o espaço público, em continuidade com os arruamentos adjacentes; c) Deverá ser priorizada a conectividade pedonal entre o empreendimento, o seu espaço público de utilização coletiva e os espaços públicos adjacentes; d) A conectividade pedonal ou de meios de locomoção suave deverão ser desenhados de forma a garantir continuidade de fluxos, sem zonas sem saída e integradas na rede urbana de proximidade. - O pressuposto deste requisito é o de otimizar a infraestrutura viária existente, reduzir os custos com loteamento e urbanização e em vias com acesso automóvel mais sujeitas ao desgaste imposto pelos veículos motorizados; - Priorizar áreas de convívio, a ampliação do espaço público afeto às pessoas, às crianças e idosos em particular; - Dar prioridade à criação de uma rede de acesso pedonal e de meios de locomoção suave, que ligue os empreendimentos, serviços e tecido urbano entre si, que permita a preferência pelos meios suaves para as deslocações quotidianas em segurança.	
Observações:		

Nome	REQ 08 - Habitação	Custo habitação
	Vinculativo	
Descrição	Para as habitações integradas nestes empreendimentos, o preço de venda ou arrendamento deverá ser pelo menos 10% abaixo do preço médio de mercado no cancelho; O preço médio deverá ser aferido à data de submissão do processo e à data de conclusão da construção; Os valores considerados devem ser aferidos consoante definido no diagnóstico da presente CMH, e indicados nas medidas 6A e 6B do Plano de Intervenção desta CMH.	
Observações:	- Pretende-se garantir que estes empreendimentos geram uma oferta habitacional competitiva ao nível de preço, seja de aquisição ou arrendamento; - Repercutir os benefícios e isenções a que estes empreendimentos podem aceder no preço final da habitação.	

REQUISITOS		HABITAT
------------	--	---------

Nome	REQ 09 - Habitat	Comércio e Serviços - Distância
	Vinculativo	
Descrição	a) Os empreendimentos habitacionais deverão estar a uma distância inferior a um raio de 1,5km ou 15 minutos por meios de deslocação suave a zonas de comércio e serviços, nomeadamente comércio alimentar.	
Observações:	- Incentivar o comércio de proximidade, de forma a evitar a necessidade de grandes deslocações ou o uso do automóvel para compras quotidianas.	

Nome	REQ 10 - Habitat	Estabelecimentos de ensino - Distância
	Vinculativo	
Descrição	Os empreendimentos habitacionais deverão estar a uma distância inferior a um raio de 1,5km ou 15 minutos por meios de deslocação suave a estabelecimentos de ensino; Os empreendimentos habitacionais deverão estar a uma distância inferior a um raio de 1,5km ou 15 minutos por meios de deslocação suave de paragem de transporte público que garanta ligação direta a estabelecimentos de ensino.	
Observações:	- Evitar a necessidade de grandes deslocações ou o uso do automóvel ou o acompanhamento de adultos para os percursos casa-escola; - Incentivar a autonomia dos jovens, libertando os encarregados de educação, diminuindo o tráfego e as horas de ponta junto das escolas.	

Nome	REQ 11 - Habitat	Equipamentos de Saúde - Distância
Vinculativo		
Descrição	Os empreendimentos habitacionais deverão estar a uma distância inferior a um raio de 1,5km ou 15 minutos por meios de deslocação suave de paragem de transporte público que garanta ligação direta ao equipamento de saúde.	
Observações:	- Proximidade a serviços essenciais sem recurso ao automóvel, como equipamentos de saúde.	

Nome	REQ 12 - Habitat	Transportes Públicos - Distância
Vinculativo		
Descrição	Os empreendimentos habitacionais deverão estar a uma distância inferior a um raio de 1,5km ou 15 minutos por meios de deslocação suave de paragem de transporte público que garanta ligação direta a estabelecimentos de ensino, equipamentos de saúde, desportivos e áreas comerciais	
Observações:	- Prioridade ao uso de transporte público em detrimento do transporte privado, com benefícios económicos na economia familiar (estimativa de 261€/mês de custo manutenção automóvel); - Incremento ao nível da qualidade ambiental, seja do ar e menor ruído.	

Nome	REQ 13 - Habitaf	Equipamentos desportivos - Distância
Vinculativo		
Descrição		
Observações:		

Nome	REQ 14 - Habitat	Mobilidade Suave
Vinculativo/Não Vinculativo		
Descrição	Os empreendimentos habitacionais estarem integrados e conterem percursos de mobilidade suave, articulados com o espaço público e de utilização coletiva; Deverá ser garantida a conectividade em modos suaves com a envolvente urbana; Deverão ser garantidos percursos contínuos em mobilidade suave dos empreendimentos habitacionais aos serviços e equipamentos definidos em REQ 09, REQ 10, REQ 12 e REQ 13 – não vinculativo.	
Observações:	- Prioridade à mobilidade suave em detrimento do transporte privado, com benefícios económicos na economia familiar (estimativa de 261€/mês de custo manutenção automóvel); - Incremento ao nível da qualidade ambiental, seja do ar e menor ruído; - Incentivar a autonomia dos jovens e dependência do transporte automóvel para as deslocações quotidianas; - A alínea c) não é vinculativa porque o seu cumprimento depende de investimentos da CM de Barcelos e de um plano que articule esta rede.	

5.3.5. Incentivos

O quadro de incentivos, dirigido aos promotores que poderão ser públicos, privados e do setor cooperativo, está como exposto anteriormente dependente do cumprimento estrito dos requisitos acima expostos.

O quadro de incentivos está dividido em 2 subgrupos, que se distinguem na posse do terreno onde será implantado o empreendimento de modelo NHB e no destino a que serão afetos parte dos fogos edificados.

- Incentivos NHB - A

Neste subgrupo, o terreno é da posse do promotor, seja este público, privado ou cooperativo e os fogos edificados serão destinados a aquisição ou arrendamento, com valores inferiores ao definido no REQ 08 – Custo.

- Incentivos NHB - B

Neste subgrupo, o terreno é cedido pela CM de Barcelos ao promotor, seja este público, privado ou cooperativo e os fogos edificados serão uma parte destinados a aquisição ou arrendamento, com valores inferiores ao definido no REQ 08 – Custo. Pelo menos 20% dos fogos serão destinados a arrendamento acessível, arrendados ao Município por um período de 25 anos, que por sua vez subarrenda ao beneficiário. Os custos de manutenção das áreas comuns e exteriores serão da responsabilidade do promotor e a manutenção dos interiores ao encargo do município. No final dos 25 anos o Município tem direito à cedência sem encargos destes fogos.

Quadro de Incentivos		Incentivos NHB - A
Nome	NHB -A -01	Majoração do Índice de utilização do solo em 20%
Descrição		
Nome	NHB -A -02	A área de PARTILHA (REQ02), até ao limite definido na alínea a) não é contabilizada para o índice de utilização do solo até ao limite de área equivalente a 10% da totalidade das áreas dos fogos, inclusive considerando a majoração descrita em NHB-A-1
Descrição		
Nome	NHB -A -02	Se as áreas de Comércio (REQ03), totalizarem uma área que seja igual ou inferior a 10% da totalidade das áreas dos fogos até ao limite definido na alínea a), do REQ01, estas não serão contabilizadas para o índice de utilização do solo, inclusive considerando a majoração descrita em NHB-A-1
Descrição		
Nome	NHB -A -03	Isenção de Taxas municipais e fiscais, acordo com o atual enquadramento legal e via revisão do RMUE e Regulamento de Taxas
Descrição		
Nome	NHB -A -04	Prioridade na apreciação de projeto nos serviços de Urbanismo
Descrição		

Quadro de Incentivos		Incentivos NHB - B
Nome	NHB -B -01	Cedência de terreno Municipal para a edificação de empreendimentos de modelo NHB
Descrição		
Nome	NHB -B -02	Majoração do índice de utilização do solo em 25%
Descrição		
Nome	NHB -B -03	A área de PARTILHA (REQ02), até ao limite definido na alínea a) não é contabilizada para o índice de utilização do solo até ao limite de área equivalente a 10% da totalidade das áreas dos fogos, inclusive considerando a majoração descrita em NHB-A-1
Descrição		
Nome	NHB -B-04	Se as áreas de Comércio (REQ03), totalizarem uma área que seja igual ou inferior a 10% da totalidade das áreas dos fogos até ao limite definido na alínea a), do REQ01, estas não serão contabilizadas para o índice de utilização do solo, inclusive considerando a majoração descrita em NHB-A-1
Descrição		
Nome	NHB -B -05	Isenção de Taxas municipais e fiscais, acordo com o atual enquadramento legal e via revisão do RMUE e Regulamento de Taxas
Descrição		
Nome	NHB -B-06	Prioridade apreciação de projeto nos serviços de Urbanismo
Descrição		

[illegible]

Rede de Saúde
Rede de Influência da Rede Cultural
Rede Cultural
Rede de Influência da Rede de Supermercados
Rede de Supermercados
Rede de Influência da Rede de Desporto
Rede de Desporto

Área de influência da Rede de Transportes
Rede Rodoviária
REN e RAN
Edificado
Freguesia

Escala 1:25000

GOO GOOZIE

000,0000-

CHINESE EDITION

32000.000

000'00001-

000'00084-

200000.000

2,080,000.000

216000.000



Municipio de Barcelos
Informações:
Morada: Largo de Município 4500-201
Barcelos
Tel.: 253 809 600
Email: geral@cm-barcelos.pt
Website: www.cm-barcelos.pt

Date: 10/10/2024

44

Tabela 36 - Quadro síntese das medidas - programas a implementar

Programas a implementar		Proposta do Plano de Intervenção
1	Programa LARrendar	1 - A 1 - B 1 - C 1 - F 2 - B
2	Programa LAR acessível	1 - D 1 - F 2 - A 4 - B 5 - D
3	Programa Coesão	2 - A 2 - B 3 - A 3 - B 3 - C 3 - D 4 - A 4 - B 4 - C 4 - D 4 - E 5 - D 5 - E
4	Programa Novo Habitat Barcelos	5 - A 5 - B 5 - C
5	Programa Monitorizar Habitat	6 - A 6 - B 6 - C 6 - D

5.4. CRONOGRAMA

Apresenta-se de seguida o cronograma das medidas que incorporam a proposta da Carta Municipal de Habitação de Barcelos para os próximos 10 anos. Ao longo do período estão patentes as medidas em curso atualmente, e que assumem caráter contínuo a prazo, a par das medidas a implementar e ainda as medidas expectantes de acordo com o decurso dos cenários possíveis. Estas medidas apresentam-se por grau de relevância. De referir de acordo com a evolução das dinâmicas populacionais, sociais e económicas poderão, de acordo com a monitorização a efetuar ao plano de intervenção, assumir graus de importância diferentes ao longo da sua implementação. Neste cronograma estão também indicados os momentos de monitorização que constam no modelo de acompanhamento, monitorização e avaliação desta Carta Municipal de Habitação.

Legenda CRONOGRAMA

Medida de Grau 1

Medida de Grau 2

Medida de Grau 3

Medida em implementação ou com elevada expectativa de implementação, por via da CMH, PDM e outros documentos estratégicos

Medida cuja implementação será despoletada apenas por alteração relevante de contexto ou de indicadores de referência

M1 Indicação do momento de Monitorização, de acordo com o indicado no Modelo de Acompanhamento da CMH

ND Início da vigência da Carta Municipal de Habitação Revista

Medida	Fase	M1		M2			M3			M4			ND
		2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033		
1-A	Expectante												
1-B	Expectante												
1-C	Expectante												
1-D	A implementar												
1-E	Expectante												
2-A	Em curso												
2-B	Expectante												
3-A	Em curso												
3-B	Em curso												
3-C	Em curso												
3-D	Expectante												
4-A	Expectante												
4-B	Expectante												
4-C	A implementar												
4-D	Expectante												
4-E	Em curso												
4-F	Em curso												
5-A	Expectante												
5-B	Expectante												
5-C	Expectante												
5-D	A implementar												
5-E	A implementar												
6-A	Em curso												
6-B	A implementar												
6-C	Em curso												
6-D	Expectante												

Fonte: Elaboração própria

5.5. PLANO SÍNTESE DE ORDENAMENTO PROSPETIVO DA HABITAÇÃO

No território de Barcelos serão plasmadas as medidas de intervenção que constam no planeamento estratégico da presente Carta Municipal de Habitação, de forma a atingir os objetivos e metas definidos em matéria de habitação para este concelho. O território de Barcelos, aparentemente homogéneo, como está patente em fase de Diagnóstico, apresenta, quando se articulam as variáveis que podem influir no acesso a uma habitação condigna, diferenças intraconcelhia assinaláveis. Estas diferenças inerentes a cada porção do território e respetiva relação com os eixos, equipamentos e fronteiras que os estruturam, sublinham a necessidade de instrumento que sintetize estas diferentes vertentes e permita uma leitura global e integrada das variáveis que influenciam o desempenho e desenrolar do plano estratégico para habitação no concelho, de forma que a operacionalização das medidas de intervenção seja ajustada e aplicada consoante os desafios de cada parcela do território. Dessa forma, é possível tomar decisões que levem a uma eficaz aplicação das medidas de intervenção, ajustadas às dinâmicas e necessidades habitacionais.

O presente Plano síntese de ordenamento prospetivo da habitação, daqui em diante designado plano síntese, tem como objetivo auxiliar a compreensão do território de Barcelos em matéria de Habitação, dos fatores que o influenciam, dos elementos de transformação e de potencial resolução e, assim, informar de forma mais clara os decisores e os munícipes, sobre quais as prioridades, obstáculos e caminhos a trilhar no processo de implementação das medidas na Carta Municipal de Habitação.

5.5.1. Metodologia

A necessidade de condensar as principais variáveis que condicionam o acesso à habitação numa peça cartográfica de fácil leitura, sobre a qual se sobrepõem os elementos de estruturação e transformação do território nas suas várias dimensões, levou à criação de um sistema que, baseado em dados mensuráveis obtidos nas fases prévias desta Carta, permita compreender no concelho de Barcelos, quais os Territórios sobre Pressão e quais os Territórios em Depressão.

5.5.1.1. Territórios sobre pressão e territórios em depressão

Os termos Territórios sobre Pressão e Territórios em Depressão designam as porções do concelho que, em diferentes gradações, estão sujeitas a um conjunto de fenómenos que influenciam de forma diferenciada o acesso à habitação e que permitem compreender as tendências que poderão alterar os cenários futuros e as respetivas políticas habitacionais a implementar.

Os territórios sobre pressão designam as áreas em que o acesso à habitação é mais difícil e cuja resolução implica a alteração e ponderação de uma maior diversidade de fatores. Os territórios em depressão são as áreas cujo acesso à habitação está menos condicionado, embora possam existir subfatores que dificultem a aquisição ou arrendamento. No entanto, o entrave no acesso à habitação que alguns subfatores possam exercer nos territórios em depressão são passíveis de serem mitigados com menores recursos. A análise, que introduz na equação outros elementos físicos que desenharam o território e que influem na sua organização (estrutura viária, equipamentos, e outros elementos relevantes), permite compreender, para lá da perceção imediata dos problemas e do que a grandeza absoluta dos números possam induzir, qual a verdadeira dimensão do fenómeno em cada circunscrição territorial analisada e no conjunto do concelho. Cumulativamente, são integrados mais elementos que compõem o *habitat* – contexto territorial e social exterior à habitação – iniciando fatores presentes ou necessidades futuras que possam influenciar a fixação de população e respetiva qualidade de vida. A diferente intensidade exercida pelos fatores que determinam o acesso à habitação nas diferentes partes do território de Barcelos levou a uma codificação de cores que espelha o resultado obtido na soma dos vários critérios considerados para a elaboração do presente Plano Síntese. A amplitude desta classificação vai de 10 a -10, com 10 a ser um território em máxima pressão e -10 um território em máxima depressão. Os territórios que estão próximos de zero, são naturalmente territórios que no cálculo geral têm uma situação mais neutra, que poderá, entretanto, ser alterada, em função das dinâmicas induzidas pelas políticas habitacionais e por fatores exógenos de carácter económico, social e político.

5.5.1.2. Critérios

A classificação que informa o código que caracteriza cada circunscrição territorial como Território em Pressão ou Depressão é obtida através do somatório de quatro parcelas, correspondendo cada uma a um critério que influencia o acesso à habitação. Os critérios considerados como determinantes para o presente Plano Síntese são os seguintes: Demografia, Recursos Habitacionais, Preços e Atividade Económica. Para cada um

destes critérios foi estabelecido um intervalo numérico que corresponde à evolução expectável do respetivo critério à luz das projeções e dados obtidos nas fases anteriores da Carta.

Demografia

(intervalo de classificação de -3 a 3)

Com o critério demográfico pretende-se aferir as expectativas e necessidades habitacionais, face aos cenários demográficos para cada circunscrição territorial considerada no âmbito da projeção demográfica efetuada para 2031 no âmbito da presente Carta Municipal de Habitação. Para a determinação deste critério foi considerado o Cenário Demográfico Médio para 2036. A escolha do cenário demográfico mais otimista está em linha e sustentada no ponto 5 da presente Carta.

(Valor zero – associado a 2% variação populacional).

Recursos habitacionais

(intervalo de classificação de -3 a 3)

Neste critério, que diz respeito aos recursos habitacionais expectantes, sejam pela via da reabilitação ou da edificação, que podem ser introduzidos pela via privada ou pública, no mercado de arrendamento ou aquisição de habitação e a respetiva relação com as previsões demográficas de cada circunscrição territorial objeto de análise, têm como base os dados obtidos no ponto 5 desta Carta Municipal de Habitação.

A estes dados de recursos habitacionais foi introduzido um critério de ponderação associado à capacidade de produção no sector da construção, aferido pela relação entre a projeção de produção expectável de nova habitação, com base na variação obtida pelo diferencial de alojamentos familiares clássicos entre 2011 e 2021 e os fogos necessários por circunscrição territorial à luz do Cenário Demográfico Médio exposto no ponto 5.2.

A importância deste critério de recursos habitacionais, revisto à luz da capacidade instalada, seja financeira ou de meios, para edificar as habitações necessárias para fazer face aos cenários demográficos traçados é compreendida quando os dados indicam que com o mesmo ritmo de edificação de nova habitação que se verificou entre 2011 e 2021 em Barcelos, na próxima década só se irão edificar pouco mais de 4 % dos alojamentos potenciais decorrentes de nova construção e reabilitação.

(Valor zero – associado a vacancy rate 7%).

Preços

(intervalo de classificação de -3 a 3)

Neste critério, que afere o fator preço e a sua evolução ao longo dos trimestres considerados em fase de diagnóstico desta Carta Municipal de Habitação, optou-se pelos indicadores referentes ao preço de aquisição, visto em Portugal, no ano de 2022 77.8

% dos portugueses serem proprietários da sua habitação. A evolução crescente dos preços de aquisição de habitação própria permanente, que considerava um período com uma inflação acumulada de 14.24% (2019-2023), já com reflexos dos efeitos pós-pandémicos e do conflito na Ucrânia, permitem compreender quais os obstáculos que o preço da aquisição levanta no acesso à habitação, sobretudo tendo em conta que a compra de casa é efetuada maioritariamente por via do financiamento bancário. O período considerado foi para efeitos deste critério, tanto para a caracterização do presente como das tendências ao nível dos preços, vai do 1.º T de 2019 ao 2.º T de 2023.

(Valor zero – associado a inflação acumulada 14,24%).

Atividade económica

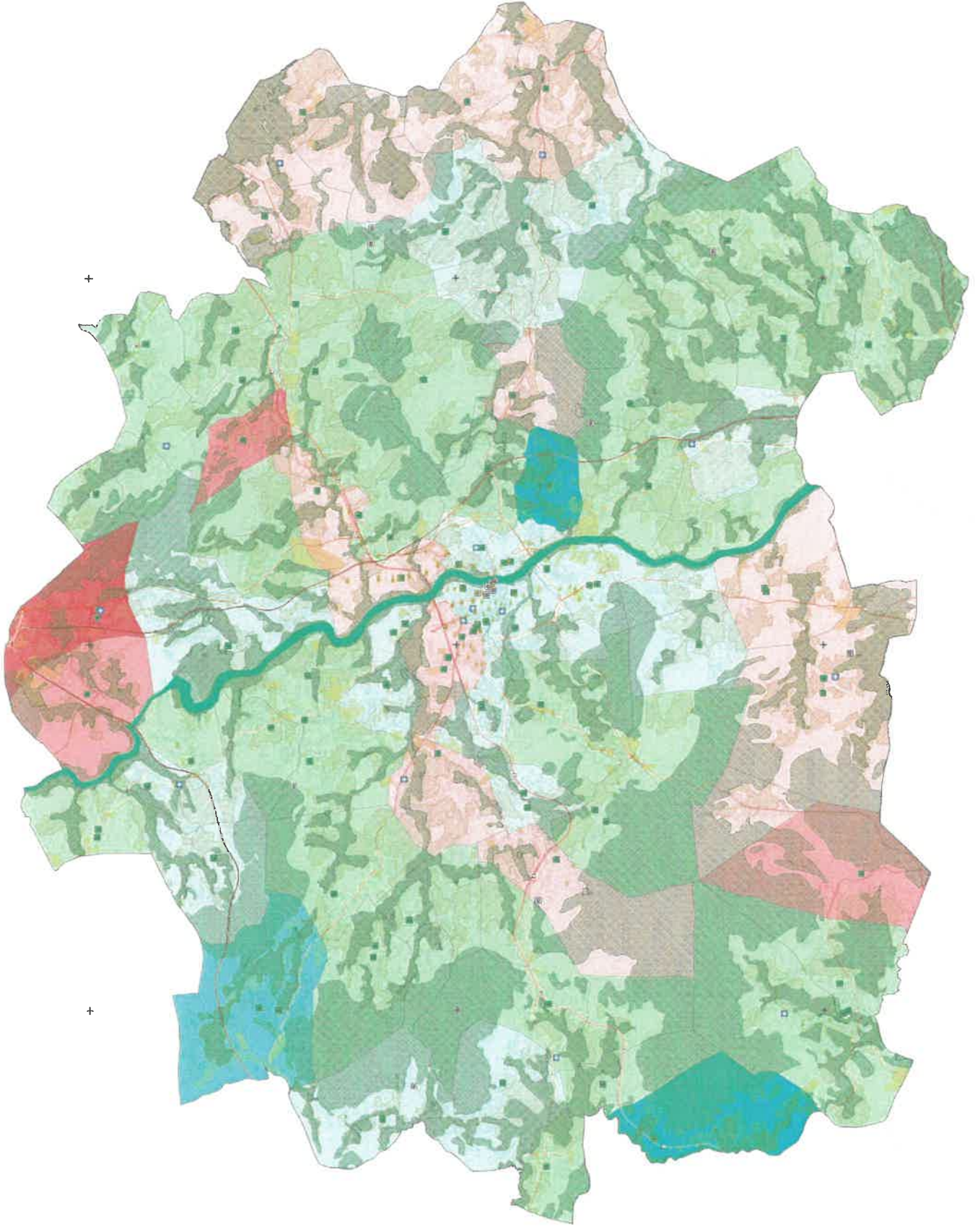
(intervalo de classificação de -1 a 1)

O impacto resultante da instalação e desenvolvimento de novas atividades económicas é determinante na atratividade dos territórios e na consequente pressão demográfica adicional a que poderão ser sujeitos. O mesmo processo, mas em sentido inverso poderá suceder nos casos em que atividades económicas com elevado impacto a nível de emprego sejam descontinuidas ou deslocalizadas. A incerteza associada à evolução económica e aos fatores que poderão determinar ou não a instalação de uma atividade económica no concelho e a necessidade de dados mais finos associados à atividade económica, cuja posterior aferição deverá seguir as recomendações do ponto 8.2 desta Carta Municipal de Habitação, estreitam a amplitude de informação dispo-nível. Tal leva a que o intervalo de classificação neste critério seja mais reduzido, para não influenciar de forma desproporcional os resultados de carácter mensu-rável obtidos nos critérios anteriores. No caso de Barcelos, face ao profundo peso do sector secundário no emprego (50%) e na atividade económica, foram consideradas áreas de potencial fixação de emprego no sector secundário (polos industriais) que possam gerar atividade económica, emprego e exercer pressão sobre a habitação. Considera-se assim, se em cada circunscrição territorial existe a possibilidade de instalação ou fuga de atividades económicas relevantes à luz da informação existente aquando da elaboração

do Plano Síntese.

(Valor zero – associado a ausência indicação de fuga/instalação de atividades económicas significativas).

ta Síntese Dinâmica Territorial



Legenda:

- Rede de Transportes
- Estação de Autocarro
- Paragem de Autocarro
- Apadeiros de Comboio
- Estação de Comboio
- Equipamentos
- Rede de Ensino
- Rede Cultural

- Rede de Saúde
- Rede de Ensino
- Massa de Água
- Curvas de Nível
- Rede Rodoviária
- Auto-estrada
- Estrada Nacional
- Estrada Regional

- Rede Ferroviária
- Linha do Minho
- Ramal de Braga
- Concelho

- Pressão Urbanística
- Território sobre Pressão (-1)
- Território sobre Pressão (-2)
- Território sobre Pressão (-3)
- Território sobre Pressão (0)
- Território sobre Pressão (1)
- Território sobre Pressão (2)
- Território sobre Pressão (3)
- Território sobre Pressão (4)

Município de Barcelos

Informações:

Localização: Largo do Município, 4750-325

Telefone: 253 809 657

E-mail: geral@cm-barcelos.pt

Website: www.cm-barcelos.pt

Escala: 1:25000



Projeto: P11.M06.ET.R059 - European Territorial Framework System (TFS)

Data: 10/10/2024

Autores:

6. MODELO DE GOVERNANÇA



6.1. CRITÉRIOS DE COOPERAÇÃO NUMA PERSPETIVA EVOLUTIVA E DINÂMICA

A Lei de Bases da Habitação, Lei n.º 83/2019 de 3 de setembro, no seu artigo 3.º, estabelece que o Estado garante do direito à habitação e "promoção e defesa da habitação são prosseguidas através de políticas públicas, bem como de iniciativas privadas, cooperativa e social, subordinadas ao interesse geral", sendo explícita a visão de que a resolução da questão da habitação não será alcançável exclusivamente com iniciativas públicas. A proximidade aos problemas e dinâmicas que influenciam e condicional o acesso à habitação, a necessidade de mobilizar recursos humanos e económicos atempadamente, implicam a participação dos cidadãos, das comunidades, das associações ou comissões, de moradores e de outros agentes, sejam estes públicos, privados, da rede social ou cooperativa. Apenas com uma rede fina de atores locais, em articulação e cooperação com o setor público é que será possível elaborar e concretizar políticas públicas destinadas à habitação que não sejam sucessivamente reativas, que antecipem tendências e que se adequem em tempo útil aos constrangimentos induzidos pelas alterações socioeconómicas que se vão sucedendo. A visão de um processo de planeamento em matéria de habitação, orgânico, adaptável, participativo, no que diz respeito à Carta Municipal de Habitação está explanada nas alíneas e) e f) do ponto 4 do artigo 22.º da Lei n.º 83/2019 de 3 de setembro, onde se define a necessidade de identificar os agentes públicos, privados, do setor cooperativo, da rede social e das associações ou comissões de moradores a quem compete concretizar e cooperar nas intervenções a desenvolver.

6.1.1. Metodologia para identificação de agentes e parceiros de intervenção

As diferentes dimensões, recursos e capacidade de intervenção de cada um dos agentes, implica uma distinção prévia entre os agentes públicos e os restantes. No setor público, dada a natural dependência das orientações e ciclos políticos e consequentes alterações na indicação e orgânica das estruturas responsáveis pelo planeamento e execução de políticas de habitação, a opção recai na identificação nos agentes públicos de onde são originados poderes para implementar políticas, delegar competências e adquirir bens e serviços em matéria de habitação:

- Câmara Municipal de Barcelos;
- Estado Central.

Relativamente aos agentes não públicos, o ponto 4 do artigo 22 da Lei n.º 83/2019 de 3 de setembro, identifica as seguintes categorias: privados,

setor cooperativo, rede social e associações ou comissões de moradores. No processo de sistematização e identificação de cooperantes, é de realçar como elemento a heterogeneidade dos potenciais agentes, recursos, capacidade de intervenção, com ou sem fins lucrativos e com objetivos sociais primordiais de cada agente, que podem ou não ser exclusivamente focados na habitação.

A segunda variável associada à presente sistematização e identificação dos agentes de intervenção diz respeito à relevância de cada agente em diferentes momentos do processo, podendo ser na fase diagnóstica, planeamento ou implementação da habitação. Por sua vez, a evolução da vida das instituições e coletividades de diferente contexto socioeconómicos em que serão convidadas a intervir poderão ser adequados ou dissonantes do ciclo de cada coletividade, em determinada ocasião. Assim sendo, apesar de pertinente como elemento de observação mais lato, não se deverá classificar a aparente relevância de cada agente, para evitar correr o risco de uma excessiva rigidez classificativa alinear um agente que possa ser fundamental num futuro incerto.

Para a compilação de agentes e parceiros é essencial proceder à sua identificação, de modo a compreender qual a extensão da rede de cooperantes e intervenientes que poderão moldar e implementar as políticas de habitação do município. Tendo por base que a presente Carta Municipal de Habitação é o primeiro documento do género e do qual surge a necessidade de sistematizar a lista dos potenciais cooperantes, este momento fundacional implica que a listagem prévia seja executada por terceiros, externos aos potenciais agentes e seu respetivo arbítrio.

A mobilização dos agentes e parceiros irá ocorrer numa fase posterior, após a aprovação da Carta Municipal de Habitação pela Assembleia Municipal, sendo após essa etapa estarão reunidas duas condições basilares para o sucesso e efetiva participação dos agentes na transformação e implementação das políticas habitacionais do município: o conhecimento e identificação com os objetivos, metas e propostas da Carta Municipal de Habitação e principalmente a adesão voluntária das instituições e coletividades a esta lista de potenciais cooperantes e o seu enquadramento nos critérios de cooperação.

6.1.2. Metodologia para identificação de agentes e parceiros de intervenção

A vigência temporal de um documento estratégico como a presente Carta Municipal de Habitação implica que as alterações ao nível do contexto socioeconómico que irão suceder e condicionar a implementação do plano de intervenção, serão os mesmos fatores que terão impacto no percurso da vida das instituições e coletividades que pretendam ser cooperantes e intervenientes nas políticas de habitação. Cumulativamente, as

questões relacionadas com a vida interna destes agentes irão influir no seu desempenho e elegibilidade como parceiros dos agentes públicos responsáveis. O estabelecimento de critérios de cooperação tem dois objetivos primordiais:

- a. validar quando da sua adesão os potenciais parceiros e agentes de intervenção com parâmetros que tencionam ser objetivos e transparentes e que permitam a eleitos, municípios e instituições, compreender a inclusão ou não de privados, cooperativas ou outras coletividades e instituições na rede de parceiros;
- b. estabelecer parâmetros que permitam ao longo da vigência da Carta Municipal de Habitação, incluir ou excluir novos agentes consoante o cumprimento destes critérios.

Pretende-se evitar a cristalização da listagem de agentes e parceiros de intervenção ao momento e contexto em que foi elaborada. Deste modo, permite a defesa do interesse público com atualizações e avaliações periódicas que acordem a exclusão de agentes que já não tenham condições internas para serem considerados parceiros de intervenção, permitindo a inclusão de novos atores, de forma a garantir uma cooperação evolutiva e dinâmica entre os agentes públicos e os privados, setor social, cooperativo e coletividades.

6.1.3. Seleção e aplicação dos critérios de cooperação

A Carta Municipal de Habitação é um documento estratégico que, para posterior eficácia na sua implementação, sugere metodologias e parâmetros para auxiliar as entidades responsáveis pela sua operacionalização. No que se refere aos critérios de cooperação, seja sua enumeração como a sua aplicação. O abaixo disposto são sugestões, que forem consideradas pertinentes, poderão ser verificadas em forma de regulamento.

Os critérios de cooperação selecionados permitem realizar um retrato o mais possível do estado de cada agente e parceiro de intervenção à data do momento da avaliação. Estes critérios abordam várias dimensões da vida interna de casa pessoa coletiva e que influem na sua viabilidade, consistência e habilitação como entidades cooperantes. Realça-se a heterogeneidade de potenciais agentes acima descrita, poderá obrigar à adaptação ou mesmo à não consideração de alguns sub-parâmetros, por parte do coletivo responsável pela avaliação, sem abdicar de elementos suficientes que permitam uma apreciação adequada das condições de cada agente.

6.1.3.1. Seleção de critérios

Os critérios de cooperação que servirão como elemento de avaliação e validação estão divididos em quatro parâmetros, que poderão ser adaptados e divididos em sub-parâmetros, consoante a complexidade da matriz de avaliação que se pretenda implementar e adequar à justa medida do diferente tipo de agente que pretenda integrar a listagem. Os principais critérios de avaliação para a cooperação são os seguintes:

- A – Viabilidade económico-financeira
- B – Habitação
- C – Estatuto e Regulamentos
- D – Atividades

A – Viabilidade económico-financeira

Com a implementação deste critério, que poderá ser comprovado através da apresentação das demonstrações financeiras aprovadas, dos anos pedidos, pretende-se assim compreender o estatuto económico e financeiro do parceiro e avaliar a capacidade efetiva desta atividade em cooperar ou liderar a concretização das intervenções a desenvolver.

B – Habitação

O critério da Habitação pretende comprovar a idoneidade das entidades e dos elementos integrantes, e que as mesmas estão habilitadas a serem parceiras das entidades públicas na prossecução do interesse público em matérias de habitação.

Como referência, sugere-se com a devida proporcionalidade a cada género de entidade, a adoção do disposto nos pontos 1 e 2 do artigo 81º da atual versão do Código de Contratos Públicos.

C – Estatuto e regulamentos

A implementação deste critério pretende validar perante o município e os municípios o normal funcionamento interno destas entidades, que corresponde à demonstração do cumprimento do respetivo estatuto ou regulamento interno como a existência de órgãos sociais legitimamente em

funções e realização de assembleias com a aprovação de relatórios e planos de atividades. A declaração de conformidade com as normas internas da respetiva entidade a ser entregue, pretende garantir, além do regular funcionamento os potenciais cooperantes, evitar a perpetuação na lista de agentes e parceiros de entidades com situações internas disformes.

D – Atividades

Este parâmetro pretende avaliar as atividades desenvolvidas pela entidade durante o período solicitado para análise, de modo a compreender o género e dimensão do trabalho executado e assim, ter uma perspetiva mais extensa do potencial da respetiva entidade para cooperar e liderar a concretização de intervenções a desenvolver. Este critério de cariz mais qualitativo, que pode ser aferido com a apresentação de um descritivo de atividades realizadas ou de planos de atividades, pretende informar de forma transversal o leque de intervenções que se poderão apoiar nas iniciativas desta rede de cooperantes e agentes e, de forma tangente, a relevância de cada atividade para as políticas de habitação a executar.

6.1.3.2. Aplicação dos critérios de cooperação

Considerando a primeira adesão voluntária como o momento da primeira avaliação à luz dos critérios de avaliação, sugere-se que a apreciação dos elementos solicitados e das respetivas candidaturas seja efetuado por um júri nomeado pela entidade competente. Os critérios acima indicados deverão informar uma grelha de classificação que permita indicar a posterior decisão de inclusão ou exclusão das entidades da listagem de agentes e parceiros de Intervenção. Sugere-se que este procedimento de avaliação, possa ser posteriormente vertido em forma de regulamento, e tenha uma periodicidade trienal.

6.2. MODELO DE ACOMPANHAMENTO, MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO DA CMH

A implementação de um modelo de acompanhamento, monitorização e avaliação da presente Carta Municipal de Habitação de Barcelos, mais do que um cumprimento formal do disposto na alínea g) do ponto 4 do artigo 22º da Lei nº83/2019 de 3 de setembro, é representado neste documento como um instrumento basilar para a implementação e sucesso da estratégia traçada para a questão da habitação no município de Barcelos. Este modelo de monitorização almeja, com a sua abordagem, evitar a cristalização das medidas que constam no seu plano de

intervenção e através da sua metodologia e avaliação periódica, estender a pertinência e operacionalidade do plano e garantir o cumprimento das suas metas e objetivos, revestindo esta Carta Municipal de Habitação de Barcelos de força e adaptabilidade às transformações do mundo, de modo a evitar a obsolescência que caracterizam tantos documentos estratégicos dado o tempo decorrido entre a sua elaboração e implementação.

6.2.1. Metodologia

O presente modelo de acompanhamento, monitorização e avaliação da Carta Municipal de Habitação (CMH) está intimamente ligado ao modo como estão construídos o Módulo estratégico e Plano de intervenção. Os objetivos estratégicos e as respetivas metas desta CMH estão associados a indicadores de referência, que permitem aferir o seu cumprimento ao longo da vigência da Carta e a aplicação das respetivas medidas que constam no subsequente Plano de intervenção. Dado o caráter dinâmico que reveste o desenho e operacionalização do Plano de intervenção, o eventual não cumprimento de um indicador de referência, quando de cada momento periódico de monitorização não significa a irreversibilidade do problema de origem. De acordo com a metodologia do Plano de intervenção da CMH, tal incumprimento do indicador de referência, deverá despoletar uma proposta de intervenção complementar, com um grau de relevância adicional, codificado no plano de intervenção e associado a um nível superior de investimento. O próprio método de monitorização adotado, possibilita acolher alterações significativas de contexto e imponderáveis da escala dos sucedidos no último triénio, como a pandemia e os contextos militares e, se necessário, introduzir medidas complementares às dispostas no Plano de Intervenção.

6.2.2. Indicadores de referência

Os indicadores de referência (IR) são indicadores relacionados às metas e objetivos estratégicos, cujo alcance permite compreender o grau de necessidade de ativação de medidas de intervenção mais significativas ou a reavaliação das mesmas, que são tendencialmente mensuráveis e encontram-se associados às seguintes fontes:

- Diagnóstico da Carta Municipal de Habitação;

- INE;
- ADENE;
- Serviços Municipais.

6.2.3. Meios

Uma efetiva operacionalização do presente modelo de monitorização, acompanhamento e avaliação depende de um acesso constante a um fluxo de informação e dados, sejam os mesmos quantitativos ou qualitativos, que permitam atualizar atempadamente o diagnóstico e os indicadores de referência. A produção de dados e diagnósticos fidedignos depende da alocação de meios específicos, cujos contornos estão espelhados nas medidas 6B, 6C e 6D do Plano de intervenção. Com os pressupostos da medida 6C – Lista de parceiros e agentes de intervenção e respetivos critérios de colaboração, estruturados e expostos no ponto 8.1. da presente CMH.

Sem prejuízo do recurso a meios e serviços complementares, estas medidas, nomeadamente a 6B e a 6D, permitem que o município, nomeadamente, tanto técnicos como decisores políticos tenham acesso a dados fundamentais para o processo de decisão e implementação das políticas de habitação e de outras áreas fundamentais como o Urbanismo, a Ação Social e a Economia. A medida 6-B, criação de Dashboard de registo de operação, é fundamental pois permite em períodos curtos obter um diagnóstico de todos os fatores que interferem com a questão da habitação – Território/Urbanismo/Ação Social/Atividade Económica.

A medida 6-C, o Observatório da habitação, cuja orgânica deverá ser objetivo de deliberação, além de permitir a interação, discussão com os cidadãos, associações e comissões de moradores das políticas de habitação, é um meio privilegiado de auscultação que possibilita aferir fenómenos e tendências com influência na questão de habitação, cujos reflexos poderão ser apenas mensuráveis mais tarde e assim antecipar atempadamente medidas de intervenção.

6.2.4. Periodicidade

Um modelo de monitorização e avaliação necessita de uma previsibilidade de meios e análise cronológica, de forma que existam critérios de comparação estáveis e uma atempada alocação de meios.

No presente modelo, a compilação dos dados, indicadores de referência e avaliação é denominada de Momentos de Monitorização com a identificação M1, M2, M3 e M4, cuja data de realização está indicada no ponto 7.4. Cronograma, de preferência no último trimestre.

A periodicidade sugerida é trienal, de forma a permitir um espaço temporal significativo para se aferir o efeito da implementação das medidas anteriores e as alterações de contexto social e económica que se sucedam. Esta periodicidade permite também sincronizar com o procedimento de avaliação previsto na aplicação dos critérios de cooperação (8.1.3.2.) dos Agentes e parceiros de intervenção.

O facto do primeiro período desde a aprovação do presente documento ser inferior a 3 anos, deve-se à necessidade de desenhar e implementar os meios de diagnóstico descritos no ponto anterior.

6.2.5. Modelo de apresentação

A avaliação e monitorização periódica da Carta Municipal de Habitação necessita do estabelecimento de um modelo tipificado de compilação e apresentação dos dados recolhidos e uma forma de se compreender a evolução e sucesso das medidas implementadas face às medidas definidas nos objetivos estratégicos. Dessa forma, a apresentação dos Momentos de Monitorização (MM) será composta por duas peças principais, o Relatório de acompanhamento e o Quadro de monitorização e avaliação.

O Relatório de acompanhamento, deverá ser composto pelos seguintes elementos:

- Enquadramento sucinto do contexto económico e social do triénio passado;
- Descrição do ponto de situação de cada uma das medidas previstas no Plano de Intervenção (Estado de implementação/Custo/Avaliação crítica);

- Caracterização dos fatores mensuráveis e não mensuráveis que influenciam o decurso do estado da habitação em Barcelos e outros contributos recolhidos dos trabalhos de Observatório da habitação;
- Perspetiva para o próximo triénio.

O Quadro de monitorização e avaliação, cuja extensão deverá ser adequada ao aprofundamento dos indicadores de referência que se achar relevante, deverá ser preenchido como valor obtido no respetivo momento de monitorização, com o indicador comparativo ao lado e uma nota de qual a fonte que informou esse indicador. A classificação, com um código de cores (verde a cumprir e vermelho a não cumprir) permite aos decisores políticos e aos cidadãos aperceberem-se do ponto de situação de cada meta estratégica de forma imediata. O alinhamento dos sucessivos momentos de monitorização permitem obter uma visão de conjunto da evolução e implementação da Carta Municipal de Habitação de Barcelos.

CARTA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE BARCELOS



BARCELOS
MUNICÍPIO

ACORDO DE COLABORAÇÃO
ENTRE
MUNICÍPIO DE BARCELOS
E O
ASSOCIAÇÃO SOCIAL, CULTURAL E RECREATIVA DE CHORENTE

É incontestável o papel que o Município assume junto dos munícipes, potenciando a promoção da justiça, a equidade social, o bem-estar e a qualidade de vida.

O Município de Barcelos está consciente da importância do apoio à dinamização e intervenção da sociedade civil, enquanto estratégia de desenvolvimento local, com processos assentes na igualdade de oportunidades e da participação na vida da comunidade local.

Tem constituído um eixo estratégico e prioritário da política social do Município de Barcelos o apoio às associações locais e o desenvolvimento de projetos de parceria com as mesmas, através da celebração de acordos de colaboração para a dinamização, participação e colaboração de agentes e instituições, na área da ação social, com vista a intensificar a solidariedade e a convivência comunitária, bem como a melhoria da qualidade de vida dos munícipes, e deste modo assegurar uma sociedade mais solidária e justa.

A criação de redes de apoio integrado local é uma das apostas do Município de Barcelos, otimizando os recursos de cada um dos agentes envolvidos.

A Rede Social é uma forma de participação concertada, permitindo que os promotores de vários projetos se inscrevam num projeto global, mais eficaz na resolução dos problemas, que promove sinergias e ative meios e agentes capazes de lhe dar resposta.

A Rede Social de Barcelos encontra-se corporizada no Conselho Local de Ação Social (CLAS), cuja constituição assenta na Resolução do Conselho de Ministros n.º 197/97, de 18 de novembro, bem como no Decreto-Lei n.º 115/2006, de 14 de junho.

É constituído por entidades públicas e privadas com ou sem fins lucrativos, com intervenção direta ou indireta na área social e que a ele adiram de livre vontade.

O CLASB agrega Grupos de Trabalho Sectoriais que constituem espaços de reflexão e de formulação de propostas e de concretização de atividades em matérias e áreas sociais específicas.

O Grupo Operativo da Pessoas Idosa (GOI) pretende dar respostas sociais à terceira idade, bem como melhorar a sua qualidade de vida promovendo, para tal, um conjunto de iniciativas e atividades. A

coordenação do referido grupo operativo é realizada pela Associação Carapeços Solidário, sendo esta coordenação efetuada de forma rotativa pelas diferentes instituições.

A Associação Social, Cultural e Recreativa de Chorente enquanto Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS) tem por objetivo dar respostas sociais, nomeadamente à infância e à 3.ª idade na freguesia de Carapeços, bem como nas freguesias circunvizinhas.

O Município de Barcelos pretende colaborar com a Associação Social, Cultural e Recreativa de Chorente na prossecução dos fins a que o GOI se propõe, facto que determina a elaboração de um compromisso escrito de parceria.

Os Municípios dispõem de atribuições no domínio da ação social, habitação e promoção do desenvolvimento, podendo através da Câmara Municipal, celebrar acordos de colaboração com instituições legalmente existentes, que desenvolvam a sua atividade na área do município, apoiando e participando, pelos meios adequados, no apoio a atividades de natureza social, desportiva, recreativa e cultura, atento o disposto nas alíneas h), i) e m) do n.º 2 do artigo 23.º e alíneas o) e p) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.

Entre:

MUNICÍPIO DE BARCELOS, pessoa coletiva n.º 505 584 760, com sede no Largo do Município, União das Freguesias de Barcelos, Vila Boa e Vila Frescaíña (S. Martinho e S. Pedro), concelho de Barcelos, neste ato representado pelo Senhor Dr. Mário Constantino Araújo Leite da Silva Lopes, que outorga na qualidade de Presidente da Câmara Municipal e no uso dos poderes que lhe são conferidos pela alínea a), do n.º 1, do artigo 35.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atualizada, doravante designado por **Primeiro Outorgante**;

E

ASSOCIAÇÃO SOCIAL, CULTURAL E RECREATIVA DE CHORENTE, pessoa coletiva n.º 505 519 216, com sede na Rua das Torrinhãs, n.º 175, freguesia de Chorente, concelho de Barcelos, neste ato representada pelos Senhores Abílio de Oliveira Costa e Ana Maria Martins Ferreira, que outorgam, respetivamente, nas qualidades de Presidente e Tesoureiro da Direção, com poderes para o ato, doravante designado por **Segundo Outorgante**.

É celebrado, livremente, de boa-fé e reciprocamente aceite, o presente Acordo de Colaboração, que se regerá pelas cláusulas seguintes e, no que for omissivo, pela legislação aplicável em vigor.

Cláusula 1.ª

(Objeto)

O presente Acordo de Colaboração tem por objeto estabelecer as normas que vão nortear as relações entre as partes outorgantes na concretização dos objetivos do Grupo Operativo do Idoso (GOI) que visa dinamizar a agenda cultural dos seniores, melhorando a sua qualidade de vida.

Cláusula 2.ª

(Objetivos)

Constituem objetivos do presente Acordo de Colaboração:

- a) Desenvolver serviços e atividades adequadas ao bem-estar das pessoas idosas;
- b) Contribuir para o desenvolvimento saudável do processo de envelhecimento;
- c) Prevenir o isolamento e a solidão;
- d) Promover relações intergeracionais;
- e) Incentivar a participação e potenciar a inclusão social;
- f) Realizar um trabalho comunitário que promova o desenvolvimento da comunidade e fomenta o trabalho em Rede.

Cláusula 3.ª

(Direitos e deveres do Primeiro Outorgante)

O Primeiro Outorgante, no âmbito do presente Acordo de colaboração, assume os seguintes direitos e deveres:

- a) Atribuir ao segundo outorgante uma comparticipação financeira no valor de 8.000,00 € [oito mil euros], nos termos estabelecidos na cláusula 5.ª;
- b) Articular com os técnicos do segundo outorgante a realização de projetos comuns;
- c) Promover a realização de reuniões periódicas entre os responsáveis das partes outorgantes;
- d) Receber do segundo outorgante um relatório de atividades finda a execução do presente Acordo de Colaboração;
- e) Ser informado de alguma situação que obste à boa execução do presente Acordo de Colaboração;
- f) Ser mencionado como parceiro nas ações desenvolvidas no âmbito deste projeto, nomeadamente com a inclusão do logótipo nos suportes escritos e visuais utilizados;

- g) Acompanhar a execução do presente Acordo de Colaboração;
- h) Exigir o cumprimento integral do presente Acordo de Colaboração.

Cláusula 4.^a

(Direitos e deveres do Segundo Outorgante)

O Segundo Outorgante, no âmbito do presente Acordo de Colaboração, assume os seguintes direitos e deveres:

- a) Receber do primeiro outorgante uma comparticipação financeira no valor de 8.000,00 € [oito mil euros], destinado a fazer face aos encargos decorrentes da gestão e execução de iniciativas inseridas no âmbito do presente Acordo de Colaboração, nos termos estabelecidos na cláusula 5.^a;
- b) Entregar ao primeiro outorgante um relatório de atividades, finda a execução do presente Acordo de Colaboração;
- c) Submeter à aprovação do CLASB a agenda cultural sénior e incluí-la no seu plano de atividades;
- d) Promover a realização de reuniões periódicas entre os responsáveis das partes outorgantes;
- e) Articular com os técnicos das partes outorgantes a realização de projetos comuns;
- f) Criar mecanismos e respostas de apoio à pessoa idosa;
- g) Sensibilizar a comunidade para a temática e para a importância da inclusão social;
- h) Promover e fomentar atividades de socialização e convívio entre os idosos;
- i) Mencionar o Primeiro Outorgante como parceiro nas ações desenvolvidas no âmbito deste projeto, nomeadamente com a inclusão do logótipo nos suportes escritos e visuais utilizados;
- j) Ser informado de alguma situação que obste à boa execução do presente Acordo de Colaboração;
- k) Acompanhar a execução do presente Acordo de Colaboração;
- l) Cumprir integralmente o presente Acordo de Colaboração.

Cláusula 5.^a

(Comparticipação financeira)

A comparticipação financeira no valor de 8.000,00 € [oito mil euros] a atribuir pelo Primeiro ao Segundo Outorgante, será distribuída e satisfeita nos seguintes termos, após confirmação da existência de fundos disponíveis:

- a) 75% no ato da outorga do presente Acordo de Colaboração;
- b) 25% finda a vigência do presente Acordo de Colaboração, mediante entrega e validação do relatório de atividades.

Cláusula 6.^a

(Acompanhamento e avaliação)

Todos os outorgantes se obrigam a colaborar entre si, para garantir o bom e integral cumprimento do Acordo de Colaboração, devendo reunir no fim da vigência do presente Acordo de Colaboração, para análise e avaliação do cumprimento dos objetivos.

Cláusula 7.^a

(Incumprimento)

1 - O não cumprimento das obrigações contratuais estabelecidas no presente Acordo de Colaboração constitui a parte outorgante não faltosa no direito à sua rescisão, bem como a ser ressarcida pelos danos que lhe forem causados.

2 - A rescisão deverá ser feita por escrito com a invocação dos fundamentos e terá de ser efetuada com a antecedência mínima de 30 dias.

Cláusula 8.^a

(Aplicação e integração de lacunas)

Quaisquer dúvidas suscitadas, lacunas e conflitos emergentes da aplicação do presente Acordo de Colaboração serão resolvidas por acordo entre as partes outorgantes, tendo por base a legislação aplicável.

Cláusula 9.^a

(Foro)

As partes elegem para a solução de todo e qualquer litígio emergente da aplicação ou interpretação do presente Acordo de Colaboração o Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 10.^a

(Revisão)

O presente Acordo de Colaboração pode ser objeto de revisão, no que se mostre estritamente necessário, ou ainda, alterado de forma unilateral, por iniciativa do primeiro outorgante, devido a imposição legal ou ponderoso interesse público.

Cláusula 11.^a

(Vigência)

O presente Acordo de Colaboração produz efeitos retroativos a 1 de janeiro de 2025 e é válido pelo período de um ano.

O presente Acordo de Colaboração é feito em duplicado, ambos valendo como originais, os quais vão ser assinados pelas partes, que ratificam na totalidade o seu teor, ficando um exemplar na posse do Primeiro Outorgante e o outro do Segundo Outorgante.

Barcelos, de de 2025

O Primeiro Outorgante

/Mário Constantino Lopes, Dr./
Presidente da Câmara Municipal

O Segundo Outorgante

/Armindo Manuel da Costa Vilas Boas/
Presidente da Direção

/ Ana Maria Martins Ferreira /
Tesoureiro